

RELATÓRIO FINAL DO 11º CONAD Extraordinário do ANDES-Sindicato Nacional

On-line, 27 de março e 3 de abril de 2021

Tema Central: Em defesa da vida, dos serviços públicos e da democracia e autonomia do ANDES-SN

SUMÁRIO

PARTICIPANTES	3
ATAS	
• Ata da Plenária de Abertura	9
• Ata da Plenária de Instalação	12
- Pauta e Cronograma do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO	20
- Regimento do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO	21
• Ata da Plenária do Tema I – Conjuntura	30
• Ata da Plenária do Tema II – Realização do Congresso do ANDES-SN	37
• Ata da Plenária do Tema III – Planos de Lutas dos Setores	44
• Ata da Plenária de Encerramento	
- Carta do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SN	65
- Moções	69
RESOLUÇÕES	
TEMA II – Realização do Congresso do ANDES-SN	
I - Congresso do ANDES-SN	82
TEMA III – Planos de Lutas dos Setores	
I - Pautas prioritárias de atualização dos planos de lutas para a construção da unidade	83
II - Atualização dos Planos de Lutas	84
Listas e Quadros de Votação	86
Caderno de Textos	158

PARTICIPANTES

RELAÇÃO DO(A)S DELEGADO(A)S AO 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL
1	David Romão Teixeira	APUR
2	Alaide Pereira Japecanga Aredes	ADUEMS
3	Alana das Neves Pedruzzi	APROFURG
4	Celeste dos Santos Pereira	ADUFPEL
5	Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR SEÇÃO SINDICAL
6	Dario de Sousa e Silva	ASDUERJ
7	Daniel Augusto Pereira	ADUFLA
8	Paulo Henrique Costa Matto	APUG
9	Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP
10	Cesar Beras	SESUNIPAMPA
11	Jose Roberto Rodrigues De Oliveira	ADUFMS
12	Rúbia Vogt	SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFRGS
13	Fabio Cesar Venturini	ADUNIFESP
14	Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA SEÇÃO SINDICAL
15	Augusto Santiago Cerqueira	APESJF
16	Rodrigo Fernandes Ribeiro	ADUFOP
17	Annie Schmaltz Hsiou	ADUSP
18	João Da Costa Chaves Junior	ADUNESP
19	Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE
20	Paulo Cesar Centoducatte	ADUNICAMP
21	Fernando José De Paula Cunha	ADUFPB
22	Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE
23	Kate Lane Costa De Paiva	ADUFF
24	Fernanda De Araújo Binatti Chioate	ADUFES
25	Eleonora Ziller Camenietzki	ADUFRJ
26	Katya Cristina De Lima Picanco	SINDUTF-PR
27	Patricia Batista Barra	ADFURN SEÇÃO SINDICAL (ADUERN)
28	Alexandre José Medeiros Do Nascimento	ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
29	Sidiney Ruocco Júnior	ADUFU
30	Marília Gonçalves Dal Bello	SINDUNESPAR
31	Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM
32	Martin-Leon-Jacques Ibanez de Novion	ADUnB
33	Washington Luiz Felix Dos Santos	SESDUEM
34	Andressa Schneider	SINDOIF
35	Rodrigo Cardoso Soares de Araujo	SINDIFSULDEMINAS
36	Nilza da Silva Martins	ADUNEB
37	Edivânia Santos Alves	ADUFPA
38	Maria Jaqueline de Grammont Machado de Araújo	ADUFSJ
39	Patrícia Mechi	SESUNILA
40	Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ

41	Virgínia Márcia Assunção Viana	SINDUECE
42	Rosângela Assunção	ADCESP SEÇÃO SINDICAL
43	Luiz do Nascimento Carvalho	ADCAC
44	Gilberto Grassi Calil	ADUNIOESTE
45	Emerson Duarte Monte	SINDUEPA
46	Paulo Vieira Neto	APUFPR
47	Maria Raquel Garcia Vega	SESDUENF (ADUENF)
48	Lindemberg Sousa Massa	ADUNICENTRO
49	Luciana de Amorim nóbrega	ADUR-RJ
50	Subenia Karine de Medeiros	ADUFERSA
51	Alexandre Bergamin Viera	ADUFDOURADOS
52	Rodrigo de Souza Dantas	ADUNIRIO
53	Egmar Oliveira Souza Júnior	SINDCEFET-PI (SINDIFPI)
54	Ailce Margarida Negreiros Alves	SINDUNIFESSPA-SSIND
55	Marcia Morschbacher	SEDUFMS
56	Aldi Nestor de Souza	ADUFMAT
57	Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC
58	Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB
59	Ana Lucia Silva Gomes	ADUA
60	Josefa de Lisboa Santos	ADUFS
61	Salomão Barros Ximenes	ADUFABC
62	Luiz Augusto Mazarolo	SESDUFT

RELAÇÃO DO(A)S OBSERVADORE(A)S AO 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL
1	Fátima Aparecida Silva	APUR
2	Ana Claudia Duarte Mendes	ADUEMS
3	Luciana Henrique da Silva	ADUEMS
4	Marcelo Eibs Cafrune	APROFURG
5	Juarez Jose Rodrigues Fuao	APROFURG
6	Miriam Cristiane Alves	ADUFPEL
7	Renato Fabricio De Andrade Waldemarin	ADUFPEL
8	Eduardo Gomes da Silva Filho	SESDUF-RR SEÇÃO SINDICAL
9	Paulo Sérgio Maroti	SESDUF-RR SEÇÃO SINDICAL
10	Frederico Duarte Irias	ASDUERJ
11	Marco Antônio Campos Couto	ASDUERJ
12	Fernando Nogueira Martins Junior	ADUFLA
13	Marcio Magalhaes Da Silva	ADUFLA
14	Gilberto Correia da Silva	APUG
15	Joel Moisés Silva Pinho	APUG
16	Sidney da Silva Lobato	SINDUFAP
17	Maria do Carmo Lobato Da Silva	SINDUFAP

18	Rafael da Costa Campos	SESUNIPAMPA
19	Guilherme Howes Neto	SESUNIPAMPA
20	Rejane Aparecida Rodrigues Candado	ADUFMS
21	Mariuza Aparecida Camillo Guimarães	ADUFMS
22	Rafael Cortes	SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFRGS
23	Mailiz Garibotti Lusa	SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFRGS
24	Antonio Gonçalves Filho	APRUMA SEÇÃO SINDICAL
25	Célia Soares Martins	APRUMA SEÇÃO SINDICAL
26	Leonardo Silva Andrada	APESJF
27	Lisleandra Machado	APESJF
28	Celso Eduardo Lins De Oliveira	ADUSP
29	Everaldo De Oliveira Andrade	ADUSP
30	Antonio Luis De Andrade	ADUNESP
31	Alzenir Severina da Silva	SINDUFAPE
32	Nilson Pereira de Carvalho	SINDUFAPE
33	Edson Joaquim dos Santos	ADUNICAMP
34	José Vitório Zago	ADUNICAMP
35	Daniel De Campos Antiquera	ADUFPB
36	Edson Franco De Moraes	ADUFPB
37	Serginei José do Carmo Liberato	ADUFERPE
38	Sonia Lucio Rodrigues De Lima	ADUFF
39	Maria Onete Lopes Ferreira	ADUFF
40	Aline De Menezes Bregonci	ADUFES
41	Raphael Goes Furtado	ADUFES
42	Herli Menezes	ADUFRJ
43	Luis Eduardo Acosta	ADUFRJ
44	Monica Helena Harrich Silva Goulart	SINDUTF-PR
45	Ana Beatriz Matte Braun	SINDUTF-PR
46	Kelania Freire Martins Mesquita	ADFURN SEÇÃO SINDICAL (ADUERN)
47	Raimundo Nonato do Vale Neto	ADFURN SEÇÃO SINDICAL (ADUERN)
48	Alba Patrícia Passos de Sousa	ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
49	Edivânia de Araújo Lima	ADUFPI SEÇÃO SINDICAL
50	Leonardo Segura Moraes	ADUFU
51	Luiz Avelino da Silva	ADUFU
52	Osmar Martins De Souza	SINDUNESPAR
53	Vanderlei Amboni	SINDUNESPAR
54	Aline Faé Stocco	ADUFVJM
55	Fabiano Alan Serafim Ferrari	ADUFVJM
56	Thiago Sebastiano de Melo	ADUnB
57	Luis Antonio Pasquetti	ADUnB
58	Claudio Enrique Fernández Rodríguez	SINDOIF
59	Andréia Meinerz	SINDOIF
60	Vagno Emygdio Machado Dias	SINDIFSULDEMINAS
61	Licia Frezza Pisa	SINDIFSULDEMINAS
62	Naira Souza Moura	ADUNEB
63	José Augusto Laranjeiras Sampaio	ADUNEB

64	Adriane Raquel Santana de Lima	ADUFPA
65	Nadia Socorro Fialho Nascimento	ADUFPA
66	Marcia Saeko Hirata	ADUFSJ
67	Fernando Correa Prado	SESUNILA
68	Larissa Locoselli	SESUNILA
69	Carla Benitez Martins	ADCAJ
70	José Eudes Baima Bezerra	SINDUECE
71	Raquel Dias Araújo	SINDUECE
72	Lina Maria Santana Fernandes	ADCESP SEÇÃO SINDICAL
73	Eliane Martins de Freitas	ADCAC
74	Adilson Mendes Ricardo	SINDCEFET-MG
75	Suzana Maria Zatti Lima	SINDCEFET-MG
76	Sabrina Grassioli	ADUNIOESTE
77	José Luis Derisso	ADUNIOESTE
78	Raimundo Sergio De Farias Junior	SINDUEPA
79	Maria Darlene Trindade Correa	SINDUEPA
80	Maria Suely Soares	APUFPR
81	Paulo Ricardo Opuszka	APUFPR
82	Caryne Aparecida de Carvalho Braga	SESDUENF (ADUENF)
83	Reinalda Souza Oliveira	ADUFS-BA
84	Marcelo Pereira Fernandes	ADUR-RJ
85	Tatiana Cotta Gonçalves Pereira	ADUR-RJ
86	José Domingues Fontenele Neto	ADUFERSA
87	Maria de Lourdes dos Santos	ADUFDOURADOS
88	Rogério da Silva Santos	ADUFDOURADOS
89	Sueli Maria do Nascimento	ADUFAL
90	Carolina Nozella Gama	ADUFAL
91	Camila Maria dos Santos Moraes	ADUNIRIO
92	Thereza Christina dos Santos Figueira Cardoso	ADUNIRIO
93	Alyne Maria Barbosa de Sousa	SINDCEFET-PI (SINDIFPI)
94	Raimundo Wanderley Córrea Padilha	SINDUNIFESSPA-SSIND
95	Ascisio Dos Reis Pereira	SEDUFMS
96	Teresinha Heck Weiller	SEDUFMS
97	Lelica Elis Pereira de Lacerda	ADUFMAT
98	Edilton de Souza Barcellos	ASPUV
99	Allain Wilham Silva De Oliveira	ASPUV
100	Moisés Silveira Lobão	ADUFAC
101	Marcelo Zaboetzi	ADUFAC
102	José Bezerra de Araújo	ADUFMG
103	José Irelanio Leite de Ataíde	ADUFMG
104	Nelson Aleixo Da Silva Junior	ADUEPB
105	Deoclécio Ferreira De Brito	ADUEPB
106	Kátia de Araújo Lima Vallina	ADUA
107	Lucas Milhomens Fonseca	ADUA
108	Ronaldo Fabiano dos Santos Gaspar	SINDIPROL ADUEL
109	Valdir Anhucci	SINDIPROL ADUEL

110	Marcos Antônio da Silva Pedroso	ADUFS
111	José Jailton Marques	ADUFS
112	Maria Caraméz Carlotto	ADUFABC
113	Fabiano Kenji Nohama	SESDUFT

RELAÇÃO DO(A)S CONVIDADO(A)S AO 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO

Nº	NOME	ENTIDADE
1	Sirleine Brandão de Souza (27 de março)	APUBH
2	Solange Cervinho Bicalho Godoy (27 de março)	APUBH
3	Adriane Teresinha Sartori (3 de abril)	APUBH
4	Solange Cervinho Bicalho Godoy (3 de abril)	APUBH
5	Rodrigo Torelly	AJN
6	Leandro Madureira	AJN
7	Bruno Anderson Matias da Rocha	ADUFC
8	Maria do Ceu de Lima	ADUFC

ATAS

ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA DO 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO

Às nove horas, do dia 27 de março de dois mil e vinte e um, em reunião virtual, pela plataforma *Zoom Meeting*, foram iniciados os trabalhos da Plenária de Abertura do 11º Conselho (CONAD) Extraordinário do ANDES-SN. A Mesa de Abertura virtual foi composta por Rivânia Moura (presidenta do ANDES-SN); Maria Regina de Avila Moreira (secretária-geral do ANDES-SN); Amauri Fragoso (1º tesoureiro do ANDES-SN), tendo a presidenta anunciado os convidados: José Maria Moreira e Antonio Alves Neto, (ambos representando a FASUBRA), David Lobão (SINASEFE), Erico Correa (Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas) e Gabryel Henrici (UNE). Formada a mesa, a presidenta Rivânia Moura assumiu a condução dos trabalhos. Em breves palavras, deu boas-vindas ao(à)s convidado(a)s, delegado(a)s e observadore(a)s e referiu-se à apresentação cultural da banda Coisa Luz, composta por mulheres, entre elas a docente Flavia Maiara e estudantes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ), que tocaram duas músicas com temáticas sobre feminismo, negritude e representatividade antes da abertura da plenária. Ato contínuo, destacou o principal objetivo do 11º CONAD Extraordinário *on-line* com o tema central “Em defesa da vida, dos serviços públicos e da democracia e autonomia do ANDES-SN”, que se fez necessário em razão da excepcionalidade do momento atual. Apresentou os números do evento, que contou com o credenciamento de 220 participantes, sendo 62 delegados e delegadas, 113 observadore(a)s, 32 diretores(a)s, e 12 convidado(a)s. Em seguida, passou a palavra ao(à)s integrantes da mesa, que saudaram a realização do 11º CONAD Extraordinário, além de discorrerem acerca da conjuntura política vivida hoje no Brasil. Erico Correa, do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas, saudou o(a)s presentes e ressaltou a importância de se debater a temática do CONAD. “Estamos vivendo um momento fúnebre e quase inacreditável no nosso país, temos atingido recordes de mortes e, ainda, temos a imprensa sofrendo restrições na cobertura da pandemia. Diante disso, precisamos avançar na construção da unidade acima de tudo, em defesa da democracia, da liberdade e da vida. Precisamos fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e o serviço público, participar de campanhas de solidariedade, lutar por um valor digno de auxílio emergencial. Enfim, é um desafio muito grande e, evidentemente, o ANDES-SN é carro chefe nessa luta nacionalmente. A nossa tarefa é pela vacinação imediata de todas e todos e pelo fora Bolsonaro”, afirmou. Antonio Alves Neto, da coordenação da Fasubra, criticou a postura do governo federal de silenciar as e os docentes e universidades, descredibilizar a Ciência e destruir a universidade pública. “É fundamental que realizemos atividades como essa, para aprofundar o debate e construir teses possíveis de serem realizadas para enfrentar um governo genocida, racista, homofóbico e que tenta de toda forma negar a ciência no país. É fundamental que possamos continuar o processo de unidade que o ANDES-SN tem propiciado em conjunto com as demais entidades ligadas à Educação e ao Fonasefe. O nosso desafio é buscar mais do que nunca a unidade desse segmento e construir políticas e projetos que possam dialogar entre nós e com a população e usuários dos serviços públicos. Estou convencido que para derrotar o Bolsonaro precisamos de todos os usuários e profissionais do serviço público”, afirmou. Os demais convidados não acessaram a sala virtual. A presidenta do ANDES-SN convidou a Comissão da Revista Universidade e Sociedade a fazer uma fala, tendo sido apresentada a edição 67 da revista U&S, com o tema “Pandemia da COVID-19: trabalho e saúde docente”, a publicação conta com seis artigos que contemplaram a temática sobre a realidade do ensino remoto no país e a saúde de professores e professoras, e outros quatro artigos que tratam da greve de trabalhadore(a)s de aplicativos, greve dos Correios e atos antifascistas no país. A edição também traz uma resenha de livro, charge e uma reportagem fotográfica dos 40 anos da história do ANDES-SN. A próxima edição será em homenagem aos 40 anos do Sindicato Nacional. O professor Luiz Henrique Blume, 3º secretário do ANDES-SN e da editoria executiva da Universidade e Sociedade, destacou em sua fala que a edição apresentada marca os 30 anos de aniversário da revista, que sempre foi reconhecida pela “regularidade e qualidade do conteúdo apresentado”. Jennifer Santos, 3ª tesoureira do ANDES-SN, que assume a editoria executiva da revista, reforçou ao(à)s presentes o convite para contribuir para a edição especial nº 68, em homenagem às quatro décadas de luta e história do Sindicato

Nacional. “As inscrições já estão abertas e até o dia 12 de abril estamos recebendo os artigos. Vamos fazer um esforço para contar a história do sindicato e valorizar a revista que é um instrumento de luta e de importância para a nossa formação política e fortalecimento da nossa luta”. Na sequência a professora Neila de Souza, 1ª vice-presidenta da Regional Planalto, reforçou o apelo à participação docente por meio da submissão de artigos para a edição especial e frisou a importância de professoras e professores compartilharem essa iniciativa. Em seguida, foi divulgada ao(à)s participantes do 11º CONAD Extraordinário uma prévia do dossiê sobre a militarização do governo Bolsonaro e as intervenções nas instituições federais de ensino públicas, que terá o seu lançamento oficial na próxima semana em uma *live* do ANDES-SN para debater o conteúdo do documento. Imediatamente passou-se a palavra para a professora Francieli Rebelatto, 2ª secretária do ANDES-SN, que compartilhou as ações que estão sendo realizadas pela Comissão dos 40 anos do Sindicato Nacional para dar encaminhamento às deliberações congressuais, como a organização e edição do vídeo institucional dos 40 anos, Caderno Especial e a edição de 12 livros em parceria com a editora Expressão Popular. “A memória do ANDES-SN tem que ser reivindicada através de várias ações e uma delas é um novo programa de entrevistas, que tem início no final do mês de abril, ‘ANDES-SN: Memória Viva’, com relatos das e dos professo(a)re(s), das e dos funcionário(a)s do sindicato, que compõem essa memória da entidade. Outra ação é a organização de uma exposição com fotografias e cartazes históricos na sede do ANDES-SN, em Brasília, e também virtual, além da finalização do documentário ‘Narrativas Docentes: história de luta das mulheres no ANDES-SN e a realização de um documentário longa-metragem sobre a história do sindicato’”, relatou a diretora que integra a comissão dos 40 anos do Sindicato Nacional. Retomando a palavra, a presidenta Rivânia Moura submeteu à apreciação da plenária para aprovação de delegadas e delegados a moção em defesa da professora Erika Suruagy, vice-presidenta da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Pernambuco (Aduferpe - Seção Sindical do ANDES-SN), que foi intimada a depor na Polícia Federal em inquérito criminal acerca de um *outdoor* patrocinado pela entidade sindical. A ação policial é desdobramento de uma denúncia em relação ao *outdoor* realizado pela Aduferpe SSIND com foto de Jair Bolsonaro e os dizeres “O senhor da morte chefiando o país / No Brasil, mais de 120 mil mortes por COVID19 / #FORABOLSONARO”. “Esse não é um ataque a minha pessoa, mas, contra o sindicato como um todo, contra as liberdades democráticas e contra qualquer pessoa que se ouse colocar contrária à posição desse governo, que segue uma escalada genocida. E nós não iremos nos calar”, disse Erika Suruagy, que esteve presente na plenária de abertura como convidada. A moção foi aprovada conforme texto que segue: ***MOÇÃO DE REPÚDIO ÀS PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS DO GOVERNO BOLSONARO E EM SOLIDARIEDADE À DIRIGENTE SINDICAL DA ADUFERPE PROFESSORA ÉRIKA SURUAGY O(A)s delegado(a)s presentes no 11º CONAD Extraordinário do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado on-line, no dia 27 de março de 2021, manifestam, de forma veemente, o repúdio à escalada de ataques às liberdades civis e democráticas experimentadas no país, que recaem de modo particularmente contundente no conjunto do(a)s profissionais da educação. Não fossem suficientes os ataques destinados ao conjunto do serviço público no último período – expressos na aprovação da PEC Emergencial e na agenda de contrarreformas administrativas – que, no que se refere às IES, minam as condições materiais necessárias ao pleno exercício da vida acadêmica e à liberdade de cátedra, saltam à vista nos últimos meses os inúmeros casos de perseguições, constrangimentos e criminalizações voltados a docentes, pesquisadores e pesquisadoras. São diversos os casos de silenciamento de cientistas e docentes por pressões em redes sociais, sinalizações de censura prévia pelas direções de instituições de pesquisa sob intervenção, ou mesmo ante ameaças de punições administrativas e criminais. Emblemáticos, nesse sentido, são o caso do Ofício-Circular nº 04/2021 do MEC, que ansiava interditar manifestações políticas no contexto universitário, e o ocorrido com colegas vinculados à UFPel que, acuados ante o receio de sanções mais graves ou o temor dos ônus decorrentes da abertura de um processo administrativo, assinaram Termo de Ajuste de Compromisso (TAC), que os leva a um amordaçamento quanto a críticas ao Governo Federal. Assumem particular grau de preocupação, porém, as práticas de criminalização destinadas à diretoria da ADUFERPE, que alcançaram diretamente a professora***

Erika Suruagy. A referida docente – atualmente vice-presidenta da seção sindical e ex-presidenta da entidade – foi intimada a prestar depoimento na Polícia Federal em inquérito que tem por objeto a publicação de outdoor que alcinhou o presidente da República Jair Bolsonaro de “senhor da morte”. Publicação que ocorreu em razão do negacionismo para com a COVID-19 e a permissividade nas despropositadas “políticas de saúde” do governo que, à época, em fins de 2020, já haviam levado à morte de mais de 120 mil pessoas – número que, neste momento, ultrapassa as três centenas de milhares de óbitos. O caso, que não guarda qualquer sustentação jurídica – seja pela carência de injúria, seja por se tratar de legítimo direito de manifestação, constitucionalmente garantido –, pode ser alçado a elevado grau de alerta por dois aspectos fundamentais: primeiro, em razão da professora Erika Suruagy ser criminalizada por ter contratado a peça publicitária em respeito à decisão de assembleia da categoria, ou seja, no exercício de sua responsabilidade enquanto representante sindical, fato que torna o inquérito, por si só, uma grave medida antissindical; o segundo, decorre do fato de ter sido aberto o referido inquérito por provocação direta do presidente da República Jair Bolsonaro que, em nítido intuito de criminalizar a docente, alcança em ameaça o conjunto dos lutadores e lutadoras do ANDES-SN e demais sindicalistas de todo país. Tais práticas não se voltam exclusivamente a professores e professoras; influenciadores digitais, militantes e estudantes estão sendo diuturnamente açoitado(a)s pelas mais escabrosas medidas de perseguição, reforçadas pela autoritária Lei de Segurança Nacional, de 1983, mobilizada para alcançar tais finalidades. Porém, nossa defesa da democracia e das liberdades civis e democráticas não cessará. Seguiremos firmemente repudiando e enfrentando todas as medidas autoritárias que se voltem contra o conjunto de nossa categoria, contra oprimidos e oprimidas, contra explorados e exploradas em luta! Lançamos toda solidariedade às nossas lutadoras e aos nossos lutadores criminalizados! Ditadura nunca mais! Não nos calarão! Em seguida foi exibido vídeo realizado pelo ANDES-SN em homenagem ao(às) mais de 307 mil brasileiros e brasileiras que morreram de Covid-19 neste último ano. Em especial, ao(às) docentes que tiveram seus projetos e vidas interrompidas de forma abrupta. Encaminhando para o encerramento da plenária, a presidenta Rivânia Moura destacou que o 11º CONAD Extraordinário ocorre durante a maior crise sanitária já enfrentada pela humanidade, com o registro de 3,6 mil mortes decorrentes do novo coronavírus nas últimas 24 horas. “Estamos convivendo a mais de um ano com medo da morte, perda de parentes, amigos e amigas, companheiros e companheiras de luta, colegas de trabalho, precisamos reinventar a nossa forma de afeto e socialização, de trabalho e militância. O 11º CONAD Extraordinário poderia estar acontecendo de forma presencial se tivéssemos no Brasil um plano efetivo de combate à Covid-19 desde o início. É a realidade concreta e não a ideal que determina a nossa condição de fazer história e luta. Deste modo, o ANDES-SN tem desenvolvido muitas ações com faixas, *outdoors*, carros de som, atos simbólicos e performáticos, estamos nas redes, em *lives*, plenárias e muitas ações que estão sendo construídas com diversas entidades. São fundamentais as ações de solidariedade em conjunto com as associações de bairros e favelas para garantir alimentos, sobrevivência, solidariedade de classe e construir um grande movimento para derrotar Jair Bolsonaro”, conclamou Rivânia Moura. Após seu discurso, a presidenta do ANDES-SN encerrou os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, às 10h30min, a Plenária foi encerrada, e eu, Maria Regina de Avila Moreira, lavei a presente Ata que será assinada por mim e pela presidenta.

Rivânia Lucia Moura de Assis
Presidenta

Maria Regina de Avila Moreira
Secretária-Geral

ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO DO 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às dez horas e trinta minutos, do dia 27 de março de dois mil e vinte e um, em reunião virtual, pela plataforma Zoom Meeting, confirmado o quórum regimental, mediante a presença do(a)s **diretor(a)s**: Rivânia Lucia Moura de Assis (Presidenta); José Milton Pinheiro de Souza (1º Vice-Presidente); Zuleide Fernandes de Queiroz (2ª Vice-Presidente); Raimundo Luiz Silva Araújo (3º Vice-Presidente); Maria Regina de Ávila Moreira (Secretária-Geral); Francielli Rebellato (2ª Secretária); Luiz Henrique dos Santos Blume (3º Secretário), Amauri Fragoso de Medeiros (1º Tesoureiro); Jenniffer Susan Webb Santos (3ª Tesoureira); Milena Fernandes Barroso (1ª Vice-Presidente Regional Norte I); (2ª Vice-Presidente Regional Norte I); Joselene Ferreira Mota (1ª Vice-Presidente Regional Norte II); Zaira Vakeska Dantas da Fonseca (1ª Secretária Regional Norte II); Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (2ª Vice-Presidente Regional NE I); Gisvaldo Oliveira da Silva (1º Secretário Regional NE I); Cristine Hirsch Monteiro (1ª Vice-Presidente Regional NE II); Aleksandro Donato Carvalho (2º Vice-Presidente Regional NE II); Marcos Antônio Tavares Soares (1º Vice-Presidente Regional NE III); Sandra Maria Marinho Siqueira (2ª Vice-Presidente Regional NE III); Neila Nunes Souza (1ª Vice-Presidente Planalto); Luís Augusto Vieira (2º Vice-Presidente Regional Planalto); Raquel de Brito Sousa (1ª Vice-Presidente Regional Pantanal); Adma Cristhina Salles de Oliveira (2ª Vice-Presidente Regional Pantanal); Mario Mariano Ruiz Cardoso (1º Vice-Presidente Regional Leste); Gustavo Seferian Scheffer Machado (1º Secretário Regional Leste); Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (1ª Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro); Rosineide Cristina de Freitas (2ª Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro); Osvaldo Luís Angel Coggiola (1º Vice-Presidente Regional São Paulo); Edmilson Aparecido da Silva (1º Vice-Presidente Regional Sul); Edivane de Jesus (2ª Vice-Presidente Regional Sul); Carlos Alberto Pires (1º Vice-Presidente Regional Rio Grande do Sul); Manuela Finokiet (2ª Vice-Presidente Regional Rio Grande do Sul); **do(a)s delegado(a)s**: Ailce Margarida Negreiros Alves (SINDUNIFESSPA); Alaide Pereira Japecanga Aredes (ADUEMS); Alana das Neves Pedruzzi (APROFURG); Aldi Nestor de Souza (ADUFMAT); Alexandre Bergamin Vieira (ADUFDOURADOS); Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI); Ana Lúcia Silva Gomes (ADUA); Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP); Andressa Schneider (SINDOIF); Augusto Santiago Cerqueira (APES); Bartolomeu Rodrigues Mendonça (APRUMA); Celeste Pereira (ADUFPEL); Cesar Beras (SESUNIPAMPA); Daniel Augusto Pereira (ADUFLA); Dario de Sousa e de Sousa e Silva Filho (ASDUERJ); David Romão Teixeira (APUR); Edson Holanda Cavalcante Júnior (Aduelpb); Edivania Santos Alves (ADUFPA); Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFIPI); Eleonora Ziller Camenietzki (ADUFRJ); Emerson Duarte Monte (SINDUEPA); Fabio Cesar Venturini (Adunifesp); Fernanda de Araújo Binatti Chiote (ADUFES); Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Gilberto Grassi Calil (Adunioeste); Gilberto Correia da Silva (APUG); Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ); Humberto Issao Sueyoshi (ADUFAC); Jacques de Novion (ADUNB); João da Costa Chaves Jr. (Adunesp); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kate Lane Costa de Paiva (ADUFF); Katya C L Picanço (SINDUTFPR); Lindemberg Sousa Massa (ADUNICENTRO); Lucas da Silva Castro (SINDUFAPPE); Luiz Augusto Mazzarolo (SESDUFT); Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC); Marcelo Pereira Fernandes (ADUR); Marcelo Zaboetzki (ADUNIRIO); Márcia Morschbacher (SEDUFMS); Marcos Antônio da Silva Pedroso (ADUFS); Maria Raquel Garcia Vega (SESDUENF/ADUENF); Marília Gonçalves Dal Bello (SINDUNESPAR); Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (ADUFERPE); Nilza da Silva Martins (ADUNEB); Patrícia Batista Barra (ADUERN); Patricia Sposito Mechi (SESUNILA); Paulo Cesar Centoducatte (ADUNICAMP); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Paulo Vieira Neto (APUFPR); Raimundo Wanderley Corrêa Padilha (SINDUNIFESSPA); Roberto Câmara de Araújo (SESDUF-RR); Rodrigo Cardoso Soares de Araujo (SINDIFSULDEMINAS); Rodrigo de Souza Dantas Mendonça Pinto (ADUNIRIO); Rodrigo Fernandes Ribeiro (ADUFOP); Rosângela Assunção (ADCESP);

Rúbia Liz Vogt de Oliveira (SSIND DO ANDES-SN NAUFRGS); Sidiney Ruocco Junior (ADUFU); Subênia Medeiros (ADUFERSA); Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM); Virginia Marcia Assunção Viana (SINDUECE); Washington Luiz Félix Santos (SESDUEM); **do(a)s observadore(a)s e/ou suplentes do(a)s delegado(a)s:** Adilson Mendes Ricardo (SINDCEFET-MG); Adriane Raquel Santana de Lima (ADUFPA); Aline Fae Stocco (ADUFPI); Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI); Allain Wilham Silva de Oliveira (ASPUV); Ana Beatriz Matte Braun (SINDUTFPR); Ana Claudia Duarte Mendes (ADUEMS); Andréia Meinerz (SINDOIF); Antonio Gonçalves Filho (APRUMA); Ascísio Dos Reis Pereira Beleza (SEDUFISM); Camila Maria dos Santos Moraes (ADUNIRIO); Caryne Aparecida de Carvalho Braga (SESDUENF/ADUENF); Carla Benitez Martins (ADCAJ); Carolina Nozella Gama (ADUFAL); Celso Eduardo Lins de Oliveira (ADUSP); Claudio Enrique Fernández Rodríguez (SINDOIF); Daniel de Campos Antiquera (ADUFPB); Deoclecio Ferreira de Brito (ADUEPB); Edilton de Souza Barcellos (ASPUV); Edivânia de Araújo Lima (ADUFPI); Eduardo Gomes da Silva Filho (SESDUF-RR); Edson Franco de Moraes (ADUFPB); Edson Joaquim dos Santos (ADUNICAMP); Erika Suruagy Assis de Figueiredo (ADUFERPE); Fabiano Kenji Nohama (SESDUFT-SS); Fernando Correa Prado (SESUNILA); Fernando Nogueira Martins Júnior (ADUFLA); Guilherme Howes Neto (SESUNIPAMPA); Herli Joaquim de Menezes (ADUFRJ-SS); Joel Moisés Silva Pinho (APUG); José Bezerra de Araújo (ADUFCG); José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE); José Irelanio Ataíde (ADUFCG); José Luis Derisso (Adunioeste); José Vitório Zago (ADUNICAMP); Juarez José Rodrigues Fuão (APROFURG); Katia da Araújo Lima Vallina (ADUA); Kelânia Freire Martins Mesquita (ADUERN); Lucas Milhomens Fonseca (ADUA); Luís Acosta (ADUFRJ); Luís Antônio Pasquetti (ADUNB); Luiz Carlos Avelino da Silva (ADUFU); Leonardo Segura Moraes (ADUFU); Leonardo Silva Andrada (APES); Lisleandra Machado (APES); Mailiz Garibotti Lusa (SS do ANDES-UFRGS); Maria de Lourdes dos Santos (ADUFDOURADOS); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF); Maria Suely Soares (APUFPR); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Márcia S. Hirata (ADUFSJ); Marcelo Eibs Cafrune (APROFURG); Marcelo Pereira Fernandes (ADUR); Marcos Antônio Campos Couto (ASDUERJ); Marcos Antônio da Silva Pedroso (ADUFS); Míriam Cristiane Alves (ADUFPEL); Moisés Silveira Lobão (ADUFAC); Naira Souza Moura (ADUNEB); Nádia Socorro Fialho Nascimento (ADUFPA); Nelson Aleixo da da Silva Júnior (ADUEPB); Nilson Pereira de Carvalho (SINDUFAP); Osmar Martins de Souza (Sindunespar); Paulo Sérgio Maroti (SESDUF-RR); Rafael da Silva Cortes (Ssind do ANDES-SN na UFRGS); Raphael Góes Furtado (ADUFES); Raquel Dias Araujo (SINDUECE); Reinalda Souza Oliveira (ADUFS-BA); Rejane Aparecida Rodrigues Candado (ADUFMS); Ronaldo Fabiano dos Santos Gaspar (SINDIPROL-ADUEL); Sabrina Grassioli (ADUNIOESTE); Serginei José do Carmo Liberato (ADUFERPE); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sônia Lúcio R. de Lima (ADUFF); Sueli Maria do Nascimento (ADUFAL); Tatiana Cotta Gonçalves Pereira (ADUR); Thereza Christina dos Santos Figueira Cardoso (ADUNIRIO); Thiago Sebastiano de Melo (ADUNB); Valdir Anhucci (SINDIPROL-ADUEL); Vanderlei Amboni (SINDUNESPAR); e **do(a)s convidado(a)s:** Rodrigo Torelly e Leandro Madureira Silva (AJN); Sirleine Brandão Souza (APUBH) e Bruno Anderson Matias da Rocha (ADUFC); foram iniciados, pela professora Rivânia Lucia Moura de Assis, os trabalhos da plenária de instalação do 11º CONAD Extraordinário. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pela presidenta do ANDES-SN, professora Rivânia Lucia Moura de Assis; pela secretária-geral, professora Maria Regina de Avila Moreira; pelo 1º tesoureiro, professor Amauri Fragoso de Medeiros e pela professora Neila Nunes de Souza, 2ª secretária da mesa. Apresentada a pauta da plenária, composta por: **1- Regimento do 11º CONAD Extraordinário; 2- Cronograma e pauta do 11º CONAD Extraordinário; 3- Comissão de Enfrentamento ao Assédio; 4- Pendências de credenciamento**, a presidenta da mesa, professora Rivânia Lucia Moura de Assis, passa a condução dos trabalhos à secretária geral do ANDES-SN, professora Maria Regina de Avila Moreira, que informou a metodologia de apreciação do Regimento do 11º CONAD Extraordinário, a saber: leitura dos títulos de Capítulos, Incisos e Parágrafos com acolhimento de pedidos de destaques, a serem analisados ao final de leitura. Na sequência, passou à leitura do Regimento do 11º CONAD

Extraordinário. Foram **destacados**: o **Art. 17 - § 1º**; **Art. 19**; **Art. 27 § 1º**. A mesa solicitou que as propostas fossem apresentadas para cada destaque. Para o primeiro destaque, a saber: **Art. 17 no § 1º** conforme constava na proposta do texto do Caderno do 11º CONAD: “As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo - consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela plenária de encerramento”. A proposta foi de supressão de parte do parágrafo em epígrafe que constava no regimento: “consideradas as respectivas prorrogações”, com o argumento de que neste CONAD não estão previstas prorrogações para as plenárias. Após os debates, a proposta foi colocada em votação da seguinte forma: **proposta 1**- Manutenção do texto como está no Regimento do 11º CONAD Extraordinário, e **proposta 2**- Supressão de “consideradas as respectivas prorrogações”. Após a votação, com 21 votos na proposta 1, 29 votos na proposta 2 e 4 abstenções, foi **aprovada a proposta 2**. O segundo destaque foi no **Art. 19** que prevê: “Todas as plenárias serão gravadas pela Comissão Diretora, não sendo permitida a gravação pelo(a)s participantes do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO nem do todo e nem de parte do evento para divulgação.” Foi solicitada a supressão da parte do Art. que diz: “não sendo permitida a gravação pelo(a)s participantes do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO”. Após os debates, a proposta foi colocada em votação da seguinte forma: **proposta 1**- Manutenção do texto como está no Regimento do 11º CONAD Extraordinário, contra a **proposta 2**. Com 4 votos contrários e 4 abstenções, por ampla maioria foi **aprovada a proposta 1**. O terceiro destaque foi no **Art. 27 § 2º** expresso da seguinte forma: **§ 2º** “Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora da mesa.” Após debates e apresentação de propostas, constatado que ninguém manteve o texto original, a mesa conduziu a votação da seguinte forma: **proposta 1** – (compatibilização apresentada pelo 1º tesoureiro do ANDES-SN – Professor Amauri Fragoso): “Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora da mesa e pela plenária.”; **Proposta 2** – (apresentada pelo Professor Sidnei da Silva Lobato - SINDUFAP): “Serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as propostas de redação advindas do Caderno de Textos, das assembleias de base, por meio dos delegados, e das compatibilizações realizadas pela comissão diretora da mesa.”; **Proposta 3** – (apresentada pelo Professor Sidiney Ruocco – ADUFU): “Serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as propostas de redação advindas do Caderno de Textos, da plenária e pela comissão diretora da mesa”. Em votação foi **aprovada a proposta 1** com 33 votos, a **proposta 2** ficou com 05 votos, a **proposta 3** com 10 votos e houve 03 abstenções. Não havendo mais destaques, o Regimento foi colocado em votação como um todo, tendo sido **aprovado** por ampla maioria com um voto contrário e uma abstenção conforme segue: *Capítulo I Do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO Art. 1º O 11º CONSELHO EXTRAORDINÁRIO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD), Art. 1º O 11º CONSELHO EXTRAORDINÁRIO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD), previsto nos Art. 13, inciso II, e Art. 26, inciso II, do Estatuto do Sindicato, convocado pela Diretoria, conforme Art. 30, inciso XII, reunir-se-á nos dias 27 de março e 03 de abril de 2021, com um interregno de sete dias corridos entre as datas dos Temas I e II e a data do Tema III, via plataforma virtual, com base nas Leis n.º. 14.010, 10 de junho de 2020, Art. 5º, e n.º. 14.030/2020, de 28 de julho de 2020, Art. 7º e no entendimento firmado pela Assessoria Jurídica Nacional – AJN do ANDES-SN, quanto à prorrogação tácita do expediente normativo, em razão da manutenção de gravidade do estado sanitário decorrente da pandemia de coronavírus. Art. 2º O 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme os artigos 22 e 24 do Estatuto do ANDES-SN. Art. 3º O 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades, aprovados pela plenária na sua instalação, de acordo com o disposto no Art. 27 e parágrafos, do Estatuto do ANDES-SN. Capítulo II Das Atribuições Art. 4º São atribuições do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO: I - deliberar sobre a realização do Congresso do ANDES-SN, nos termos dos artigos 18 e 23 do Estatuto do ANDES-SN. II - atualizar o plano de lutas dos setores das IFES e IEES/IMES aprovado no 39º Congresso do ANDES-SN e no 9º CONAD Extraordinário do ANDES-SN. Capítulo III Do(a)s Participantes Art. 5º São participantes do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO: I - um(a) delegado(a) de cada S.SIND, escolhido(a) na forma deliberada*

por sua assembleia geral (Art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto; II - um(a) delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s, via secretaria regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto; III - um(a) delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do Art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto; IV - a(o) presidente do ANDES-SN com direito a voz e a voto; V - até dois observadore(a)s de base da S.SIND e do(a)s sindicalizado(a)s diretamente nas Secretarias Regionais, com direito a voz; VI - os demais membros em exercício da diretoria (Estatuto, Art. 32, incisos I, II, III e IV), excetuado(a)s aquele(a)s cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art. 32, inciso V), com direito a voz; VII - os membros da Comissão Diretora, com direito a voz; VIII - o(a)s convidado(a)s pela Comissão Diretora, devidamente credenciado(a)s como tal, com direito a voz; IX - a representação da Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN, com direito a voz; X - a assessoria de comunicação nacional do ANDES-SN para cobertura do evento e repasse para as seções sindicais. **Parágrafo único** - Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez durante a realização do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, obedecidas as seguintes condições: a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à Comissão Diretora; b) o(a)s suplentes de delegado(a)s, indicado(a)s para tal pelas assembleias gerais das S.Sind, devem estar credenciado(a)s como observadore(a)s; c) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento; d) considerando a realização do 11º CONAD Extraordinário em dias equidistantes entre si, caso a seção sindical opte por substituir o(a) delegado(a) participante das discussões dos Temas I e II quando da realização das discussões do Tema III, somente poderá fazê-lo observando-se o mesmo critério, qual seja, por observador(a), o(a) qual conste seu nome e sua condição de suplente, obrigatoriamente, da ata da assembleia, ou do documento encaminhado pela diretoria da seção sindical, que tenha recebido delegação da AG para tal. Art. 6º A(O) presidente(a) do ANDES-SN preside o 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, com direito a voz e a voto em suas sessões. **Capítulo IV Do Credenciamento** Art. 7º A confirmação do credenciamento de delegado(a)s, observadores(a)s e convidado(a)s do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO será realizada na sala virtual das 8h (oito horas) às 9h30 (nove horas e trinta minutos) do dia 27 de março de 2021, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação. §1º O credenciamento é prévio e digital. O ANDES-SN, empenhado em implementar uma metodologia mais eficiente de inscrição em seus eventos nacionais, reafirma a importância do credenciamento prévio como elemento facilitador do processo e ressalta que o mesmo deverá ser feito pelas seções sindicais no site <http://credenciamento.andes.org.br>. §2º Para o 11º CONAD Extraordinário, fica estabelecido o período de 08 de fevereiro até 25 de março de 2021 para o envio da documentação regimental para inscrição de delegada(o), observadora(e)s e observadora(e)s suplentes da(o) delegada(o), exclusivamente por meio do site indicado. §3º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento por e-mail e nem no dia do 11º CONAD Extraordinário. §4º Cada Seção Sindical do ANDES-SN deverá cadastrar um login (e-mail institucional) e uma senha para acesso ao sistema de credenciamento. §5º Cada delegado(a) e observador(a) inscrito(a) irá receber uma senha, via correio eletrônico, orientando o acesso à sala virtual do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO. §6º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata ou extrato de ata que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.SIND justificando a situação. §7º Cada S.SIND terá direito a até 02 (dois/duas) observadore(a)s. §8º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam o(a)s demais delegado(a)s e observadore(a)s de qualquer S.SIND ou secretaria regional, mediante requerimento à Comissão Diretora. §9º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá deliberar sobre eles até o seu final. **Capítulo V Do Funcionamento**

Seção I Dos Órgãos Art. 8º São órgãos do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO: I - Comissão Diretora; II - Plenárias; III- Comissão de Enfrentamento ao Assédio. Parágrafo único - A Comissão de Enfrentamento ao Assédio será criada na plenária de instalação do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO. Seção II Da Comissão Diretora Art. 9º. A Comissão Diretora do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO é composta pela Diretoria do ANDES-SN. Art. 10. É de competência da Comissão Diretora: I - responsabilizar-se pelo credenciamento do(a)s participantes; II - efetivar a substituição de delegado(a)s, de acordo com o disposto no art. 5º, parágrafo único, alínea “c”, deste Regimento; III - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por diretores(a)s do ANDES-SN; IV - prover os meios técnicos necessários para realização do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO na modalidade eletrônica. Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso à plenária subsequente. Seção III Das Plenárias Art. 11. As plenárias são compostas por: I – delegado(a)s de S.SIND. ou secretaria regional, devidamente credenciado(a)s, e pela(o) presidente do ANDES-SN, todo(a)s com direito a voz e a voto; II - observador(a)s de S.SIND. ou secretaria regional, devidamente credenciado(a)s, com direito a voz; III - membros da Comissão Diretora do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, com direito a voz; IV - convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, a critério da Comissão Diretora, com direito a voz. Art. 12. As plenárias do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º(a) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º(a) secretário(a). § 1º A Comissão Diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, o(a)s componentes da mesa coordenadora de cada plenária. § 2º A plenária poderá, com base no encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos. Art. 13. Compete à(o) presidente da mesa coordenadora: I - preparar, com o(a) 1º(a) secretário(a), a ordem dos trabalhos da plenária; II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento. Art. 14. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora: I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades; II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos. Art. 15. Compete ao(à) 1º(a) secretário(a): I - preparar, com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária; II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária; III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva. Parágrafo único. No caso das plenárias de instalação e de encerramento, caberá ao(à) 1º(a) secretário(a) a elaboração e acompanhamento do protocolo/registro de cada sessão. Art. 16. Compete ao(à) 2º(a) secretário(a): I - auxiliar o(a) 1º(a) secretário(a) em suas atividades; II - elaborar a ata da plenária; III - entregar à comissão organizadora, até 72 (setenta e duas) horas após o efetivo encerramento do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva. Art. 17. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte: Dia 27/03/2021: I - Plenária de abertura: 1 (uma) hora; II - Plenária de instalação: 2 (duas) horas; III - Plenária do Tema I: 2 (duas) horas; IV - Plenária do Tema II: 3 (três) horas; Dia 03/04/2021: V - Plenária Tema III: 5 (cinco) horas; VI - Plenária de encerramento: 1 (uma) hora. § 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no caput deste artigo - terão seu encaminhamento decidido pela plenária de encerramento. § 2º Compete à plenária de instalação: I - aprovar o Regimento e o Cronograma do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO; II- deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO. § 3º Compete às plenárias dos temas II e III discutir o Plano de Lutas dos Setores apresentados ao 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, nos termos deste Regimento. § 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior. § 5º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério da plenária até, no máximo, às 23h59 do dia 03 de abril de 2021. Art. 18. A verificação do quórum, no início das plenárias do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, será feita exclusivamente pelo registro em formulário próprio enviado no CHAT da sala virtual, a ser preenchido pelo(a) delegado(a) da S. SIND ou secretaria regional. Parágrafo único. A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegado(a)s, por meio da ferramenta

“Enquete” do aplicativo Zoom. Art. 19. Todas as plenárias serão gravadas pela Comissão Diretora, não sendo permitida a gravação pelo(a)s participantes do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO nem do todo e nem de parte do evento para divulgação. Art. 20. Em virtude da excepcionalidade de realização do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO por meio eletrônico, buscando assegurar a identificação do(a)s participantes e a segurança do voto serão observadas as seguintes regras de funcionamento durante as plenárias: § 1º Cada participante do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, presente na sala virtual, deverá manter seu microfone e câmera desligados, ativando ambos somente no momento da intervenção. § 2º No caso do(a) inscrito(a), no momento de sua fala, perder a conexão ou por outro motivo não conseguir realizar a intervenção, imediatamente a mesa diretora passará para o(a) inscrito(a) seguinte. Tão logo seja possível a fala do(a) inscrito(a) que não exerceu seu direito, ser-lhe-á novamente concedido o direito à intervenção. Caso o tema já tenha se encerrado o(a) inscrito(a) perderá o direito à intervenção. § 3º O(A)s participantes das plenárias só devem escrever no CHAT para esclarecimento e questão de ordem, não sendo permitido escrever propostas, posições políticas, questionamentos a outros membros, informações, provocações ou outros comentários. § 4º As propostas deverão ser apresentadas exclusivamente em formulário próprio, após solicitação prévia. Seção IV Da Comissão de Enfrentamento ao Assédio Art. 21. A Comissão será formada na plenária de instalação sendo composta por três membros da Diretoria do ANDES-SN e por dois membros indicados entre o(a)s delegado(a)s e observador(a)s do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, devendo a mesma ser composta por no mínimo 3/5 (três quintos) de pessoas do gênero feminino. Art. 22. A Comissão de Enfrentamento ao Assédio tem como finalidade: I – receber representações de assédio praticado contra participantes e colaboradores durante o período de realização do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO; II – dar encaminhamento às representações recebidas no âmbito do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO. Art. 23. Recebida a representação, a Comissão deve convidar o(a)(s) representante(s) e o(a)(s) representado(a)(s) para uma reunião de oitíva, separadamente, registrando seus depoimentos em relatório assinado pelas partes e pela Comissão. Parágrafo único. O depoimento poderá ser gravado com a concordância do(a)(s) depoente(s). Art. 24. A Comissão poderá, como encaminhamento para cada representação: I – realizar orientações e intervenções educativas, separadamente, imediatamente após depoimento do(a)(s) representante(s) e do(a)(s) representado(a)(s); II – sugerir à Comissão Diretora a aplicação de sanções na forma do Estatuto do ANDES-SN; III – Após a plenária de encerramento a Comissão enviará para a Diretoria do ANDES-SN um relatório com a descrição das representações, da apuração e dos encaminhamentos. Capítulo V Das Discussões e Votações Art. 25. Quando uma proposição estiver em discussão nas sessões das Plenárias, a palavra será concedida a quem se inscrever exclusivamente via formulário próprio disponibilizado pelo CHAT, respeitada a ordem cronológica de inscrições e paridade de gênero. Art. 26. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério da Plenária, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada neste Regimento, para o funcionamento da Plenária. § 1º O número de inscrições observará o prazo definido no caput deste artigo. § 2º A plenária poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento dos blocos de discussão. § 3º Caso o número de inscrito(a)s seja superior ao número de falas compatível com o tempo disponível nas plenárias, para organizar os blocos de falas será realizado sorteio para definição da ordem de todo(a)s o(a)s inscrito(a)s via formulário próprio. Art. 27. As discussões e as votações terão o seguinte procedimento: I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição; II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição; III - fase de votação, via formulário, com identificação nominal de cada delegado(a) por SSIND ou secretaria regional, de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação da plenária. § 1º Na fase prevista no inciso II deste artigo, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e do(a)s

inscrito(a)s pelo CHAT. § 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora da mesa e pela plenária. Art. 28. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, para estas será garantido o tempo de 2 (dois) minutos improrrogáveis para cada solicitação, sendo essas apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária. §1º As inscrições para questão de ordem, encaminhamento e esclarecimento devem ser feitas no CHAT. § 2º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento. § 3º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento. Art. 29. As deliberações são adotadas por maioria simples do(a)s delegado(a)s presentes em cada sessão, observado o disposto no Art. 28 do Estatuto. “Art. 28. O quórum mínimo para funcionamento das plenárias do CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) do(a)s delegado(a)s inscrito(a)s, e as deliberações serão tomadas por maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes a cada sessão.” (Estatuto do ANDES-SN). Capítulo VII Das Disposições Gerais e Finais Art. 30. As propostas de moções devem ser enviadas por e-mail à secretaria do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO (secretaria@andes.org.br), até às 14 (quatorze) horas do dia 1º de abril de 2021 (quinta-feira), em formulário próprio, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificado(a)s o(a)s proponentes e o(a)s destinatário(a)s, este(a)s último(a)s com endereço de e-mail especificado. § 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO; sendo, neste caso, participantes aquele(a)s estabelecido(a)s nos termos do art. 5º e incisos deste Regimento. § 2º A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO o teor das moções propostas, até às 9 (nove) horas do dia 03 de abril de 2021. § 3º A critério da plenária de encerramento podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início dessa plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à Comissão Diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos. § 4º As propostas de moções das quais não constem o fato motivador, os destinatários com os respectivos endereços eletrônicos e o título não serão recebidas para apreciação do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO. § 5º As propostas de moções cujos temas já tenham sido objeto de discussão nas instâncias do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO e que não foram aprovadas pelo plenário não serão acolhidas pelo CONAD. Art. 31. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora da mesa. Art. 32. Caso seja identificada violação ou insegurança no funcionamento da sala deve ser informada imediatamente à mesa coordenadora para que possa tomar providências. Art. 33. Nas Plenárias somente serão aceitas declarações de voto de delegado(a)s que se abster(em) no momento da votação. § 1º Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas por escrito em formulário próprio. § 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação. Art. 34. A Diretoria do ANDES-SN tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, para divulgar o respectivo relatório final. Art. 35. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso à plenária. Art. 36. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO. Brasília (DF), 27 de março de 2021.

Aprovado o Regimento do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, imediatamente a mesa apresentou **Cronograma e pauta do 11º CONAD Extraordinário**. A secretária geral, professora Maria Regina de Ávila Moreira, colocou em apreciação o cronograma, tendo o mesmo sido **destacado** com a proposta de “alterar os horários”, onde consta 10h, leia-se 10h30 e onde consta 12h leia-se 12h30, do dia 27 de março de 2020. A proposta foi colocada em votação da seguinte forma: **proposta 1-** Favoráveis ao Cronograma e pauta 11º CONAD Extraordinário; **proposta 2-** Contrários; e abstenções. Com nenhum voto contrário e nenhuma abstenção foi **aprovada a pauta e o cronograma do 11º CONAD Extraordinário** conforme segue: **PAUTA E CRONOGRAMA* DO 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL. On-line, 27 de março e 3 de abril de 2021. Tema Central: EM DEFESA DA VIDA, DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E**

DA DEMOCRACIA E AUTONOMIA DO ANDES-SN. Sábado (27/03) 8h às 9h - Acesso a sala virtual; 9h às 10h - Plenária de Abertura; 10h30 às 12h30 - Plenária de Instalação: Aprovação do Regimento, Aprovação do Cronograma e Pauta; 12h30 às 13h30 - Almoço; 13h30 às 15h30 - Plenária do Tema I; 16h às 19h - Plenária do Tema II. Sábado (03/04) 8h30 às 9h - Acesso a sala virtual. 9h às 12h - Plenária do Tema III; 12h às 14h - Almoço; 14h às 16h - Plenária do Tema III; 16h às 17h - Plenária de Encerramento.*Todos os horários referentes ao cronograma acompanham o horário de Brasília. **TEMÁRIO: Tema I – Conjuntura; Tema II – Realização do Congresso do ANDES-SN; Tema III – Planos de Lutas dos Setores.** Após a votação da pauta e do cronograma, passou ao ponto **3 - Comissão de Enfrentamento ao Assédio.** Para compor a Comissão de Enfrentamento ao Assédio a Diretoria indicou as professoras Joselene Ferreira Mota (1ª Vice-Presidenta Regional Norte II), Manoela Finokiet (2ª Vice-Presidenta Regional Rio Grande do Sul) e Rosineide Cristina de Freitas (2ª Vice-Presidenta Regional Rio de Janeiro) e a plenária indicou as professoras Raquel Dias Araújo (SINDUECE) e Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM). Colocada em votação, as indicações para a composição da Comissão foram **aprovadas**, com nenhum voto contrário e três abstenções. No ponto **4- Pendências de credenciamento**, a secretária geral, professora Regina, abordou os tempos da pandemia e dos critérios de participação no 11º CONAD Extraordinário e apresentou as Seções Sindicais que apresentaram pendências no credenciamento: ADUSC, ADUSB e ADUNEMAT. Informou que, mesmo adimplentes com a tesouraria e com a documentação pertinente ao credenciamento de delegado(a)s e observador(a)s, as Seções Sindicais não lograram êxito na realização do credenciamento. Concedida a fala por um tempo de 3 minutos, as referidas Seções Sindicais manifestaram-se no plenário. ADUSC (representada pelo Professor Arturo) justificou que em virtude do sistema ter travado, estão participando como convidados, portanto, solicitam autorização do plenário para que sejam credenciados delegado e observador(a)s. ADUNEMAT (representada pelo Professor Domingos Sávio) justificou que a secretária da ADUNEMAT teve problemas familiares graves por conta da pandemia e a documentação para o credenciamento foi enviada fora do prazo, assim, solicita a regularização para credenciamento de um delegado e um observador. A ADUSB (representada pela Professora Soraya Mendes Rodrigues Adorno) teve problemas internos, inclusive a realização da Assembleia Geral no limite de tempo, com isso perdeu o prazo para o credenciamento, e solicita sensibilidade ao plenário. Após as falas a mesa põe em votação solicitando que delegados e delegadas posicionem-se quanto ao credenciamento das Seções Sindicais, com nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, **por unanimidade foi aprovado que as Seções Sindicais estão aptas a se credenciar.** Nada mais havendo a tratar, eu, Neila Nunes de Souza, 2ª Secretária desta mesa, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidenta do ANDES-SN, Rivânia Lucia Moura de Assis.

Neila Nunes de Souza
2ª Secretária da Mesa

Rivânia Lucia Moura de Assis
Presidenta

**PAUTA E CRONOGRAMA* DO
11º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL**

On-line, 27 de março e 3 de abril de 2021

**Tema Central: EM DEFESA DA VIDA, DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DA DEMOCRACIA E
AUTONOMIA DO ANDES-SN**

27 de março (sábado)	3 de abril (sábado)
<p>8h às 9h - Acesso a sala <i>virtual</i></p> <p>9h às 10h Plenária de Abertura</p> <p>10h30 às 12h30 Plenária de Instalação ✓ Aprovação do Regimento ✓ Aprovação do Cronograma e Pauta</p>	<p>8h30 às 9h – Acesso a sala <i>virtual</i></p> <p>9h às 12h Plenária do Tema III</p>
<p>12h30 às 13h30 – Almoço</p> <p>13h30 às 15h30 Plenária do Tema I</p> <p>16h às 19h Plenária do Tema II</p>	<p>12h às 14h – Almoço</p> <p>14h às 16h Plenária do Tema III</p> <p>16h às 17h Plenária de Encerramento</p>

***Todos os horários referentes ao cronograma acompanham o horário de Brasília.**

TEMÁRIO:

Tema I – Conjuntura

Tema II – Realização do Congresso do ANDES-SN

Tema III – Planos de Lutas dos Setores

REGIMENTO DO 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I

Do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO

Art. 1º O 11º CONSELHO EXTRAORDINÁRIO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD), previsto nos Art. 13, inciso II, e Art. 26, inciso II, do Estatuto do Sindicato, convocado pela Diretoria, conforme Art. 30, inciso XII, reunir-se-á no dias 27 de março e 03 de abril de 2021, com um interregno de sete dias corridos entre as datas dos Temas I e II e a data do Tema III, via plataforma virtual, com base nas Leis nº. 14.010, 10 de junho de 2020, Art. 5º, e nº. 14.030/2020, de 28 de julho de 2020, Art. 7º e no entendimento firmado pela Assessoria Jurídica Nacional – AJN do ANDES-SN, quanto à prorrogação tácita do expediente normativo, em razão da manutenção de gravidade do estado sanitário decorrente da pandemia de coronavírus.

Art. 2º O 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme os artigos 22 e 24 do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 3º O 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades, aprovados pela plenária na sua instalação, de acordo com o disposto no Art. 27 e parágrafos, do Estatuto do ANDES-SN.

Capítulo II

Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO:

I - deliberar sobre a realização do Congresso do ANDES-SN, nos termos dos artigos 18 e 23 do Estatuto do ANDES-SN.

II - atualizar o plano de lutas dos setores das IFES e IEES/IMES aprovado no 39º Congresso do ANDES-SN e no 9º CONAD Extraordinário do ANDES-SN.

Capítulo III

Do(a)s Participantes

Art. 5º São participantes do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO:

I - um(a) delegado(a) de cada S.SIND, escolhido(a) na forma deliberada por sua assembleia geral (Art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II - um(a) delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s, via secretaria regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

III – um(a) delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do Art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

IV – a(o) presidente do ANDES-SN com direito a voz e a voto;

V – até dois observadore(a)s de base da S.SIND e do(a)s sindicalizado(a)s diretamente nas Secretarias Regionais, com direito a voz;

VI - os demais membros em exercício da diretoria (Estatuto, Art. 32, incisos I, II, III e IV), excetuado(a)s aquele(a)s cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art. 32, inciso V), com direito a voz;

VII - os membros da Comissão Diretora, com direito a voz;

VIII - o(a)s convidado(a)s pela Comissão Diretora, devidamente credenciado(a)s como tal, com direito a voz.

IX - a representação da Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN, com direito a voz;

X - a assessoria de comunicação nacional do ANDES-SN para cobertura do evento e repasse para as seções sindicais.

Parágrafo único - Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez durante a realização do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à Comissão Diretora;

b) o(a)s suplentes de delegado(a)s, indicado(a)s para tal pelas assembleias gerais das S.Sind, devem estar credenciado(a)s como observadore(a)s;

c) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

d) considerando a realização do 11º CONAD Extraordinário em dias equidistantes entre si, caso a seção sindical opte por substituir o(a) delegado(a) participante das discussões dos Temas I e II quando da realização das discussões do Tema III, somente poderá fazê-lo observando-se o mesmo critério, qual seja, por observador(a), o(a) qual conste seu nome e sua condição de suplente, obrigatoriamente, da ata da assembleia, ou do documento encaminhado pela diretoria da seção sindical, **que tenha recebido delegação da AG para tal.**

Art. 6º A(O) presidente(a) do ANDES-SN preside o 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 7º A confirmação do credenciamento de delegado(a)s, observadores(a)s e convidado(a)s do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO será realizada na sala virtual das 8h (oito horas) às 9h30 (nove horas e trinta minutos) do dia 27 de março de 2021, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§1º O Credenciamento é **prévio e digital**. O ANDES-SN, empenhado em implementar uma metodologia mais eficiente de inscrição em seus eventos nacionais, reafirma a importância do credenciamento prévio como elemento facilitador do processo e ressalta que o mesmo deverá ser feito pelas seções sindicais no **site <http://credenciamento.andes.org.br>**.

§2º Para o 11º CONAD Extraordinário, fica estabelecido o período de **08 de fevereiro até 25 de março de 2021** para o envio da documentação regimental para inscrição de delegada(o), observadora(e)s e observadora(e)s suplentes da(o) delegada(o), exclusivamente por meio do site indicado.

§3º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento por e-mail e nem no dia do 11º CONAD Extraordinário.

§4º Cada Seção Sindical do ANDES-SN deverá cadastrar um login (e-mail institucional) e uma senha para acesso ao sistema de credenciamento.

§5º Cada delegado(a) e observador(a) inscrito(a) irá receber uma senha, via correio eletrônico, orientando o acesso à sala virtual do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO.

§6º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata ou extrato de ata que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.SIND justificando a situação.

§7º Cada S.SIND terá direito a até 02 (dois/duas) observadore(a)s.

§8º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam o(a)s demais delegado(a)s e observadore(a)s de qualquer S.SIND ou secretaria regional, mediante requerimento à Comissão Diretora.

§9º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá deliberar sobre eles até o seu final.

Capítulo V Do Funcionamento

Seção I Dos Órgãos

Art. 8º São órgãos do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO:

I - Comissão Diretora;

II - Plenárias;

III- Comissão de Enfrentamento ao Assédio.

Parágrafo único - A Comissão de Enfrentamento ao Assédio será criada na plenária de instalação do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO.

Seção II Da Comissão Diretora

Art. 9º. A Comissão Diretora do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO é composta pela Diretoria do ANDES-SN.

Art. 10. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se pelo credenciamento do(a)s participantes;

II - efetivar a substituição de delegado(a)s, de acordo com o disposto no art. 5º, parágrafo único, alínea “c”, deste Regimento;

III - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por diretores(a)s do ANDES-SN;

IV - prover os meios técnicos necessários para realização do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO na modalidade eletrônica.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso à plenária subsequente.

Seção III

Das Plenárias

Art. 11. As plenárias são compostas por:

I – delegado(a)s de S.SIND. ou secretaria regional, devidamente credenciado(a)s, e pela(o) presidente do ANDES-SN, todo(a)s com direito a voz e a voto;

II - observadore(a)s de S.SIND. ou secretaria regional, devidamente credenciado(a)s, com direito a voz;

III - membros da Comissão Diretora do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, com direito a voz;

IV - convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

Art. 12. As plenárias do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º(a) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º(a) secretário(a).

§ 1º A Comissão Diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, o(a)s componentes da mesa coordenadora de cada plenária.

§ 2º A plenária poderá, com base no encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos.

Art. 13. Compete à(o) presidente da mesa coordenadora:

I - preparar, com o(a) 1º(a) secretário(a), a ordem dos trabalhos da plenária;

II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

Art. 14. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 15. Compete ao(à) 1º(a) secretário(a):

I - preparar, com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária;

II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

Parágrafo único. No caso das plenárias de instalação e de encerramento, caberá ao 1º (à 1ª) secretário(a) a elaboração e acompanhamento do protocolo/registro de cada sessão.

Art. 16. Compete ao(à) 2º(a) secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º(a) secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 72 (setenta e duas) horas após o efetivo encerramento do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

Art. 17. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

Dia 27/03/2021:

I - Plenária de abertura: 1 (uma) hora;

II - Plenária de instalação: 2 (duas) horas;

III - Plenária do Tema I: 2 (duas) horas;

IV - Plenária do Tema II: 3 (três) horas;

Dia 03/04/2021:

V - Plenária Tema III: 5 (cinco) horas;

VI - Plenária de encerramento: 1 (uma) hora.

§ 1º Compete à plenária de instalação:

I - aprovar o Regimento e o Cronograma do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO;

II- deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO;

§ 2º Compete às plenária dos temas II e III discutir o Plano de Lutas dos Setores apresentados ao 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, nos termos deste Regimento.

§ 3º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 4º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério da plenária até, no máximo, às 23h59 do dia 03 de abril de 2021.

Art. 18. A verificação do *quórum*, no início das plenárias do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, será feita exclusivamente pelo registro em formulário próprio enviado no *CHAT* da sala virtual, a ser preenchido pelo(a) delegado(a) da S. SIND ou secretaria regional.

Parágrafo único. A verificação de *quórum*, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegado(a)s, por meio da ferramenta “Enquete” do aplicativo Zoom.

Art. 19. Todas as plenárias serão gravadas pela Comissão Diretora, não sendo permitida a gravação pelo(a)s participantes do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO nem do todo e nem de parte do evento para divulgação.

Art. 20. Em virtude da excepcionalidade de realização do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO por meio eletrônico, buscando assegurar a identificação do(a)s participantes e a segurança do voto serão observadas as seguintes regras de funcionamento durante as plenárias:

§ 1º Cada participante do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, presente na sala virtual, deverá manter seu microfone e câmera desligados, ativando ambos somente no momento da intervenção.

§ 2º No caso do(a) inscrito(a), no momento de sua fala, perder a conexão ou por outro motivo não conseguir realizar a intervenção, imediatamente a mesa diretora passará para o(a) inscrito(a) seguinte. Tão logo seja possível a fala do(a) inscrito(a) que não exerceu seu direito, lhe será novamente concedido o direito à intervenção. Caso o tema já tenha se encerrado o(a) inscrito(a) perderá o direito à intervenção.

§ 3º O(A)s participantes das plenárias só devem escrever no *CHAT* para esclarecimento, questão de ordem, não sendo permitido escrever propostas, posições políticas, questionamentos a outros membros, informações, provocações ou outros comentários.

§ 4º As propostas deverão ser apresentadas exclusivamente em formulário próprio, após solicitação prévia.

Seção IV

Da Comissão de Enfrentamento ao Assédio

Art. 21. A Comissão será formada na plenária de instalação sendo composta por três membros da Diretoria do ANDES-SN e por dois membros indicados entre o(a)s delegado(a)s e observador(a)s do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, devendo a mesma ser composta por no mínimo 3/5 (três quintos) de pessoas do gênero feminino.

Art. 22. A Comissão de Enfrentamento ao Assédio tem como finalidade:

I – receber representações de assédio praticado contra participantes e colaboradores durante o período de realização do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO;

II – dar encaminhamento às representações recebidas no âmbito do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO.

Art. 23. Recebida a representação, a Comissão deve convidar o(a)(s) representante(s) e o(a)(s) representado(a)(s) para uma reunião de oitiva, separadamente, registrando seus depoimentos em relatório assinado pelas partes e pela Comissão.

Parágrafo único. O depoimento poderá ser gravado com a concordância do(a)(s) depoente(s).

Art. 24. A Comissão poderá, como encaminhamento para cada representação:

I – realizar orientações e intervenções educativas, separadamente, imediatamente após depoimento do(a)(s) representante(s) e do(a)(s) representado(a)(s);

II – sugerir à Comissão Diretora a aplicação de sanções na forma do Estatuto do ANDES-SN;

III – Após a plenária de encerramento a Comissão enviará para a Diretoria do ANDES- SN um relatório com a descrição das representações, da apuração e dos encaminhamentos.

Capítulo V Das Discussões e Votações

Art. 25. Quando uma proposição estiver em discussão nas sessões das Plenárias, a palavra será concedida a quem se inscrever exclusivamente via formulário próprio disponibilizado pelo CHAT, respeitada a ordem cronológica de **inscrições e paridade de gênero**.

Art. 26. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério da Plenária, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada neste Regimento, para o funcionamento da Plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º A plenária poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento dos blocos de discussão.

§ 3º Caso o número de inscrito(a)s seja superior ao número de falas compatível com o tempo disponível nas plenárias, para organizar os blocos de falas será realizado sorteio para definição da ordem de todo(a)s o(a)s inscrito(a)s via formulário próprio.

Art. 27. As discussões e as votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, via *formulário*, com identificação nominal de cada delegado(a) por SSIND ou secretaria regional, de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação da plenária.

§ 1º Na fase prevista no inciso II deste artigo, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e do(a)s inscrito(a)s pelo CHAT.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora da mesa e pela plenária.

Art. 28. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, para estas será garantido o tempo de 2 (dois) minutos improrrogáveis para cada solicitação, sendo essas apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§1º As inscrições para questão de ordem, encaminhamento e esclarecimento devem ser feitas no CHAT.

§ 2º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 3º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 29. As deliberações são adotadas por maioria simples do(a)s delegado(a)s presentes em cada sessão, observado o disposto no Art. 28 do Estatuto.

“Art. 28. O quórum mínimo para funcionamento das plenárias do CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) do(a)s delegado(a)s inscrito(a)s, e as deliberações serão tomadas por maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes a cada sessão.” (Estatuto do ANDES-SN).

Capítulo VII Das Disposições Gerais e Finais

Art. 30. As propostas de moções devem ser enviadas por e-mail à secretaria do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO (secretaria@andes.org.br), até às 14 (quatorze) horas do dia 1º de abril de 2021 (quinta-feira), em formulário próprio, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificado(a)s o(a)s proponentes e o(a)s destinatário(a)s, este(a)s último(a)s com endereço de e-mail especificado.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO; sendo, neste caso, participantes aquele(a)s estabelecido(a)s nos termos do art. 5º e incisos deste Regimento.

§ 2º A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO o teor das moções propostas, até às 9 (nove) horas do dia 03 de abril de 2021.

§ 3º A critério da plenária de encerramento podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início dessa plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à Comissão Diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

§ 4º As propostas de moções das quais não constem o fato motivador, os destinatários com os respectivos endereços eletrônicos e o título não serão recebidas para apreciação do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO.

§ 5º As propostas de moções cujos temas já tenham sido objeto de discussão nas instâncias do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO e que não foram aprovadas pelo plenário não serão acolhidas pelo CONAD.

Art. 31. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora da mesa.

Art 32. Caso seja identificada violação ou insegurança no funcionamento da sala deve ser informada imediatamente à mesa coordenadora para que possa tomar providências.

Art. 33. Nas Plenárias somente serão aceitas declarações de voto de delegado(a)s que se abster(em) no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas por escrito em formulário próprio.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação.

Art. 34. A Diretoria do ANDES-SN tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, para divulgar o respectivo relatório final.

Art. 35. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso à plenária.

Art. 36. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO.

Brasília(DF), 27 de março de 2021.

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s):

Seção Sindical:

Destinatário(a)(s):

Endereço(s) do(a)(s) destinatário(a)(s):

Cidade:

UF:

CEP:

E-mail:

Fato motivador da Moção:

MOÇÃO DE

O(A)s delegado(a)s presentes ao 11º CONAD Extraordinário do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado *On-line*, nos dias 27 de março e 3 de abril de 2021, manifestam

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA I DO 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL CONJUNTURA

Às 13h30, do dia 27 de março de 2021, na sala virtual da plataforma Zoom, depois de confirmado o *quorum* regimental de 34 delegado(a)s presentes, foi aberta a Plenária do **Tema I – Conjuntura**. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pela professora Jenniffer Susan Webb Santos (3ª Tesoureira), presidenta; pelo professor Marcos Antônio Tavares Soares (1º Vice-Presidente Regional NE III) vice-presidente; pela professora Elizabeth Carla Vasconcelos (1ª Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro), primeira-secretária; pelo professor Luiz Henrique dos Santos Blume (3º Secretário), segundo-secretário. Os trabalhos tiveram início com a presença do(a)s **diretore(a)s**: Rivânia Lucia Moura de Assis (Presidenta); José Milton Pinheiro de Souza (1º Vice-Presidente); Zuleide Fernandes de Queiroz (2ª Vice-Presidente); Raimundo Luiz Silva Araújo (3º Vice-Presidente); Maria Regina de Ávila Moreira (Secretária-Geral); Francielli Rebellato (2ª Secretária); Luiz Henrique dos Santos Blume (3º Secretário), Amauri Fragoso de Medeiros (1º Tesoureiro); Jenniffer Susan Webb Santos (3ª Tesoureira); Milena Fernandes Barroso (1ª Vice-Presidente Regional Norte I); (2ª Vice-Presidente Regional Norte I); Joselene Ferreira Mota (1ª Vice-Presidente Regional Norte II); Zaira Vakeska Dantas da Fonseca (1ª Secretária Regional Norte II); Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (2ª Vice-Presidente Regional NE I); Gisvaldo Oliveira da Silva (1º Secretário Regional NE I); Cristine Hirsch Monteiro (1ª Vice-Presidente Regional NE II); Alexsandro Donato Carvalho (2º Vice-Presidente Regional NE II); Marcos Antônio Tavares Soares (1º Vice-Presidente Regional NE III); Sandra Maria Marinho Siqueira (2ª Vice-Presidente Regional NE III); Neila Nunes Souza (1ª Vice-Presidente Planalto); Luís Augusto Vieira (2º Vice-Presidente Regional Planalto); Raquel de Brito Sousa (1ª Vice-Presidente Regional Pantanal); Adma Cristhina Salles de Oliveira (2ª Vice-Presidente Regional Pantanal); Mario Mariano Ruiz Cardoso (1º Vice-Presidente Regional Leste); Gustavo Seferian Scheffer Machado (1º Secretário Regional Leste); Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (1ª Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro); Rosineide Cristina de Freitas (2ª Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro); Osvaldo Luís Angel Coggiola (1º Vice-Presidente Regional São Paulo); Edmilson Aparecido da Silva (1º Vice-Presidente Regional Sul); Edivane de Jesus (2ª Vice-Presidente Regional Sul); Carlos Alberto Pires (1º Vice-Presidente Regional Rio Grande do Sul); Manuela Finokiet (2ª Vice-Presidente Regional Rio Grande do Sul); **do(a)s delegado(a)s**: Ailce Margarida Negreiros Alves (SINDUNIFESSPA); Alaide Pereira Japecanga Aredes (ADUEMS); Alana das Neves Pedruzzi (APROFURG); Aldi Nestor de Souza (ADUFMAT); Alexandre Bergamin Vieira (ADUFDOURADOS); Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI); Ana Lúcia Silva Gomes (ADUA); Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP); Andressa Schneider (SINDOIF); Arturo Rodolfo Samana (ADUSC); Augusto Santiago Cerqueira (APES); Bartolomeu Rodrigues Mendonça (APRUMA); Celeste Pereira (ADUFPEL); Cesar Beras (SESUNIPAMPA); Daniel Augusto Pereira (ADUFLA); Dario de Sousa e de Sousa e Silva Filho (ASDUERJ); David Romão Teixeira (APUR); Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUNEMAT); Edson Holanda Cavalcante Júnior (ADUEPB); Edivania Santos Alves (ADUFPA); Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFIPI); Eleonora Ziller Camenietzki (ADUFRJ); Emerson Duarte Monte (SINDUEPA); Fabio Cesar Venturini (ADUNIFESP); Fernanda de Araújo Binatti Chiote (ADUFES); Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB) Gilberto Grassi Calil (ADUNIOESTE); Gilberto Correia da Silva (APUG); Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ); Humberto Issao Sueyoshi (ADUFAC); Jacques de Novion (ADUnB-SS); João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kate Lane Costa de Paiva (ADUFF); Katya C. L. Picanço (SINDUTFPR); Lindemberg Sousa Massa (ADUNICENTRO); Lucas da Silva Castro (SINDUFAPPE); Luiz Augusto Mazzarolo (SESDUFT); Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC); Marcelo Pereira Fernandes (ADUR); Marcelo Zaboetzki ADUNIRIO; Márcia Morschbacher

(SEDUFMS); Marcos Antônio da Silva Pedroso (ADUFS); Maria Raquel Garcia Vega (SESDUENF/ADUENF); Marília Gonçalves Dal Bello (Sindunespar); Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (ADUFERPE); Nilza da Silva Martins (ADUNEB); Patrícia Batista Barra (ADUERN); Patricia Sposito Mechi (SESUNILA); Paulo Cesar Centoducatte (ADUNICAMP); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Paulo Vieira Neto (APUFPR); Raimundo Wanderley Corrêa Padilha (SINDUNIFESSPA); Roberto Câmara de Araújo (SESDUF-RR); Rodrigo Cardoso Soares de Araujo (SINDIFSULDEMINAS); Rodrigo de Souza Dantas Mendonça Pinto (ADUNIRIO); Rodrigo Fernandes Ribeiro (ADUFOP); Rosângela Assunção (ADCESP); Rúbia Liz Vogt de Oliveira (Ssind do ANDES-SN na UFRGS); Sidiney Ruocco Junior (ADUFU); Soraya Mendes Rodrigues Adorno (ADUSB); Subênia Medeiros (ADUFERSA); Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM); Virginia Marcia Assunção Viana (SINDUECE); Washington Luiz Félix Santos (SESDUEM); **do(a)s observadore(a)s e/ou suplentes do(a)s delegado(a)s:** Adilson Mendes Ricardo (SINDCEFET-MG); Adriane Raquel Santana de Lima (ADUFPA); Aline Fae Stocco (ADUFPI); Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI); Allain Wilham Silva de Oliveira (ASPUV); Ana Beatriz Matte Braun (SINDUTFPR); Ana Claudia Duarte Mendes (ADUEMS); Andréia Meinerz (SINDOIF); Antonio Gonçalves Filho (APRUMA); Ascísio Dos Reis Pereira Beleza (SEDUFMS); Camila Maria dos Santos Moraes (ADUNIRIO); Caryne Aparecida de Carvalho Braga (SESDUENF/ADUENF); Carla Benitez Martins (ADCAJ); Carlos Vitório de Oliveira (ADUSC); Carolina Nozella Gama (ADUFAL); Celso Eduardo Lins de Oliveira (ADUSP); Claudio Enrique Fernández Rodríguez (SINDOIF); Daniel de Campos Antiquera (ADUFPB); Deoclecio Ferreira de Brito (ADUEPB); Edilton de Souza Barcellos (ASPUV); Edivânia de Araújo Lima (ADUFPI); Eduardo Gomes da Silva Filho (SESDUF-RR); Edson Franco de Moraes (ADUFPB); Edson Joaquim dos Santos (ADunicamp); Erika Suruagy Assis de Figueiredo (ADUFERPE); Erminda da Conceição Guerreiro Couto (ADUSC); Fabiano Kenji Nohama (SESDUFT); Fernando Correa Prado (SESUNILA); Fernando Nogueira Martins Júnior (ADUFLA); Francisleide da Silva Pires de Santana (ADUSB); Guilherme Howes Neto (SESUNIPAMPA); Herli Joaquim de Menezes (ADUFRJ); Joel Moisés Silva Pinho (APUG); José Bezerra de Araújo (ADUFCG); José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE); José Irelanio Ataíde (ADUFCG); José Luis Derisso (ADUNIOESTE); José Vitório Zago (ADUNICAMP); Juarez José Rodrigues Fuão (APROFURG); Katia da Araújo Lima Vallina (ADUA); Kelânia Freire Martins Mesquita (ADUERN); Lucas Milhomens Fonseca (ADUA); Luís Acosta (ADUFRJ); Luís Antônio Pasquetti (ADUNB); Luiz Carlos Avelino da Silva (ADUFU); Leonardo Segura Moraes (ADUFU); Leonardo Silva Andrada (APES); Lisleandra Machado (APES); Mailiz Garibotti Lusa (SSind do ANDES-SN na UFRGS); Maria de Lourdes dos Santos (ADUFDOURADOS); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF); Maria Suely Soares (APUFPR); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Márcia S. Hirata (ADUFSJ); Marcelo Eibs Cafrune (APROFURG); Marcelo Pereira Fernandes (ADUR); Marcos Antônio Campos Couto (ASDUERJ); Marcos Antônio da Silva Pedroso (ADUFS); Míriam Cristiane Alves (ADUFPEL); Moisés Silveira Lobão (ADUFAC); Naira Souza Moura (ADUNEB); Nádia Socorro Fialho Nascimento (ADUFPA); Nelson Aleixo da da Silva Júnior (ADUEPB); Nilson Pereira de Carvalho (SINDUFAP); Osmar Martins de Souza (SINDUNESPAR); Paulo Sérgio Maroti (SESDUF-RR); Rafael da Silva Cortes (Ssind do ANDES-SN na UFRGS); Raphael Góes Furtado (ADUFES); Raquel Dias Araujo (SINDUECE); Reinalda Souza Oliveira (ADUFS-BA); Rejane Aparecida Rodrigues Candado (ADUFMS); Ronaldo Fabiano dos Santos Gaspar (SINDIPROL-ADUEL); Sabrina Grassioli (ADUNIOESTE); Serginei José do Carmo Liberato (ADUFERPE); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sônia Lúcio R de Lima (ADUFF); Sueli Maria do Nascimento (ADUFAL); Tatiana Cotta Gonçalves Pereira (ADUR); Thereza Christina dos Santos Figueira Cardoso (ADUNIRIO); Thiago Sebastião de Melo (ADUNB); Valdir Anhucci (SINDIPROL-ADUEL); Vanderlei Amboni (SINDUNESPAR); e **do(a)s convidado(a)s:** Leandro Madureira Silva (AJN); Sirleine Brandão Souza (APUBH) e Bruno Anderson Matias da Rocha (ADUFC). Dando início aos trabalhos, a presidenta apresentou a composição da mesa, com áudiodescrição, indicando a existência de seis textos de conjuntura a serem debatidos. Solicitou aos grupos que estão apresentando os textos que indiquem pelo *chat* o nome de quem fará a defesa. A

presidenta da mesa avisou que a plenária do Tema 1- Conjuntura, terá duração máxima de 2 (duas) horas. Na sequência, disponibilizou o tempo de sete minutos para a apresentação de cada texto por um(a) representante, respeitando a ordem de publicação do Caderno de Textos. Em seguida, a presidenta concedeu a palavra ao(à)s expositore(a)s na seguinte sequência: Prof^a Rivânia Moura, Presidenta do ANDES, para a defesa do **Texto 1 – Movimento Docente – Diretoria do ANDES-SN**. Para a defesa do **Texto 2 – Novo normal, coisa nenhuma, vamos à luta!** – Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPb); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Elza Dely Veloso Macedo (ADUFF); Epitácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenias Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUNIFAP); Gean Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Olgaíses Maués (ADUFPA); Paulo Afonso (SESDUF-RR); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPb); Rinaldo Martins (SINDUFAP); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Sâmela Ramos da Silva (SINDUFAP); Sandra Alessi (APUFPR); Sandra Buenafuente (SESDUF-RR); Savana Diniz (APUBH); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP); cujos expositore(a)s foram Celeste dos Santos Pereira (ADUFPEL) e Sidnei Lobato (SINDUFAP). O **Texto 3 – Docente: qual é a parte que nos cabe nesta conjuntura?** – Alberto Handfas (ADUNIFESP), Ari de Souza Loureiro (ADUFPA), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Zulke Taffarel (APUB-UFBA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUNB), David Romão Teixeira (APUR), Domingos Savio da Cunha Garcia (ADUNEMAT), Eliene Novaes Rocha (ADUNB), Erika Suruagy (ADUFERPE), Eunice Léa de Moraes (ADUFPA), Fábio Tadeu de Melo Pessôa (SINDUNIFESSPA), Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane da Silva Mota (ADUFPA), Leni Hack (ADUNEMAT), Jairo de Jesus Nascimento da Silva (SINDUEPA), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Itabirici de Souza e Silva Junior (ADUFRA), José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS), Juliano Pamplona Ximenes Ponte (ADUFPA), Leonardo da Rocha Botega (SESDUFMS), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Márcia Morschbacher (SESDUFMS), Maria Carlotto (ADUFABC), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Marize Carvalho (APUB-UFBA), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUNB), Míriam Cristiane Alves (ADUFPel), Paulo Opuska (APUFPR), Pedro Silva (SINDUECE), Pere Petit Penarrocha (ADUFPA), Rafael Estrela Canto (ADUFPA), Rejane Candado (ADUFMS), Venize Rodrigues (SINDUEPA) foi defendido por Eudes Baima (SINDUECE) e Domingos Savio da Cunha Garcia (ADUNEMAT). Para o **Texto 4 – Mobilizar a base e reunir forças: na defesa da universidade, dos serviços e dos servidores públicos** – Adriana Machado Penna (ADUFF-SSind.);

Agatha Justen Gonçalves Ribeiro (ADUFF-SSind.); Airton Paula Souza (ADUFS-SSind.); Alair Silveira (ADUFMAT-SSind.); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCefet/MG-SSind.); Angelica Lovatto (ADUNESP-SSind.); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP-SSind.); Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-SSind.); Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS-SSind.); Bráulio Silva Chaves (SINDCefet/MG-SSind.); Catharina Marinho Meireles (ADUFF-SSind.); Célia Regina Otranto (ADURRJ-SSind.); Claudio Roberto Marques Gurgel (ADUFF-SSind.); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP-SSind.); Dilenno Dustan (APES-JF); Elizandra Garcia da Silva (ADUFF-SSind.); Elyson Ádan Nunes Carvalho (ADUFS-SSind.); Fábila Barboza Heluy Caram (SINDCefet/MG-SSind.); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP-SSind.); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP-SSind.); Francisco Mauri de Carvalho Freitas (ADUFES-SSind.); Francisco Vitória (ADUFFPel-SSind.); Igor Mota Morici (SINDCefet/MG-SSind.); Ivan Neves (ADUFFPA-SSIND.); Jacira Maria Machado de Oliveira (ADUFF-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP-SSind.); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT-SSind.); José Jailton Marques (ADUFS-SSind.); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ-SSind.); Júlio Carlos Figueiredo (ADUFF-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ-SSind.); Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS-SSind.); Marluce Silva (ADUFMAT-SSind.); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP-SSind.); Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS-SSind.); Onice Teresinha Dall’Oglio (ADUFMAT-SSind.); Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF-SSind.); Roberto Alves Simões (ADUFF-SSind.); Rondnelly Diniz Leite (SINDCefet/MG-SSind.); Samuel França Alves (SINDCefet/MG-SSind.); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP-SSind.); Vera Aguiar Cotrim (SINDCefet/MG-SSind.); Waldyr Lins de Castro (ADUFF-SSind.); Wilma Lucia Rodrigues Pessoa (ADUFF-SSind.); Wilton Walter Batista (ADUFS-SSind.), nenhum(a) delegado(a) ou observador(a) indicou-se para fazer a apresentação do Texto de Apoio. O **Texto 5** – *Cessar o genocídio! Lockdown, vacina para todos e auxílio emergencial já! Fora Bolsonaro e Mourão!* – Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Viviana Mônica Vermes (ADUFES), Gelta Xavier (ADUFF), Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE), Helio Cabral (ADUFERPE), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Adriana Santos (SEDUF-RR), Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Antonio Luis da Silva Sousa (SINDIFPI), Aritana Dutra (SINDIFPI), Egmar Souza (SINDIFPI), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Antonio Rodrigues Belon (ADUFMS), Tarcisio Luiz Pereira (ADUFMS), Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS), Armando Tafner (ADUFMAT), Cláudia Durans (APRUMA), Roberto Santos Ramos (APRUMA), Rosana Éleres Figueiredo (APRUMA), Welbsson do Vale Madeira (APRUMA), Daniela Batista Santos (ADUNEB), Sinoélia Silva Pessoa (ADUNEB), Douglas Bezerra (ADUFPI), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Gihad Mohamad (SEDUFMS), José Carlos Gilli (SEDUFMS), Maristela da Silva Souza (SEDUFMS), Helvio Alexandre Mariano (ADUNICENTRO), Irenilda dos Santos (ADUFMAT), Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), José Vitorio Zago (ADUNICAMP), Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE), Marco Escher (APES-JF), Raimundo Wanderley Padilha (ADUNIFESSPA), Simone Contente (SINDUNIFESSPA), Romildo Raposo (ADUFFPB), Sandra Moreira (ADUFFPA)), Tamara Cardoso André (ADUNIOESTE), foi defendido por Raphael Góes Furtado (ADUFES). Por fim, o **Texto 6** – *40 Anos de unidade, solidariedade e luta! Em defesa dos direitos e das liberdades democráticas! Fora Bolsonaro, Mourão e Guedes! Vacinação para todas e todos pelo SUS!* – Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Ana Clara Magalhães (ADUFAL), Ana Cristina Albuquerque (ADUEL), Ana Karen de Oliveira Souza (ADUFS-BA), Anderson Deo (ADUNESP), André Rosa Martins (SINDOIF-RS), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM), Antonio Carlos Mazzeo (ADUNESP), Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFS-BA), Benedito Carlos Libório Caires Araújo (ADUFES), Bianca Novaes de Mello (ADUFF) , Bruno Pizzi (ADUFDourados), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Camila Leite Oliver (ADUNEB), Carla Daniel Sartor (ADUNIRIO), Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF), Célia Regina da Silva (ADUEMG), César Maranhão (ADUFRJ), Cleide de Lima Chaves (ADUSB), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristiano Ferraz (ADUNEB), David Albuquerque de Menezes (SINDUECE), Douglas Ribeiro Barboza (ADUFF), Eduardo Serra (ADUFRJ), Elizabeth Sara Lewis (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB), Fabio Bezerra (SINDCEFET-MG), Fernando Medeiros (ADUFAL), Fernando Santos (ADCAJ),

Filipe Boechat (ADUFRJ), Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL), Giselle Modé Magalhães (ADUFSCAR), Guilherme Dornelas Camara (ANDES/UFRGS), Gustavo Miranda (APROFURG), Hélio Messeder Neto (APUB/UFBA), Herli de Menezes (ADUFRJ), Hilbeth Parente Azikri de Deus (SINDUTF-PR), Hilusca Alves Leite (SESDUEM), Hugo Leonardo Fonseca da Silva (ADUFG), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Ivna Nunes (ADUFMAT), Jamesson Buarque de Souza (ADUFG), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jefferson Rodrigues Barbosa (ADUNESP), José Alex Soares Santos (SINDUECE), Juliana Bohnen Guimarães (ADUEMG), Kate Lane Costa de Paiva (ADUFF), Kathiuça Bertollo (ADUFOP), Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões (ADUFLA), Leandro Cristino Pereira (SINDCEFET-MG), Leonardo Andrada (APESJF), Leonardo Santos (ADUFMAT), Leonardo Segura Moraes (ADUFU), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Luciano Rodrigues de Souza Coutinho (ADUFRJ), Luis Acosta (ADUFRJ), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (ADUFAC), Marcelo "Russo" Ferreira (ADUFPA), Márcia Lemos (ADUSB), Márcio Magalhães da Silva (ADUFLA), Marcos Antonio da Silva Pedroso (ADUFS), Marcos Botelho (ADUFRJ), Mauro Iasi (ADUFRJ), Maurício Alves da Silva (SESDUFT), Michael Melo Bocádio (SINDUECE), Moisés Lobão (ADUFAC), Osvaldo Maciel (ADUFAL), Pablo Bielschowsky (ADUR-RJ), Paulo Roberto Felix dos Santos (ADUFS), Qelli Rocha (ADUFMAT), Rafael Vieira Teixeira (ADUFES), Renato Domingues Fialho Martins (ADCEFET-RJ), Roberto Silva de Oliveira (ADUSB), Rodrigo Bichoff (SESDUEM), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO), Rogério Giuliano (SESUNILA), Rubens Ragone (APESJF), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Sócrates Oliveira Menezes (ADUSB), Sofia Manzano (ADUSB), Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM), Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM), Túlio Lopes (ADUEMG), Vanessa Batista de Andrade (ADUNIOESTE), Victor Neves de Souza (ADUFES), Vinícius Correia Santos (ADUSB), Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Wellington Augusto Silva (ADUR-RJ) e Wladimir Nunes Pinheiro (ADUFPPB), foi defendido por Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM) e Luís Acosta (ADUFRJ). Após a defesa dos textos, a presidenta da mesa orientou os presentes a inscreverem-se por meio do formulário disponibilizado para este fim. Após o encerramento das inscrições para fala na plenária, contabilizou-se a inscrição de 12 pessoas que se autoafirmam do gênero feminino e 27 do gênero masculino. A coordenação da mesa solicitou um tempo para colocar todos os nomes do(a)s inscrito(a)s no embaralhamento para o sorteio da ordem das falas, procedeu o sorteio de 16 falas, considerando a paridade de gênero, via sítio eletrônico (exibidos pela tela compartilhada da plataforma digital), gerando uma ordem aleatória das inscrições, e iniciou, logo depois, o debate, com as falas sorteadas sob a paridade de gênero. No primeiro bloco de inscrições, Rosineide Cristina de Freitas (2ª Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro), primeira a falar, destacou os pontos apontados no TR 7, da diretoria, e reforçou que o genocídio perpetrado pelo governo federal atinge de forma mais intensa a população negra e das periferias. Em seguida, Luiz Antônio Pasqueti (ADUNB) afirmou que a lógica do governo federal é a de pressionar pelo retorno presencial das atividades de ensino, embora exista oposição de alguns governadore(a)s; acrescentou que o ANDES-SN deve se juntar aos demais fóruns que defendem a vida e a vacinação em massa. Maria Regina de Avila (Secretária-Geral do ANDES-SN) afirmou que os textos de apoio em sua maioria convergem, com algumas diferenças, e que é preciso construir a unidade com as demais categorias do(a)s servidore(a)s público(a)s defendeu que o ANDES-SN pode desempenhar esse papel, que a luta contra os ataques do governo à classe trabalhadora deve se intensificar e que precisamos construir uma ampla unidade com a classe trabalhadora. Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDFIPI) informou que o representante da CSP-CONLUTAS, Paulo Barella, teve um problema para participar da mesa de abertura porque estava acompanhando a sua irmã que está com COVID-19. Afirmou ainda que não podemos aguardar o cenário eleitoral para 2022, embora acredite que há setores do movimento que privilegiam as eleições, e que é preciso que o CONAD aprove uma greve sanitária, caso o governo Bolsonaro delibere pelo retorno às aulas presenciais, com o mote: Em defesa da vida, Vacinação para todo(a)s já! e Fora Bolsonaro-Mourão. Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS) afirmou que o governo Bolsonaro "inventou" uma nova modalidade do neoliberalismo, a inexistência do Estado, e que, apesar de não ter capacidade ou eficiência, está "passando a boiada" nos direitos. Reforçou que é preciso buscar a unidade das esquerdas e não viu nenhum momento

histórico como este que estamos vivendo, e que não é preciso criar uma dicotomia entre a classe trabalhadora, pois algumas organizações querem escolher com quem nós devemos nos unir; na sua opinião, devemos nos unir com todas as forças de representação da classe trabalhadora, e o ANDES-SN deve participar das Conferências Populares de Educação. Amauri Fragoso de Medeiros (1º Tesoureiro - ANDES-SN) afirmou que as análises de conjuntura apresentam os novos desafios do movimento social, tendo em vista que precisaríamos estar nas ruas para barrar as contrarreformas do governo Bolsonaro, mas este período de isolamento social e de necessidade de organização virtual impõe limites para nossa mobilização e que, por isso, o ANDES-SN está se organizando para garantir formas democráticas de participação na base. A presidenta da mesa, professora Jennifer Webb Santos, informou a substituição da delegada Luciana de Amorim Nóbrega (ADUR-RJ), por Marcelo Pereira Fernandes (1º Suplente). Sandra Maria Marinho Siqueira (2ª Vice-Presidente Regional NE III) fez uma saudação revolucionária à diretoria do ANDES-SN e afirmou que estamos vivendo um período em que o Capital está cada vez mais ampliando suas taxas de lucro, em detrimento do aumento da pobreza e miséria da classe trabalhadora, que se encontra também sem os direitos básicos, pois os governos federal e estadual não estão assegurando os direitos básicos da população, como auxílio emergencial, garantia de trabalho e vacina para todo(a)s; encerrou afirmando que temos que fortalecer a unidade na luta, articulando-nos com outras entidades e fortalecendo a CSP-CONLUTAS. Rodrigo de Souza Dantas (ADUFRJ) afirmou que poderíamos falar sobre o genocídio em massa, mas preferia tratar de como a maioria da população poderá fazer uso de sua força para derrotar as forças profascistas, que não são maioria na população, mas que tem o poder do governo e dos grupos milicianos que o apoiam. Lembrou de quando o movimento social esteve unido em torno da luta pela diretas já, na década de 1980, pois foi através da formação de comitês pró-diretas em todo o país que se criaram as condições para a retomada dos movimentos sociais, e afirmou que o ANDES-SN tem condições de construir essa unidade e derrotar o fascismo. A presidenta da mesa informou a substituição na delegação da ADUFS, substituindo a delegada Josefa de Lisboa Santos (ADUFS) por Marcos Antônio da Silva Pedroso (1º Suplente). Em seguida, Alaíde Japicanga (ADUEMS) falou da preocupação com o sindicato, pois, segundo ela, há 20 ou 30 anos o ANDES-SN não tem angariado o(a)s professore(a)s; por fim defendeu uma parceria com a sociedade civil, pois há muito(a)s docentes que são “bolsonaristas”. Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ) afirmou que estamos vivendo um processo muito difícil e que o ANDES-SN, nos 40 anos do sindicato, sempre esteve presente nas lutas, seja contra o autoritarismo ou na defesa das liberdades democráticas, um sindicato classista, antirracista, antimachista e referenciado nas lutas históricas da classe trabalhadora; além disso, defendeu que devemos fortalecer o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes na luta por Direitos e Liberdades Democráticas. Em seguida, David Teixeira Romão (APUR) iniciou sua fala prestando homenagem ao companheiro Antônio Eduardo, diretor da APUR, que foi vítima da COVID-19. Afirmou, ainda, que a fraude eleitoral da Vaza Jato indica que as instituições estão degeneradas; saudou a atual diretoria pelo esforço de unidade com as demais entidades e movimentos sociais; destacou que fomos jogado(a)s de forma compulsória no trabalho remoto e que no CONAD precisamos reforçar a defesa do ensino presencial; que passado mais de um ano, nada foi feito para oferecer condições de renda para o(a)s trabalhadore(a)s; que se for colocada a imposição do retorno presencial às aulas, será preciso defender uma greve sanitária, com recursos para a realização de testes em massa e vacinação para todos. Daniel Antiquera (ADUFPB) defendeu que devemos construir uma greve já, em defesa da autonomia, contra os interventores, e apoiar as lutas dos estudantes e trabalhadore(a)s que não tem sindicatos para se organizar. Márcia Morschbacher (SEDUFMS), em sua fala, tratou da luta contra a PEC 32, a reforma administrativa, e trouxe como pauta a defesa do(a)s servidore(a)s público(a)s, que estão salvando vidas, e do serviço público, sem o qual não teremos vacinas, serviço médico, educação; por isso, defende que é preciso uma ampla unidade em defesa dos serviços públicos. Em segundo ponto, afirmou que não podemos naturalizar a adoção do ensino remoto, nem sermos exposto(a)s ao risco de morte com aulas presenciais, portanto, é preciso afirmar que não temos condições de retorno presencial das atividades porque o governo não oferece as condições sanitárias necessárias, o que inclui vacinação em massa, adoção de procedimentos nas IES, disponibilização de EPI e demais equipamentos de segurança.

Emerson Duarte Monte (SINDUEPA) solidarizou-se com as famílias enlutadas e com a professora Érica Suruagy, destacou a piora das condições da classe trabalhadora, a qual há 40 anos vem construindo um novo patamar de organização que, agora, está sendo destruído. As últimas ações do governo federal, com o corte do orçamento de saúde e educação, demonstram o projeto que está sendo traçado, de destruir as políticas públicas e sociais em detrimento do pagamento de juros da dívida. É preciso construir formas de solidariedade aos(às) trabalhadore(a)s que estão sofrendo com o acirramento da piora nas condições de vida, e, por isso, é preciso defender o *lockdown*, o auxílio emergencial, a vacinação em massa e o Fora Bolsonaro-Mourão. A presidenta da mesa informou a substituição do delegado Paulo Henrique Costa Mattos(APUG) por Gilberto Correia da Silva (1º Suplente). Em seguida, fez uso da palavra Francielli Rebellato (2ª Secretária - ANDES-SN), que solidarizou-se com as famílias dos colegas que foram vítimas da COVID-19. Afirmou ainda que a conjuntura atual exige apontar uma outra forma de sociedade, com a necessária organização da classe trabalhadora, e que o ANDES-SN tem um papel histórico neste sentido, avançando com a classe, construindo este processo de organização. Para isso, é preciso continuar o movimento de construção da unidade contra o governo genocida, bem como da unidade interna do sindicato, mobilizando nossas bases para que a universidade pública sobreviva, pois os anúncios dos cortes no orçamento trazem ainda mais dificuldades para a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Raimundo Nonato do Neto Vale (ADUERN) apresentou a dificuldade de trabalhar na forma de ensino remoto, pois nós docentes não fomos preparado(a)s para essa realidade, e muito menos as nossas universidades, o que aumenta ainda mais as desigualdades, reforçando a necessidade de construir uma frente ampla e defender o auxílio emergencial e a vacina para todo(a)s. Às 15h54, já no horário limite para o encerramento da Plenária, a presidenta Jennifer Webb Santos agradeceu a participação e colaboração de todo(a)s, especialmente da mesa coordenadora, e passou a palavra à Rivânia Lúcia Moura de Assis, presidenta do ANDES-SN, que apresentou a proposta de alteração do intervalo para o começo das atividades da próxima mesa: previsto inicialmente como 30 minutos, propôs-se que fosse reduzido para 15 minutos. A plenária aprovou o encaminhamento, assim, a próxima plenária, do Tema II, será retomada às 16h10. Nada mais havendo a tratar, eu, Luiz Henrique dos Santos Blume, 2º Secretário da mesa, às 15h50, assino e lavro a presente ata, juntamente com a presidenta, Jennifer Webb Susan Santos.

Luiz Henrique dos Santos Blume
2º Secretário da Mesa

Jennifer Susan Webb Santos
Presidenta da Mesa

**ATA DA PLENÁRIA DO TEMA II DO 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO
ANDES-SINDICATO NACIONAL
REALIZAÇÃO DO CONGRESSO DO ANDES-SN**

Às 14h20 do dia vinte e sete do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, de modo remoto, via Plataforma Zoom, confirmado o quórum regimental, mediante a presença **do(a)s diretores(a)s**: Rivânia Lucia Moura de Assis (Presidenta); José Milton Pinheiro de Souza (1º Vice-Presidente); Zuleide Fernandes de Queiroz (2ª Vice-Presidente); Raimundo Luiz Silva Araújo (3º Vice-Presidente); Maria Regina de Ávila Moreira (Secretária-Geral); Francielli Rebellato (2ª Secretária); Luiz Henrique dos Santos Blume (3º Secretário), Amauri Fragoso de Medeiros (1º Tesoureiro); Jenniffer Susan Webb Santos (3ª Tesoureira); Milena Fernandes Barroso (1ª Vice-Presidente Regional Norte I); (2ª Vice-Presidente Regional Norte I); Joselene Ferreira Mota (1ª Vice-Presidente Regional Norte II); Zaira Vakeska Dantas da Fonseca (1ª Secretária Regional Norte II); Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (2ª Vice-Presidente Regional NE I); Gisvaldo Oliveira da Silva (1º Secretário Regional NE I); Cristine Hirsch Monteiro (1ª Vice-Presidente Regional NE II); Alexandro Donato Carvalho (2º Vice-Presidente Regional NE II); Marcos Antônio Tavares Soares (1º Vice-Presidente Regional NE III); Sandra Maria Marinho Siqueira (2ª Vice-Presidente Regional NE III); Neila Nunes Souza (1ª Vice-Presidente Planalto); Luís Augusto Vieira (2º Vice-Presidente Regional Planalto); Raquel de Brito Sousa (1ª Vice-Presidente Regional Pantanal); Adma Cristhina Salles de Oliveira (2ª Vice-Presidente Regional Pantanal); Mario Mariano Ruiz Cardoso (1º Vice-Presidente Regional Leste); Gustavo Seferian Scheffer Machado (1º Secretário Regional Leste); Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (1ª Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro); Rosineide Cristina de Freitas (2ª Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro); Osvaldo Luís Angel Coggiola (1º Vice-Presidente Regional São Paulo); Edmilson Aparecido da Silva (1º Vice-Presidente Regional Sul); Edivane de Jesus (2ª Vice-Presidente Regional Sul); Carlos Alberto Pires (1º Vice-Presidente Regional Rio Grande do Sul); Manuela Finokiet (2ª Vice-Presidente Regional Rio Grande do Sul); **do(a)s delegado(a)s**: Ailce Margarida Negreiros Alves (SINDUNIFESSPA); Alaide Pereira Japecanga Aredes (ADUEMS); Alana das Neves Pedruzzi (APROFURG); Aldi Nestor de Souza (ADUFMAT); Alexandre Bergamin Vieira (ADUFDOURADOS); Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI); Ana Lúcia Silva Gomes (ADUA); Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP); Andressa Schneider (SINDOIF); Arturo Rodolfo Samana (ADUSC); Augusto Santiago Cerqueira (APES); Bartolomeu Rodrigues Mendonça (APRUMA); Celeste Pereira (ADUFPEL); Cesar Beras (SESUNIPAMPA); Daniel Augusto Pereira (ADUFLA); Dario de Sousa e de Sousa e Silva Filho (ASDUERJ); David Romão Teixeira (APUR); Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUNEMAT); Edson Holanda Cavalcante Júnior (ADUEPB); Edivania Santos Alves (ADUFPA); Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFIPI); Eleonora Ziller Camenietzki (ADUFRJ); Emerson Duarte Monte (SINDUEPA); Fabio Cesar Venturini (ADUNIFESP); Fernanda de Araújo Binatti Chiote (ADUFES); Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB) Gilberto Grassi Calil (ADUNIOESTE); Gilberto Correia da Silva (APUG); Helga Maria Martins de Paula (ADCAJ); Humberto Issao Sueyoshi (ADUFAC); Jacques de Novion (ADUnB-SS); João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP); José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Kate Lane Costa de Paiva (ADUFF); Katya C. L. Picanço (SINDUTFPR); Lindemberg Sousa Massa (ADUNICENTRO); Lucas da Silva Castro (SINDUFAP); Luiz Augusto Mazzarolo (SESDUFT); Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC); Marcelo Pereira Fernandes (ADUR); Marcelo Zaboetzki ADUNIRIO; Márcia Morschbacher (SEDUFMS); Marcos Antônio da Silva Pedroso (ADUFS); Maria Raquel Garcia Vega (SESDUENF/ADUENF); Marília Gonçalves Dal Bello (Sindunespar); Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (ADUFERPE); Nilza da Silva Martins (ADUNEB); Patrícia Batista Barra (ADUERN); Patricia Sposito Mechi (SESUNILA); Paulo Cesar Centoducatte (ADUNICAMP); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Paulo Vieira Neto (APUFPR); Raimundo Wanderley Corrêa Padilha (SINDUNIFESSPA); Roberto Câmara de Araújo (SESDUF-RR); Rodrigo Cardoso Soares

de Araujo (SINDIFSULDEMINAS); Rodrigo de Souza Dantas Mendonça Pinto (ADUNIRIO); Rodrigo Fernandes Ribeiro (ADUFOP); Rosângela Assunção (ADCESP); Rúbia Liz Vogt de Oliveira (Ssind do ANDES-SN na UFRGS); Sidiney Ruocco Junior (ADUFU); Soraya Mendes Rodrigues Adorno (ADUSB); Subênia Medeiros (ADUFERSA); Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM); Virginia Marcia Assunção Viana (SINDUECE); Washington Luiz Félix Santos (SESDUEM); **do(a)s observadore(a)s e/ou suplentes do(a)s delegado(a)s:** Adilson Mendes Ricardo (SINDCEFET-MG); Adriane Raquel Santana de Lima (ADUFPA); Aline Fae Stocco (ADUFPI); Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI); Allain Wilham Silva de Oliveira (ASPUV); Ana Beatriz Matte Braun (SINDUTFPR); Ana Claudia Duarte Mendes (ADUEMS); Andréia Meinerz (SINDOIF); Antonio Gonçalves Filho (APRUMA); Ascísio Dos Reis Pereira Beleza (SEDUFMS); Camila Maria dos Santos Moraes (ADUNIRIO); Caryne Aparecida de Carvalho Braga (SESDUENF/ADUENF); Carla Benitez Martins (ADCAJ); Carlos Vitório de Oliveira (ADUSC); Carolina Nozella Gama (ADUFAL); Celso Eduardo Lins de Oliveira (ADUSP); Claudio Enrique Fernández Rodríguez (SINDOIF); Daniel de Campos Antiquera (ADUFPB); Deoclecio Ferreira de Brito (ADUEPB); Edilton de Souza Barcellos (ASPUV); Edivânia de Araújo Lima (ADUFPI); Eduardo Gomes da Silva Filho (SESDUF-RR); Edson Franco de Moraes (ADUFPB); Edson Joaquim dos Santos (ADunicamp); Erika Suruagy Assis de Figueiredo (ADUFERPE); Erminda da Conceição Guerreiro Couto (ADUSC); Fabiano Kenji Nohama (SESDUFT); Fernando Correa Prado (SESUNILA); Fernando Nogueira Martins Júnior (ADUFLA); Francisleide da Silva Pires de Santana (ADUSB); Guilherme Howes Neto (SESUNIPAMPA); Herli Joaquim de Menezes (ADUFRJ); Joel Moisés Silva Pinho (APUG); José Bezerra de Araújo (ADUFCG); José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE); José Irelanio Ataíde (ADUFCG); José Luis Derisso (ADUNIOESTE); José Vitório Zago (ADUNICAMP); Juarez José Rodrigues Fuão (APROFURG); Katia da Araújo Lima Vallina (ADUA); Kelânia Freire Martins Mesquita (ADUERN); Lucas Milhomens Fonseca (ADUA); Luís Acosta (ADUFRJ); Luís Antônio Pasquetti (ADUNB); Luiz Carlos Avelino da Silva (ADUFU); Leonardo Segura Moraes (ADUFU); Leonardo Silva Andrada (APES); Lisleandra Machado (APES); Mailiz Garibotti Lusa (Ssind do ANDES-SN na UFRGS); Maria de Lourdes dos Santos (ADUFDOURADOS); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Onete Lopes Ferreira (ADUFF); Maria Suely Soares (APUFPR); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Márcia S. Hirata (ADUFSJ); Marcelo Eibs Cafrune (APROFURG); Marcelo Pereira Fernandes (ADUR); Marcos Antônio Campos Couto (ASDUERJ); Marcos Antônio da Silva Pedrosa (ADUFS); Míriam Cristiane Alves (ADUFPEL); Moisés Silveira Lobão (ADUFAC); Naira Souza Moura (ADUNEB); Nádia Socorro Fialho Nascimento (ADUFPA); Nelson Aleixo da da Silva Júnior (ADUEPB); Nilson Pereira de Carvalho (SINDUFAP); Osmar Martins de Souza (SINDUNESPAR); Paulo Sérgio Maroti (SESDUF-RR); Rafael da Silva Cortes (Ssind do ANDES-SN na UFRGS); Raphael Góes Furtado (ADUFES); Raquel Dias Araujo (SINDUECE); Reinalda Souza Oliveira (ADUFS-BA); Rejane Aparecida Rodrigues Candado (ADUFMS); Ronaldo Fabiano dos Santos Gaspar (SINDIPROL-ADUEL); Sabrina Grassioli (ADUNIOESTE); Serginei José do Carmo Liberato (ADUFERPE); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Sônia Lúcio R de Lima (ADUFF); Sueli Maria do Nascimento (ADUFAL); Tatiana Cotta Gonçalves Pereira (ADUR); Thereza Christina dos Santos Figueira Cardoso (ADUNIRIO); Thiago Sebastião de Melo (ADUNB); Valdir Anhucci (SINDIPROL-ADUEL); Vanderlei Amboni (SINDUNESPAR); e **do(a)s convidado(a)s:** Leandro Madureira Silva (AJN); Sirleine Brandão Souza (APUBH) e Bruno Anderson Matias da Rocha (ADUFC); foi dado início à plenária do **Tema II - Realização do Congresso do ANDES-SN**. A Mesa Coordenadora dos trabalhos foi composta por Luiz Araújo, presidente; Francielli Rebelato, vice-presidenta; Edivane de Jesus, 1ª secretária; e Cristine Hirsch, 2ª secretária. O Presidente da Mesa, após saudar a todos e todas participantes do evento presentes na sala virtual, indicou os textos de resolução pertinentes ao tema II, a saber: **TR 7 – CONGRESSO DO ANDES-SN (Diretoria do ANDES-SN) - O 11º CONAD Extraordinário, ad referendum do próximo CONGRESSO, delibera: 1. Que a realização de CONAD Extraordinários obedeça a interstícios de no máximo 3 meses, subsequentes ao último realizado, até ser possível a realização de Congresso presencial. 1.1. Os CONAD Extraordinários devem pautar: Atualização da conjuntura, Plano de lutas dos Setores e**

*Questões Organizativas; 1.2. O CONAD Extraordinário, tão logo seja possível pelas condições sanitárias, deve deliberar sobre a realização do Congresso do ANDES-SN de forma presencial, se possível no segundo semestre de 2021. 2. Enquanto durarem as restrições de atividades presenciais em razão da pandemia, o 11º CONAD Extraordinário delibera pela realização de reuniões conjuntas dos Setores das Federais e das Estaduais e Municipais, preferencialmente mensais. 2.1. Excepcionalmente, devido às imposições da pandemia, as reuniões serão deliberativas e respeitarão um voto por seção sindical, respeitadas as decisões precedentes tomadas em Congressos e CONAD. 2.2. Cada reunião conjunta dos setores deve ser precedida de assembleias de base que pautem e deliberem sobre os assuntos e temas a serem debatidos na mesma. 2.3. Para participação da reunião conjunta dos setores com direito a voto, haverá credenciamento on-line prévio com apresentação da ata da assembleia, indicando um(a) delegado(a) e dois(duas) observadore(a)s. Se não ocorrer assembleia, o(a) representante da seção sindical participará como observador(a). 2.4. As deliberações das reuniões conjuntas dos setores serão ad referendum do CONAD Extraordinário subsequente. 3. Os Grupos de Trabalho (GT) de âmbito nacional serão convocados para reuniões virtuais, precedendo cada CONAD Extraordinário, como forma de subsidiar os debates da Diretoria Nacional e a produção de material virtual. 3.1. As reuniões dos Grupos de Trabalho nacionais devem ser precedidas por reuniões locais dos Grupos de Trabalho nas seções sindicais que se prontificarem a participar. 3.2. Os encontros regionais deverão ocorrer entre os CONAD Extraordinários como fórum de debates das questões locais e regionais e de articulação dos encaminhamentos das deliberações do CONAD Extraordinário. E o **TR 8 – REALIZAR UM CONGRESSO EXCEPCIONAL PARA UMA SITUAÇÃO EXCEPCIONAL** (Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE-SSind); Adriana Machado Penna (ADUFF-SSind.); Adriana Santos (Sesduf-RR); Agatha Justen Gonçalves Ribeiro (ADUFF-SSind.); Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Aírton Paula Souza (ADUFS-SSind.); Alair Silveira (ADUFMAT-SSind.); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPb-SSind.); Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCefet/MG); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Angelica Lovatto (ADUNESP-SSind.); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP-SSind.); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCG-SSind.); Antônio José Mahye Nunes (ADURRJ-SSind.); Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-SSind.); Antonio Luis da Silva Sousa (SINDIFPI); Antonio Rodrigues Belon (ADUFMS-SSind.); Aritana Dutra (Sindifpi); Armando Tafner (ADUFMAT-SSind.); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPel-SSind.); Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS-SSind.); Bráulio Silva Chaves (SINDCefet/MG); Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR); Cássio Alves (APUFPR-SSind.); Catharina Marinho Meireles (ADUFF-SSind.); Celeste Pereira (ADUFPel-SSind.); Célia Regina Otranto (ADURRJ-SSind.); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES-SSind.); Cláudia Durans (APRUMA-SSind.); Claudia March (ADUFF-SSind.); Claudio Roberto Marques Gurgel (ADUFF-SSind.); Daniela Batista Santos (ADUNEB-SSind.); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP-SSind.); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Duglas Bezerra (ADUFPI-SSind.); Egmar Souza (SINDIFPI); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ-SSind.); Elizandra Garcia da Silva (ADUFF-SSind.); Elyson Ádan Nunes Carvalho (ADUFS-SSind.); Elza Dely Veloso Macedo (ADUFF-SSind.); Epitácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenía Sobral do Vale (SINDUECE.); Fábía Barboza Heluy Caram (SINDCefet/MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP-SSind.); Fabiola Kato (ADUFPA-SSind.); Fausto Camargo Júnior (SINDCefet/MG); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP-SSind.); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE.); Francisco Mauri de Carvalho Freitas (ADUFES-SSind.); Francisco Santiago (SINDUNIFAP); Francisco Vitória (ADUFPel-SSind.); Gean Santana (ADUFS-BA-SSind.); Gelta Xavier (ADUFF-SSind.); Geraldo Carvalho (ADUFPI-SSind.); Gihad Mohamad (SEDUFMS); Helio Cabral (ADUFERPE-SSind); Helvio Alexandre Mariano (ADUNICENTRO-SSind); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPel-SSind.); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR-SSind.); Igor Mota Morici (SINDCefet/MG); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Irenilda a dos Santos (ADUFMAT-SSind); Ivan Neves (ADUFPA-SSIND.); Jacira*

Maria Machado de Oliveira (ADUFF-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP-SSind.); José Carlos Gilli (Sedufsm); José Carlos Marques Volcato (ADUFPel-SSind.); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT-SSind.); José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.); José Jailton Marques (ADUFS-SSind.); José Raphael Bokehi (ADUFF-SSind.); José Vitorio Zago (ADUNICAMP-SSind.); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ-SSind.); Juliana Iglesias Melim (ADUFES-SSind.); Júlio Carlos Figueiredo (ADUFF-SSind.); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP-SSind.); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ-SSind.); Levy Paes Barreto (ADUFERPE-SSind.); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ-SSind.); Luís Silva (SINDIFPI); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE-SSind.); Luiz Henrique Schuch (ADUFPel-SSind.); Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE-SSind.); Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS-SSind.); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ-SSind.); Marco Escher (APES-JF-SSind.); Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI); Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho (ADUR-RJ-SSind.); Maria da Conceição Cabral (ADUFPA-SSind.); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA-SSind.); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS-SSind.); Maria Suely Soares (APUFPR-SSind.); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA-SSind.); Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT-SSind.); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ-SSind.); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR-SSind.); Maristela da Silva Souza (SEDUFMS); Marluce Silva (ADUFMAT-SSind.); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ-SSind.); Milena Martinez (APUFPR-SSind.); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP-SSind.); Olgaíses Maués (ADUFPA-SSind.); Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS-SSind.); Onice Teresinha Dall'Oglio (ADUFMAT-SSind.); Paulo Afonso (SESDUF-RR); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF-SSind.); Raimundo Wanderley Padilha (SINDUNIFESPA); Raphael Góes Furtado (ADUFES-SSind.); Raquel Angela Speck (APUFPR-SSind.); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPb-SSind.); Roberto Alves Simões (ADUFF-SSind.); Roberto Santos Ramos (APRUMA-SSind.); Romildo Castro (ADUFPI-SSind.); Romildo Raposo (ADUFPb-SSind.); Rondnelly Diniz Leite (SINDCefet/MG); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA-SSind.); Rosângela Assunção (ADCESP-SSind.); Samuel França Alves (SINDCefet/MG); Sandra Alessi (APUFPR-SSind.); Sandra Buenafuente (SESDUF-RR); Sandra Moreira (ADUFPA-SSind.); Savana Diniz (APUBH-SSind.); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Simone Contente (SINDUNIFESPA); Sinoélia Silva Pessoa (ADUNEB-SSind.); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP-SSind.); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Tamara Cardoso André (ADUNIOESTE-SSind.); Tarcisio Luiz Pereira (ADUFMS-SSind.); Valdeci Luiz Fontoura dos Santos (ADUFMS-SSind.); Vera Aguiar Cotrim (SINDCefet/MG-SSind.); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA-SSind.); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR-SSind.); Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS-SSind.); Viviana Mónica Vermes (ADUFES-SSind.); Waldir Bertúlio (ADUFMAT-SSind.); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA-SSind.); Waldyr Lins de Castro (ADUFF-SSind.); Welbsson do Vale Madeira (APRUMA-SSind.); Wilma Lucia Rodrigues Pessoa (ADUFF-SSind.); Wilton Walter Batista (ADUFS-SSind.); Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP)).

O 11º CONAD Extraordinário, ad referendum do próximo CONGRESSO, delibera: 1. Convocar, nos termos do Art. 18, II do Estatuto, um Congresso Extraordinário, a ser realizado por meio virtual, no mês de maio de 2021, com cronograma a ser proposto pela Diretoria, de forma a promover a ampla participação da base do ANDES-SN – delegado(a)s, observadore(a)s, convidado(a)s e diretores(a)s – tendo como pauta o plano geral de lutas em defesa da vida, dos direitos, do caráter público das instituições públicas, da autonomia e democracia das IES públicas e unidade com outros setores para exigir a saída de Bolsonaro e Mourão, a defesa do SUS e dos serviços públicos. 2. A Diretoria apresentará, na circular de convocação do IV Congresso Extraordinário, o cronograma preparatório, com os prazos para contribuições ao caderno de textos e anexo; período de realização de assembleias para eleição e inscrição de delegado(a)s e observadore(a)s; proposta de cronograma do evento, que contemple as plenárias inicial e de instalação, grupos mistos e plenárias de aprovação das propostas de resoluções e de encerramento. Na sequência, o Presidente da Mesa apresentou a proposta da Mesa Coordenadora para a metodologia de apreciação do Tema II, qual seja: cada TR terá sete minutos para ser apresentado; em seguida serão abertas até 18 inscrições para falas do plenário, colhidas por

formulário eletrônico disponibilizado via *chat* da sala de conferência; blocos de seis falas de 3 minutos, respeitando ordem definida por sorteio e atendendo ao princípio da paridade, serão autorizados pelo plenário (votação no chat); na sequência, apreciação dos TR, um contra o outro, sem prejuízo de modificações nos itens do TR aprovado (votação em formulário eletrônico); apreciação item a item (inscrição via formulário e votação em formulário eletrônico), com contribuição do plenário e possibilidade de consolidação pela mesa. Em não havendo contestação pelo plenário, o Presidente da mesa passou a palavra, sequencialmente, para Rivânia Moura (Diretoria do ANDES-SN), que apresentou o **TR-7 - CONGRESSO DO ANDES-SN**, informando que a Diretoria estava, em nome da unidade e da construção do ANDES-SN pela base, retirando do TR 7 a proposição de realização de Congresso apenas na modalidade presencial; e, na sequência, para Raphael Goes Furtado (ADUFES-SSind) e Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP), que apresentaram o **TR-8 - REALIZAR UM CONGRESSO EXCEPCIONAL PARA UMA SITUAÇÃO EXCEPCIONAL**. Ao término das apresentações dos TR, o Presidente da Mesa procedeu à inscrição para falas, via formulário disponibilizado no *chat*. Como foram inscritos, via formulário eletrônico, mais participantes do que a possibilidade de falas compatível com a duração prevista para esta plenária, o Presidente da Mesa passou ao sorteio, mantendo a sequência sorteada, respeitando o princípio da paridade. O plenário aprovou a realização de dois blocos de 6 (seis) falas, de 3 (três) minutos cada, tendo contribuído para a discussão do Tema 2, os seguintes participantes: Regina Ávila (Diretoria do ANDES-SN), Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUNEMAT), Mariúza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Egmar Oliveira Souza Júnior (SINDIFPI), Zuleide Fernandes de Queiroz (Diretoria do ANDES-SN), José Vitório Zago (ADUNICAMP), Zaira Valeska Dantas da Fonseca (Diretoria do ANDES-SN), Augusto Santiago Cerqueira (APESJF), Neila Nunes de Souza (Diretoria do ANDES-SN), Luís Antônio Pasqueti (ADUnB), Joselene Mota (Diretoria do ANDES-SN), Mário Mariano Ruiz Cardoso (Diretoria do ANDES-SN). Ato contínuo, a Presidência da Mesa reapresentou a proposta de encaminhamento: apreciar o **TR-7** contra o **TR-8**, sem prejuízo de modificação. Em não havendo contestação pelo plenário, passou-se para o regime de votação. O TR-7 recebeu 34 votos; o TR-8 recebeu 15 votos; e houve 3 abstenções. **O plenário, portanto, aprovou o TR-7** sem prejuízo de modificação. Celeste dos Santos Pereira (ADUFPEL) e Sidiney da Silva Lobato (ADUFU), com apoio de outro(a)s presentes, solicitaram que, além do resultado da votação, a lista de votantes fosse disponibilizada no chat para que todos e todas pudessem conferir a apuração, o que foi acatado pela mesa. Na sequência, o Presidente da Mesa passou à apreciação do **TR-7**, item a item. Com a proposta apresentada pela Presidenta, durante a apresentação do **TR-7**, Amauri Fragoso, em nome da Diretoria do ANDES-SN, informou que os itens 1 e 1.2 seriam alterados, conforme apresentado pela Presidenta do Sindicato Nacional, ficando o **TR-7** a ser apreciado pelo plenário com a seguinte redação: **1. Que a realização de CONAD Extraordinários obedeça a interstícios de no máximo 3 meses, subsequentes ao último realizado enquanto durar a pandemia. 1.1. Os CONAD Extraordinários devem pautar: Atualização da Conjuntura, Planos de Lutas dos Setores e Questões Organizativas; 1.2. O CONAD Extraordinário, tão logo seja possível pelas condições sanitárias, deve deliberar sobre a realização do Congresso do ANDES-SN, se possível no segundo semestre de 2021. 2. Enquanto durarem as restrições de atividades presenciais em razão da pandemia, o 11º CONAD Extraordinário delibera pela realização de reuniões conjuntas dos Setores das Federais e das Estaduais e Municipais, preferencialmente mensais. 2.1. Excepcionalmente, devido às imposições da pandemia, as reuniões serão deliberativas e respeitarão um voto por seção sindical, respeitadas as decisões precedentes tomadas em Congressos e CONAD. 2.2. Cada reunião conjunta dos setores deve ser precedida de assembleias de base que pautem e deliberem sobre os assuntos e temas a serem debatidos na mesma. 2.3. Para participação da reunião conjunta dos setores com direito a voto, haverá credenciamento on-line prévio com apresentação da ata da assembleia, indicando um(a) delegado(a) e dois(duas) observador(a)s. Se não ocorrer assembleia, o(a) representante da seção sindical participará como observador(a). 2.4. As deliberações das reuniões conjuntas dos setores serão ad referendum do CONAD Extraordinário subsequente. 3. Os Grupos de Trabalho (GT) de âmbito nacional serão convocados para reuniões virtuais, precedendo cada CONAD Extraordinário, como forma de**

subsidiar os debates da Diretoria Nacional e a produção de material virtual. 3.1. *As reuniões dos Grupos de Trabalho nacionais devem ser precedidas por reuniões locais dos Grupos de Trabalho nas seções sindicais que se prontificarem a participar.* 3.2. *Os encontros regionais deverão ocorrer entre os CONAD Extraordinários como fórum de debates das questões locais e regionais e de articulação dos encaminhamentos das deliberações do CONAD Extraordinário.* Em apreciação, não houve destaques para os itens 1, 1.1, 2.1 e 2.4. A discussão dos destaques apresentados pelo plenário e os respectivos encaminhamentos e votação ficaram da seguinte forma: o destaque apresentado para o **Item 1.2**, Proposta 1 – Supressão da frase “*se possível no segundo semestre de 2021*”, foi colocado em apreciação contra a Proposta 2 – Manutenção do texto como estava. Em votação, a Proposta 1 recebeu 26 votos, a Proposta 2 recebeu 20 votos e houve 6 abstenções, de modo que o texto aprovado ficou **Item 1.2. O CONAD Extraordinário, tão logo seja possível pelas condições sanitárias, deve deliberar sobre a realização do Congresso do ANDES-SN.** Para o **Item 2** houve proposta de manutenção do texto original (periodicidade mensal), identificada como Proposta 1, a qual foi apreciada contra a Proposta 2, de alteração da periodicidade das reuniões conjuntas dos setores para bimestrais. Em votação, **a Proposta 1 foi aprovada** com 24 votos a favor, 22 contrários (favoráveis à proposta 2) e houve 8 abstenções, **tendo sido aprovada a proposta original do texto.** Passou-se à apreciação dos destaques do item “2.2. *Cada reunião conjunta dos setores deve ser precedida de assembleias de base que pautem e deliberem sobre os assuntos e temas a serem debatidos na mesma*”. Por volta das 18h52, o delegado Aldi Nestor de Souza (ADUFMAT) apresentou questão de ordem propondo que, considerando as mortes por Covid-19 anunciadas por dois participantes do CONAD (Marcos Pedroso – ADUFS, informando falecimento de parente; e Fernando Cunha – ADUFPB informando falecimento de um funcionário da SSind), deveríamos suspender a discussão e retomar o debate dos itens não apreciados e a votação do **TR-7** como um todo para o segundo dia de evento. Em apreciação, a questão de ordem apresentada foi aprovada por unanimidade, com registro dos votos no *chat*. Diante da questão de ordem aprovada pelo plenário, o Presidente da Mesa, Luiz Araujo, suspendeu, às 19h00, a discussão sobre o Tema II – Realização do Congresso do ANDES-SN, agradecendo a participação de todos e todas. A Coordenação da Mesa do Tema 2 foi recomposta, em 03 de abril, às 9h05, mediante confirmação de quórum. Logo de início, o Delegado Paulo Cesar Centoducate (ADUNICAMP) apresentou questão de ordem, questionando que a Plenária do Tema 2 teria se encerrado na noite do dia 27 de março. O Presidente informou ao(à)s presentes, que, no entendimento da Diretoria Nacional, a Plenária do Tema 2 não havia sido encerrada, mas suspensa, e que ainda faltavam 20 minutos para finalizar a discussão do Tema 2. Em votação, a questão de ordem foi rejeitada por 34 votos, contra houve 2 votos favoráveis à sua aprovação e 2 abstenções. Dando início à discussão às 9h25, o Presidente colocou em apreciação o próximo destaque. **O item 2.2** recebeu proposta de manutenção do texto original (Proposta 1) e uma proposta de alteração (Proposta 2), incluindo a palavra “preferencialmente”. Em votação, a Proposta 1 recebeu 13 votos, a Proposta 2 recebeu 35 votos, e houve 2 abstenções. Deste modo, foi aprovada a redação com a modificação: **2.2. Cada reunião conjunta dos setores deve ser preferencialmente precedida de assembleias de base que pautem e deliberem sobre os assuntos e temas a serem debatidos na mesma.** Encerrada às 9h45, os itens pendentes e o TR 7 como um todo foram remetidos para a plenária de encerramento. A Mesa Coordenadora da Plenária do Tema 2 foi mais uma vez recomposta às 20h50, para finalizar a apreciação dos itens do TR-7. O Presidente colocou em apreciação o **Item 2.3** para o qual houve duas propostas: a manutenção do texto original, sem prejuízo de modificação (Proposta 1) *versus* superado tendo em vista a aprovação do item 2.2 (Proposta 2). Após as falas em defesa das duas propostas, foi colocado em votação. O resultado da primeira votação chegou a ser divulgado, antes do recurso de votação. Após recurso de votação do Delegado João Chaves (ADUNESP), alegando que não conseguiu votar devido a descompasso entre velocidade de sua rede de internet e o tempo proposto pela mesa para a votação, o Presidente colocou o recurso em apreciação pelo plenário, que aprovou o recurso de votação por 21 votos favoráveis, 15 contrários, com uma abstenção. O Presidente procedeu à segunda votação do item **2.3** cujo resultado foi: 18 votos para a Proposta 1 (manutenção do texto original, sem prejuízo de modificação), 19 votos para a Proposta a (supressão do item) e uma abstenção. Desta forma **o item 2.3 foi suprimido.**

Os destaques propostos para os itens 2.4 e 3 não foram apreciados, pois seus proponentes não estavam presentes neste momento no plenário. A seguir, na apreciação do último destaque, **Item 3.1**, foi acatada pela Diretoria Nacional a redação proposta pelo plenário: **3.1. As reuniões dos Grupos de Trabalho nacionais devem ser preferencialmente precedidas por reuniões locais dos Grupos de Trabalho nas seções sindicais que se prontificarem a participar.** Na sequência, o plenário apreciou o **TR-7** como um todo: 40 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, tendo sido **aprovado o TR 7 como um todo.** Em não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Presidente encerrou a discussão sobre **o Tema II – Realização do Congresso do ANDES-SN** às 21h45, agradecendo a colaboração de todo(a)s. E eu, Cristine Hirsch, 2ª Secretária da Mesa, lavrei, em 03 de abril de 2021, a presente ata e assino, junto ao Presidente da Mesa, para constar como tudo se passou.

Cristine Hirsch Monteiro
2ª Secretária da Mesa

Luiz Araújo
Presidente da Mesa

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA III DO 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL PLANOS DE LUTAS DOS SETORES

Às 09h45 de 03 de abril de 2021, através de videoconferência via plataforma Zoom, depois de confirmado o quórum regimental, mediante a presença do(a)s **diretore(a)s**: Rivânia Lucia Moura de Assis (Presidenta); Milton Pinheiro (1º Vice-presidente); Zuleide Fernandes de Queiroz (2º Vice-presidenta); Luiz Araújo (3º Vice-presidente); Maria Regina de Ávila Moreira (Secretária Geral); Francieli Rebelatto (2º Secretária); Luiz Henrique dos Santos Blume (2º Secretário); Amauri Fragoso de Medeiros (1º Tesoureiro); Jennifer Susan Webb Santos (3º Tesoureira); Milena Fernandes Barroso (1º Vice-presidenta Norte 1); Zaira Valeska Dantas da Fonseca (1º Secretária Norte); Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (1º Vice-presidente NE 1); Gisvaldo Oliveira da Silva (1º Secretário NE 1); 1); Cristine Hirsch Monteiro (1º Vice-presidente NE 2); Alexsandro Donato Carvalho (2º Vice-presidente NE 2); Marcos Antônio Tavares Soares (1º Vice-presidente NE 3); Sandra Maria Marinho Siqueira (Vice-presidente NE 3); Neila Nunes de Souza (1º Vice-presidente Planalto); Luis Augusto Vieira (2º Vice-presidente Planalto); Raquel de Brito Sousa (1º Vice-presidenta Pantanal); Adma Cristhina Salles de Oliveira (2º Vice-presidente Pantanal); Mário Mariano Ruiz Cardoso (1º Vice-presidente Leste); Gustavo Serafin Scheffer Machado (1º Secretário Leste); Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (1º Vice-presidente RJ); Rosineide Cristina de Freitas (2º Vice-presidente RJ); Osvaldo Luis Angel Coggiola (1º Vice-presidente SP); Edmilson Aparecido da Silva (1º Vice-presidente Sul); Edivane de Jesus (2º Vice-presidenta Sul); Manuela Finokiet (2º Vice-presidente Rio Grande do Sul); **delegado(a)s**: Alana das Neves Pedruzzi (APROFURG); Alaide Pereira Japecanga Aredes (ADUEMS); Alexandre Bergamin Viera (ADUFDOURADOS); Alexandre José Medeiros do Nascimento (ADUFPI); Aline Bregonci (ADUFES); Ana Lucia Silva Gomes (ADUA); Andressa Schneider (SINDOIF); Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP); Arturo Rodolfo Samana (ADUSC); Augusto Santiago Cerqueira (APESJF); Bartolomeu Rodrigues Mendonça (APRUMA); Celeste dos Santos Pereira (ADUFPEL); Cesar Beras (SESUNIPAMPA); Daniel Augusto Pereira (ADUFLA); Dario de Sousa e Silva (ASDUERJ); David Romão Teixeira (APUR); Domingos Sávio da Cunha Garcia (ADUNEMAT); Edivânia Santos Alves (ADUFPA); Edson Holanda Cavalcante Junior (ADUEPB); Emerson Duarte Monte (SINDUEPA); Fabio Cesar Venturini (ADUNIFESP); Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB); Gilberto Correia da Silva (APUG); Gilberto Grassi Calil (ADUNIOESTE); Humberto Issao Sueyoshi (ADUFAC); João da Costa Chaves Junior (ADUNESP); Jose Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS); Juliana Bohnen Guimarães (ADUEMG); Kate Lane Costa De Paiva (ADUFF); Lelica Elis Pereira De Lacerda (ADUFMAT); Lindemberg Sousa Massa (ADUNICENTRO); Lucas da Silva Castro (SINDUFAPE); Luiz Augusto Mazzarolo (SESDUFT); Luiz do Nascimento Carvalho (ADCAC); Marcelo Pereira Fernandes (ADUR); Marcia Morschbacher (SEDUFMS); Marcos Antônio da Silva Pedroso (ADUFS); Maria Jaqueline de Grammont Machado de Araújo (ADUFSJ); Maria Raquel Garcia Veja (SESDUENF ou ADUENF); Marília Gonçalves Dal Bello (SINDUNESPAR); Martin-Leon-Jacques Ibanez De Novion (ADUNB); Nicole Louise Macedo Teles De Pontes (ADUFERPE); Nilza Da Silva Martins (ADUNEB); Patrícia Batista Barra (ADFURRN ou ADUERN); Patrícia Mechi (SESUNILA); Paulo Cesar Centoducatte (ADUNICAMP); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Paulo Vieira Neto (APUFPR); Roberto Câmara de Araújo (SESDUF-RR); Rodrigo Cardoso Soares de Araujo (SINDIFSULDEMINAS); Rodrigo de Souza Dantas (ADUNIRIO); Rodrigo Fernandes Ribeiro (ADUFOP); Rosângela Assunção (ADCESP); Rúbia Vogt (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFRGS); Salomão Barros Ximenes (ADUFABC); Sidiney Ruocco Júnior (ADUFU); Soraya Mendes Rodrigues Adorno (ADUSB); Subenia Karine de Medeiros (ADUFERSA); Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM); Virgínia Márcia Assunção Viana

(SINDUECE); Washington Luiz Felix dos Santos (SESDUEM); **observadore(a)s e/ou observadore(a)s suplentes de delegado(a):** Adilson Mendes Ricardo (SINDCEFET-MG); Adriane Raquel Santana de Lima (ADUFPA); Alba Patrícia Passos de Sousa (1ª Suplente) (ADUFPI); Aleselma Silva Pereira (ADUSB); Aline de Menezes Bregonci (2º Suplente) (ADUFES); Allain Wilham Silva De Oliveira (ASPUV); Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDCEFET-PI ou SINDIFPI); Ana Beatriz Matte Braun (2ª suplente) (SINDUTF-PR); Ana Claudia Duarte Mendes (ADUEMS); Antonio Gonçalves Filho (APRUMA); Ascisio dos Reis Pereira (SEDUFMS); Camila Maria dos Santos Moraes (ADUNIRIO); Carla Benitez Martins (ADCAJ); Aleselma Silva Pereira (ADUSC); Carolina Nozella Gama (ADUFAL); Caryne Aparecida de Carvalho Braga (SESDUENF ou ADUENF); Celso Eduardo Lins de Oliveira (ADUSP); Daniel de Campos Antiquera (ADUFPB); Deoclécio Ferreira de Brito (ADUEPB); Edilton de Souza Barcellos (ASPUV); Edivânia de Araújo Lima (ADUFPI); Eduardo Gomes Da Silva Filho (SESDUF-RR); Everaldo De Oliveira Andrade (ADUSP); Fabiano Kenji Nohama (SESDUFT); Fernando Correa Prado (1º Suplente) (SESUNILA); Fernando Nogueira Martins Junior (1º Suplente) (ADUFLA); Francisleide da Silva Pires de Santana (ADUSB); Herli Menezes (ADUFRJ); Iza Debohra Godoi Sepúlveda (ADUNEMAT); José Augusto Laranjeiras Sampaio (1º Suplente) (ADUNEB); José Bezerra De Araújo (ADUFCG); José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE); José Irelanio Leite De Ataíde (ADUFCG); José Jailton Marques (ADUFS); José Vitório Zago (1º Suplente) (ADUNICAMP); Juarez Jose Rodrigues Fuao (1º Suplente) (APROFURG); Kátia de Araújo Lima Vallina (ADUA); Lelica Elis Pereira De Lacerda (1ª Suplente); Leonardo Segura Moraes (ADUFMAT); Leonardo Silva Andrada (1º Suplente) (ADUFU); Licia Frezza Pisa (SINDIFSULDEMINAS); Lisleandra Machado (2ª Suplente) (APESJF); Luis Antonio Pasquetti (1º Suplente) (ADUnB); Luis Eduardo Acosta (1º Suplente) (ADUFRJ); Luiz Avelino Da Silva (1º Suplente) (ADUFU); Mailiz Garibotti Lusa (2ª Suplente) (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFRGS); Marcelo Zaboetzki (2º Suplente) (ADUFAC); Marco Antônio Campos Couto (ASDUERJ); Maria Onete Lopes Ferreira (2º Suplente) (ADUFF); Maria Suely Soares (APUFPR); Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS); Miriam Cristiane Alves (1ª Suplente) (ADUFPEL); Moisés Silveira Lobão (1º Suplente) (ADUFAC); Nelson Aleixo Da Silva Junior (ADUEPB); Nilson Pereira De Carvalho (1º Suplente) (SINDUFAPE); Paulo Sérgio Maroti (SESDUF-RR); Rafael Cortes Rafael Cortes (SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN NA UFRGS); Raimundo Nonato Do Vale Neto (ADFURRN ou ADUERN); Raphael Goes Furtado (ADUFES); Raquel Dias Araújo (1ª Suplente) (SINDUECE); Renato Fabricio De Andrade Waldemarin (2º Suplente) (ADUFPEL); Rogério Da Silva Santos (2º Suplente) (ADUFDOURADOS); Sabrina Grassioli (ADUNIOESTE); Serginei José Do Carmo Liberato (1º Suplente) (ADUFERPE); Sidney Da Silva Lobato (SINDUFAP); Sonia Lucio Rodrigues de Lima (1ª Suplente) (ADUFF); Sueli Maria Do Nascimento (ADUFAL); Thereza Christina Dos Santos Figueira Cardoso, Thiago Sebastião De Melo (ADUnB); Valdir Anhucci (SINDIPROL ADUEL) e Vanderlei Amboni (2º Suplente) (SINDUNESPAR); e **convidado(a)s:** Adriane Teresinha Sartori (APUBH); Bruno Anderson Matias da Rocha (ADUFC); Maria do Céu de Lima (ADUFC) e Leandro Madureira Silva (AJN); foi instalada a Plenária do **Tema III – Planos de Lutas dos Setores do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO do ANDES-SN**. O presidente da mesa abriu os trabalhos cumprimentando à(o)s presentes. Na sequência, o presidente da mesa fez uma fala referindo-se às especificidades da condução da plenária no momento que estamos vivendo. Como categoria, estamos padecendo de adoecimento físico e mental, consequência do trabalho remoto que tem sido imposto. Fora a tragédia com mais de três mil (3.000) mortes nas últimas 24h, de um total de quase trezentos e trinta mil (330.000) mortos por Covid-19 na realidade brasileira. Em razão desse quadro bastante adverso que estamos passando, o formato do CONAD muda bastante em relação às versões anteriores. O formato remoto no contexto de isolamento social acaba repercutindo na nossa dinâmica, conformando a ausência de grupos mistos, o que muda bastante o *modus operandi* do nosso trabalho. Vem para a plenária, a totalidade dos conteúdos dos TR, para serem apreciados, discutidos e deliberados. Portanto, com base nessa conformação, a mesa propõe um método de trabalho que começa com a apresentação dos TR. O presidente da mesa solicitou aos grupos que estão apresentando textos que indiquem, pelo chat, o nome de quem fará a defesa. Seguiu com sua fala chamando a atenção para o

seguinte: foi pensado um método de trabalho no qual os TR não serão discutidos item a item, a fim de dar celeridade ao trabalho sem comprometer a qualidade das discussões políticas. Nós pensamos na discussão em blocos temáticos. Com isso, identificamos quatro grandes temas a partir dos TR. A ideia é coletar os diversos itens, agrupá-los nesses quatro temas e discuti-los em conjunto. Em seguida apresentou a ordem dos blocos temáticos: 1º Pautas prioritárias da luta e a construção da unidade; 2º Intervenções nas universidades; 3º A luta pelos orçamentos das universidades; 4º Plano sanitário e educacional. Neste momento, a professora Maria Regina de Ávila Moreira (secretária-geral do ANDES-SN) apresentou uma questão de ordem que foi acolhida pela mesa, sobre o credenciamento fora do prazo de duas seções sindicais, por isso o pedido à mesa e à plenária. Não foi possível resolver pendências de credenciamento de duas sessões, ADUEMG e ADUNIMONTES, quando do encerramento da plenária de instalação. A Tesouraria e a Secretaria perceberam que foi uma questão decorrente da realidade virtual que estamos vivendo e que, portanto não foi possível apresentar o recurso de credenciamento. Nesse sentido, a professora Regina faz um apelo para que se autorize a participação dessas duas seções sindicais e submete a questão à mesa e à plenária. Em seguida, o presidente da mesa apresenta a mesa coordenadora dos trabalhos do tema III composta pelo(a)s diretores(a)s do ANDES-SN: Rodrigo Medina Zangni, presidente; Sâmbara Paula Francelino Ribeiro, vice-presidente; Manuela Finokiet, 1ª secretária; e Alexsandro Donato Carvalho, 2º secretário. Neste momento a professora Celeste Pereira (ADUFPEL) apresenta a seguinte questão de ordem: na primeira etapa deste CONAD havia solicitado que os votos fossem publicizados. Foi aceito, mas publicados apenas em uma votação. Nas demais, não. Solicitou então que sejam publicados. O presidente retoma a palavra e consulta a comissão sobre a existência de condições técnicas para atender a solicitação. Informa que, em havendo condições, não teria problemas em proceder à publicação dos votos. O presidente pergunta se a plenária está esclarecida sobre o conteúdo da questão de ordem apresentada pela professora Regina Ávila. Em seguida, estabelece o regime de votação por três minutos, via formulário, para o recurso de credenciamento das duas sessões sindicais. Em votação, foi aprovado o recurso de credenciamento da ADUEMG e da ADUNIMONTES com 43 votos favoráveis, 0 contrário e três (3) abstenções. Questão de ordem do professor Sidiney Ruocco Júnior (ADUFU): apresentar o formulário com os nomes dos votantes, indicando a proposta em que votou. A mesa acatou a questão de ordem. Em seguida, o presidente da mesa solicita de Manuela Finokiet, 1ª secretária, que coloque em tela a proposta dos blocos temáticos: com a seguinte sequência: 1) BLOCO 1 - Apreciar conjuntamente os itens de 1 a 6 do TR-9/SPF, os itens 1, 2, 3, 4 e 5 do TR-11, e os itens 1, 4 e 8 do TR-13. Todos tratam das pautas prioritárias de luta e da construção de unidade; 2) BLOCO 2 - Apreciar juntos o item 1 do TR-10 e o item 2 (âmbito IES) do TR-9, que tratam das intervenções nas universidades; 3) BLOCO 3 - Apreciar juntos os itens 6 do TR-10, item 4 do TR-13, e item 1 do TR-9 (âmbito das IES), que tratam de campanha e a luta pelos orçamentos das universidades 4); BLOCO 4 - Apreciar conjuntamente o item 7 do TR-11 e o TR-12, que tratam da necessidade de um Plano Sanitário e Educacional; 5) BLOCO 5 – Apreciar os TR-9 (itens 7, 8, 9 - âmbito das IES; e 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 - Agenda de Lutas), TR-10 (itens 2, 3, 4, 7), e TR-13 (itens 2, 5, 6, 7). E, por fim, um TR da diretoria que propõe ações de solidariedade em tempos de isolamento social. Sobre a metodologia, o presidente afirma que as intervenções seguirão o modelo regimental aprovado para o CONAD, com falas de três minutos, em blocos de seis inscrições, consultando-se a plenária para aberturas de novo bloco. O presidente da mesa solicita, ainda, que itens novos aprovados em assembleias gerais sejam aprovados nos blocos temáticos aos quais estejam tematicamente associados. E, não sendo esse o caso, que sejam apresentados na 5ª etapa onde, em separado, serão apreciados os itens não vinculados aos blocos temáticos. O presidente da mesa pergunta se a plenária está esclarecida e se existe algum dissenso sobre a proposta metodológica apresentada. Não havendo dissenso, solicitou a apresentação dos TR e que fosse indicado no chat quem iria apresentar cada texto. A apresentação dos TR ocorreu obedecendo a seguinte sequência: Professora Rosineide Freitas (2ª Vice-Presidenta Regional Rio de Janeiro), para a defesa do **Texto 9 – Planos de Lutas dos Setores – Diretoria do ANDES-SN**. Para a defesa do **Texto 10 – Intervenções nas instituições públicas federais do Brasil: Só com luta nacional poderá ser**

restabelecida a democracia – Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP), Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP), Alexandre Macedo (ADUFPB), André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP), Antonia Costa Andrade (SINDUFAP), Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCEG), Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP), Beatriz Franchini (ADUFPEL), Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR), Cássio Alves (APUFPR), Celeste Pereira (ADUFPEL), Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE), Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES), Claudia March (ADUFF), David Junior de Souza Silva (SINDUFAP), Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP), Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE), Eliane Fazolo (ADUR-RJ), Elza Dely Veloso Macedo (ADUFF), Epitácio Macário Moura (SINDUECE), Erlenía Sobral do Vale (SINDUECE), Fabiola Kato (ADUFPA), Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG), Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE), Francisco Santiago (SINDUNIFAP), Gean Santana (ADUFS-BA), Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL), Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR), Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP), José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL), José dos Santos Souza (ADUR-RJ), José Raphael Bokehi (ADUFF), Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP), Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ), Lúcia Izabel Silva (ADUFPA), Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE), Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL), Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ), Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho (ADUR-RJ), Maria da Conceição Cabral (ADUFPA), Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA), Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP), María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS), Maria Suely Soares (APUFPR), Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA), Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ), Marise Fonseca dos Santos (APUFPR), Milane de Souza Leite (ADUR-RJ), Milena Martinez (APUFPR), Olgaíses Maués (ADUFPA), Paulo Afonso (SEUDF-RR), Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP), Raquel Angela Speck (APUFPR), Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB), Rinaldo Martins (SINDUFAP), Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA), Rosângela Assunção (ADCESP), Sâmela Ramos da Silva (SINDUFAP), Sandra Alessi (APUFPR), Sandra Buenafuente (SESDUF-RR), Savana Diniz (APUBH), Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP), Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP), Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA), Vilson Aparecido da Mata (APUFPR), Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP), foi indicado o professor Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP). Para o **Texto 11 – A urgência da luta contra a reforma administrativa e o desmonte das IFES** – Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP), Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP), Alexandre Macedo (ADUFPB), André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP), Antonia Costa Andrade (SINDUFAP), Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCEG), Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP), Beatriz Franchini (ADUFPEL), Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR), Cássio Alves (APUFPR), Celeste Pereira (ADUFPEL), Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE), Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES), Claudia March (ADUFF), David Junior de Souza Silva (SINDUFAP), Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP), Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE), Eliane Fazolo (ADUR-RJ), Elza Dely Veloso Macedo (ADUFF), Epitácio Macário Moura (SINDUECE), Erlenía Sobral do Vale (SINDUECE), Fabiola Kato (ADUFPA), Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG), Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE), Francisco Santiago (SINDUNIFAP), Gean Santana (ADUFS-BA), Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL), Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR), Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP), José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL), José dos Santos Souza (ADUR-RJ), José Raphael Bokehi (ADUFF), Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP), Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ), Lúcia Izabel Silva (ADUFPA), Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE), Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL), Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ), Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho (ADUR-RJ), Maria da Conceição Cabral (ADUFPA), Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA), Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP), María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS), Maria Suely Soares (APUFPR), Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA), Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ), Marise Fonseca dos Santos (APUFPR), Milane de Souza Leite (ADUR-RJ), Milena Martinez (APUFPR), Olgaíses Maués (ADUFPA), Paulo Afonso (SEUDF-RR), Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP), Raquel Angela Speck (APUFPR), Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB), Rinaldo Martins (SINDUFAP), Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA), Rosângela Assunção

(ADCESP), Sâmelâ Ramos da Silva (SINDUFAP), Sandra Alessi (APUFPR), Sandra Buenafuente (SESDUF-RR), Savana Diniz (APUBH), Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP), Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP), Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA), Vilson Aparecido da Mata (APUFPR), Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP), foi indicado o professor Sidney Lobato (SINDUFAP). O **Texto 12** – *Diretrizes para “Plano Sanitário e Educacional” – Diretorias da Adunesp, da Adunicamp e da Adusp*, teve como indicado o professor João Chaves (ADUNESP). E para o último, **Texto 13** – *Construção da unidade já! Pelas reivindicações que nos unificam! Como o Sindicato Nacional dos e das docentes pode construir para unificar a luta pela vacinação já para todos pelo SUS com testagem em massa, quebra das patentes, auxílio emergência e pelo fim do governo Bolsonaro?* – Alberto Handfas (ADUNIFESP), Ari de Souza Loureiro (ADUFPA), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Zulke Taffarel (APUB-UFBA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUNB), David Romão Teixeira (APUR), Domingos Savio da Cunha Garcia (ADUNEMAT), Eliene Novaes Rocha (ADUNB), Erika Suruagy (ADUFERPE), Eunice Léa de Moraes (ADUFPA), Fábio Tadeu de Melo Pessôa (SINDUNIFESSPA), Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Frederico Costa (SINDUECE), Geversson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane da Silva Mota (ADUFPA), Jairo de Jesus Nascimento da Silva (SINDUEPA), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Itabirici de Souza e Silva Junior (ADUFRA), José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS), Juliano Pamplona Ximenes Ponte (ADUFPA), Leni Hack (ADUNEMAT), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Carlotta (ADUFABC), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Marize Carvalho (APUB-UFBA), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUNB), Míriam Cristiane Alves (ADUFPel), Paulo Opuska (APUFPR), Pedro Silva (SINDUECE), Pere Petit Penarrocha (ADUFPA), Rafael Estrela Canto (ADUFPA), Rejane Candado (ADUFMS), Venize Rodrigues (SINDUEPA), a indicada foi a professora Mariuza Guimarães (ADUFMS). Vencida a etapa primeira (apresentação dos TR), o presidente da mesa encaminhou a apreciação e discussão dos TR agrupados no primeiro bloco temático, que tem como tema principal as pautas prioritárias de luta, da construção de unidade, a saber: BLOCO 1 - Apreciar conjuntamente os itens de 1 a 6 do TR-9/SPF. itens 1, 2 3, 4 e 5 do TR-11 e os itens 1, 4 e 8 do TR-13. Na sequência houve um pedido de destaque geral com proposta de compatibilização do item 1 do TR 9, pela professora Rosineide Freitas (2ª Vice-Presidenta Regional Rio de Janeiro), apresentado no chat, com a seguinte redação: *1. Que as Seções Sindicais e as Secretarias Regionais em articulação com os(as) servidore(a)s públicos estaduais e municipais fortaleçam e/ou organizem fóruns estaduais e municipais na luta em defesa dos serviços e servidore(a)s público(a)s, em defesa da educação pública, contra a Reforma Administrativa (PEC 32), pela revogação da Emenda Constitucional 109/2020 (PEC 186/2020) e da EC 95/2016, pela não aprovação das PEC 187 (pacto federativo) e 188 (fundos públicos), pela Campanha da Vacinação Pública, gratuita para todas e todos pelo Sistema Único de Saúde com um plano nacional que contemple testagem massiva e quebra das patentes, pelo retorno do Auxílio Emergencial sem redução de valores e contra o avanço do ensino remoto e/ou híbrido pós-pandemia; 1.1. Convocar reuniões ampliadas, nos estados e municípios, entre o funcionalismo público das três esferas, juntamente com movimentos sociais, centrais sindicais, movimento estudantil, organizações científicas e profissionais e demais entidades para construir atividades, debates e ações de ruas, etc.; 1.2 Construir mobilização a partir dos estados e municípios com convocação de assembleias por categorias e reuniões ampliadas entre os funcionários públicos das três esferas; 1.3 Intensificar as lutas em conjunto com o Fonasefe, Fórum Sindical Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas, CSP-Conlutas e demais centrais e outras frentes unitárias da classe trabalhadora; 1.4 No âmbito das seções sindicais, intensificar a luta contra a Reforma Administrativa (PEC 32) e Emenda Constitucional 109/2020 (PEC 186/2020), e pela valorização dos serviços e do(a)s servidore(a)s público(a)s junto ao conjunto de servidore(a)s federais, estaduais e municipais, pressionando parlamentares e impulsionando a construção de agendas unitárias; 1.5 Propor indicativo de greve e/ou paralisação do(a)s servidore(a)s públicos; 1.6 Construir dias de luta nos estados e municípios para ampliar a mobilização em defesa dos serviços*

públicos; 1.7 Construir calendário nacional de mobilização e luta a partir de datas propostas pelas entidades, com paralisação das atividades, carros de som rodando nos bairros, uso de redes sociais e atos presenciais sem aglomeração em todas as cidades, definidos a partir da seguinte proposta: 1.7.1 Dia nacional em defesa da educação pública; 1.7.2 Dia nacional de luta contra a Reforma administrativa e a PEC emergencial e contra o desmonte do Serviço Público; 1.7.3 Dia Nacional de Luta em Brasília, tão logo as condições sanitárias permitam; 1.8 Lutar pelo estabelecimento de um lockdown nacional imediato, com auxílio emergencial e manutenção dos empregos; 1.9 Incorporar-se às ações de mobilização na defesa irrestrita das liberdades democráticas, reafirmando a consigna “Ditadura nunca mais”; 1.10. Intensificar a construção da unidade pelo Fora Bolsonaro. Após a apresentação da proposta de compatibilização da diretoria, o presidente da mesa abriu para a proposição dos destaques. A professora Zaira Valeska (1ª Secretária Regional Norte II) apresentou um destaque de correção no texto em tela: mudar, em todas as propostas onde aparecer a PEC emergencial 186/2020, por revogação da Emenda Constitucional 109/2021, e nos itens do bloco 5, onde lê-se IFES, mudar para IES. Na sequência, a professora Francieli Rebelatto (2ª Secretária do ANDES-SN) fez um complemento ao destaque dado pela professora Rosineide Freitas, a saber: a preocupação da diretoria sobre a construção dos blocos temáticos foi: 1º - identificar as lutas prioritárias; 2º - a questão da unidade, com que vamos lutar, ou seja, na articulação com o servidores federais, estaduais e municipais junto com os espaços construídos com o FONASEFE, o Fórum Sindical Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas, CSP-Conlutas, e demais centrais, com os movimentos sociais, com os movimentos de juventude, com as entidades científicas, e com toda(o)s aquelas e aqueles que se identificam com essas pautas que envolvem reforma administrativa, PEC, vacinação em massa. Portanto, direcionar nossa luta com as pautas prioritárias e estabelecer com quem iremos fazer isso. O presidente da mesa retomou a palavra e submeteu à plenária a proposta de compatibilização apresentada pela diretoria do ANDES-SN. Solicitou da equipe técnica que disponibilizasse o formulário de votação para a compatibilização apresentada. Após a apresentação da proposta de compatibilização da diretoria, ouve uma questão de ordem proposta pelo delegado Fernando Cunha (ADUFPB): ao invés de entrar imediatamente em processo de votação, estabelecer um tempo para a plenária ler a proposta de compatibilização apresentada pela diretoria do ANDES-SN. E, se possível, colocar na tela (projetar). A mesa acolheu a questão de ordem, e estabeleceu um tempo de dois minutos para a leitura da proposta. O professor Amauri Fragoso (1º Tesoureiro do ANDES-SN) apresentou uma questão de ordem: que as inscrições fossem feitas via formulários. O presidente da mesa indicou que fosse disponibilizado, via chat, o formulário de inscrição (formulário de inscrição para falas sobre o bloco 1). O tempo estimado para inscrição foi de dois minutos. O professor Paulo Centoducatte (ADUNICAMP) apresentou a seguinte questão de ordem: Qual o tempo proposto para essa discussão? Caso haja muito(a)s inscrito(a)s deve ser feito um sorteio, segundo regimento aprovado do CONAD – Art. 25, § 3º. Após a contabilização das inscrições de 15 pessoas, sendo que seis se autoafirmam do gênero feminino e 9 (nove) do gênero masculino, o presidente da mesa deu início ao debate com as falas obedecendo a paridade de gênero. No primeiro bloco de inscrições, a professora Edivânia dos Santos Alves (ADUFPA), primeira a falar, apresentou o seguinte destaque: *1.7.2 Incluir no final do texto: Revogação das EC 95/2016 e EC 109/2021.* Proponho também a inclusão, onde couber, da discussão sobre o Orçamento e os Fundos Públicos. Fernando Cunha (ADUFPB) apresentou como destaque as seguintes sugestões de modificações: *1.3 Intensificar as lutas unitárias em conjunto com o Fonasefe, Fórum Sindical Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas, CSP-Conlutas e demais centrais sindicais e outras frentes da classe trabalhadora; 1.8 Lutar pelo auxílio emergencial de no mínimo 600 reais, pela proibição das demissões, para que os trabalhadores passem pelo lockdown necessário.* E, também, a sugestão do seguinte acréscimo: *desenvolver uma campanha de esclarecimento e explicação da contrarreforma administrativa, com a disposição de materiais de cunho didático, para o trabalho das seções sindicais com suas bases.* Rosineide Freitas (2ª Vice-Presidenta Regional Rio de Janeiro) reforçou a participação na campanha do FONASEFE. O professor Marcos Antônio da Silva Pedroso (ADUFS) apresentou destaque de supressão do item: *1.7.3 Dia Nacional de Luta em Brasília, tão logo as condições sanitárias permitam.* A professora

Alana das Neves Pedruzzi (APROFURG), fez uma crítica à proposta metodológica apresentada pela mesa, por inviabilizar o debate, discutir item a item o TR e não permitir a apresentação de destaques. Sendo assim, retirou seus destaques. O professor Luis Antonio Pasquetti (ADUNB) reforçou a necessidade de inclusão dos nomes das centrais sindicais – CUT, CTB – apontada no item 1.3. Com o fim do 1º bloco o presidente da mesa consulta a plenária, via formulário, sobre a possibilidade de abrir outro bloco de inscrições. A professora Celeste Pereira (ADUFPEL) apresentou a seguinte questão de ordem: a apresentação dos destaques não pode ser por sorteio. A mesa acolheu a questão de ordem e seguiu com as falas sem a necessidade de consultar a plenária. José Eudes Baima (SINDUECE) fez a seguinte sugestão de alteração: *1.4 “em associação e através dos movimentos sociais, estender essa conscientização ao público em geral, evidenciando a importância e os prejuízos que as reformas trazem aos serviços”*. O professor Domingos Sávio (ADUNEMAT) apresentou os seguintes destaques: *Emenda. 1.4.1 O ANDES-SN, por suas seções sindicais, desenvolverá uma campanha de esclarecimento e explicação da PEC 32 da contrarreforma administrativa, destacando suas consequências nas IES, com a disponibilização de materiais de cunho didático para o trabalho das seções sindicais com as bases; e 1.9 Incorporar-se às ações de mobilização na defesa irrestrita das liberdades democráticas, reafirmando a consigna “Ditadura nunca mais”, e engrossando a luta pela revogação da Lei de Segurança Nacional*. A professora Francieli Rebelatto (2ª Secretária do ANDES-SN) afirmou que tem acordo com algumas questões apresentadas. E reforçou a importância da apropriação da campanha feita pelo FONASEFE, com o seguinte acréscimo: *Intensificar a divulgação da Campanha do Fonasefe, de esclarecimento e explicação da contrarreforma administrativa, com a disposição de materiais de cunho didático, para o trabalho das seções sindicais com suas bases*. O professor César Beras (SESUNIPAMPA), comentou que teria acordo com o plano de lutas apresentado, e chamou a atenção ao item 1.5 propor indicativo de greve ou paralisação dos servidores públicos. A professora Mariuza Guimarães (ADUFMS) apresentou o seguinte destaque: *1.3 Intensificar as lutas unitárias, em conjunto com o FONASEFE, Fórum Sindical e de Juventude por Direitos e Liberdade Democráticas, Frente Brasil Popular, Frente Povo sem Medo, com as centrais sindicais, CSP Conlutas, CUT, CTB e outras; 1.10 Intensificar a luta por Fora Bolsonaro-Mourão, por eleições Já!; e 1.4.10 Realizar Campanha Nacional, por meio das Seções Sindicais, sobre a contrarreforma Administrativa*. O professor Gisvaldo Oliveira (1º Secretário da Regional Nordeste I) reforçou a proposta de compatibilização apresentada pela diretoria do ANDES-SN. O professor Sidiney Ruocco (ADUFU) pediu o seguinte esclarecimento: como acompanhar os trabalhos, dada a alteração na metodologia? O professor Domingos Sávio (ADUNEMAT) apresentou a seguinte questão de ordem: que a mesa apresente a sistematização dos destaques apresentados pela plenária. A mesa acolheu a questão de ordem apresentada pelo professor Domingos Sávio (ADUNEMAT). A professora Mariuza Guimarães (ADUFMS) fez o seguinte encaminhamento: suspender a sessão e encaminhar as propostas apresentadas pela plenária, sistematizadas, via e-mail, para a(o)s delegada(o)s presentes no 11º CONAD Extraordinário. O presidente da mesa acolheu o encaminhamento e o trabalho foi suspenso. O retorno foi marcado para as 14h10, garantindo-se, dessa forma, duas horas para o almoço, conforme o Regimento aprovado. Após o intervalo para o almoço, o presidente da mesa retomou os trabalhos às 14h35. O presidente informa ao plenário que mantém o método inicialmente acordado: bloco de seis inscrições, realizadas via formulário colocado no chat, obedecendo a paridade de gênero. Consulta-se a plenária se houver a necessidade da abertura de outros blocos. O presidente da mesa solicita a colocação em tela dos destaques organizados e comunica à plenária que vai abrir inscrições para a discussão dos destaques, começando pelo destaque feito ao item **1.3 Intensificar as lutas em conjunto com o Fonasefe, Fórum Sindical Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas, CSP-Conlutas e demais centrais e outras frentes unitárias da classe trabalhadora**, que apresentou a seguinte redação: *Intensificar as lutas unitárias em conjunto com o Fonasefe, Fórum Sindical Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas, CSP-Conlutas e demais centrais sindicais e frentes da classe trabalhadora*. Após a contabilização das inscrições de 13 pessoas, sendo seis que se autoafirmam do gênero feminino e sete do gênero masculino, o presidente da mesa deu início ao debate com as falas obedecendo a paridade de gênero.

O professor Luiz Araújo (3º Vice-Presidente ANDES-SN) apresentou uma proposta de compatibilização para as duas propostas em tela: *Intensificar as lutas em conjunto com o Fonasefe, Forum Sindical e popular e da juventude, por direito e liberdades democráticas, CSP-Conlutas e demais centrais sindicais e com as Frentes da Classe trabalhadora (com destaque para Frente Brasil Popular e Frente Povo sem Medo)*. Ao final do primeiro bloco de inscrições, o presidente da mesa consulta a plenária, via formulário colocado no chat. Aprovada a abertura do 2º bloco com a seguinte votação: a favor 29 votos, contra 18, e 3 abstenções. O professor Fábio César Venturini (ADUNIFESP) propõe a seguinte questão de ordem: deixar o chat para questões de encaminhamentos, deliberativas etc., e não para debate. A mesa acolheu a questão de ordem. Após as falas e defesas das propostas apresentadas, e não havendo mais inscrições, o presidente da mesa, iniciou o processo de votação do texto original da diretoria versus a proposta 2, de destaque, apresentada pelo professor José Eudes Baima (SINDUECE) e a proposta 3 do professor Luiz Araújo (3º Vice-Presidente ANDES-SN). O professor José Eudes Baima (SINDUECE) apresenta uma questão de encaminhamento; como proponente da proposta 2, ele retira-a em favor da proposta do Luiz Araújo. O professor Luiz Araújo apresenta o seguinte encaminhamento: retirada da sua proposta de compatibilização. O professor José Eudes Baima (SINDUECE) pede que se mantenha a proposta do professor Luiz Araújo. O presidente explica como se ocorrerá a votação: Proposta 1 – original da Diretoria; Proposta 2 – Destaque; e Proposta 3 – de Luiz Araújo. **O texto original da diretoria, Proposta 1, foi aprovado com 27 votos**, a Proposta 2, recebeu 6 votos, a Proposta 3, 23 votos, e contaram-se 2 abstenções. O item subsequente é o item 1.4, proposta de compatibilização da diretoria, contemplando o item 2 do TR-9: *1.4. No âmbito das seções sindicais, intensificar a luta contra a Reforma Administrativa (PEC 32) e Emenda Constitucional 109/2020 (PEC 186/2020), e pela valorização dos serviços e do(a)s servidore(a)s público(a)s junto ao conjunto de servidore(a)s federais, estaduais e municipais, pressionando parlamentares e impulsionando a construção agendas unitárias*. E a proposta de destaque como sendo: **1.4. No âmbito das seções sindicais, intensificar a luta contra a Reforma Administrativa (PEC 32) e Emenda Constitucional 109/2020 (PEC 186/2020), e pela valorização dos serviços e do(a)s servidore(a)s público(a)s junto ao conjunto de servidore(a)s federais, estaduais e municipais, pressionando parlamentares e impulsionando a construção de agendas unitárias em associação e, através dos movimentos sociais, estender essa conscientização ao público em geral, evidenciando a importância e os prejuízos que as reformas trazem aos serviços públicos**. O presidente da mesa abre as inscrições para debate desse item, via formulário, colocado no chat. A professora Francieli Rebelatto (2ª Secretária do ANDES-SN) propõe a seguinte questão de ordem: a diretoria está acolhendo a proposta de compatibilização apresentada. Em não havendo dissenso, o presidente propõe não abrir debate. Não havendo manifestação, o presidente da mesa segue com os trabalhos, após a **supressão da proposta da diretoria**. O item a ser discutido será o 1.5, cuja proposta da diretoria foi a que segue: *1.5. Propor indicativo de greve e/ou paralisação do(a)s servidore(a)s públicos*. A diretoria aponta que essa proposta de compatibilização contempla o item 3 do TR 11. E a seguinte proposta de destaque: *Propor indicativo de greve e/ou paralisação do(a)s servidore(a)s públicos contra o desmonte dos serviços públicos, levando em conta o contexto de ensino remoto*. As duas propostas são projetadas em tela. O presidente da mesa propõe que se elabore o formulário para a discussão do item 1.5. Em seguida são apresentadas duas questões de encaminhamentos, pela professora Francieli Rebellato (2ª Secretária do ANDES-SN) e pelo professor Mário Mariano (1º Vice-Presidente da Regional Leste). O professor Mário Mariano retira seu encaminhamento, e a professora Francieli Rebellato (2ª Secretária do ANDES-SN) reafirma que a diretoria retira a proposta em favor do destaque apresentado. O presidente da mesa fala que é uma situação idêntica a do item 1.4 e, portanto, sendo retirada a proposta da diretoria, fica a proposta de destaque apresentada para a qual não houve pedido de supressão sem, inclusive, ser preciso votá-la. É a proposta de destaque que permanece. Seguindo com os trabalhos, o presidente da mesa apresenta o item 1.6, que é proposta de compatibilização da diretoria, contemplando o item 4 do TR 11. Não há proposta de redação, portanto permanece a proposta original. Se a plenária achar necessário, o presidente propõe votar como um todo, o bloco, ao final. Dá sequência aos trabalhos e avisa que só

irá abrir inscrição e colocar em votação quando houver propostas conflitantes, seja pela supressão ou pela manutenção. Em seguida, o professor Sidiney Ruocco Júnior (ADUFU) solicita à mesa: eu quero falar no item 1.5. O presidente da mesa pergunta do que se trata o questionamento: você tem uma defesa a fazer do texto que ficou? Ou, por exemplo, uma proposta de alteração? O professor Sidiney apresenta uma proposta de alteração. O presidente da mesa afirma que teria que abrir para discussão, pois a mesa entende que, ao tempo em que foram abertas inscrições para destaque, a proposta de alteração teria que ser apresentada como proposta de destaque. O presidente da mesa pergunta ao professor Sidiney sobre a diferença entre abrir um bloco para destaque e outro para discussão. E afirma que a proposta de manutenção ou alteração é ao tempo dos destaques, sendo sucedida das intervenções em defesa das proposições. O presidente consulta os demais membros da mesa e decide acatar a proposta de destaque do professor Sidiney Ruocco (ADUFU) no item 1.5. O presidente da mesa aponta a existência de duas redações e solicita que o professor Sidiney apresente sua proposta: cuja preocupação diz respeito ao tratamento dado aos termos greve e/ou paralisação. Denomina-se greve aquela que é por tempo indeterminado, e a paralisação aquela que envolve um ou dois dias. E apresenta a seguinte formulação no chat: *Propor indicativo de paralisação do(a)s servidore(a)s públicos contra o desmonte dos serviços públicos levando em conta o contexto de ensino remoto. Fica indicada também a perspectiva de construção de uma greve dos servidores públicos.* Será chamada de proposta de destaque 2. O presidente da mesa retoma a palavra e esclarece que vai submeter à plenária uma proposta contra a outra. Orienta que a equipe técnica prepare o formulário de votação, que será de uma proposta contra a outra. O presidente da mesa resolve que deverá abrir inscrição para debate das propostas, a partir da observação do professor Luiz Araújo (3º vice-presidente ANDES-SN). Os formulários para inscrição são disponibilizados no chat. O professor César Beras (SESUNIPAMPA) pede esclarecimento à mesa: como autor da proposta de destaque 1, e lendo a proposta do Sidiney, não há oposição em retirar a proposta de destaque 1. Dessa forma, presidente propõe a supressão do debate, pois com apenas uma proposta, e não havendo ninguém para suprimi-la, não há dissenso e está acatada a proposta do destaque 2. Não havendo manifestações contrárias, o presidente da mesa apresenta o item 1.6 com apenas a proposta de compatibilização da diretoria contemplando o item 4 do TR-11. O professor Amauri Fragoso (1º Tesoureiro do ANDES-SN) pede esclarecimento referente ao item 1.5. Por que propor uma greve levando em consideração o ensino remoto? O professor César Beras (SESUNIPAMPA) explica que o ensino remoto está previsto, em muitas universidades, para o próximo semestre. É no contexto remoto que temos que pensar a luta. E questiona: como fazer greve em contexto de ensino remoto? Pede para o professor desligar a câmera? Não trabalhar nesse dia? Não é ser contra a greve, mas estamos com a mentalidade no presencial. O ensino não é pauta da greve. Seria fazer greve nesse contexto, completa o professor Amauri Fragoso. O professor Luiz Araújo (3º Vice-Presidente ANDES-SN) faz uma questão de encaminhamento ou questão de ordem: que as pessoas apresentem soluções para o item, ao invés de fazer discussões. O presidente da mesa acolhe como uma questão de ordem. O professor Sidney Lobato (SINDUFAP) apresenta uma proposta de encaminhamento: um pouco mais de tempo para a plenária. Precisa-se de tempo para ler e entender as propostas. A greve da categoria (não do(a)s servidore(a)s) é decisão congressional. A mesa acolhe a solicitação do professor Sidney. A professora Rosineide Freitas (2ª Vice-Presidenta Regional Rio de Janeiro) apresenta uma questão de ordem: o Sidney apresentou como proposta o destaque 1, e não o texto da diretoria. A diretoria já havia acatado o destaque 1. Portanto, o texto da diretoria não está mais em tela. Seria o texto do destaque 1 e o destaque do texto 2. O professor confirma no chat a questão de ordem da professora Rosineide Freitas. O professor Paulo Cambraia (SINDUFAP) apresenta uma questão de ordem: reafirma a questão de ordem da professora Rosineide Freitas. O professor Sidiney Ruocco (ADUFU) apresenta uma questão de encaminhamento: propõe uma reconstrução ou uma costura da proposta 1 com a proposta 2, contemplando a questão levantada pelo professor Sidney Lobato sobre uma decisão congressional que fala em greve da categoria. Propõe uma conversa com o professor Sidney para fazer uma composição das propostas. O professor João Chaves (ADUNESP) solicita uma questão de encaminhamento: quer apresentar uma proposta de redação: *Propor indicativo de greve e/ou paralisação do(a)s servidore(a)s públicos contra o desmonte dos serviços*

públicos. O professor Amauri (1º Tesoureiro do ANDES-SN) apresenta uma questão de ordem: estamos discutindo o plano do setor no âmbito dos serviços públicos. Não podemos colocar nessa discussão a greve da categoria. Neste momento não cabe discutir a greve da categoria. A mesa acolhe a questão de ordem, mas não enxerga nos destaques apresentados o termo greve da categoria. O professor Sidney Lobato (SINDUFAP) apresenta uma questão de ordem: o papel do CONAD é atualizar o plano de lutas que fora estabelecido na sua origem por um congresso. E greve é uma decisão congressual. A greve da categoria. Dizer que aqui não pode pautar isso, é ir à contramão do que é um CONAD. Nós estamos tomando várias decisões *ad referendum* do próximo congresso, sem saber se esse próximo congresso vai confirmar essas decisões ou não. Mas, nesse caso, nós estamos falando de algo já decidido em congresso. A professora Mariuza Guimarães (ADUFMS) apresenta uma questão de ordem: Nós não podemos propor um indicativo de greve do(a)s servidore(a)s público(a)s. O nosso sindicato é só da categoria docente. Portanto, é um equívoco colocar em todas as propostas paralisação, greve ou qualquer termo que queira usar, para o(a)s servidore(a)s público(a)s. É para a categoria. Isso sim é congressual. O presidente da mesa explica que a defesa apresentada pela professora Mariuza Guimarães já foi acolhida como questão de ordem. O entendimento da mesa é de que não podemos deflagrar em nome de todo o serviço público, uma greve. Mas envidar esforços para a construção. Então, por isso a mesa não acolhe a questão de ordem. O professor Sidiney Ruocco (ADUFU) pede esclarecimento: quer saber se continua a construção com o Sidney Lobato (SINDUFAP), e pergunta se está vedada, neste momento, essa discussão da greve da categoria. O presidente da mesa retoma a fala e afirma que vai ser discutida a greve da categoria. Mas não propriamente neste momento. E não foi proposição do Amauri impedir a discussão da greve da categoria. Ela será discutida ainda hoje. Não havendo mais questões de ordem e encaminhamento, o presidente da mesa propõe a retomada dos trabalhos e a apresentação do formulário de inscrição no chat. Na verdade, lembra o presidente, esta plenária vai até as 16h45 e seria oportuno parar nesse momento, para votar a remessa de todo o conteúdo restante desta plenária para a Plenária de Encerramento. Uma formalidade que tem que ser obedecida para não infringir o Regimento aprovado. A professora Rivânia Moura (Presidenta do ANDES-SN) apresenta uma questão de ordem: está correto, o encaminhamento dado pela mesa de remeter os temas para a plenária de encerramento, pois somente ela tem prorrogação. O presidente pede que o formulário seja preparado nesses termos e, em seguida, a plenária vota a remessa. O professor Paulo Centoducatte (ADUNICAMP) apresenta uma questão de ordem: não precisa votar essa remessa, pois o regimento já diz isso, em seu artigo 17. A mesa acolhe o pedido de ordem e, como ainda tem tempo, pede para preparar o formulário de inscrição sobre o item 1.5. Serão analisadas três propostas de destaques. A professora Rosineide Freitas (2ª Vice-Presidenta Regional Rio de Janeiro) apresenta uma questão de ordem: a proposta 1 fora retirada, ficando as propostas 2 e 3 para discussão. A mesa acata a questão de ordem. A professora Rosineide Freitas (2ª Vice-Presidenta Regional Rio de Janeiro) apresenta um encaminhamento: colocar em tela a proposta do professor Sidiney Ruocco (ADUFU). O presidente indica que o formulário para inscrições de falas sobre o item 1.5 do Bloco 1 ficará por dois minutos aberto e disponível no chat. O professor Paulo Centoducatte (ADUNICAMP) solicita da mesa a seguinte questão de ordem: adiar por 30 minutos o início da plenária final. Após consulta aos membros da mesa, o presidente acolhe a questão de ordem e indica que os trabalhos serão retomados às 17h20. O presidente da mesa informa, ainda, que ao retorno já teremos a mesa de encerramento instalada. Às 17h20 os trabalhos são retomados. Com a retomada dos trabalhos às 17h22, obedecendo ao quórum regimental, formou-se a mesa da plenária de encerramento. A professora Rivânia Moura (Presidenta do ANDES-SN) assumiu a presidência dos trabalhos e passou a palavra para o professor Rodrigo Medina, presidente da mesa do Tema – III Plano de Lutas dos Setores, para continuação da discussão das temáticas remetidas à plenária de encerramento. Após a contabilização das inscrições de 11 pessoas, ocorridas ao final da plenária do tema III, sendo três que se autoafirmam do gênero feminino e oito do gênero masculino, o presidente da mesa deu início ao debate, com as falas obedecendo à paridade de gênero. Neste momento, o presidente da mesa, professor Rodrigo Medina, devido a problemas técnicos com sua internet, teve que ser substituído pela professora Sâmbara Paula Francelino Ribeiro, vice-presidente da mesa. O debate seguiu com as

falas do(a)s inscrito(a)s. Após o encerramento do primeiro bloco de inscrições, a presidenta da mesa, abre o formulário, via chat, para consultar a plenária sobre a possibilidade de abrir um novo bloco de inscrições. A plenária rejeitou a abertura do 2º bloco de inscrições, com a seguinte votação: favoráveis: 18 votos, contrários: 28 votos e 3 abstenções. A professora Celeste Pereira (ADUFPEL) solicita uma questão de esclarecimento: se o item da greve não será discutido no item 1.5, em qual item se dará esse debate? A mesa informa que a discussão se dará no bloco 5. Em seguida, a presidenta da mesa estabeleceu o regime de votação, explicando que a proposta de destaque (2) será colocada no formulário como proposta 1 versus a proposta de destaque (3) que será nomeada como proposta 2, no formulário. As duas propostas foram colocadas em tela: proposta de destaque (2) 1: *Propor indicativo de paralisação do(a)s servidore(a)s públicos contra o desmonte dos serviços públicos, mesmo levando em conta o contexto de ensino remoto. Fica indicada também a perspectiva de construção de uma greve dos servidores públicos.*; proposta de destaque (3) 2: **Propor indicativo de greve e/ou paralisação do(a)s servidore(a)s públicos contra o desmonte dos serviços públicos.** A proposta de destaque 1 foi rejeitada tendo recebido 9 votos, a proposta de destaque 2 foi aprovada, pois recebeu 24 votos, e contaram-se 10 abstenções. Em seguida, a presidenta da mesa passou à discussão do item 1.6, projetado em tela: **1.6. Construir dias de luta nos estados e municípios para ampliar a mobilização em defesa dos serviços públicos.** O item **1.7 Construir calendário nacional de mobilização e luta a partir de datas propostas pelas entidades, com paralisação das atividades, carros de som rodando nos bairros, uso de redes sociais e atos presenciais sem aglomeração em todas as cidades, definidos a partir da seguinte proposta: 1.7.1 Dia nacional em defesa da educação pública; 1.7.2 Dia Nacional de luta contra a Reforma Administrativa e pela revogação da EC 109 (PEC emergencial 182) e contra o desmonte do Serviço Público; 1.7.3 Dia Nacional de Luta em Brasília, tão logo as condições sanitárias permitam.** A professora Francieli Rebelatto (2ª Secretária do ANDES-SN) explica que não houve destaque no item 1.7, sendo o destaque apresentado no item 1.7.1. O professor João Chaves (ADUNESP) apresenta a seguinte proposta de destaque: *1.7.1 Dia nacional em defesa da educação pública, gratuita, laica e (DE QUALIDADE) socialmente referenciada.* A professora Mariuza Guimarães (ADUFMS) apresenta uma proposta de destaque para o item *1.7.1 Dia Nacional em Defesa da Educação Pública, em articulação com a educação básica, na Semana Nacional em Defesa da Educação Pública, de 23 a 30 de abril, em conjunto com a CNTE.* A professora Rosineide Freitas (2ª Vice-Presidenta Regional Rio de Janeiro) apresenta a seguinte questão de ordem: como a professora Mariuza apresentou uma proposta de destaque para o item 1.7.1, a mesa deverá abrir o debate. O professor João também apresentou destaque. A mesa acata a questão de ordem e a solicitação de que se coloque o formulário para discussão do item 1.7.1. O professor Paulo Centoducatte (ADUNICAMP) apresenta uma questão de ordem: ouvir o destaque do João Chaves, para depois abrir para a discussão. A presidenta da mesa acata a questão de ordem, e solicita que o professor João Chaves apresente seu destaque. Em seguida, o formulário para inscrição é disponibilizado no chat. Após a contabilização das inscrições de 6 pessoas, sendo 3 que se autoafirmam do gênero feminino e 3 do gênero masculino. A presidente da mesa deu início ao debate, com as falas obedecendo à paridade de gênero. Na sua fala, a professora Rosineide Freitas (2ª Vice-Presidenta Regional Rio de Janeiro) apresenta a seguinte proposta de compatibilização: **1.7.1 Dia nacional em defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, construído com as entidades da educação básica e superior.** Em seguida, a professora Rivânia Moura (Presidenta do ANDES-SN) apresenta uma questão de ordem antes do início da votação das propostas: colocar em votação a prorrogação da plenária por mais uma hora. A presidente da mesa acata a questão de ordem e solicita que se coloquem os formulários no chat para a votação. A proposta de prorrogação da plenária por mais uma hora foi aprovada com 36 votos favoráveis, 5 votos contrários, e 1 abstenção. Em seguida o professor Sidiney Ruocco (ADUFU) solicita uma questão de ordem: cobra mais uma vez o envio dos formulários com os votos individualizados de delegados e delegadas. A mesa acolhe a questão e passa a palavra à professora Rosineide Freitas (2ª Vice-Presidenta Regional Rio de Janeiro) para uma questão de ordem: a professora Mariuza retirou a proposta de destaque 3 e, então, nesse sentido, como tem uma proposta de compatibilização das duas que estão em tela,

entende-se que não há votação, caminha-se com a proposta de compatibilização das duas que estavam em tela. A presidenta da mesa pergunta se a plenária tem consenso com a forma como está construída a proposta de destaque 3? E pergunta se pode seguir adiante. Não havendo destaques, segue para o item *1.7.3 Dia Nacional de Luta em Brasília, tão logo as condições sanitárias permitam*, com destaque de sugestão de supressão. A presidenta da mesa questiona a plenária se coloca em discussão a questão da supressão ou segue adiante. A professora Mariuza Guimarães (ADUFMS) solicita uma questão de encaminhamento: Manutenção da proposta. A professora Rivânia Moura (Presidenta do ANDES-SN) apresenta uma questão de encaminhamento: sugiro à mesa perguntar se alguém mantém a supressão. Se não, está mantida a proposta. A presidenta solicita que se coloque o formulário de inscrição no chat, para abrir discussão do item 1.7.3. Após a contabilização das inscrições, 5 pessoas inscreveram-se, sendo 2 que se autoafirmam do gênero feminino e 3 do gênero masculino. Em seguida, o professor Sidiney Ruocco (ADUFU) solicita uma questão de ordem: temos que mudar esse procedimento dos microfones serem mutados e só serem abertos pela mesa. Essas são duas questões de ordem. O professor Augusto Cerqueira (APES) pede uma questão de ordem: tentar contribuir e preocupado com o término do nosso CONAD. Faz-se uma defesa contra e outra a favor. A professora Mariuza Guimarães (ADUFMS) pede uma questão de ordem: É uma questão de método: nós mudamos novamente a metodologia da apresentação das inscrições. Todas as inscrições eram colocadas ali, fazia-se o sorteio, falavam o(a)s primeiro(a)s e consultava-se a plenária para um novo bloco. Agora mudou e, quando começou a nova mesa, só se colocam os primeiros seis nomes. A mesa acata o pedido de ordem. A presidenta da mesa afirma que não houve mudança de método. Houve problemas com o formulário e a mesa incorporou as inscrições do Sidiney Ruocco (ADUFU). O professor Sidiney Ruocco (ADUFU) apresenta uma questão de encaminhamento: O regimento diz que tem que abrir falas. As seis primeiras falas têm que ser garantidas. A mesa solicita a criação de formulário para votar a seguinte questão de encaminhamento: proposta 1: quem é favorável a que se abra uma defesa para cada proposta, e proposta 2: quem é contrário a defesa das propostas. O resultado da votação foi o seguinte: mantém-se a lista de inscrição – 7 votos; uma defesa favorável e uma contrária – 28 votos, e 3 abstenções. Feita uma defesa a favor e outra contrária ao item 1.7.3, a presidenta da mesa estabeleceu o processo de votação: manutenção sem prejuízo de modificação. Quem é a favor e quem é contra. A professora Rosineide Freitas (2ª Vice-Presidenta Regional Rio de Janeiro) apresentou no chat a seguinte proposta de compatibilização: **1.7.3 Dia Nacional de Luta em Brasília, tão logo reunamos as condições de segurança sanitária para realizá-lo**. O resultado da votação foi o seguinte: manutenção sem prejuízo de modificação: 20 votos; manutenção: 4 votos; supressão: 8 votos, e 5 abstenções. A presidenta da mesa informa que ganhou a proposta de manutenção sem prejuízo de modificação. Em seguida, a presidente segue para o item *1.8 Lutar pelo estabelecimento de um lockdown nacional imediato, com auxílio emergencial e manutenção dos empregos*. Foi apresentada, em tela, a seguinte proposta de destaque: **1.8 Lutar pelo auxílio emergencial de no mínimo 600 reais, pela proibição das demissões para que o(a)s trabalhadore(a)s tenham condições de fazer lockdown nacional necessário**. A professora Francieli Rebellato (2ª Secretária do ANDES-SN) informa que a diretoria acata a proposta de destaque. A presidenta da mesa informa que o item foi aprovado. A professora Rivânia Moura (Presidenta do ANDES-SN) pede uma questão de ordem: colocar em votação a prorrogação da plenária até as 23h59 como está no regimento. A presidenta da mesa acata a questão de ordem e solicita que se coloquem os formulários no chat para a votação. A proposta da 2ª prorrogação da plenária até as 23h59 foi aprovada com 25 votos favoráveis, 10 votos contrários, e 1 abstenção. A presidenta da mesa anuncia que a plenária foi prorrogada até as 23h59. Com o item 1.8 aprovado, a presidenta da mesa segue para a discussão do item *1.9 Incorporar-se às ações de mobilização na defesa irrestrita das liberdades democráticas, reafirmando a consigna “Ditadura nunca mais”*. Com a seguinte proposta de destaque: *1.9 Incorporar-se às ações de mobilização na defesa irrestrita das liberdades democráticas, reafirmando a consigna “Ditadura nunca mais”, engrossando a luta pela revogação da Lei da Segurança Nacional*. A professora Francieli Rebellato (2ª Secretária do ANDES-SN) solicita da mesa uma questão de ordem: no item 1.8, tem que melhorar a redação: **1.8 Lutar pelo auxílio emergencial de no mínimo 600 reais, pela**

proibição das demissões para que o(a)s trabalhadore(a)s tenham condições de fazer *lockdown* nacional necessário. O professor Sidiney Ruocco (ADUFU) solicita esclarecimento sobre o item 1.8, e já contém uma questão de ordem: não se faz uma mudança textual do porte que foi sem votar de novo. A presidenta da mesa acata a questão de ordem, e afirma que, na verdade não se tinha votado essa proposta. Voltamos, então, à discussão dessa questão. O professor César Beras (SESUNIPAMPA) solicita uma questão de ordem apresentando o entendimento de que não tem mais formulário de inscrição. A presidenta afirma que a mesa entendeu que o encaminhamento era específico para aquela proposta. O professor César Beras solicita que se consulte a plenária, pois entende que o encaminhamento é para todo o conjunto, pois só temos até as 23h59 e nem terminamos o bloco 1. A presidente solicita uma defesa a favor e uma contrária ao 1.8. O professor Gilberto Calil (ADUNIOESTE) solicita uma questão de encaminhamento: ao invés de colocar o substitutivo, desmembre. São dois pontos. O professor Sidiney Ruocco (ADUFU) solicita uma questão de encaminhamento: antes de abrir fala para defesa e posicionamento contrário, é preciso especificá-la. A presidenta da mesa retoma a palavra e entende que é um encaminhamento diferente. O que nós podemos fazer aqui é abrir uma defesa a favor e outra contrária. A professora Francieli Rebellato (2ª Secretária do ANDES-SN) solicita uma questão de encaminhamento: para tentar ajudar, temos acordo com a proposta que está sendo colocada aqui no chat, a saber: *1.8 Lutar pelo estabelecimento de um lockdown nacional acompanhado de auxílio emergencial de, no mínimo, 600 reais, e de proibição de demissões para viabilizá-lo*. Estamos tentando fazer um esforço de compatibilizar. Portanto, se a mesa puder pegar o que está no chat e colocar em tela para visualizarmos juntos e, a partir do momento de ver as três juntas, conseguir identificar se não está tendo prejuízo no que o Sidiney coloca, pois é importante, e a gente não pode abrir mão do *lockdown* nacional. Parece-me que nós temos uma compreensão. Visualizando as três propostas, podemos ver melhor isso. Qual é a melhor redação, inclusive, para podermos votar. As três propostas são colocadas em tela, a saber: *1.8 Lutar pelo auxílio emergencial de no mínimo 600 reais, pela proibição das demissões para que os trabalhadores lockdown nacional necessário*. (Item 4 da TR 9); *1.8 Lutar pelo auxílio emergencial de no mínimo 600 reais, pela proibição das demissões para que o(a)s trabalhadore(a)s tenham condições de fazer lockdown nacional necessário*. (Item 4 da TR 9); *1.8 Lutar pelo estabelecimento de um lockdown nacional acompanhado de auxílio emergencial de, no mínimo, 600 reais, e de proibições de demissões para viabilizá-lo*. A professora Francieli Rebellato (2ª Secretária do ANDES-SN) solicita da mesa colocar o item no cabide para tentar fazer uma proposta de redação. A presidenta da mesa consulta a plenária se deixa no cabide e segue para a discussão do item 1.9. A presidenta da mesa passa, então, a discussão do item *1.9. Incorporar-se às ações de mobilização na defesa irrestrita das liberdades democráticas, reafirmando a consigna "Ditadura nunca mais" Item 6 do TR-9*; e uma proposta de destaque **1.9. Incorporar-se às ações de mobilização na defesa irrestrita das liberdades democráticas, reafirmando a consigna "Ditadura nunca mais", engrossando a luta pela revogação da Lei da Segurança Nacional**. A presidenta da mesa faz o seguinte encaminhamento: uma fala defendendo a proposta original, e uma fala da proposta de destaque. A professora Francieli Rebellato (2ª Secretária do ANDES-SN) afirma que a diretoria está retirando a proposta. A presidenta da mesa consulta a plenária se há alguma contestação à proposta de destaque e se devemos manter a 1.9. como proposta de destaque. Não havendo contestação, passa a discutir o item **1.10. Intensificar a construção da unidade pelo Fora Bolsonaro-Mourão**, e a proposta de destaque *1.10. Intensificar a construção da unidade pelo Fora Bolsonaro-Mourão, por eleições Já*. A presidenta da mesa faz o seguinte encaminhamento: uma fala defendendo a proposta original, e uma fala defendendo a proposta de destaque. A professora Rosineide Freitas (2ª Vice-Presidenta Regional Rio de Janeiro) defendeu a proposta da diretoria, e a professora Mariuza Guimarães (ADUFMS), defendeu a proposta de destaque. Após as defesas, a presidenta da mesa submete as propostas à votação, e solicita que se coloque o formulário no chat, obedecendo a seguinte disposição: proposta 1: redação inicial da diretoria, e proposta 2: o destaque. O resultado da votação foi o seguinte: proposta 1 – 24 votos; proposta de destaque – 12 votos; e 3 abstenções. A presidenta da mesa passa, então, à discussão do item *1.11., em tela: proposta de destaque – sugestão de acréscimo: 1.11. Desenvolver uma campanha de esclarecimento e explicação*

da contrarreforma administrativa, com a disposição de materiais de cunho didático, para o trabalho das seções sindicais com suas bases, e a proposta da diretoria: **1.11. Intensificar a divulgação da Campanha do Fonasefe de esclarecimento e explicação da contrarreforma administrativa, com a disposição de materiais de cunho didático, para o trabalho das seções sindicais com suas bases.** Segue-se o mesmo encaminhamento: uma fala defendendo a proposta original, e uma fala defendendo a proposta de destaque. A professora Francieli Rebellato (2ª Secretária do ANDES-SN) defendeu a proposta da diretoria, e o professor José Eudes Baima (ADUECE) defendeu o destaque. Após as defesas, a presidenta da mesa submete as propostas à votação, e solicita que se coloque o formulário no chat do item 1.11. O resultado da votação foi o seguinte: proposta 1 – 10 votos; proposta de destaque – 26 votos; e 4 abstenções. Venceu a proposta 2, da diretoria. A seguir a presidenta da mesa pede para apresentar o cabide 1.8. Os textos sistematizados apresentam a seguinte formulação em tela: **1.8. Lutar pelo auxílio emergencial de no mínimo 600 reais, pela proibição das demissões para que os trabalhadores tenham condições de fazer lockdown nacional necessário;** *1.8 Lutar pelo estabelecimento de um lockdown nacional acompanhado de auxílio emergencial de, no mínimo, 600 reais, e de proibições de demissões para viabilizá-lo.* A presidenta da mesa segue o mesmo encaminhamento: uma fala defendendo a proposta original, e uma fala defendendo a proposta de destaque. Após as defesas, a presidenta da mesa submete as propostas à votação, e solicita que se coloque o formulário no chat do item 1.8. O resultado da votação foi o seguinte: proposta 1 – 20 votos; proposta de destaque – 19 votos; e 1 abstenção. Venceu a proposta 1, da diretoria. A professora Aline Gregonci (ADUFES) não conseguiu votar pelo formulário, pois o seu computador travou no momento da votação e quando voltou a funcionar o formulário já tinha sido fechado. Solicitou da mesa, então, que pudesse votar pelo chat, no que foi atendida. Publicou seu voto no chat na proposta 1. O professor Augusto Cerqueira (APES) solicita da mesa um recurso de votação. A mesa acatou o recurso de votação do professor Augusto Cerqueira e estabeleceu nova votação para o item 1.8. A professora Mariuza Guimarães (ADUFMS) solicita uma questão de ordem: nós temos que definir aqui se vai votar apenas pelo formulário ou se vai votar pelo chat. Temos que chegar a um consenso. A presidenta da mesa faz o seguinte esclarecimento: a votação é no formulário, o que houve foi uma situação excepcional, pois já tinha passado o momento da votação, mas a pessoa argumentou ter havido um problema no computador dela, não no formulário. Mas, acatada a questão de ordem, vamos ao formulário. O professor Sidiney Ruocco (ADUFU) solicita uma questão de esclarecimento: consultou se a mesa está atenta à questão do quórum. A presidenta da mesa informa que o quórum é de 34 delegado(a)s. O professor Amauri Fragoso (1º Tesoureiro do ANDES-SN) apresenta uma questão de ordem: quando a mesa acata o recurso de votação, ele não é votado. Se alguém da plenária não concorda, aí é que pede votação. Como ninguém pediu, não precisa votar. Com as propostas em tela do item 1.8, a presidenta da mesa submeteu, novamente, as propostas à votação, solicitando que se coloque o formulário no chat do item 1.8. O resultado da votação foi o seguinte: proposta 1 – 22 votos; proposta de destaque – 15 votos; e 4 abstenções. Venceu a proposta 1, da diretoria. A presidenta seguiu com a discussão do próximo item. O professor Sidney Lobato (SINDUFAP) apresenta uma questão de ordem: a questão de ordem é relativa à ordem dos trabalhos. Eu estou muito preocupado com o tempo, com o andamento dos nossos trabalhos. E entendo que o bloco 5 é de suma importância para nós. Nós temos que sair desse CONAD com uma clara orientação para os setores. Depois do bloco 1, trazer para a discussão o bloco 5. Eu gostaria que o meu pedido fosse registrado em ata. Para tanto eu vou formular o pedido aqui no chat para que fique registrado em ata. Pela importância do bloco 5 para a organização das lutas dos setores (num contexto de ataques à vida, aos serviços públicos e à universidade pública e gratuita), sugiro que ele seja antecipado para depois do bloco 1. Não podemos deixar de debater esses itens de TR porque eles coadunam as orientações necessárias às lutas dos setores, razão pela qual este CONAD Extraordinário foi convocado. Em seguida, a professora Regina Ávila (Secretária Geral do ANDES-SN) solicita da mesa uma questão de ordem: uma coisa parecida com a questão de ordem do Sidney. A minha proposta vai ao sentido de priorizar aqui a discussão dos blocos 4 e 5, não que os outros não tenham importância. E a gente pensar a possibilidade de remeter os demais para os setores. Porque se a gente tiver a condição de entrar no Congresso, no

tema II do Congresso, nós vamos terminar de discutir o funcionamento do sindicato nesse tempo tão excepcional. Então, a minha questão de ordem é de mudança na ordem de discussão dos blocos, mas também de remeter os outros blocos para os setores. A mesa acata a questão de ordem e consulta a plenária se existe alguém contrário à proposta. A presidenta da mesa consulta a plenária se pode votar o item 1 completo do TR 9, com todos os subitens que foram aprovados. A professora Rivânia Moura (Presidenta do ANDES-SN) informa à mesa que a gente vota o plano de lutas ao final. Sugere que siga com o encaminhamento que foi proposto: o 5, o 4 e, depois, segue com o restante. O professor Amauri Fragoso (1º Tesoureiro do ANDES-SN) solicita à mesa uma questão de encaminhamento: eu tenho a impressão que essa mesa está muito cansada, porque começou e está a tarde toda. Talvez a gente acatasse a sugestão de Regina. Mas agora trocasse a mesa, para que desse uma descansada, votar as coisas da mesa II. Falta pouca coisa para discutirmos lá; os grupos de trabalho e a questão das assembleias. Resolve isso e fechamos o funcionamento do sindicato, aí voltamos para essa mesa. Seria importante fechar essa questão. A presidenta da mesa consulta a plenária se há alguém contrário à proposta de encaminhamento apresentada. Não havendo proposta em contrário, a presidente da mesa passa os trabalhos para a mesa do tema II, anunciando que, na volta, serão discutidos os blocos 4 e 5 do plano de lutas. Às 21h45, a vice-presidenta da mesa do tema III, professora Sâmbara Francelino, reassume os trabalhos. Ela lembra a plenária que assumiu a presidência devido aos problemas com a internet enfrentados pelo professor Rodrigo Medina. Retomando com o plano de luta dos setores, a partir do encaminhamento feito pelo Sidney Lobato e pela Regina, para que começássemos pelo bloco 5, e depois bloco 4. O professor Luiz Araújo (3º Vice-Presidente do ANDES-SN) apresenta uma questão de encaminhamento: ficou a compreensão que a gente votaria o 4 e o 5, e tinha uma proposta de ser só o 5. Mas a minha sugestão é que comece com o 5. A presidenta da mesa retoma a palavra, esclarecendo o seguinte: nós temos que encerrar essa mesa às 23h, porque ainda teremos a mesa de encerramento. Então começaremos pelo bloco 5 e veremos até onde podemos ir. Se conseguirmos concluir, passamos ao bloco 4, se não conseguirmos, vamos tentar concluir o bloco 5. Vamos iniciar pelo bloco 5. No bloco 5 apreciaremos os itens 7, 8 e 9 do TR 9. E no âmbito das IES, os itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 até o 23; Agenda de Lutas; TR-10 – itens 2, 3, 4, 7; e TR-13 – itens 2, 5, 6, 7. Então passaremos para o item 7, que passou para o item 2 do TR-9, de acordo com a reestruturação. 7. (2.) Intensificar esforços na construção e/ou fortalecimento do Fórum Sindical, Popular e de juventudes por direitos e liberdades democráticas nos estados, apontando a necessidade de construção de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora. A professora Francieli Rebellato (2ª Secretária do ANDES-SN) solicitou uma questão de encaminhamento: não fazer a leitura literal dos itens. Faz-se a leitura dos números de cada item, e as pessoas vão apresentando os destaques. A professora Celeste Pereira (ADUFPEL) solicitou uma questão de ordem: tem acordo com a proposta da Fran. E evidencia que a proposta do Sidney não foi que a gente só discutisse o bloco 5. Mas que a gente iniciasse a discussão pelo bloco 5. É preciso que isso fique evidenciado para todos, porque a questão não foi para que não fizéssemos outros debates, apenas que começássemos pelo 5, dada sua relevância, sem desconsiderar os outros. Informou apenas para registro. A presidenta da mesa solicita da plenária que apresente os destaques nos itens apresentados, e os chama nominalmente. A professora Francieli Rebellato (2ª Secretária do ANDES-SN) fez a sistematização dos destaques e colocou no chat: TR-9: Destaque no 7: Sidney; IES: Destaque no 6 – Mariuza; Destaque no 10 – Mariuza; Destaque no 11 – Domingos e Sidney; 11A – Sidney; 11B – Sidney e Domingos – todo o 11; Destaque no 17 – letra C – Edivania; Destaque no 18 – Mariuza; Destaque no 20 A – Mario, Sonia; Destaque na agenda – Beth – Edivania – Arturo; TR-13: Item 2 – Mario; Item 3 – Mário e Augusto; Item 4 – Mario, Augusto e Mariuza. Após a apresentação dos destaques, a presidenta da mesa abre para a discussão do primeiro destaque, o do professor Sidney, item 7, do TR-9. O professor Sidney Lobato (SINDUPAP) defende a supressão do item. A presidenta da mesa solicita que sejam apresentadas uma defesa pela supressão e uma defesa pela manutenção do item. A professora Helga Martins (2ª Tesoureira da Regional Planalto) fez a defesa de manutenção do item. Após as defesas, a presidenta da mesa submete as propostas à votação, e solicita que se coloque o formulário no chat do item TR-9, item 7. **Intensificar esforços na construção e/ou fortalecimento do Fórum Sindical, Popular e de juventudes por direitos e**

liberdades democráticas nos estados, apontando a necessidade de construção de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora. Proposta 1: manutenção do original; Proposta 2: supressão. O resultado da votação foi o seguinte: Proposta 1 (manutenção do original): 21 votos; Proposta 2 (supressão): 13 votos; e 2 abstenções. Na sequência, a presidenta da mesa passa para a discussão das IES. A professora Mariuza Guimarães (ADUFMS) apresenta a proposta de destaque no item 6. *Repudiar a perseguição e a criminalização de docentes, discentes e demais servidore(a)s público(a)s nas IES, construindo e participando de ações e campanhas em defesa dos direitos e liberdades democráticas.* E pede a inclusão de: IFES, Cefet, IF, ficando assim a redação proposta pela professora: **6. Repudiar a perseguição e a criminalização de docentes, discentes e demais servidore(a)s público(a)s nas IES, IFES, Cefet, IF construindo e participando de ações e campanhas em defesa dos direitos e liberdades democráticas.** A professora Cristine Hirsch Monteiro (1ª Vice-Presidenta da Regional Nordeste II) solicita inscrição à mesa. Na sua fala ela chama a atenção para a questão de rigor para com as siglas que o ANDES-SN trabalha. IES – Instituições de Ensino Superior inclui as Instituições Federais de Ensino Superior, o Cefet e os Institutos Federais. Então, ou coloca IES, ou IFES, Institutos Federais e Cefet. Uma coisa ou outra. Não pode ser IES, mais Institutos Federais e Cefet, porque fica redundante. A presidenta da mesa pergunta a professora Cristine Hirsch se não inclui também as IEES. O termo IES contempla. A professora Mariuza Guimarães (ADUFMS) não concorda, e pede uma questão de encaminhamento: é uma questão de mérito, e a companheira Cristine fez uma defesa do entendimento que ela faz. Inclusive ultrapassando os dois minutos que é para fazer destaque. Isso é uma solicitação constante dos companheiros e companheiras dos IFES e dos Cefets. Eles são ensino técnico e tecnológico. Portanto, não significa só educação superior. Eles gostariam de ser respeitados também no ensino técnico. Então, por isso, eu mantenho o meu destaque. A mesa acolhe o destaque da professora Mariuza. A mesa acolhe o destaque da professora Mariuza. Como o destaque da professora Mariuza, no item **10. Buscar o apoio de parlamentares para denunciar e lutar contra o aprofundamento da precarização do trabalho docente, tanto na educação básica quanto na superior, via o “Ensino Remoto Emergencial” e suas variações, como estratégia para implantação indiscriminada do EaD e a redução dos recursos orçamentários para as IES, IFES, Cefet, IF públicas.** tinha o mesmo destaque, a presidenta da mesa seguiu para a discussão do item **11. Lutar contra o retorno às atividades presenciais sem a garantia das devidas condições sanitárias, construindo com as demais categorias do Setor da Educação uma greve em defesa da vida, a) Que as seções sindicais do ANDES-SN, que ainda não realizaram AG, deliberem sobre greve frente à imposição do retorno presencial sem as seguintes condições: Vacina do SUS para todas e todos, seguindo a ordem de prioridades definidas nacionalmente pelo Plano Nacional de Imunização (PNI); testagem ampla e rastreamento; condições sanitárias de trabalho nas IES; e b) Ampliar a articulação unificada entre as três categorias das IES para construção da greve, conforme os termos mencionados anteriormente.** O professor Domingos Sávio apresenta uma nova proposta de redação colocada no chat: *11. Exigir dos governos as devidas condições sanitárias para assegurar o retorno das atividades presenciais, na forma de uma pauta de reivindicações, construindo com as demais categorias do Setor da Educação uma greve em defesa da vida, caso essas reivindicações não sejam atendidas.* O professor Sidney Lobato (SINDUFAP) apresenta destaque no item 11, linhas a) e b): nós temos duas propostas de itens de TR que fazem referência à greve da categoria. Essa que aparece no item 11 do TR-9 e a que aparece no item 6 do TR-11. Parece-me que temos duas compreensões diferentes do quadro que vai nos levar ou não a uma greve. Porque, no caso do TR-9, item 11 tem ainda uma avaliação a ser feita pelas sessões sindicais pela imposição de um possível retorno presencial. O TR que eu subscrevo, que é o TR-11, no item 6, ele considera que nós já temos um balanço feito e as condições dadas para a realização da greve. Inclusive, por isso ser pautado e deliberado em congresso. O item 6 começa assim: Concretizar a greve do Setor aprovada no 39º Congresso do ANDES-SN Então, a minha proposta é de supressão do item 11, nas linhas a) e b), que são interdependentes, em benefício do que está sendo proposto para a categoria no TR-11, item 6. O professor Sidney Ruocco (ADUFU) solicita a fala, e aponta uma questão operacional: a ADUFU fez Assembleia Geral e decidiu por não fazer greve. Então,

precisa mudar a redação do TR 11” a)”, se ela não for suprimida. A presidenta da mesa propõe uma defesa da proposta original e a defesa da proposta do Domingos. O professor Amauri Fragoso (1º Tesoureiro do ANDES-SN) solicita uma questão de encaminhamento: a greve é um tema muito caro para nós. Gostaria que se estabelecesse um tempo para discutirmos o que é construir uma greve. O congresso aprovou exatamente assim: construir a greve das instituições federais de ensino, das universidades estaduais e municipais, para que seja conjunta ao setor da educação. Eu acho que todos nós, que passamos esse ano muito difícil, temos condições de avaliar se nós construímos essa greve ou não. Eu acho que temos que fazer um debate: nós estamos preparados para decretar a greve? Fazemos esse debate, e se decidirmos que estamos preparados para fazer a greve, isso resolve grande parte dessas questões. Se nós decidirmos que não estamos preparados para a greve, então, se modifica o debate. Esse é um encaminhamento razoável para discutir a greve. Em seguida a mesa passa a palavra ao professor César Beras (SESUNIPAMPA) para uma proposta de encaminhamento: quando existe uma proposta de supressão, antes de discutir as propostas de texto, temos que votar se o texto será suprimido ou não. Se ele não for suprimido, a gente vota na melhor proposta. A presidenta da mesa explica que não tem proposta de supressão na primeira parte do item. Tem a proposta de modificação do Domingos. A proposta de supressão é apenas das linhas “a)” e “b)”, do item 11. Então nós vamos votar essa primeira parte, o *caput* do item 11, se mantém a proposta original ou se altera para a proposta do Domingos. O professor Sidney Lobato (ADUFAP) solicita uma questão de encaminhamento: eu não sei se consegui me expressar bem, mas eu propus a supressão do item, considerando que nós temos duas compreensões da greve da categoria. Então, está correto o companheiro quando afirma que isso precede, apreciar a supressão. A presidenta da mesa abre para uma defesa da manutenção e uma defesa de supressão. Após as defesas, a presidenta da mesa submete as propostas à votação, e solicita que se coloque o formulário no chat, para o item 11 do TR-9. Proposta 1 – manutenção, sem prejuízo de modificação; e Proposta 2 – supressão. O resultado da votação foi seguinte: proposta 1 - manutenção do texto original – 22 votos; proposta 2 - alteração – 8 votos; abstenções – 5 votos. Passamos a defesa da manutenção da proposta original versus a proposta do Domingos. Com as defesas realizadas, e antes de iniciar o processo de votação, a presidenta da mesa, passa a palavra à professora Rosineide Freiras (2ª Vice-Presidenta Regional Rio de Janeiro) para uma questão de encaminhamento: depois que a gente terminar a votação desse item, que a gente possa encaminhar a votação do *caput* do item 17 que é exatamente a agenda da de lutas dos setores das IEES/IMES que precisa ser aprovado nessa instância. E também a homologação da Comissão da Verdade. Senão a gente fica sem a Comissão da Verdade. A presidenta da mesa retoma a palavra e fala que já ultrapassamos o limite para o encerramento dessa plenária. Consulta a plenária se ainda podemos entrar em votação desse item ou se esse item, como os outros não votados, será remetido. Porque nesse item ainda vai ficar faltando o “a)” e o “b)”. Remeteríamos todos os itens restantes, inclusive esse, para os setores. E passaríamos a votação do que a Rosi está propondo. O professor Sidney Lobato (ADUFAP) solicita uma questão de ordem: a questão de ordem é muito simples: se nós podemos remeter os TR de um CONAD para que um setor faça a deliberação que o CONAD não fez. Nós já estamos aqui, em vários temas, deliberando aquilo que, ao meu ver, nem poderia ser deliberado num CONAD. E a gente vai remeter questões para o setor deliberar. Parece-me que há uma distorção das instâncias deliberativas do nosso sindicato. Eu gostaria que ficasse registrada essa minha questão de ordem, porque eu acho que nós não temos amparo estatutário para fazer esse movimento. A presidenta da mesa passa para a questão de ordem do professor Luiz Blume (3º Secretário do ANDES-SN): questão de ordem: Primeiro, há dez anos que o setor das estaduais e municipais organiza a semana nacional de lutas, que é em maio. Seria a primeira vez, em dez anos, ou seja, desde que nós fazemos a semana de lutas, que nós não aprovaríamos a semana de lutas numa instância. Então, pedimos que o plenário, os delegados e delegadas, aprovem tal como está no *caput*, e nós passamos a discussão dos temas, que estão colocados nos itens, à reunião do setor das estaduais e municipais. Ponto 1. Ponto 2: a Comissão da Verdade é uma instância para a qual devem ser escolhidos cinco membros: dois membros da diretoria, que a diretoria já escolheu, mas precisa homologar, dois membros titulares e dois membros suplentes da diretoria. Nós temos que eleger três membros titulares e três membros suplentes. Caso

contrário, nós não teremos o funcionamento da Comissão da Verdade até a próxima instância deliberativa. Então, nesse sentido, nós gostaríamos de colocar, como questão de ordem, que isso prevaleça, essa votação desse encaminhamento, sobre o entendimento do Sidney, que é outra discussão. Até porque nós já aprovamos que os setores são instância deliberativa. A presidenta de mesa informa que já acatou esse encaminhamento. E segue para a votação dos itens propostos. Enquanto não se apresenta o resultado da votação, a presidenta de mesa pergunta se o professor Amauri Fragoso (1º Tesoureiro do ANDES-SN) pode apresentar sua questão de ordem. O professor refere-se a dois problemas: existe um questionamento a todo instante do companheiro Sidney sobre o que esse CONAD pode fazer, ou deixar de fazer. Ao mesmo tempo em que é a segunda vez que ele pede para colocar ações dele na ata. Este evento, segundo o regimento, está sendo gravado. A única coisa que devemos receber por escrito na ata é declaração de voto após abstenção. E, ao mesmo tempo, discutir o que esse CONAD pode ser feito. Esse CONAD também foi construído para saber o que nós podemos fazer com o nosso congresso. Nós já deliberamos que os setores podem ser deliberativos. Por isso estamos encaminhando para os setores. Mas, além disso, não é a primeira vez que são remetidas aos setores, questões que não são aprovadas nas instâncias. Várias vezes esse sindicato remeteu aos setores questões para serem discutidas. Então, é essa plenária, eleita pela categoria, que está dizendo, neste momento de excepcionalidade, o que nós podemos fazer. Esse CONAD permite que as reuniões dos setores sejam deliberativas, e elas podem receber, desde que remetidas, aquilo que a gente não pôde discutir aqui. Em seguida, a presidenta da mesa proclama novamente o resultado da votação do item 11 do TR 9: proposta 1: manutenção do texto original – 22 votos; proposta 2: alteração – 8 votos; abstenções – 5 votos. Em seguida a presidenta da mesa abre o processo de votação da semana de lutas dos setores IEES/IMES, no Âmbito das IES, que tem a seguinte redação: **12. Construir a Semana de lutas do setor das IEES-IMES, entre os dias 17 a 21 de maio de 2021, considerando o calendário de lutas do Fonasefe, das IFES e dos fóruns do(a)s servidore(a)s estaduais e municipais, com os seguintes eixos: a) Defesa da Carreira e da DE como regime de trabalho, contra o congelamento de salários e a suspensão dos direitos pecuniários de funcionário(a)s público(a)s estaduais e municipais; b) Contra os cortes e o contingenciamento nos orçamentos da educação e contra a desvinculação de recursos constitucionais para a educação; c) Em defesa da Saúde docente e condições de trabalho; d) Em defesa da autonomia universitária e pelo fim da lista tríplice - em defesa da democracia interna das IES, IF e Cefet, com a nomeação do(a) mais votado(a) pela comunidade acadêmica por meio de eleições diretas e voto secreto, com a participação universal ou paritária de todo(a)s docentes, estudantes e técnico(a)s administrativo(a)s, encerrando-se o processo eletivo no âmbito da instituição; e) Em defesa da vacinação pública e gratuita e pelo SUS para todas e todos.** O resultado da votação foi o seguinte: favoráveis à semana de lutas dos setores – 30 votos; contrários – 1 voto; abstenções – 4 votos. A presidenta da mesa proclama o resultado da semana de lutas dos setores da IEES/IMES: aprovado. Segue a votação da Comissão da Verdade, Âmbito das IES, item **20. Eleger na plenária do Plano de Lutas do 11º CONAD Extraordinário o(a)s integrantes da Comissão da Verdade do ANDES-SN, com três representantes da base como titulares, e seus respectivos suplentes, após exposição pelo(a) candidato(a) ou pelo(a) representante de sua respectiva seção sindical, sobre a disponibilização, motivação e trajetória que levaram à sua candidatura. a) Homologar a indicação pela Diretoria Nacional de dois(duas) Diretores(a)s titulares, e respectivo(a)s suplentes, para compor a Comissão da Verdade do ANDES-SN.** A presidenta da mesa pergunta se temos a indicação da Comissão da Verdade. A professora Regina Ávila (Secretária Geral do ANDES-SN) inscreve-se para indicar os nomes da diretoria do ANDES-SN, para compor a Comissão da Verdade. A diretoria está indicando os companheiros Milton Pinheiro e Gustavo Seferian, como titulares, a companheira Jennifer Susan Webb e o companheiro Alexsandro Donato, como suplentes. E informa, ainda, que recebeu a indicação da ADUFF, da APROFURG e da SESUNILA. Estão, as indicações, no chat também. Indicações da plenária: Edson Teixeira – ADUFF; Patrícia Mechi – SESUNILA; Cristiano Ruiz Engelke – APROFURG. A presidenta abre a votação e pede que o formulário da Comissão da Verdade seja colocado no chat. O resultado da votação foi o seguinte: favoráveis à semana de lutas

dos setores – 35 votos; contrários – 0 voto; abstenções – 1 voto. A presidenta da mesa segue com os trabalhos e consulta a plenária se pode encaminhar/remeter todos os itens não votados do plano de lutas para os setores das Federais, Estaduais e Municipais. Solicita o formulário de votação para remeter os itens/TR não apreciados para a reunião conjunta dos setores. O resultado da votação foi o seguinte: favoráveis à semana de lutas dos setores – 31 votos; contrários – 0; abstenções – 4 votos. Na sequência, a presidenta deu por encerrado os trabalhos da mesa III, às 23h52 de 03 de abril de 2021, e eu, Alexsandro Donato Carvalho, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pelo presidente da Mesa.

Alexsandro Donato Carvalho
2º Secretário da Mesa

Rodrigo Medina/Sâmbara Paula
Presidente(a)s da Mesa

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO DO 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às dezessete horas e vinte e nove minutos do dia três de abril do ano de dois mil e vinte e um, pela plataforma Zoom Meeting, com 144 pessoas na sala, deu-se início aos trabalhos da plenária de encerramento do 11º CONAD Extraordinário do ANDES-Sindicato Nacional. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pela presidenta do ANDES-SN, professora Rivânia Lucia Moura de Assis; pela secretária-geral, professora Maria Regina de Avila Moreira; pelo 1º tesoureiro, professor Amauri Fragoso de Medeiros; e pela professora Neila Nunes de Souza (1ª vice-presidenta - Regional Planalto). A professora Rivânia Lucia Moura de Assis abre os trabalhos da mesa e informa inicialmente que a plenária tem a responsabilidade de apreciar o Tema II e o Tema III, que foram encaminhadas a esta plenária atendendo ao Regimento do 11º CONAD Extraordinário, e sugere a seguinte sistemática para a plenária: dar continuidade ao Plano de Lutas/Tema III, para não quebrar a sequência dos trabalhos. Ato contínuo, passa os trabalhos à condução da mesa do Tema III. Após os trabalhos das mesas dos Temas II e III, às 23h52, a professora Rivânia Lucia Moura de Assis passou a palavra à professora Maria Regina de Avila Moreira para apresentar as moções. Moção 1, em repúdio aos assassinos da memória, proposta pela diretoria Nacional do ANDES-SN, sendo fato motivador da moção as declarações do Ministro da Defesa de que o dia 31 de março deveria ser celebrado. A Moção 2, também proposta pela Diretoria Nacional do ANDES-SN, de repúdio, tendo como fato motivador da moção a intervenção dos governos nas IES e CEFET, desrespeitando a escolha de reitor(a)s das comunidades. A Moção 3, de apoio, proposta pela ADUFMAT-SS, teve como fato motivador da moção o manifesto das representações dos empregados do SGB/CPRM sobre o projeto de reestruturação da empresa. A Moção 4, de repúdio, proposta pela Seção Sindical ADUFF-SSIND, apresentou como fato motivador da moção a Decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. A Moção 5, de apoio à abertura da CPI da COVID-19, proposta pela Seção Sindical SINDUTF-PR, teve como fato motivador da moção o intuito de pressionar o Senado Federal à instaurar a CPI da COVID. A Moção 6, de apoio: Amanda Fica!, proposta pela Seção Sindical Adunirio, apresentou como fato motivador da moção: Amanda Silva Gomes, estudante, negra e cotista da Escola de Teatro da Unirio, teve sua matrícula injustamente cancelada, devido a orientações e cobranças de documentação indevidas por parte da administração da universidade. A Moção 7, de repúdio, proposta pela Seção Sindical ADUNIOESTE, teve como fato motivador o cerceamento à liberdade de manifestação. Após apresentar as sete moções, a professora Maria Regina destaca que, além das moções apresentadas, mais duas chegaram fora do prazo, a constatar: 1- moção de pesar, proposta pelas seguintes seções Sindicais: ADUFMS, SINDUECE, ADUFERPE, ADUNB, APESJF, SEDUFMS, sendo o fato motivador da moção o falecimento de ex-presidente do Sindicato dos Docentes da UFMS –ADUFMS; e 2- moção de repúdio, proposta pelas seguintes Seções Sindicais: APUR, ADUFMS, ADUNEB, SEDUFMS, ADUFAL, ADUFF, tendo como fato motivador a campanha pela libertação dos presos políticos do Chile. Após a apresentação das moções, não havendo nenhuma manifestação em contrário, **as nove moções são aprovadas por aclamação**. Na sequência, a Professora Maria Regina de Avila Moreira passa a palavra à Professora Rivânia para as considerações e encerramento da plenária. A presidenta do ANDES-SN, professora Rivânia Lucia Moura de Assis, reafirma a necessidade de realizar o CONAD por meio virtual, por conta da pandemia da Covid-19, e faz uma fala de agradecimento à(o)s funcionário(a)s do ANDES-SN e à diretoria pelo envolvimento na construção do 11º CONAD. Diz que o 11º CONAD Extraordinário teve início no dia 27 de abril, reafirmando a necessidade da luta contra o governo negacionista, que a nossa luta é em defesa da vida, e a necessidade da vacina para todas e todos pelo SUS. Ainda reafirma a importância de intensificar a luta pela educação pública, pelo “Fora Bolsonaro-Mourão” e finaliza dizendo que se faz necessário a construção efetiva da unidade e o

fortalecimento da luta. Às vinte e três horas e cinquenta e nove minutos, a professora Rivânia Lucia Moura de Assis declarou encerrado o 11º CONAD Extraordinário do ANDES-SN, e eu, Neila Nunes de Souza, secretária da mesa, lavrei a presente Ata, que será assinada por mim, pela secretária-geral e pela presidenta do ANDES-SN.

Maria Regina de Avila Moreira
Secretária-Geral

Rivânia Lucia Moura de Assis
Presidenta

Neila Nunes de Souza
2ª Secretária da Mesa

CARTA DO 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

No marco dos 40 anos do ANDES-SN, dessa importante e potente história, seguimos desafiados a construir nossa luta nas mais adversas condições. Nascemos durante a ditadura empresarial-militar, no bojo das lutas sociais, da retomada do movimento sindical, estudantil e popular que exigiam o fim da ditadura e o retorno dos exilados políticos, o fim da censura e a luta por eleições diretas já! de reitore(a)s das universidades à presidência da República. No presente, mesmo em espaço deliberativos mediados pelas telas, seguimos fortes, defendendo o ANDES-SN como um instrumento histórico da categoria docente e da classe trabalhadora.

Nos dias 27 de março e 03 de abril, de forma virtual e com intervalo de uma semana, foi realizado o 11º CONAD Extraordinário do ANDES-SN. De maneira excepcional e num contexto de profunda crise econômica, política, social e sanitária no Brasil, o CONAD Extraordinário teve a tarefa de avaliar a conjuntura, atualizar o Plano de Lutas para o enfrentamento desse período e definir o funcionamento do Sindicato enquanto durar a ausência de condições sanitárias para a retomada de atividades presenciais, no sentido de reafirmar a democracia e a participação pela base.

É no contexto de duros ataques à(o)s trabalhadore(a)s, numa realidade cotidiana na qual temos que conviver com a morte e o luto, que 221 participantes (entre delegado(a)s, observadore(a)s, convidado(a)s e diretores(a)s docentes de 67 seções sindicais de todo o país) reuniram-se virtualmente para debater os desafios do movimento docente nacional “Em defesa da vida, dos serviços públicos e da democracia e autonomia do ANDES-SN”.

Estamos vivendo um caos social com a política deliberadamente genocida do governo de Bolsonaro. Já são mais de 330 mil vidas ceifadas, e estes números indicam o quanto a política genocida do governo Bolsonaro traduz-se além dos números e soma-se às mortes cada vez mais próximas de todos nós. As vítimas são colegas de departamento, familiares, vizinho(a)s, amigas e amigos, estudantes, técnico(a)s administrativo(a)s, dirigentes sindicais e funcionário(a)s de nossas seções, com nomes e rostos, resultado de uma política autoritária que nega a ciência, destrói os serviços públicos, acentua os casos de perseguição e criminalização dos movimentos sociais, sindicais e estudantis que lutam pela garantia de renda digna para todas e todos, e pela adoção do isolamento social necessário à contenção da pandemia. Enfrentamos, cotidianamente, a consecução de um plano de imunização no mínimo instável, com a precária aquisição de vacinas, a falta de insumos e, ainda, o incentivo a tratamentos precoces que arriscam a vida das pessoas. A partir da avaliação da absoluta prioridade em defender vidas, o(a)s delegado(a)s do 11º CONAD aprovaram

como bandeiras de luta a defesa da luta pelo *lockdown* nacional, com auxílio emergencial digno e vacinação para todas e todos pelo SUS.

Aliam-se, aqui, as tentativas de levar a cabo o caráter autoritário do governo que ameaça um golpe ditatorial, após mais uma reforma ministerial, no marco da semana que lembramos a trágica data do início da ditadura empresarial-militar que, em 1964, iniciava mais de duas décadas de obscurantismo, assassinatos, torturas e crise econômica.

Em que pese a diversidade de posições políticas e avaliações de conjuntura que o caracterizam historicamente, ambiente salutar e necessário do amplo debate político do ANDES-SN, houve uma importante construção em torno das bandeiras de lutas para o período. Já no dia 27 de março, na Plenária de Abertura a(o)s docentes aprovam a “*Moção de repúdio às perseguições políticas do governo bolsonaro e em solidariedade à dirigente sindical da Aduferpe professora Érika Suruagy*”, mostrando fortemente a disposição de luta pela democracia, pelas liberdades democráticas, reforçando o grito: NÃO VÃO NOS CALAR!

No debate de conjuntura, fundamental para qualificar nossas ações, saiu fortalecida a caracterização da necessidade da construção da unidade para enfrentar o governo genocida de Bolsonaro-Mourão, e aprovamos no Plano de Lutas a intensificação da construção de unidade pelo Fora Bolsonaro e Mourão! A conjuntura aponta a necessidade de reorganização da classe trabalhadora, e o ANDES-SN tem um papel histórico neste sentido. A luta contra os ataques do governo à classe trabalhadora deve se intensificar e precisamos construir uma ampla unidade a partir do Fonasefe, do Fórum Sindical, Popular, de juventudes por direitos e liberdades democráticas e da CSP-Conlutas, com outras frentes unitárias da classe trabalhadora, centrais sindicais e entidades científicas e profissionais.

Essa conjuntura também colocou novos desafios ao movimento sindical, tendo em vista que precisaríamos estar nas ruas para barrar as contrarreformas do governo Bolsonaro. Mas, este período de isolamento social e a necessidade de manter as reuniões virtuais colocaram limites a nossa mobilização. Por isso, precisamos aprimorar nossas instâncias de organização e deliberação para garantir as formas democráticas de participação na base. Nas discussões sobre a realização do próximo Congresso do ANDES-SN, prevaleceu a avaliação da impossibilidade de realizá-lo presencialmente dadas as atuais condições sanitárias, contudo, apontando que seja submetido a um próximo CONAD Extraordinário, a ser realizado em até três meses, o desafio para a categoria definir sua convocação, período e formato possíveis diante da realidade vivenciada. Com essa finalidade, o 11º CONAD aprovou mecanismos excepcionais para manter o funcionamento das instâncias

democráticas, deliberando pela realização de reuniões regulares dos setores das IFES-IEES-IMES, CEFET e Institutos com caráter deliberativo e dos plenos dos GT nacionais, como mecanismos de atualização do plano de lutas e mobilização da categoria.

Para o(a)s delegado(a)s do 11º CONAD Extraordinário, a atualização do Plano de Lutas do ANDES-SN também se deu a partir da avaliação de que há um avanço dos ataques à democracia, seja no âmbito das perseguições à(o)s docentes, seja em tentativas de alinhamento político-ideológico dos comandos militares do Estado Maior das Forças Armadas à política genocida do presidente Jair Bolsonaro. O ANDES-SN deve continuar a fortalecer as frentes de luta contra o governo Bolsonaro-Mourão, a partir das ações com as demais categorias do serviço público, através do FONASEFE e demais fóruns estaduais, frentes e comitês em defesa dos direitos e dos serviços públicos. Nesse sentido, o plano de lutas indica que a categoria deve envolver-se com as lutas nos estados e municípios pela defesa do serviço público de qualidade e contra as reformas regressivas que propõem um novo Estado mínimo, através da PEC-32, que apresenta a caracterização de um Estado “subsidiário”, com a possibilidade de privatizar todos os serviços públicos. Nessa direção o 11º CONAD Extraordinário aponta a intensificação das mobilizações e construção unitária de calendários de lutas, entre elas a luta contra o retorno presencial sem as condições sanitárias.

Atualizamos a composição da Comissão da Verdade do ANDES-SN, posto que o mandato da comissão encerrou-se com a posse da nova diretoria, em dezembro de 2020. Entendemos que a atualização da CV-ANDES-SN é de suma importância, tendo em vista que o país está passando por um momento de negação dos crimes da ditadura empresarial-militar por parte do governo federal, alinhados com uma prática de exaltação do golpe, promovido pelo Estado Maior das Forças Armadas, que mantém o discurso de negar os crimes cometidos pelo Estado e, ainda mais, manter na ordem do dia das Forças Armadas a exaltação ao golpe deflagrado em 31 de março de 1964.

Ao encerrar o 11º CONAD Extraordinário fica a certeza de que nosso sindicato estará fortalecido e unido para enfrentar os desafios que se colocam neste momento histórico.

Por fim, não podemos deixar de lamentar mais uma vítima da política genocida, bem perto de nós. Após o término do 11º CONAD Extraordinário, e no momento em que essa carta estava na revisão, nosso querido funcionário do CPD, Marcos Goulart de Souza, não resistiu à COVID-19, vindo a falecer. Como em vários casos, o socorro chegou tarde demais. Em nome de Marcos Goulart de Souza, solidarizamos-nos com as famílias dos milhares de vítimas, que deixarão para nós o legado de lutar pelo fim deste governo.

Fora Bolsonaro-Mourão!

Em defesa da vida!

Vacina pública pelo SUS para todo(a)s!

Não nos calarão!

11º CONAD EXTRAORDINÁRIO

03 de abril de 2021

Atualizada dia 05 de abril de 2021

MOÇÕES

Moção 1

Proponente(s): Diretoria Nacional do ANDES-SN

Destinatário(a)(s): Gabinete da Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da República, Advocacia Geral da União, Presidência do Congresso Nacional, Presidência da Câmara dos Deputados, Presidência do Supremo Tribunal Federal, Ordem dos Advogados do Brasil

Fato motivador da Moção: As declarações do Ministro da Defesa de que o dia 31 de março deveria ser celebrado.

MOÇÃO DE REPÚDIO AOS ASSASSINOS DA MEMÓRIA

O(A)s delegado(a)s presentes ao 11º CONAD Extraordinário do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado on-line, nos dias 27 de março e 3 de abril de 2021, em respeito aos 3.950 mortos em apenas um dia e aos mais de 300 mil vitimados pelo Coronavírus até o momento, manifestam que o 31 de março, que tão tetricamente passou, somou à memória das vítimas da ditadura militar a tragédia vívida do colapso sanitário e do descaso desde o Planalto Central com o flagelo daqueles que morrem à espera de leitos de UTI, agonizam sem respiradores e têm dificuldades até mesmo para conseguir um simples diagnóstico.

Trata-se de um 31 de março bastante distinto, não apenas pelo luto perene em que vivemos há um ano, mas porque a memória da violência política e a história de vida de vítimas e sobreviventes da ditadura militar têm sido cada vez mais vilipendiadas por aquele(a)s que negam ter havido ditadura, enquanto exaltam os meios comuns a poderes ditatoriais na perseguição às dissidências: a censura, a tortura, os desaparecimentos forçados, os assassinatos, os esquadrões da morte, os cemitérios clandestinos e outros monstros que jamais regressaram à caixa aberta no fatídico ano de 1964.

Os assassinos da memória têm propósito ao exaltar o período de regime militar, ao negá-lo como ditadura, ao relativizar violências e afirmar que o tratoramento das liberdades democráticas teve como objetivo a “defesa da democracia”: legitimar o recrudescimento do autoritarismo político e a escalada da repressão, no tempo presente, com o assentamento da extrema-direita no poder. É no tempo pretérito que as legitimidades para o presente da nossa existência são buscadas, por isso a disputa pelo passado tanto importa!

A violação sistemática de direitos, a destruição dos sistemas públicos e a agenda dos costumes, que tem composto a superestrutura ideológica que pretende a legitimação de uma mais brutal hiperexploração da força de trabalho na infraestrutura econômica, prescindem do restabelecimento, em termos intelectuais e morais, da ditadura civil-militar que se estendeu de 1964 até 1985.

Referir ao 31 de março de 1964 como “revolução” ou “movimento”, sínteses simplistas do negacionismo histórico, é exaltar o arbítrio e a violência, ocultando os profundos rasgos, muitos deles ainda abertos na nossa tessitura social, produzidos pelo golpe.

Nas ruas, no último 31 de março, não por acaso aqueles poucos que celebraram o golpe de 1964 (em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba) bradavam também palavras de ordem em defesa do presidente Jair Bolsonaro, ícone do negacionismo, exaltador de torturadores e afeito à violência como forma de consecução da política. A exaltação da violência de outrora pretende vestir de legitimidade a violência política no presente!

Ainda sobre a quarta-feira última, grupos que protagonizaram a Marcha da Família Cristã pela Liberdade pediam, de joelhos, envoltos no Pavilhão Nacional e defronte a comandos militares, “intervenção militar com Bolsonaro no poder”, enquanto defendiam o fechamento do Supremo Tribunal Federal e das casas do Congresso. Essa é a base de apoio do presidente! Esse é o bolsonarismo!

Mas das atrocidades ditas e que violentam a memória de tantas vítimas, aquela que mais inflama a nossa justa indignação é a que fora dita, em tom oficial, pelo General Braga Netto, novo ministro da Defesa, quando afirmou que o 31 de março deveria ser celebrado.

Tentando apagar a própria história, o militar atribuiu ao regime que perseguiu, censurou, torturou e assassinou, o feito da “pacificação do país”, no onírico e fantasioso mundo das suas equivocadas e cínicas convicções.

Já se foram 57 anos e esse passado permanece! Não apenas porque pretendem os assassinos da memória perpetuar violências tão comuns aos aparelhos repressores, mas porque os símbolos da díade violência/obediência são poderosíssimos instrumentos para aqueles entorpecidos pelo poder e que têm como propósito mover o Estado Policial de repressão permanente contra toda e qualquer possibilidade de ascenso da classe trabalhadora, na luta por direitos, enquanto a marcha da contrarreforma do Estado segue o compasso acelerado da destruição de direitos.

Nosso combate em defesa da memória não desloca o campo da luta política apenas para o passado: os nossos pés estão cravados no tempo e na realidade concreta do presente onde o passado se encontra infiltrado e é preciso, nele, recuperar silenciamentos e gritos das tantas vozes sufocadas. Isso porque pretendem esses facínoras que as mordanças voltem a sufocar.

Não calaremos!

Ditadura nunca mais!

Presentes todo(a)s aquele(a)s que tombaram! É em sua memória que o ânimo para as lutas do presente nos dá vigor!

Delegado(a)s, observadore(a)s, convidado(a)s do 11º CONAD Extraordinário

ANDES-Sindicato Nacional

Brasília (DF), 3 de abril de 2021

Moção 2

Proponente(s): Diretoria Nacional do ANDES-SN

Destinatário(a)(s): Reitoras e Reitores de todas as IES brasileiras; Colegiados Superiores de todas as IES brasileiras; Superior Tribunal de Justiça; Defensoria Pública; Congresso Nacional; Governo Federal; Ministério Público; Ministério da Educação; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; CAPES; CNPq; Governos Estaduais e Municipais e poderes legislativos respectivos ligados às localidades das IES que sofreram intervenções.

Fato motivador da Moção: Intervenção dos governos nas IES e CEFET, desrespeitando a escolha de reitore(a)s das comunidades.

MOÇÃO DE REPÚDIO

O(A)s delegado(a)s presentes ao 11º CONAD Extraordinário do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado on-line, nos dias 27 de março e 3 de abril de 2021, manifestam seu repúdio ao conjunto de intervenções impostas pelo Governo Federal nas instituições de ensino superior públicas brasileiras e CEFET, em especial, àquelas que tem se caracterizado como imposição de reitoras e reitores não eleito(a)s pelas comunidades acadêmicas para as administrações das IES e CEFET.

Já foram mais de duas dezenas de intervenções em universidades, institutos federais e CEFET. O governo Bolsonaro opera sua política de ataque ao Ensino Superior público e à Educação Básica, Técnica e Tecnológica Federal no Brasil desrespeitando a vontade da categoria docente, de técnicas e técnicos e estudantes. Não bastassem os cortes no orçamento de recursos para ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, bem como as diferentes ações de privatização que as IES têm sofrido, as intervenções aprofundam ainda mais a ofensiva ao caráter público, gratuito e à qualidade da educação no Brasil.

O ANDES-SN historicamente defende que as escolhas de reitoras e reitores iniciem e terminem nas próprias instituições, os docentes posicionamo-nos contra a lista tríplice. Não temos medido esforços para angariar toda a sociedade nessa luta. Continuaremos a dizer não às intervenções por meio de mobilizações em cada IES e CEFET atacado e, também, de forma articulada em ações nacionais e internacionais.

As interventoras e interventores têm seguido à risca a agenda de Bolsonaro e dos governos privatistas. Suas administrações têm aplicado um conjunto de medidas que impõem mais perseguições políticas ao(à)s lutadoras e lutadores, mais negacionismo anticientífico e uma intensificação da mercantilização do ensino, da pesquisa e da extensão. As intervenções, na prática,

aceleram os ajustes das IES e CEFET à lógica do capital. Cada interventora e interventor significa menos autonomia universitária, democracia interna e mais autoritarismo, arbitrariedade e obscurantismo. Mais lucros para as elites e menos educação para a classe trabalhadora. Sabemos que esse processo conjuga-se com a lógica de imprimir à educação pública o caminho do projeto societário e educacional que ataca mulheres, negras e negros, a população LGBTQI+, os povos indígenas e as pessoas com deficiência que têm historicamente lutado por uma educação emancipadora.

Este Sindicato Nacional compreende que a escalada antidemocrática sobre as universidades, institutos e CEFET está alicerçada em um projeto autoritário e subserviente para o Brasil, que visa atacar os direitos conquistados pela classe trabalhadora e o aprofundamento do caráter dependente da economia do país.

Repudiamos todas as intervenções! Repudiamos todos os ataques à classe trabalhadora!

Fora Bolsonaro-Mourão! Fora interventoras e interventores!

Reitor(a) eleito(a), reitor(a) empossado(a)!

Ditadura nunca mais!

Delegado(a)s, observadore(a)s, convidado(a)s do 11º CONAD Extraordinário

ANDES-Sindicato Nacional

Brasília (DF), 3 de abril de 2021

Moção 3

Proponente(s): Delegação da Adufmat-SSind

Destinatário(a)(s): Ministro Bento Albuquerque - Ministério de Minas e Energia; Secretário Alexandre Vidigal de Oliveira - Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral; Presidente Felipe Brito Mata - AGEN (Associação dos Geólogos e Engenheiros da CPRM – Serviço Geológico do Brasil).

Fato motivador da Moção: Manifesto das representações dos empregados do SGB/CPRM sobre o projeto de reestruturação da empresa.

MOÇÃO DE APOIO

O(A)s delegado(a)s presentes ao 11º CONAD Extraordinário do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado on-line, nos dias 27 de março e 3 de abril de 2021, aprovam apoio ao “Manifesto das Representações dos Empregados do SGB/CPRM sobre o Projeto de Reestruturação da Empresa”, divulgado pela AGEN – Associação dos Geólogos e Engenheiros da CPRM – Serviço Geológico Nacional, em defesa de um SGB/CPRM que atenda aos interesses da população, seja custeado com recursos do Tesouro Nacional e que não se deixe cooptar por interesses econômicos privados sob o pretexto de viabilizar o financiamento de seus projetos.

A CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), criada, em 1969, como empresa de economia mista com o objetivo principal de mapear o território brasileiro, foi transformada, em 28 de dezembro de 1994, no SGB - Serviço Geológico do Brasil, com funções típicas de Estado. Essa transformação foi o resultado da reivindicação da maioria dos geólogos brasileiros, para facilitar o acesso aos dados geológicos oficiais, a análise e compreensão de como estão sendo e podem ser utilizados no trabalho de planejamento do uso e exploração dos recursos naturais, o ordenamento do território, bem como para atender diferentes aspectos relacionados à geodiversidade.

A criação do SGB, inquestionavelmente, tem contribuído para melhorar a qualidade das informações e o detalhamento na obtenção de novos dados; abrindo um canal de interlocução com outras áreas da ciência pura e aplicada e com a sociedade num sentido mais amplo.

CONTRA A DESTRUIÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO!

POR UM SGB/CPRM QUE ATENDA AOS INTERESSES DA POPULAÇÃO BRASILEIRA!

Delegado(a)s, observadore(a)s, convidado(a)s do 11º CONAD Extraordinário

ANDES-Sindicato Nacional

Brasília (DF), 3 de abril de 2021

Moção 4

Proponente(s): Assembleia Geral da ADUFF-SSind

Destinatário(a)(s): Tribunal Regional Federal – TRF 5; Procuradoria Federal de Defesa dos Direitos do Cidadão; Conselho Nacional de Justiça; Ordem dos Advogados do Brasil; Grupo Tortura Nunca Mais.

Fato motivador da Moção: Decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

MOÇÃO DE REPÚDIO

O(A)s delegado(a)s presentes ao 11º CONAD Extraordinário do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado on-line, nos dias 27 de março e 3 de abril de 2021, manifestam seu repúdio à decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), que autoriza o Ministério da Defesa a manter no seu site o texto que celebra o golpe civil-militar de 1964. O golpe de 1964 significou violação da Constituição, sendo recurso à violência para afastar presidente legalmente eleito. Implicou o início de um longo período de cassações de mandatos legais, de prisões abusivas, torturas, mortes e desaparecimentos de opositores ao regime. As Forças Armadas, ao celebrarem esse conjunto de atos de desrespeito à lei, estarão exaltando o comportamento público criminoso e anticonstitucional que deveriam combater.

Delegado(a)s, observadore(a)s, convidado(a)s do 11º CONAD Extraordinário

ANDES-Sindicato Nacional

Brasília (DF), 3 de abril de 2021

Moção 5

Proponente(s): Katya Cristina de Lima Picanço

Destinatário(a)(s): Rodrigo Otavio Soares Pacheco – Presidente do Senado Federal

Fato motivador da Moção: A assembleia da SINDUTF-PR aprovou a moção com o intuito de pressionar o Senado Federal a instaurar a CPI da COVID. Considerando a importância do tema, a moção está sendo submetida para aprovação também do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO.

MOÇÃO DE APOIO À ABERTURA DA CPI DA COVID-19

O(A)s delegado(a)s presentes ao 11º CONAD Extraordinário do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado *on-line*, nos dias 27 de março e 3 de abril de 2021, manifestam apoio à Abertura da CPI da COVID-19 no Senado da República. O pedido consta de requerimento protocolizado pelo Senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) no início de fevereiro do corrente ano para investigar ações e omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia da COVID-19 e o agravamento da crise sanitária. O pedido já conta com a assinatura de mais de 30 senadores, superando o número mínimo de 27 assinaturas para que uma CPI seja aberta.

Vacina gratuita e pública pelo SUS para todas e todos, já!

Lockdown nacional mediante renda digna para a classe trabalhadora!

Defesa irrestrita dos serviços públicos!

Contra a Reforma Administrativa!

Delegado(a)s, observadore(a)s, convidado(a)s do 11º CONAD Extraordinário

ANDES-Sindicato Nacional

Brasília (DF), 3 de abril de 2021

Moção 6

Proponente(s): Rodrigo de Souza Dantas Mendonça Pinto, Thereza Christina dos Santos Figueira Cardoso

Destinatário(a)(s): Ricardo Silva Cardoso – reitor da Unirio; Alcides Wagner Serpa Guarino – pró-reitor de Graduação da Unirio

Fato motivador da Moção: Amanda Silva Gomes, estudante, negra e cotista da Escola de Teatro da Unirio, teve sua matrícula injustamente cancelada, devido a orientações e cobranças de documentação indevidas por parte da administração da universidade.

MOÇÃO DE APOIO: AMANDA FICA!

O(A)s delegado(a)s presentes ao 11º CONAD Extraordinário do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado *on-line*, nos dias 27 de março e 3 de abril de 2021, manifestam o seu apoio para que a estudante Amanda Silva Gomes tenha a sua matrícula devidamente aceita pela Unirio.

Amanda Silva Gomes é uma jovem negra, atriz, diretora artística e professora de teatro da companhia de teatro Megaroc, de Realengo. Foi aprovada em primeiro lugar nas vagas de ação afirmativa do vestibular 2020.1 para o Curso de Licenciatura em Teatro na Unirio, o que permitirá aprimorar seu trabalho como professora de teatro, realizado desde 2013 na zona oeste do Rio de Janeiro – uma área periférica, esquecida pelas políticas públicas de cultura e educação.

Entretanto, a administração da Unirio indeferiu a matrícula de Amanda, após orientar de forma equivocada o procedimento para a realização da mesma. Depois disso, a instituição tem mobilizado seu aparato administrativo e jurídico para impedir que a injustiça seja reparada.

Diante disso, um forte movimento está em andamento para que Amanda tenha a matrícula devidamente realizada e para que as universidades superem os obstáculos que interpõem a grupos de pessoas não-brancas e moradoras das periferias dos grandes centros. O abaixo-assinado *on-line* sobre o tema já reúne cerca de 25 mil assinaturas.

Reafirmamos, assim, o nosso apoio à Amanda e às lutas da juventude negra por seu direito à educação de qualidade.

Delegado(a)s, observadore(a)s, convidado(a)s do 11º CONAD Extraordinário

ANDES-Sindicato Nacional

Brasília (DF), 3 de abril de 2021

Moção 7

Proponente(s): Gilberto Calil e Sabrina Grassioli

Destinatário(a)(s): Prefeitura Municipal de Toledo

Fato motivador da Moção: Cerceamento à liberdade de manifestação.

MOÇÃO DE REPÚDIO

O(A)s delegado(a)s presentes ao 11º CONAD Extraordinário do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado on-line, nos dias 27 de março e 3 de abril de 2021, manifestam seu veemente repúdio à ação da Prefeitura Municipal de Toledo, cerceando o direito de manifestação em ação realizada no último dia 26 de março de 2021, com o objetivo de externar solidariedade às vítimas da Covid-19, promovida pelo Comitê de Resistência e Solidariedade de Toledo, com o apoio de diversas organizações e entidades, dentre as quais a ADUNIOESTE, seção sindical do ANDES-SN.

O ato realizado no lago municipal de Toledo pelo Comitê teve como objetivos: a) expressar pesar e solidariedade para com os familiares das vítimas acometidas pela pandemia da Covid-19; b) demonstrar gratidão aos profissionais de saúde que têm atuado com imensa sensibilidade e profissionalismo no combate à pandemia; c) atentar para a urgência da distribuição de auxílio emergencial, com valor mínimo de R\$ 600,00, enquanto durar a pandemia, para a parcela mais vulnerável da população que vive em condições precárias de acesso aos bens básicos necessários à sobrevivência; d) afirmar a obrigação dos poderes públicos, em suas diferentes instâncias, de tomar providência urgente no combate à pandemia e de minimizar os profundos danos por ela provocados – vacinação imediata e em massa da população, testagem também massiva e realização de lockdown nacional são as obrigações às quais nos referimos.

Embora nem as cerca de 300 cruces nem as faixas se encontrassem em local que impedisse locomoção, visibilidade ou trouxesse quaisquer transtornos à ordem pública, funcionários da prefeitura, a saber, o secretário Municipal da Segurança e Trânsito, senhor Arthur Almeida, e o assessor de gabinete do prefeito, senhor Márcio Borges Pena, vulgo Peninha, acompanhados de agentes da guarda municipal e autorizados pelo prefeito interino, senhor Ademar Dorfschmidt, estiveram no local e obrigaram a retirada das cruces.

A retirada autoritária das cruces e faixas por parte da Prefeitura Municipal de Toledo ensejou ato ainda mais inaceitável, qual seja: a ação covarde de um cidadão que, de forma execrável, chutou algumas cruces e rasgou nossa faixa pela “vacina já para todos”, em atitude que foi filmada e amplamente divulgada. Esta ação violenta não foi objeto de nenhuma reação da Guarda Municipal, que de forma conivente manteve-se omissa.

Dada a situação acima relatada repudiamos veementemente a atitude arbitrária dos representantes do poder executivo municipal que cercearam o direito democrático à liberdade de manifestação. Também repudiamos a conivência e omissão destes representantes, que nada fizeram diante do ataque a um ato pacífico. Por fim, repudiamos toda e qualquer manifestação de ódio, intolerância ou censura

Delegado(a)s, observadore(a)s, convidado(a)s do 11º CONAD Extraordinário

ANDES-Sindicato Nacional

Brasília (DF), 3 de abril de 2021

Moção 8

Proponente(s): David Romão Teixeira; Mariuza A.C. Guimarães; Nilza da Silva Martins; Márcia Morschbacher; Carolina Nozella Gama; Onete Lopes.

Destinatário(a)(s): Embaixada Chile

Fato motivador da Moção: Campanha pela libertação dos presos políticos do Chile.

MOÇÃO DE REPÚDIO

O(A)s delegado(a)s presentes ao 11º CONAD Extraordinário do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado *on-line*, nos dias 27 de março e 3 de abril de 2021, manifestam repúdio ao governo Sebastian Piñera e exigem a imediata libertação dos presos políticos.

Tomamos conhecimento através da Confederação de Sindicatos Bancários e Afins do Chile de que há no país, desde a legítima mobilização do povo chileno iniciada em 18 de outubro de 2019, muitos presos da revolta - presos políticos - que, em alguns casos, passaram mais de um ano em prisão preventiva, violando as garantias do devido processo legal e sem direito a visita de seus familiares.

Temos conhecimento também de que não prosperou a exigência de um projeto de lei de indulto geral para buscar extinguir a responsabilidade penal e a remissão da pena, quando correspondente aos fatos ocorridos entre outubro de 2019 e dezembro de 2020. Assim, aqueles militantes seguem detidos numa afronta à democracia mais elementar.

Por isso, repudiamos a ação repressiva do governo Piñera e associamo-nos à exigência da campanha que se desenvolve em vários países de Libertação imediata dos presos políticos!

Delegado(a)s, observadore(a)s, convidado(a)s do 11º CONAD Extraordinário

ANDES-Sindicato Nacional

Brasília (DF), 3 de abril de 2021

Moção 9

Proponente(s): José Roberto Rodrigues de Oliveira – ADUFMS Delegado; Rejane Candado – ADUFMS Observadora; Mariuza A C Guimarães- ADUFMS Observadora, José Roberto Rodrigues de Oliveira – ADUFMS DELEGADO, Rejane Candado – ADUFMS Observadora, Eudes Baima, observador SINDUECE, Nicole Pontes, delegada, ADUFERPE, Luis Antonio Pasquetti ADUNB, Domingos Sávio da Cunha Garcia - delgado ADUNEMAT, Jacques de Novion - delegado ADUnB, Serginei Liberato, observador, ADUFERPE, Lisleandra machado, Observadora, APESJF, Fernando Cunha, ADUFPB, Ascísio dos Reis Pereira, Observador, SEDUFSM, Marcia Morschbacher, SEDUFSM, Nicole Pontes, delegada, ADUFERPE, Luis Antonio Pasquetti - ADUNB.

Destinatário(a)(s): Direção da ADUFMS; Elizeth Melo (Esposa).

Fato motivador da Moção: Falecimento de Ex-presidente do Sindicato dos Docentes da UFMS – ADUFMS.

MOÇÃO DE PESAR

O(A)s delegado(a)s presentes ao 11º CONAD Extraordinário do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado on-line, nos dias 27 de março e 3 de abril de 2021, manifestam pesar pelo falecimento do Prof. Hermano de Melo, aos 73 anos, por complicações da Covid-19, no dia 1º de abril.

O Professor Hermano de Melo foi presidente da ADUFMS (Sindicato dos Docentes da UFMS) entre os anos de 1989 a 1991, quando desenvolveu um intenso trabalho político à frente da então Associação de Docentes da UFMS – transformada posteriormente em sindicato –, contribuindo fortemente para a consolidação da entidade trabalhista. Foi também presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária entre os anos de 1976 a 1985.

Além de professor da UFMS, foi jornalista, médico-veterinário, escritor e membro da Academia Sul-mato-grossense de Letras. O professor deixa uma longa história de realizações e conquistas, tanto como uma importante liderança em nossa comunidade, um contador de histórias, apaixonado pela vida, colecionador de amigos e admiradores. Casado há 45 anos com a ginecologista Elizeth Melo, Hermano deixa em seu legado familiar, um casal de filhos e 5 netos.

Delegado(a)s, observadore(a)s, convidado(a)s do 11º CONAD Extraordinário

ANDES-Sindicato Nacional

Brasília (DF), 3 de abril de 2021

RESOLUÇÕES

RELATÓRIO DO TEMA II REALIZAÇÃO DO CONGRESSO DO ANDES-SN

I - CONGRESSO DO ANDES-SN

O 11º CONAD Extraordinário, *ad referendum* do próximo CONGRESSO, delibera:

1. Que a realização de CONAD Extraordinários obedeça a interstícios de no máximo 3 (três) meses, subsequentes ao último realizado enquanto durar a pandemia.

1.1. Os CONAD Extraordinários devem pautar: Atualização da Conjuntura, Planos de Lutas dos Setores e Questões Organizativas;

1.2. O CONAD Extraordinário, tão logo seja possível pelas condições sanitárias, deve deliberar sobre a realização do Congresso do ANDES-SN.

2. Enquanto durarem as restrições de atividades presenciais em razão da pandemia, o 11º CONAD Extraordinário delibera pela realização de reuniões conjuntas dos Setores das Federais e das Estaduais e Municipais, preferencialmente mensais.

2.1. Excepcionalmente, devido às imposições da pandemia, as reuniões serão deliberativas e respeitarão um voto por seção sindical, respeitadas as decisões precedentes tomadas em Congressos e CONAD.

2.2. Cada reunião conjunta dos setores deve ser precedida preferencialmente de assembleias de base que pautem e deliberem sobre os assuntos e temas a serem debatidos na mesma.

2.3. As deliberações das reuniões conjuntas dos setores serão *ad referendum* do CONAD Extraordinário subsequente.

3. Os Grupos de Trabalho (GT) de âmbito nacional serão convocados para reuniões virtuais, precedendo cada CONAD Extraordinário, como forma de subsidiar os debates da Diretoria Nacional e a produção de material virtual.

3.1. As reuniões dos Grupos de Trabalho nacionais devem ser preferencialmente precedidas por reuniões locais dos Grupos de Trabalho nas seções sindicais que se prontificarem a participar.

3.2. Os encontros regionais deverão ocorrer entre os CONAD Extraordinários como fórum de debates das questões locais e regionais e de articulação dos encaminhamentos das deliberações do CONAD Extraordinário.

RELATÓRIO DO TEMA III PLANOS DE LUTAS DOS SETORES

I - Pautas prioritárias de atualização do plano de lutas para a construção da unidade.

O 11º CONAD Extraordinário, *ad referendum* do próximo CONGRESSO, delibera:

- 1.** Intensificar as lutas em conjunto com o Fonasefe, Fórum Sindical Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas, CSP-Conlutas e demais frentes da classe trabalhadora.
- 2.** No âmbito das seções sindicais, intensificar a luta contra a Reforma Administrativa (PEC 32) e Emenda Constitucional 109/2020 (PEC 186/2020), e pela valorização dos serviços e do(a)s servidore(a)s público(a)s junto ao conjunto de servidore(a)s federais, estaduais e municipais, pressionando parlamentares e impulsionando a construção de agendas unitárias em associação e, através dos movimentos sociais, estender essa conscientização ao público em geral, evidenciando a importância e os prejuízos que as reformas trazem aos serviços públicos.
- 3.** Propor indicativo de greve e/ou paralisação do(a)s servidore(a)s públicos contra o desmonte dos serviços públicos.
- 4.** Construir dias de luta nos estados e municípios para ampliar a mobilização em defesa dos serviços públicos.
- 5.** Construir calendário nacional de mobilização e luta a partir de datas propostas pelas entidades, com paralisação das atividades, carros de som rodando nos bairros, uso de redes sociais e atos presenciais sem aglomeração em todas as cidades, definidos a partir da seguinte proposta:
 - 5.1.** Dia nacional em defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, construído com as entidades da educação básica e superior.
 - 5.2.** Dia Nacional de luta contra a Reforma Administrativa e pela revogação da EC 109 (PEC emergencial 182) e contra o desmonte do Serviço Público.
 - 5.3.** Dia Nacional de Luta em Brasília, tão logo reunamos as condições de segurança sanitária para realizá-lo.
- 6.** Lutar pelo auxílio emergencial de no mínimo 600 reais, pela proibição das demissões para que o(a)s trabalhadore(a)s tenham condições de fazer *lockdown* nacional necessário.

7. Incorporar-se às ações de mobilização na defesa irrestrita das liberdades democráticas, reafirmando a consigna “Ditadura nunca mais”, engrossando a luta pela revogação da Lei da Segurança Nacional.

8. Intensificar a construção da unidade pelo Fora Bolsonaro-Mourão.

9. Intensificar a divulgação da Campanha do Fonasefe de esclarecimento e explicação da contrarreforma administrativa, com a disposição de materiais de cunho didático, para o trabalho das seções sindicais com suas bases.

II - Atualização dos Planos de Lutas

O 11º CONAD Extraordinário, *ad referendum* do próximo CONGRESSO, delibera:

1. Intensificar esforços na construção e/ou fortalecimento do Fórum Sindical, Popular e de juventudes por direitos e liberdades democráticas nos estados, apontando a necessidade de construção de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora.

2. Repudiar a perseguição e a criminalização de docentes, discentes e demais servidore(a)s público(a)s nas IES, IFES, Cefet, IF construindo e participando de ações e campanhas em defesa dos direitos e liberdades democráticas.

3. Buscar o apoio de parlamentares para denunciar e lutar contra o aprofundamento da precarização do trabalho docente, tanto na educação básica quanto na superior, via o “Ensino Remoto Emergencial” e suas variações, como estratégia para implantação indiscriminada do EaD e a redução dos recursos orçamentários para as IES, IFES, Cefet, IF públicas.

4. Lutar contra o retorno às atividades presenciais sem a garantia das devidas condições sanitárias, construindo com as demais categorias do Setor da Educação uma greve em defesa da vida. a) Que as seções sindicais do ANDES-SN, que ainda não realizaram AG, deliberem sobre greve frente à imposição do retorno presencial sem as seguintes condições: Vacina do SUS para todas e todos, seguindo a ordem de prioridades definidas nacionalmente pelo Plano Nacional de Imunização (PNI); testagem ampla e rastreamento; condições sanitárias de trabalho nas IES; e b) Ampliar a articulação unificada entre as três categorias das IES para construção da greve, conforme os termos mencionados anteriormente.

5. Construir a Semana de lutas do setor das IEES-IMES, entre os dias 17 a 21 de maio de 2021, considerando o calendário de lutas do Fonasefe, das IFES e dos fóruns do(a)s servidore(a)s estaduais e municipais, com os seguintes eixos:

a) Defesa da Carreira e da DE como regime de trabalho, contra o congelamento de salários e a suspensão dos direitos pecuniários de funcionário(a)s público(a)s estaduais e municipais;

b) Contra os cortes e o contingenciamento nos orçamentos da educação e contra a desvinculação de recursos constitucionais para a educação;

c) Em defesa da Saúde docente e condições de trabalho;

d) Em defesa da autonomia universitária e pelo fim da lista tríplice - em defesa da democracia interna das IES, IF e Cefet, com a nomeação do(a) mais votado(a) pela comunidade acadêmica por meio de eleições diretas e voto secreto, com a participação universal ou paritária de todo(a)s docentes, estudantes e técnico(a)s administrativo(a)s, encerrando-se o processo eletivo no âmbito da instituição;

e) Em defesa da Vacinação pública e gratuita e pelo SUS para todas e todos.

6. Eleger na plenária do Plano de Lutas do 11º CONAD Extraordinário o(a)s integrantes da Comissão da Verdade do ANDES-SN, com três representantes da base como titulares, e seus respectivos suplentes, após exposição pelo(a) candidato(a) ou pelo(a) representante de sua respectiva seção sindical, sobre a disponibilização, motivação e trajetória que levaram à sua candidatura.

a) Homologar a indicação pela Diretoria Nacional de dois(duas) Diretores(a)s titulares, e respectivo(a)s suplentes, para compor a Comissão da Verdade do ANDES-SN. Indicações para a comissão: Milton Pinheiro (Diretoria do ANDES-SN), Gustavo Seferian Scheffer Machado (Diretoria do ANDES-SN), Jennifer Susan Webb Santos (Suplente da Diretoria do ANDES-SN), Alexsandro Donato Carvalho (Suplente da Diretoria do ANDES-SN), Edson Teixeira (ADUFF), Patrícia Mechi (SESUNILA), Cristiano Ruiz Engelke (APROFURG).

LISTAS E QUADROS DE VOTAÇÃO DO 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SN

REGIMENTO - Inscrições, formulações e votações pelo chat – 27/03/2021

10:35:35 From Roberto Câmara de Araújo to Everyone : Destaque no art. 19

10:36:19 From José Eudes Baima Bezerra to Everyone : Art. 27 Parágrafo 2o. Redação proposta: "Serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora da mesa ou a ela encaminhada por delegados e observadores.

10:37:34 From Celeste dos Santos Pereira to Everyone : destaque no artigo 27

10:37:38 From Sidney da Silva Lobato to Everyone : Destaque no Art. 27, III, § 2o

10:37:42 From Paulo Marcelo Cambraia da Costa to Everyone : art. 27 - parágrafo 2º-
DESTAQUE

10:40:28 From Paulo (ADunicamp) to Everyone : pedi no 17

10:40:49 From Raimundo Wanderley Côrrea Padilha to Everyone : tem um destaque no artigo 17

10:42:18 From Sidney da Silva Lobato to Everyone : Destaque no Art. 27, III, § 2o: Proposta: "Serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as propostas de redação advindas do Caderno de Textos, das assembleias de base, por meio dos delegados, e das compatibilizações realizadas pela comissão diretora da mesa".

VOTAÇÃO - 11:00:12 Favoráveis à manutenção do texto do Art 19:

11:00:14 From Aldi Nestor de Souza to Everyone : 1

11:00:14 From Paulo (ADunicamp) to Everyone : Proposta 1: Manutenção

11:00:16 From Paulo Vieira Neto to Everyone : Favorável

11:00:17 From Cesar Beras to Everyone : Proposta 1 - permanece como esta- Cesar Sesunipampa

11:00:17 From Rivânia Moura (Diretoria ANDES-SN) to Everyone : 1

11:00:20 From Patricia Barra ADUERN to Everyone : proposta 1

11:00:20 From Paulo Marcelo Cambraia da Costa to Everyone : 1

11:00:21 From Dario de Sousa e Silva to Everyone : Favorável a manutenção do texto

11:00:21 From Celeste dos Santos Pereira to Everyone : proposta 1 - Celeste Delegada Adufpel

11:00:21 From Adufac (Delegado) - Humberto Issao Sueyoshi (PC) to Everyone : Favkrça[[

11:00:21 From Annie Hsiou (Adusp) to Everyone : Proposta 1 - Favoravel

11:00:21 From Alexandre Bergamin Viera to Everyone : fovorável 1

11:00:21 From Washington Luiz Felix dos Santos to Everyone : proposta 2

11:00:22 From Maria Raquel Garcia Vega to Everyone : PROPOSTA 1

11:00:22 From Márcia Morschbacher - Delegada SEDUFMSM to Everyone : Proposta 1

11:00:23 From Patrícia Mechi to Everyone : prop 1

11:00:23 From Kate Lane Costa De Paiva to Everyone : 1

11:00:24 From Alana das Neves Pedruzzi to Everyone : Favorável

11:00:24 From Augusto Santiago Cerqueira (APES) delegado to Everyone : 1

11:00:25 From Virgínia Márcia Assunção Viana to Everyone : proposta 1

11:00:26 From Tarcila Mantovan Atolini to Everyone : 1

11:00:26 From Luiz Augusto Mazzarolo to Everyone : favorável proposta 1

11:00:27 From Rosângela Assunção- DELEGADA to Everyone : PROPOSTA 1

11:00:29 From Egmar Oliveira Souza Júnior to Everyone : Abstenção

11:00:29 From Adufac (Delegado) - Humberto Issao Sueyoshi (PC) to Everyone : Favorável

11:00:30 From Jacques de Novion (ADUnB) to Everyone : Proposta 1 ADUnB

11:00:31 From Daniel Pereira - Delegado/ADUFLA to Everyone : proposta 1 - favorável

11:00:32 From Fernando José De Paula Cunha to Everyone : Proposta 1 favorável

11:00:32 From Alexandre Medeiros - Delegado to Everyone : proposta 1

11:00:33 From Andressa Schneider to Everyone : 1

11:00:35 From Lindemberg Sousa Massa to Everyone : 1

11:00:36 From Roberto Câmara de Araújo to Everyone : Proposta 2

11:00:36 From Emerson Duarte Monte to Everyone : Favoravel

11:00:37 From Bartolomeu Rodrigues Mendonça to Everyone : Proposta 1.

11:00:38 From David Teixeira - DELEGADO APUR to Everyone : Proposta 1

11:00:38 From Rodrigo Fernandes Ribeiro to Everyone : Proposta 1

11:00:41 From Ailce Margarida Negreiros Alves to Everyone : Proposta 1 sindunifessa delegada

11:00:42 From Helga Maria Martins de Paula to Everyone : Favorável

11:00:43 From Luiz do Nascimento Carvalho to Everyone : Abstenção

11:00:49 From Katya Cristina De Lima Picanco to Everyone : delegada SINDUTFPR favorável 1

11:00:52 From Alaide Japecanga to Everyone : proposta 1

11:00:52 From Edson Holanda Aduelpb to Everyone : proposta 1

11:00:55 From Lucas Silva Castro to Everyone : Proposta 1. SINDUFAPE.

11:00:56 From Fernanda De Araújo Binatti Chiote to Everyone : Proposta 1
11:01:05 From Marcelo Pereira Fernandes to Everyone : 1
11:01:05 From Helga Maria Martins de Paula to Everyone : Proposta 1
11:01:07 From Nilza da Silva Martins to Everyone : Abstenção
11:01:23 From Edivânia Santos Alves to Everyone : MANUTENÇÃO DO TEXTO
11:01:27 From Cristine Hirsch - DIRETORIA to Everyone : Favoráveis á alteração proposta:
11:01:44 From Nicole Pontes - Delegada ADUFERPE to Everyone : Proposta 2 - alteração
11:01:50 From Sidiney ADUFU-SS to Everyone : proposta 2 alteração
11:02:02 From Jose Roberto Rodrigues De Oliveira to Everyone : proposta 2
11:03:14 From Luiz do Nascimento Carvalho to Everyone : Luiz do Nascimento Carvalho - delegado - ADCAC - Abstenção.

VOTAÇÃO 11:04:13 ARTIGO 17

11:10:13 From Patrícia Mechi to Everyone : favorável a manutenção
11:10:13 From Cristine Hirsch - DIRETORIA to Everyone : Favoráveis ao texto original
11:10:13 From Patricia Barra ADUERN to Everyone : proposta 1
11:10:19 From Alaide Japecanga to Everyone : favorável
11:10:19 From Sidiney ADUFU-SS to Everyone : proposta 1
11:10:20 From Maria Raquel Garcia Vega to Everyone : FAVORÁVEL
11:10:27 From Rosângela Assunção- DELEGADA to Everyone : PROPOSTA 1
11:10:27 From Alexandre Bergamin Viera to Everyone : favorável
11:10:30 From Alana Pedruzzi Delegada APROFURG to Everyone : Favorável
11:10:45 From Ana Lucia Silva Gomes to Everyone : favorável
11:10:47 From Subenia Karine de Medeiros to Everyone : proposta 1
11:10:48 From Edson Holanda - Aduepb - Delegado to Everyone : favorável
11:10:48 From Edivânia Santos Alves to Everyone : Favorável
11:10:53 From Kate Lane Costa De Paiva to Everyone : favorável
11:10:57 From Fernanda De Araújo Binatti Chiote to Everyone : Favorável
11:11:01 From Ailce Margarida Negreiros Alves to Everyone : Favorável
11:11:02 From Lindemberg Sousa Massa to Everyone : favorável
11:11:07 From Lucas Silva Castro to Everyone : Proposta 1.
11:11:12 From ADUFAC (DELEGADO) - Humberto Issao Sueyoshi (cel) to Everyone : Favorável

11:11:13 From Andressa Schneider to Everyone : 1

11:11:13 From Alexandre Medeiros - Delegado to Everyone : proposta 1

11:11:30 From Jose Roberto Rodrigues De Oliveira to Everyone : modificação 2

11:11:31 From Paulo (ADunicamp - Delegado) to Everyone : Favorável à Modificação

11:11:31 From Annie Hsiou (Adusp) to Everyone : Modificação - Proposta 2

11:11:33 From Bartolomeu Rodrigues Mendonça to Everyone : Proposta 2.

11:11:34 From Dario De Sousa E Silva to Everyone : Proposta 2

11:11:34 From Rivânia Moura (Diretoria ANDES-SN) to Everyone : 2

11:11:37 From Aldi Nestor -Delegado-ADUFMAT to Everyone : Proposta 2

11:11:41 From Tarcila Mantovan Atolini to Everyone : Proposta 2

11:11:41 From Paulo Vieira Neto to Everyone : favorá à 2

11:11:42 From Roberto Câmara de Araújo to Everyone : proposta 2

11:11:42 From Washington Luiz Felix Dos Santos to Everyone : Modificação

11:11:43 From Luiz Augusto Mazzarolo to Everyone : 2

11:11:44 From Cesar Beras to Everyone : Favorável a modificação. Cesar Sesunipampa

11:11:44 From Virgínia Márcia Assunção Viana to Everyone : PROPOSA 2

11:11:45 From João Chaves - ADUNESP to Everyone : Favorável à modificação

11:11:45 From Augusto Santiago Cerqueira (APES) delegado to Everyone : proposta 2

11:11:46 From Márcia Morschbacher - Delegada SEDUFMS to Everyone : Favorável

11:11:47 From Emerson Duarte Monte to Everyone : Proposta 2

11:11:48 From ADUFAC (Delegado) - Humberto Issao Sueyoshi (cel) to Everyone : Errei o voto... Favorável a modificação

11:11:54 From Katya Cristina De Lima Picanco to Everyone : proposta 2 delegada SINDUTFPR

11:11:56 From Celeste Dos Santos Pereira to Everyone : proposta 2, modificação

11:11:58 From Helga Maria Martins de Paula to Everyone : Proposta 2

11:11:58 From Marcos Antônio da Silva Pedroso to Everyone : motificação

11:12:17 From Fernando José De Paula Cunha to Everyone : proposta 2

11:12:18 From Jacques de Novion (ADUnB) to Everyone : Proposta 2

11:12:44 From Paulo Marcelo Cambraia da Costa to Everyone : 2

11:13:02 From Patrícia Mechi to Everyone : eu tb errei modificação

11:13:22 From Luiz do Nascimento Carvalho to Everyone : Proposta 2

11:13:10 From Daniel Pereira - Delegado/ADUFLA to Everyone : abstenção

11:13:14 From Cristhina Salles de Oliveira to Everyone : modificacao
11:13:14 From Nicole Pontes - Delegada ADUFERPE to Everyone : abstenção
11:13:16 From Luiz do Nascimento Carvalho to Everyone : Luiz do Nascimento Carvalho - ADCAC - Favorável
11:13:29 From Eleonora Ziller Camenietzki to Everyone : Abstenção
11:13:33 From Nilza da Silva Martins to Everyone : Abstenção

Votação ARTIGO 27

11:49:02 From Katya Cristina De Lima Picanco to Everyone : proposta 1 delegada SINDUTFPR
11:49:03 From Augusto Santiago Cerqueira (APES) delegado to Everyone : favorável
11:49:04 From João Chaves - ADUNESP to Everyone : Favorável à proposta 1
11:49:05 From Márcia Morschbacher - Delegada SEDUFMSM to Everyone : Proposta 1
11:49:05 From Fernando José De Paula Cunha to Everyone : Proposta 1
11:49:05 From Jacques de Novion (ADUnB) to Everyone : Proposta 1 ADUnB
11:49:06 From Patrícia Mechi to Everyone : 1
11:49:09 From Nicole Pontes - Delegada ADUFERPE to Everyone : Proposta 1
11:49:10 From Rivânia Moura (Diretoria ANDES-SN) to Everyone : 1
11:49:10 From Aldi Nestor -DELEGADO-ADUFMAT to Everyone : proposta 1
11:49:10 From Bartolomeu Rodrigues Mendonça to Everyone : Proposta 1.
11:49:11 From Annie Hsiou (Adusp) to Everyone : Proposta 1 - AMAURI
11:49:12 From Alexandre Medeiros - Delegado to Everyone : PROPOSTA 1
11:49:12 From Nilza da Silva Martins to Everyone : Proposta 1
11:49:12 From Edivânia Santos Alves to Everyone : PORPOSTA 1 - ADUFPA
11:49:13 From Virgínia Márcia Assunção Viana to Everyone : Proposta 1
11:49:14 From Helga Maria Martins de Paula to Everyone : Proposta 1
11:49:14 From Paulo (ADunicamp - Delegado) to Everyone : Proposta 1
11:49:16 From Paulo Vieira Neto to Everyone : proposta 1
11:49:17 From Eleonora Ziller Camenietzki to Everyone : Proposta1
11:49:17 From ADUFAC (DELEGADO) - Humberto Issao Sueyoshi (cel) to Everyone : Proposta 1
11:49:19 From Tarcila Mantovan Atolini to Everyone : 1
11:49:20 From Emerson Duarte Monte to Everyone : Proposta 1

11:49:22 From Roberto Câmara de Araújo to Everyone : Proposta 1
11:49:22 From Cesar Beras to Everyone : proposta 1
11:49:26 From Edson Holanda - Aduelpb - Delegado to Everyone : proposta 1
11:49:26 From Kate Lane Costa De Paiva to Everyone : 1
11:49:32 From Rodrigo Fernandes Ribeiro to Everyone : Proposta 1
11:49:52 From Fernanda De Araújo Binatti Chiote to Everyone : 1
11:49:54 From Lucas Silva Castro to Everyone : Proposta 1.
11:49:57 From Patricia Batista Barra to Everyone : 1
11:50:00 From David Romão Teixeira to Everyone : 1
11:50:07 From Rodrigo de Souza Dantas to Everyone : Proposta 1 ADUNIRIO
11:51:12 From Celeste Dos Santos Pereira to Everyone : proposta 2
11:51:15 From Daniel Pereira - Delegado/ADUFLA to Everyone : proposta 2 - favorável
11:51:20 From Alexandre Bergamin Viera to Everyone : 2
11:51:23 From Alaide Japecanga to Everyone : Proposta 2
11:51:25 From Rosângela Assunção- DELEGADA to Everyone : PROPOSTA 2
PROPOSTA 3 - Sidiney (CONSOLIDADA)
11:52:39 From Washington Luiz Felix Dos Santos to Everyone : Proposta 3
11:52:42 From Alana Pedruzzi Delegada APROFURG to Everyone : Proposta 3
11:52:46 From Sidiney ADUFU-SS to Everyone : proposta 3 favoravel
11:52:47 From Subenia Karine de Medeiros to Everyone : proposta 3 - ADUFERSA
11:52:49 From Mariuza Aparecida Camillo Guimarães to Everyone : proposta 3
11:52:52 From Dario De Sousa E Silva to Everyone : Proposta 3
11:52:53 From Andressa Schneider to Everyone : 3
11:52:54 From Luiz Augusto Mazzarolo to Everyone : proposta 3
11:53:10 From Maria Raquel Garcia Vega to Everyone : PROPOSTA 3
11:54:08 From Rejane Aparecida Rodrigues Candado to Everyone : proposta 3
11:54:44 From Marcelo Pereira Fernandes to Everyone : abstenção
11:55:06 From Egmar Oliveira Souza Júnior to Everyone : Abstenção
11:56:33 From Ailce Margarida Negreiros Alves to Everyone : Abstenção

11:59:24 REGIMENTO COMO UM TODO

11:59:56 From Cristine Hirsch - DIRETORIA to Everyone : Favorável
12:00:01 From Celeste Dos Santos Pereira to Everyone : Favorável
12:00:01 From Roberto Câmara de Araújo to Everyone : Favorável
12:00:01 From Alexandre Medeiros - Delegado to Everyone : Favorável
12:00:02 From Marcos Antônio da Silva Pedroso to Everyone : Favorável
12:00:02 From Patricia Batista Barra to Everyone : Favorável
12:00:02 From Emerson Duarte Monte to Everyone : Favorável
12:00:02 From Dario De Sousa E Silva to Everyone : Favorável
12:00:03 From Washington Luiz Felix Dos Santos to Everyone : Favorável
12:00:03 From Jacques de Novion (ADUnB) to Everyone : Favorável
12:00:04 From Maria Raquel Garcia Vega to Everyone : Favorável
12:00:04 From Delegado Rodrigo Araujo to Everyone : Favorável
12:00:04 From Paulo (ADunicamp - Delegado) to Everyone : Favorável
12:00:05 From Edivânia Santos Alves to Everyone : Favorável
12:00:05 From Cesar Beras to Everyone : Favorável
12:00:05 From Márcia Morschbacher - Delegada SEDUFMSM to Everyone : Favorável
12:00:05 From Tarcila Mantovan Atolini to Everyone : Favorável
12:00:06 From Alana Pedruzzi Delegada APROFURG to Everyone Favorável
12:00:06 From João Chaves - ADUNESP to Everyone : Favorável
12:00:06 From ADUFAC (DELEGADO) - Humberto Issao Sueyoshi (cel) to Everyone : Favorável
12:00:06 From Subenia Karine de Medeiros to Everyone : Favorável.
12:00:07 From Gilberto Correia da Silva to Cristine Hirsch - Diretoria(Direct Message) : Favorável
12:00:07 From Virgínia Márcia Assunção Viana to Everyone : Favorável
12:00:08 From Paulo Vieira Neto to Everyone : Favorável ao regimento como umtodo
12:00:08 From Luiz Augusto Mazzarolo to Everyone : favorável
12:00:09 From Paulo Marcelo Cambraia da Costa to Everyone : Favorável
12:00:09 From Andressa Schneider to Everyone : Favorável
12:00:09 From Fernando José De Paula Cunha to Everyone : Favorável
12:00:09 From Edson Holanda - Aduelpb - Delegado to Everyone : Favorável
12:00:10 From Helga Maria Martins de Paula to Everyone : Favorável

12:00:10 From Bartolomeu Rodrigues Mendonça to Everyone : Favorável
12:00:12 From Nilza da Silva Martins to Everyone : Favorável
12:00:12 From Rivânia Moura (Diretoria ANDES-SN) to Everyone : Favorável
12:00:12 From Augusto Santiago Cerqueira (APES) delegado to Everyone : Favorável
12:00:13 From Aldi Nestor -Delegado-ADUFMAT to Everyone : Favorável
12:00:13 From Ailce Margarida Negreiros Alves to Everyone : Favorável Sindunifesspa
12:00:14 From Lindemberg Sousa Massa to Everyone : Favorável
12:00:14 From Fernanda De Araújo Binatti Chiote to Everyone : Favorável
12:00:14 From Rodrigo Fernandes Ribeiro to Everyone : Favorável
12:00:15 From Marcos Antônio da Silva Pedroso to Everyone : Favorável
12:00:17 From Annie Hsiou (Adusp) to Everyone : Favorável
12:00:17 From Eleonora Ziller Camenietzki to Everyone : Favorável
12:00:18 From Rodrigo de Souza Dantas to Everyone : Favorável
12:00:20 From Marcelo Pereira Fernandes to Everyone : Favorável
12:00:20 From Patrícia Mechi to Everyone : Favorável
12:00:21 From Rosângela Assunção- DELEGADA to Everyone : Favorável
12:00:29 From Katya Cristina De Lima Picanco to Everyone : Favorável delegada SINDUTFPR
12:00:33 From Lucas Silva Castro to Everyone : Favorável
12:00:35 From Luiz do Nascimento Carvalho to Everyone : Luiz do Nascimento Carvalho - ADCAC - Favorável ao Regimento Interno como um todo.
12:00:37 From Nicole Pontes - Delegada ADUFERPE to Everyone : Favorável
12:00:41 From Ana Lucia Silva Gomes to Everyone : Favorável
12:00:48 From Alexandre Bergamin Viera to Everyone : Favorável
12:00:49 From Alaide Japcanga to Everyone : Favorável
12:01:35 From Sidiney ADUFU-SS to Everyone : Contrário
12:02:46 From Soraya Adorno to Everyone : Abstenção

CRONOGRAMA EM VOTAÇÃO

12:06:07 From Cesar Beras to Everyone : favoravel
12:06:08 From Tarcila Mantovan Atolini to Everyone : favoráveis
12:06:08 From Alana Pedruzzi Delegada APROFURG to Everyone : sim
12:06:08 From Paulo Vieira Neto to Everyone : FAvorável

12:06:09 From ADUFAC (DELEGADO) - Humberto Issao Sueyoshi (cel) to Everyone : Favorável

12:06:09 From Ana Lucia Silva Gomes to Everyone : favoravel

12:06:10 From Alexandre Bergamin Viera to Everyone : favorável

12:06:10 From Márcia Morschbacher - Delegada SEDUFMSM to Everyone : Favorável

12:06:11 From Emerson Duarte Monte to Everyone : Favorável

12:06:12 From Rivânia Moura (Diretoria ANDES-SN) to Everyone : favorável

12:06:12 From Dario De Sousa E Silva to Everyone : Favorável

12:06:12 From Augusto Santiago Cerqueira (APES) delegado to Everyone : favorável

12:06:12 From Alexandre Medeiros - Delegado to Everyone : favorável

12:06:13 From Nicole Pontes - Delegada ADUFERPE to Everyone : favorável

12:06:13 From Aldi Nestor -DELEGADO-ADUFMAT to Everyone : favorável

12:06:13 From Washington Luiz Felix Dos Santos to Everyone : Favorável

12:06:13 From Paulo Marcelo Cambraia da Costa to Everyone : Favorável

12:06:13 From Celeste Dos Santos Pereira to Everyone : favorável

12:06:13 From Gilberto Correia da Silva to Everyone : FAVORAVEL

12:06:13 From Helga Maria Martins de Paula to Everyone : Favorável

12:06:14 From Rosângela Assunção- DELEGADA to Everyone : FAVORÁVEL

12:06:14 From Kate Lane Costa De Paiva to Everyone : favorável

12:06:15 From Edson Holanda - Aduelpb - Delegado to Everyone : favorável

12:06:15 From Maria Raquel Garcia Vega to Everyone : FAVORAVEL

12:06:16 From Virgínia Márcia Assunção Viana to Everyone : FAVORÁVEL FAVORÁVEL

12:06:16 From Sidiney ADUFU-SS to Everyone : Favorável

12:06:16 From Luiz Augusto Mazzarolo to Everyone : favorável

12:06:17 From Roberto Câmara de Araújo to Everyone : Sim

12:06:17 From Paulo (ADunicamp - Delegado) to Everyone : Favorável

12:06:19 From Ailce Margarida Negreiros Alves to Everyone : Favorável

12:06:20 From João Chaves - ADUNESP to Everyone : Favorável à pauta e cronograma

12:06:20 From Lucas Silva Castro to Everyone : Favorável

12:06:22 From Nilza da Silva Martins to Everyone : Sim

12:06:22 From Marcos Antônio da Silva Pedroso to Everyone : favorável

12:06:22 From Andressa Schneider to Everyone : Favorável

12:06:24 From David Romão Teixeira to Everyone : Favorável
12:06:24 From Rodrigo Fernandes Ribeiro to Everyone : Favorável
12:06:25 From Bartolomeu Rodrigues Mendonça to Everyone : Favorável.
12:06:27 From Alaide Japecanga to Everyone : FAVORAVEL
12:06:28 From Rodrigo de Souza Dantas to Everyone : Favorável
12:06:28 From Jacques de Novion (ADUnB) to Everyone : Favorável
12:06:34 From Katya Cristina De Lima Picanco to Everyone : favorável delegada SINDUTFP
12:06:37 From Delegado Rodrigo Araujo to Everyone : Favorável
12:06:45 From Edivânia Santos Alves to Everyone : Favorável
12:06:45 From Fernando José De Paula Cunha to Everyone : Favorável
12:06:45 From Fernanda De Araújo Binatti Chiote To Everyone : Favorável
12:06:49 From Paulo Marcelo Cambraia da Costa to Everyone : Favorável
12:06:57 From Fabio Cesar Venturini to Everyone : Favorável
12:08:18 From Ana Lucia Silva Gomes to Everyone : favoravel

12:10:55 Aprovação da composição da Comissão de enfrentamento ao assédio

Pela Diretoria: Joslene Ferreira Mota, Rosineide Cristina de Freitas, Manuela Finokiet

Pelo plenário: Raquel Dias Araújo (Observadora / SINDUECE) e Tarcila Mantovan Atolini (Delegada / ADUFVJM)

12:16:15 From Gilberto Correia da Silva to Everyone : FAVORÁVEL
12:16:20 From Roberto Câmara - SESDUF-RR to Everyone : Sim
12:16:20 From Helga Maria Martins de Paula to Everyone : Favorável
12:16:20 From Tarcila Mantovan Atolini to Everyone : favorável
12:16:20 From Delegado Rodrigo Araujo to Everyone : favorável
12:16:21 From Márcia Morschbacher - Delegada SEDUFMS to Everyone : Favorável
12:16:23 From Fernando José De Paula Cunha to Everyone : Sim
12:16:23 From Alana Pedruzzi Delegada APROFURG to Everyone : favorável
12:16:24 From Dario De Sousa E Silva to Everyone : Favorável
12:16:24 From Emerson Duarte Monte to Everyone : FAVORÁVEL!
12:16:25 From Virgínia Márcia Assunção Viana to Everyone : FAVORAVEL
12:16:25 From Aldi Nestor -DELEGADO-ADUFMAT to Everyone : favorável
12:16:26 From Luiz Augusto Mazzarolo to Everyone : favorável

12:16:26 From Rosângela Assunção- DELEGADA to Everyone : FAVORÁVEL

12:16:26 From Alexandre Medeiros - Delegado to Everyone : favorável

12:16:27 From Rivânia Moura (Diretoria ANDES-SN) to Everyone : favorável

12:16:27 From Ana Lucia Silva Gomes to Everyone : favoravel

12:16:27 From David Romão Teixeira to Everyone : Favorável

12:16:28 From Nicole Pontes - Delegada ADUFERPE to Everyone : Favorável

12:16:28 From Bartolomeu Rodrigues Mendonça to Everyone : Favorável.

12:16:28 From Sidiney ADUFU-SS to Everyone : Favorável

12:16:28 From Washington Luiz Felix Dos Santos to Everyone : Favorável

12:16:28 From Augusto Santiago Cerqueira (APES) delegado to Everyone : favorável

12:16:28 From Paulo (ADunicamp - Delegado) to Everyone : Favorável

12:16:28 From Maria Raquel Garcia Vega to Everyone : FAVORÁVEL

12:16:29 From Lucas Silva Castro to Everyone : Favorável

12:16:29 From Patrícia Mechi to Everyone : favorável

12:16:29 From Nilza da Silva Martins to Everyone : Favorável

12:16:30 From Alaide Japcanga to Everyone : FAVORÁVEL

12:16:31 From Rodrigo Fernandes Ribeiro to Everyone : Favorável

12:16:33 From Fernanda De Araújo Binatti Chiote to Everyone : favorável

12:16:34 From Edson Holanda - Aduelpb - Delegado to Everyone : favorável

12:16:34 From Alexandre Bergamin Viera to Everyone : fav

12:16:35 From Cesar Beras to Everyone : favorável

12:16:39 From Andressa Schneider to Everyone : Favorável

12:16:39 From João Chaves - ADUNESP to Everyone : Favorável

12:16:42 From Kate Lane Costa De Paiva to Everyone : Favorável

12:16:47 From Katya Cristina De Lima Picanco to Everyone : favorável delegada SINDUTFPR

12:16:48 From Paulo Marcelo Cambraia da Costa to Everyone : Favorável

12:16:49 From Ailce Margarida Negreiros Alves to Everyone : Ok sindunifesspa

12:17:27 From Jacques de Novion (ADUnB) to Everyone : ok

12:17:31 From Jose Roberto Rodrigues De Oliveira to Everyone : favorável

12:17:36 From Edivânia Santos Alves to Everyone : FAVORÁVEL

12:17:42 From Fabio Cesar Venturini to Everyone : favorável

12:17:49 From Washington Luiz Felix Dos Santos to Everyone : favorável
12:18:07 From Annie Hsiou (Adusp) to Everyone : favoravel
12:18:45 From Paulo Vieira Neto to Everyone : abs
12:18:49 From Daniel Pereira - Delegado/ADUFLA to Everyone : abstenção
12:19:15 From Marcelo Pereira Fernandes to Everyone : abstenção

VOTAÇÃO CREDENCIAMENTO PELO PLENÁRIO

12:30:26 From Aldi Nestor -DELEGADO-ADUFMAT to Everyone : sim
12:30:27 From Cristine Hirsch - DIRETORIA to Everyone : favoráveis
12:30:30 From Alana Pedruzzi Delegada APROFURG to Everyone : sim
12:30:31 From Edson Holanda - Aduelpb - Delegado to Everyone : sim
12:30:31 From Bartolomeu Rodrigues Mendonça to Everyone : SIM
12:30:34 From Maria Onete Lopes Ferreira to Everyone : 'E isso mesmo
12:30:34 From ADUFAC (DELEGADO) - Humberto Issao Sueyoshi (cel) to Everyone : Sim
12:30:36 From Delegado Rodrigo Araujo to Everyone : Favorável
12:30:36 From Roberto Câmara - SESDUF-RR to Everyone : Sim
12:30:36 From Alexandre Medeiros - Delegado to Everyone : sim
12:30:37 From Nicole Pontes - Delegada ADUFERPE to Everyone : Sim
12:30:37 From Rivânia Moura (Diretoria ANDES-SN) to Everyone : sim
12:30:38 From Rosângela Assunção- DELEGADA to Everyone : SIM
12:30:38 From Jacques de Novion (ADUnB) to Everyone : Favorável
12:30:38 From Jose Roberto Rodrigues De Oliveira to Everyone : sim
12:30:39 From Paulo Marcelo Cambraia da Costa to Everyone : sim!
12:30:40 From Rodrigo Fernandes Ribeiro to Everyone : sim
12:30:41 From Annie Hsiou (Adusp) to Everyone : sim
12:30:41 From Fabio Cesar Venturini to Everyone : sim
12:30:41 From Lucas Silva Castro to Everyone : Sim
12:30:43 From Maria Onete Lopes Ferreira to Everyone : credencia todos
12:30:43 From Ailce Margarida Negreiros Alves to Everyone : Sim sindunifesspa
12:30:45 From Aldi Nestor -DELEGADO-ADUFMAT to Everyone : sim
12:30:46 From Nilza da Silva Martins to Everyone : Sim

12:30:46 From Andressa Schneider to Everyone : Sim

12:30:51 From Katya Cristina De Lima Picanco to Everyone : sim delegada SINDUTFPR

12:30:51 From Celeste Dos Santos Pereira to Everyone : sim

12:31:03 From Bartolomeu Rodrigues Mendonça to Everyone : Favorável!

12:31:03 From Marcos Antônio da Silva Pedroso to Everyone : sim

12:31:03 From Gilberto Correia da Silva to Everyone : Favorável - Delegado Apug

12:31:03 From Sidiney ADUFU-SS to Everyone : Favorável

12:31:03 From Aldi Nestor -DELEGADO-ADUFMAT to Everyone : favorável

12:31:04 From Alexandre Medeiros - Delegado to Everyone : favorável

12:31:04 From Delegado Rodrigo Araujo to Everyone : sim

12:31:04 From Annie Hsiou (Adusp) to Everyone : favoravel

12:31:04 From Roberto Câmara - SESDUF-RR to Everyone : Sim

12:31:04 From Rivânia Moura (Diretoria ANDES-SN) to Everyone : favorável

12:31:04 From Paulo Vieira Neto to Everyone : FAVORável

12:31:04 From Augusto Santiago Cerqueira (APES) delegado to Everyone : favorável

12:31:06 From Andressa Schneider to Everyone : Favorável

12:31:06 From Rodrigo Fernandes Ribeiro to Everyone : FAVORÁVEL

12:31:06 From Fabio Cesar Venturini to Everyone : favorável

12:31:06 From Alexandre Bergamin Viera to Everyone : fav

12:31:06 From Alana Pedruzzi Delegada APROFURG to Everyone : favorável

12:31:06 From Rosângela Assunção- DELEGADA to Everyone : Favorável

12:31:07 From Luiz Augusto Mazzarolo to Everyone : Favorável

12:31:07 From Márcia Morschbacher - Delegada SEDUFMSM to Everyone : Favorável

12:31:07 From Edson Holanda - Aduebp - Delegado to Everyone : favorável

12:31:08 From Dario De Sousa E Silva to Everyone : Favorável ao credenciamento

12:31:09 From Emerson Duarte Monte to Everyone : Favorável!

12:31:09 From Nilza da Silva Martins to Everyone : Favorável

12:31:09 From Lucas Silva Castro to Everyone : Favorável

12:31:10 From Jose Roberto Rodrigues De Oliveira to Everyone : favorável

12:31:11 From Paulo (ADunicamp - Delegado) to Everyone : Favorável

12:31:11 From Rodrigo de Souza Dantas to Everyone : Sim

12:31:11 From Katya Cristina De Lima Picanco to Everyone : favorável delegada SINDUTFPR
12:31:12 From Paulo Marcelo Cambraia da Costa to Everyone : Favorável!
12:31:12 From Fernando José De Paula Cunha to Everyone : Favorável
12:31:12 From Celeste Dos Santos Pereira to Everyone : sim
12:31:13 From Virgínia Márcia Assunção Viana to Everyone : Favorável
12:31:13 From Nicole Pontes - Delegada ADUFERPE to Everyone : Favorável
12:31:13 From Patrícia Mechi to Everyone : sim
12:31:13 From Cesar Beras to Everyone : Favorável
12:31:14 From Egmar Oliveira Souza Júnior to Everyone : Favorável
12:31:14 From David Romão Teixeira to Everyone : Favorável
12:31:15 From Washington Luiz Felix Dos Santos to Everyone : Favorável
12:31:17 From Tarcila Mantovan Atolini to Everyone : Favorável
12:31:17 From Alaide Japecanga to Everyone : Favorável
12:31:18 From Ailce Margarida Negreiros Alves to Everyone : Favorável sindunifesspa delegada
12:31:20 From Fernanda De Araújo Binatti Chiote to Everyone : favorável
12:31:20 From Luiz do Nascimento Carvalho to Everyone : Favorável
12:31:24 From ADUFAC (DELEGADO) - Humberto Issao Sueyoshi to Everyone : Favorável
12:31:25 From Helga Maria Martins de Paula to Everyone : Favorável
12:31:29 From Luiz do Nascimento Carvalho to Everyone : ADCAC
12:31:30 From Kate Lane Costa De Paiva to Everyone : Favorável
12:31:46 From Marcelo Pereira Fernandes to Everyone : favorável

TEMA 2 – REALIZAÇÃO DO CONGRESSO DO ANDES-SN**TEMA 2 - VOTAÇÃO TR7 x TR8, sem prejuízo de modificação – 27/03/2021**

NOME	SEÇÃO SINDICAL	QUAL O SEU VOTO?
1. Ailce Margarida Negreiros Alves	SINDUNIFESSPA	TR 7
2. Alaide Pereira Japcanga Arede	ADUEMS	TR 8
3. Aldi Nestor De Souza	ADUFMAT	TR 8
4. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	TR 7
5. Alexandre José Medeiros Do Nascimento	ADUFPI	TR 7
6. Ana Lúcia Silva Gomes	ADUA	TR 7
7. Annie Schmaltz Hsiou	ADUSP	TR 7
8. Arturo Samana	ADUSC	TR 7
9. Augusto Santiago Cerqueira	APES	TR 7
10. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	TR 7
11. Celeste Pereira	ADUFPEL	TR 8
12. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	TR 7
13. Dario de Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	TR 7
14. David Teixeira	APUR	TR 7
15. Edivania Santos Alves	ADUFPA	TR 8
16. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	TR 7
17. Egmar Oliveira Souza Júnior	SINDIFPI	TR 8
18. Emerson Duarte	SINDUEPA	TR 7
19. Fabio Venturini	ADUNIFESP	TR 7
20. Fernanda de Araújo Binatti Chiote	ADUFES	TR 8
21. Fernando Cunha	ADUFPB	TR 7
22. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	TR 7
23. Gilberto Correia da Silva	APUGSSIND	TR 7

24. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	TR 7
25. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	TR 7
26. Jacques de Novion	ADUNB-SS	TR 7
27. João da Costa Chaves Jr	ADUNESP	TR 8
28. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	TR 7
29. Kate Lane	ADUFF	TR 8
30. Katya Picanço	SINDUTFPR	TR 7
31. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	TR 7
32. Luiz Augusto Mazzarolo	SESDUFT	ABSTENÇÃO
33. Marcelo Pereira Fernandes	ADUR	TR 8
34. Márcia Morschbacher	SEDUFMS	TR 8
35. Maria Raquel Garcia Veja	SEDUENF-ADUENF	TR 7
36. Marília Gonçalves Dal Bello	SINDUNESPAR	TR 8
37. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE	TR 7
38. Nilza Da Silva Martins	ADUNEB	TR 7
39. Patrícia	SESUNILA	TR 7
40. Paulo Cesar Centoducatte	ADUNICAMP	TR 8
41. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	TR 8
42. Paulo Vieira Neto	APUFPR	TR 7
43. Rivânia Moura	Diretoria ANDES-SN	TR 7
44. Rodrigo Cardoso Soares de Araujo	SINDIFSULDEMINAS	ABSTENÇÃO
45. Rodrigo Dantas	ADUNIRIO	ABSTENÇÃO
46. Rodrigo Fernandes Ribeiro	ADUFOP	TR 7
47. Rosângela Assunção	ADCESP	TR 8
48. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	TR 7
49. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	TR 8
50. Soraya Adorno	ADUSB	TR 7

51. Virginia Márcia Assunção Viana	SINDUECE	TR 7
52. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	TR 7

TEMA 2 - VOTAÇÃO Item 1.2 compatibilizado / TR7 – 27/03/2021

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO?
1. Ailce Margarida Negreiros Alves	SINDUNIFESSPA	
2. Alana das Neves Pedruzzi	APROFURG	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
3. ALDI NESTOR DE SOUZA	ADUFMAT	Proposta 2 - manter a proposta original
4. alexandre bergamin vieira	ADUFDOURADOS	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
5. Alexandre José Medeiros Do Nascimento	ADUFPI	Abstenção
6. Annie Schmaltz Hsiou	ADUSP	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
7. Arturo Samana	ADUSC	Proposta 2 - manter a proposta original
8. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Abstenção
9. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
10. Celeste Pereira	ADUFPEL	Proposta 2 - manter a proposta original
11. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Proposta 2 - manter a proposta original
12. Daniel Augusto Pereira	ADUFLA	Proposta 2 - manter a proposta original
13. Dario de Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
14. Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
15. Edivania Santos Alves	ADUFPA	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
16. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	Proposta 2 - manter a proposta original
17. Egmar Oliveira	SINDIFPI	Abstenção
18. Eleonora Ziller Camenietzki	ADUFRJ	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"

19. Emerson Duarte	SINDUEPA	Proposta 2 - manter a proposta original
20. Fabio Venturini	ADUNIFESP	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
21. Fernanda de Araújo Binatti Chiotte	ADUFES	Proposta 2 - manter a proposta original
22. Fernando Cunha	ADUFPB	
23. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
24. Gilberto Correia da Silva	APUG	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
25. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
26. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Proposta 2 - manter a proposta original
27. Jacques de Novion	ADUNB-SS	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
28. João da Costa Chaves Jr	ADUNESP	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
29. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	Proposta 2 - manter a proposta original
30. Kate Lane	ADUFF	Abstenção
31. Katya Picanço	SINDUTFPR	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
32. Lindemberg S Massa	ADUNICENTRO	Proposta 2 - manter a proposta original
33. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	Proposta 2 - manter a proposta original
34. Luiz Augusto Mazarolo	SESDUFT	Abstenção
35. Márcia Morschbacher	SEDUFMS	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
36. Maria Raquel Garcia Veja	SESDUENF-ADUENF	Proposta 2 - manter a proposta original
37. Marília Gonçalves Dal Bello	SINDUNESPAR	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
38. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"

39. Nilza Silva Martins	ADUNEB	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
40. Patricia Batista Barra	ADUERN	Proposta 2 - manter a proposta original
41. Paulo Cesar Centoducatte	ADUNICAMP	Proposta 2 - manter a proposta original
42. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	Proposta 2 - manter a proposta original
43. Paulo Vieira Neto	APUFPR	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
44. Rivânia Moura	ANDES	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
45. Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
46. Rodrigo Cardoso Soares de Araujo	SINDIFSULDEMINAS	Abstenção
47. Rodrigo Fernandes Ribeiro	ADUFOP	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
48. Rosângela Assunção	ADCESP	Proposta 2 - manter a proposta original
49. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
50. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Proposta 2 - manter a proposta original
51. Soraya Adorno	ADUSB	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
52. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Proposta 1 - Favorável a supressão "se possível no segundo semestre de 2021"
53. Virginia Márcia Assunção Viana	SINDUECE	Proposta 2 - manter a proposta original
54. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	Proposta 2 - manter a proposta original

TEMA 2 - VOTAÇÃO Item 2 compatibilizado / TR7 – 27/03/2021

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO?
1. Ailce Margarida Negreiros Alves	SIDUNIFESSPA	Proposta 2 - Alterar para bimestral
2. Alaide Pereira Japecanga Aredes	ADUEMS	Proposta 2 - Alterar para bimestral
3. Alana das Neves Pedruzzi	APROFURG	Proposta 2 - Alterar para bimestral
4. Aldi Nestor de Souza	ADUFMAT	Proposta 1 - Manter o texto
5. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	Abstenção
6. Alexandre José Medeiros do Nascimento	ADUFPI	Proposta 1 - Manter o texto
7. Ana Lúcia Silva gomes	ADUA	Proposta 1 - Manter o texto
8. Annie Schmaltz Hsiou	ADUSP	Proposta 1 - Manter o texto
9. Arturo Samana	ADUSC	Proposta 1 - Manter o texto
10. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Proposta 1 - Manter o texto
11. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Proposta 1 - Manter o texto
12. Celeste Pereira	ADUFPEL	Proposta 2 - Alterar para bimestral
13. Cesar Beras	SESUNIPAPA	Proposta 1 - Manter o texto
14. Daniel Augusto Pereira	ADUFLA	Proposta 1 - Manter o texto
15. Dario de Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Proposta 2 - Alterar para bimestral
16. Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	Proposta 2 - Alterar para bimestral
17. Edivania Santos Alves	ADUFPA	Proposta 1 - Manter o texto
18. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	Proposta 1 - Manter o texto
19. Egmar Oliveira Souza Júnior	SINDIFPI	Abstenção
20. Eleonora Ziller Camenietzki	ADUFRJ	Proposta 2 - Alterar para bimestral
21. Emerson Duarte	SINDUEPA	Proposta 1 - Manter o texto
22. Fabio Venturini	ADUNIFESP	Proposta 2 - Alterar para bimestral
23. Fernanda de Araújo Binatti	ADUFES	Proposta 2 - Alterar para

Chiote		bimestral
24. Fernando Cunha	ADUFPB	Abstenção
25. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Proposta 2 - Alterar para bimestral
26. Gilberto Correia da Silva	APUGSSIND	Proposta 1 - Manter o texto
27. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	Proposta 1 - Manter o texto
28. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Proposta 1 - Manter o texto
29. Jacques de Novion	ADUNB-SS	Proposta 2 - Alterar para bimestral
30. Kate Lane	ADUFF	Abstenção
31. Katya Picanço	SINDUTFPR	Abstenção
32. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	Proposta 1 - Manter o texto
33. Luiz Augusto Mazzarolo	SESDUFT	Abstenção
34. Marcelo Pereira Fernandes	ADUR	Abstenção
35. Márcia Morschbacher	SEDUFMS	Proposta 2 - Alterar para bimestral
36. Maria Raquel Garcia Vega	SESDUENF-ADUENF	Proposta 1 - Manter o texto
37. Marília Gonçalves Dal Bello	SINDUNESPAR	Proposta 1 - Manter o texto
38. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE	Proposta 2 - Alterar para bimestral
39. Nilza Silva Martins	ADUNEB	Proposta 2 - Alterar para bimestral
40. Patricia Mechi	SESUNILA	Proposta 1 - Manter o texto
41. Paulo Cesar Centoducatte	ADUNICAMP	Proposta 2 - Alterar para bimestral
42. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	Abstenção
43. Paulo Vieira Neto	APUFPR	Proposta 2 - Alterar para bimestral
44. Rivânia Mour	ANDES	Proposta 1 - Manter o texto
45. Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR	Proposta 2 - Alterar para bimestral
46. Rodrigo Cardoso Soares de Araujo	SINDIFSULDEMINAS	Proposta 2 - Alterar para bimestral
47. Rodrigo Dantas	ADUNIRIO	Proposta 2 - Alterar para bimestral
48. Rosângela Assunção	ADCESP	Proposta 2 - Alterar para bimestral

49. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	Proposta 1 - Manter o texto
50. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Proposta 2 - Alterar para bimestral
51. Soraya Adorno	ADUSB	Proposta 2 - Alterar para bimestral
52. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Proposta 1 - Manter o texto
53. Virginia Márcia Assunção Viana	SINDUECE	Proposta 1 - Manter o texto
54. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	Proposta 1 - Manter o texto

TEMA 2 - VOTAÇÃO Item 2.2 compatibilizado / TR7 – 03/04/2021

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO?
1. Alana das Neves Pedruzzi	APROFURG	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
2. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
3. Alexandre José Medeiros do Nascimento	ADUFPI	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
4. Ana Lúcia Silva Gomes	ADUA	Proposta 1 - Manter o texto original
5. Andressa Schneider	SINDOIF	Proposta 1 - Manter o texto original
6. Annie Hsiou	ADUSP	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
7. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Proposta 1 - Manter o texto original
8. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
9. Celeste Pereira	ADUFPEL	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
10. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Proposta 1 - Manter o texto original
11. Daniel Augusto Pereira	ADUFLA	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
12. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Proposta 1 - Manter o texto original
13. David Romao Teixeira	APUR	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
14. Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
15. Edivania Santos Alves	ADUFPA	Proposta 1 - Manter o texto original
16. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	Proposta 1 - Manter o texto original
17. Emerson Duarte Monte	SINDUEPA	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o

		termo "preferencialmente"
18. Fabio Venturini	ADUNIFESP	Abstenção
19. Fernando José de Paula Cunha	ADUFPB	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
20. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
21. Gilberto Correia da Silva	APUG	Proposta 1 - Manter o texto original
22. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
23. Jacques de Novion	ADUNB	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
24. João Da Costa Chaves Jr	ADUNESP	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
25. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	Proposta 1 - Manter o texto original
26. Katya C L Picanço	SINDUTFPR	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
27. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	Proposta 1 - Manter o texto original
28. Luiz Augusto Mazzarolo	SESDUFT	Abstenção
29. Marcelo Pereira Fernandes	ADUR	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
30. Márcia Morschbacher	SEDUFMS	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
31. Maria jaqueline de G M Araújo	ADUFSJ	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
32. Maria Raquel Garcia Veja	SESDUENF- ADUENF	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
33. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
34. Nilza da Silva Martins	ADUNEB	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"

35. Patricia Batista Barra	ADUERN	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
36. Paulo Cesar Centoducatte	ADUNICAMP	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
37. Paulo Vieira Neto	APUFPR-SSIND	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
38. Rivânia Moura	Diretoria ANDES-SN	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
39. Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR	Proposta 1 - Manter o texto original
40. Rodrigo Fernandes Ribeiro	ADUFOP	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
41. Rosângela Assunção	ADCESP	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
42. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
43. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
44. Soraya Medes Rodrigues Adorno	ADUSB	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
45. Subenia Karine de Medeiros	ADUFERSA	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
46. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"
47. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	Proposta 2 - Manter o texto original incluindo o termo "preferencialmente"

TEMA 2 - VOTAÇÃO Item 2.3 compatibilizado (1ª votação*) / TR7 – 03/04/2021

(* houve recurso de votação aprovado pelo plenário)

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO?
1. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	PELA SUPRESSÃO
2. Alexandre José Medeiros do Nascimento	ADUFPI	PELA SUPRESSÃO
3. Aline de Menezes Bregonci	ADUFES	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
4. Ana Lucia Silva Gomes	ADUA	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
5. Arturo Samana	ADUSC	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
6. Augusto Santiago Cerqueira	APES	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
7. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	PELA SUPRESSÃO
8. Celeste Pereira	ADUFPEL	PELA SUPRESSÃO
9. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
10. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	PELA SUPRESSÃO
11. David Teixeira	APUR	PELA SUPRESSÃO
12. Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	PELA SUPRESSÃO
13. Edivania Santos Alves	ADUFPA	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
14. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
15. Egmar Oliveira Souza Júnior	SINDIFPI	PELA SUPRESSÃO
16. Emerson Duarte	SINDUEPA	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
17. Fernando José de Paula Cunha	ADUFPB	PELA SUPRESSÃO

18. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
19. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
20. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	PELA SUPRESSÃO
21. Jacques de Novion	ADUNB	PELA SUPRESSÃO
22. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	PELA SUPRESSÃO
23. Kate Lane	ADUFF	PELA SUPRESSÃO
24. Katya Picanço	SINDUTFPR	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
25. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
26. Marcelo Pereira Fernandes	ADUR	PELA SUPRESSÃO
27. Márcia Morschbacher	SEDUFMS	PELA SUPRESSÃO
28. Nicole Louise Macedo teles de Pontes	ADUFERPE	PELA SUPRESSÃO
29. Patricia Sposito Mechi	SESUNILA	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
30. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
31. Paulo Vieira Neto	APUFPR SSIND	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
32. Rivânia Moura	Diretoria ANDES-SN	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
33. Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
34. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	PELA SUPRESSÃO
35. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	PELA SUPRESSÃO
36. Soraya Adorno	ADUSB	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
37. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE

		MODIFICAÇÕES
38. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
39. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	PELA SUPRESSÃO

Recurso de votação item 2.3 do TR7 – 03/04/2021

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO?
1. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	Rejeita
2. Aline de menezes bregonci	ADUFES	ABSTENÇÃO
3. Ana Lucia Silva Gomes	ADUA	Acata o Recurso
4. Arturo Samana	ADUSC	Rejeita
5. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Acata o Recurso
6. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Acata o Recurso
7. Celeste Pereira	ADUFPEL	Acata o Recurso
8. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Rejeita
9. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Rejeita
10. David Teixeira	APUR	Acata o Recurso
11. Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	Acata o Recurso
12. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	Rejeita
13. Egmar Oliveira Souza Júnior	SINDIFPI	Acata o Recurso
14. Emerson Duarte	SINDUEPA	Rejeita
15. Fernando José de paula Cunha	ADUFPB	Acata o Recurso
16. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Rejeita
17. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Rejeita
18. Jacques de Novion	ADUNB	Acata o Recurso
19. João Chaves	ADUNESP	Acata o Recurso
20. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	Acata o Recurso
21. Katya Picanço	SINDUTFPR	Acata o Recurso
22. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	Rejeita
23. Luiz Augusto Mazzarolo	SESDUFT	Acata o

		Recurso
24. Marcelo Pereira Fernandes	ADUR	Acata o Recurso
25. Márcia Morschbacher	SEDUFMS	Acata o Recurso
26. Nicole Louise Macedo teles de Pontes	ADUFERPE	Acata o Recurso
27. Patricia Sposito Mechi	SESUNILA	Rejeita
28. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	Acata o Recurso
29. Paulo Vieira Neto	APFPRSSIND	Rejeita
30. Rivânia Moura	Diretoria ANDES-SN	Acata o Recurso
31. Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR	Rejeita
32. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	Acata o Recurso
33. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Acata o Recurso
34. Soraya Adorno	ADUSB	Rejeita
35. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Rejeita
36. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	Rejeita
37. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	Acata o Recurso

TEMA 2 - VOTAÇÃO Item 2.3 compatibilizado (2ª votação*) / TR7 – 03/04/2021

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO?
1. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	PELA SUPRESSÃO
2. Alexandre José Medeiros Do Nascimento	ADUFPI	PELA SUPRESSÃO
3. Aline de Menezes Bregonci	ADUFES	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
4. Ana Lúcia Silva Gomes	ADUA	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
5. Arturo Samana	ADUSC	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
6. Augusto Santiago Cerqueira	APES	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
7. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	PELA SUPRESSÃO
8. Celeste Pereira	ADUFPEL	PELA SUPRESSÃO
9. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	PELA SUPRESSÃO
10. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	PELA SUPRESSÃO
11. David Teixeira	APUR	PELA SUPRESSÃO
12. Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	PELA SUPRESSÃO
13. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
14. Egmar Oliveira Souza Júnior	SINDIFPI	PELA SUPRESSÃO
15. Emerson Duarte	SINDUEPA	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
16. Fernando José de paula Cunha	ADUFPB	PELA SUPRESSÃO
17. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
18. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES

19. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	PELA SUPRESSÃO
20. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
21. Jacques de Novion	ADUNB	PELA SUPRESSÃO
22. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	PELA SUPRESSÃO
23. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
24. Luiz Augusto Mazzarolo	SESDUFT	ABSTENÇÃO
25. Marcelo Pereira Fernandes	ADUR	PELA SUPRESSÃO
26. Márcia Morschbacher	SEDUFMS	PELA SUPRESSÃO
27. Marcos Pedroso	ADUFS SERGIPE	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
28. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE	PELA SUPRESSÃO
29. Patricia Sposito Mechi	SESUNILA	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
30. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	PELA SUPRESSÃO
31. Paulo Vieira Neto	APUFPRSSIND	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
32. Rivânia Moura	Diretoria ANDES-SN	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
33. Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
34. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	PELA SUPRESSÃO
35. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
36. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES
37. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	PELA MANUTENÇÃO SEM PREJUÍZO DE MODIFICAÇÕES

38. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	PELA SUPRESSÃO
----------------------------------	---------	----------------

TEMA 2 - VOTAÇÃO TR7 como um todo – 03/04/2021

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO?
1. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	Favorável
2. Alexandre José Medeiros do Nascimento	ADUFPI	Favorável
3. Aline de Menezes Bregonci	ADUFES	Favorável
4. Arturo Samana	ADUSC	Favorável
5. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Favorável
6. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Favorável
7. Celeste dos Santos Pereira	ADUFPEL	Favorável
8. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Favorável
9. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Favorável
10. David Teixeira	APUR	Favorável
11. Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	Favorável
12. Edivania Santos Alves	ADUFPA	Favorável
13. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	Favorável
14. Egmar Oliveira Souza Júnior	SINDIFPI	Favorável
15. Emerson Duarte	SINDUEPA	Favorável
16. Fernando José de Paula Cunha	ADUFPB	Favorável
17. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Favorável
18. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	Favorável
19. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Favorável
20. Jacques de Novion	ADUNB	Favorável
21. Joao Chaves	ADUNESP	Favorável
22. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	Favorável
23. Juliana Bohnen Guimaraes	ADUEMG	Favorável

24. Katya Picanço	SINDUTFPR	Favorável
25. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	Favorável
26. Marcelo Pereira Fernandes	ADUR	Favorável
27. Márcia Morschbacher	SEDUFMS	Favorável
28. Marcos Pedroso	ADUFS	Favorável
29. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE	Favorável
30. Patricia Sposito Mechi	SESUNILA	Favorável
31. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	Favorável
32. Paulo Vieira Neto	APUFPR SSIND	Favorável
33. Rivânia Moura	Diretoria ANDES-SN	Favorável
34. Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR	Favorável
35. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	Favorável
36. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Favorável
37. Soraya Adorno	ADUSB	Favorável
38. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Favorável
39. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	Favorável
40. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	Favorável

TEMA 3 – PLANO DE LUTA DOS SEETORES

BLOCO 1 - Apreciar conjuntamente os itens de 1 a 6 do TR9/SPF com os itens 1, 2 3, 4 e 5 do TR 11 e os itens 1, 4 e 8 do TR 13. Todos tratam das pautas prioritárias de luta, da construção de unidade.

BLOCO 2 - Apreciar juntos o item 1 do TR 10 com o item 2 (âmbito IES) do TR 9 que tratam das intervenções nas universidades.

BLOCO 3 - Apreciar juntos os itens 6 do TR 10 e item 4 do TR 13 com o item 1 do TR 9 (âmbito das IES) que tratam de campanha e a luta pelos orçamentos das universidades.

BLOCO 4 - Apreciar conjuntamente o item 7 do TR 11 com a TR 12 que tratam da necessidade de um Plano sanitário e Educacional.

BLOCO 5 – Apreciar: TR 9 - item 7, 8, 9 - Âmbito IES (3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23). Agenda de Lutas; TR 10 - item 2, 3, 4, 7; TR 13 - item 2, 5, 6, 7.

TEMA 3 - VOTAÇÃO BLOCO 1 – Item 1 compatibilizado / TR9/SPF – 03/04/2021

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO?
1. Alaíde Japcanga	ADUEMS	Proposta original da Diretoria
2. Alana das Neves Pedruzzi	APROFURG	Proposta original da Diretoria
3. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	Proposta do Luiz Araújo
4. Alexandre José Medeiros do Nascimento	ADUFPI	Proposta original da Diretoria
5. Aline de Menezes Bregonci	ADUFES	Proposta original da Diretoria
6. Ana Lúcia Silva Gomes	ADUA	Proposta original da Diretoria
7. Arturo Samana	ADUSC	Proposta do Luiz Araújo
8. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Destaque 1
9. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Proposta original da Diretoria
10. Celeste Pereira	ADUFPEL	Destaque 1
11. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Destaque 1
12. Daniel Augusto Pereira	ADUFLA	Proposta do Luiz Araújo
13. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Proposta original da Diretoria
14. David Romao Teixeira	APUR	Proposta do Luiz Araújo
15. Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	Proposta do Luiz Araújo
16. Edivania Santos Alves	ADUFPA	Proposta original da Diretoria
17. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	Proposta original da Diretoria
18. Egmar Oliveira	SINDIFPI	Proposta do Luiz Araújo
19. Emerson Duarte Monte	SINDUEPA	Destaque 1
20. Fabio Venturini	ADUNIFESP	Proposta do Luiz Araújo
21. Fernando José de Paula Cunha	ADUFPB	Proposta do Luiz Araújo
22. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Proposta original da Diretoria

23. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	Proposta original da Diretoria
24. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Proposta do Luiz Araújo
25. Jacques de Novion	ADUNB	Proposta do Luiz Araújo
26. João da Costa Chaves Jr	ADUNESP	Proposta original da Diretoria
27. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	Proposta do Luiz Araújo
28. Juliana Bohnen Guimaraes	ADUEMG	Proposta original da Diretoria
29. Katya Picanço	SINDUTFPR	Proposta original da Diretoria
30. Lelica Lacerda	ADUFMAT	Proposta original da Diretoria
31. Lindemberg Sousa Massa	ADUNICENTRO	Proposta do Luiz Araújo
32. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	Proposta original da Diretoria
33. Luiz Augusto Mazzarolo	SESDUFT	Abstenção
34. Luiz do Nascimento Carvalho	ADCAC	Destaque 1
35. Marcelo Pereira Fernandes	ADUR	Proposta do Luiz Araújo
36. Marcos Antônio da Silva Pedrso	ADUFS SERGIPE	Destaque 1
37. Maria Jaqueline de G. M. Araújo	ADUFSJ	Proposta do Luiz Araújo
38. Maria Raquel Garcia Vega	SESDUENF-ADUENF	Proposta original da Diretoria
39. Marília Gonçalves Dal Bello	SINDUNESPAR	Proposta original da Diretoria
40. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE	Proposta do Luiz Araújo
41. Nilza da Silva Martins	ADUNEB	Proposta do Luiz Araújo
42. Patricia Batista Barra	ADUERN	Proposta original da Diretoria
43. Paulo Cesar Centoducatte	ADUNICAMP	Proposta original da Diretoria
44. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	Proposta original da Diretoria
45. Paulo Vieira Neto	APUFPR-SSIND	Proposta do Luiz Araújo
46. Rivânia Moura	Diretoria ANDES-SN	Proposta original da Diretoria

47. Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR	Proposta do Luiz Araújo
48. Rodrigo Fernandes Ribeiro	ADUFOP	Abstenção
49. Rosângela Assunção	ADCESP	Proposta original da Diretoria
50. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	Proposta original da Diretoria
51. Salomao Ximenes	UFABC	Proposta do Luiz Araújo
52. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Proposta do Luiz Araújo
53. Soraya Mendes Rodrigues Adorno	ADUSB	Proposta original da Diretoria
54. Subenia Medeiros	ADUFERSA	Proposta original da Diretoria
55. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Proposta do Luiz Araújo
56. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	Proposta original da Diretoria
57. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	Proposta do Luiz Araújo
58. Wesley Helker Felício Silva	ADUNIMONTES	Proposta do Luiz Araújo

TEMA 3 - VOTAÇÃO BLOCO 1 – Item 1.3 compatibilizado / TR9/SPF – 03/04/2021

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO?
1. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	Proposta do Luiz Araújo
2. Aline de Menezes Bregonci	ADUFES	Proposta original da Diretoria
3. Ana Lúcia Silva Gomes	ADUA	Proposta original da Diretoria
4. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Destaque 1
5. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Destaque 1
6. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Proposta original da Diretoria
7. Daniel Augusto Pereira	ADUFLA	Proposta do Luiz Araújo
8. Edivania Santos Alves	ADUFPA	Proposta original da Diretoria
9. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	Proposta original da Diretoria
10. Egmar Oliveira	SINDIFPI	Proposta do Luiz Araújo
11. Emerson Duarte Monte	SINDUEPA	Destaque 1
12. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Proposta original da Diretoria
13. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	Proposta original da Diretoria
14. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Proposta do Luiz Araújo
15. Jacques de Novion	ADUNB	Proposta do Luiz Araújo
16. Katya Picanço	SINDUTFPR	Proposta original da Diretoria
17. Lindemberg Sousa Massa	ADUNICENTRO	Proposta do Luiz Araújo
18. Luiz Augusto Mazzarolo	SESDUFT	Abstenção
19. Luiz do Nascimento Carvalho	ADCAC	Destaque 1
20. Maria Jaqueline de G. M. Araújo	ADUFSJ	Proposta do Luiz Araújo
21. Maria Raquel Garcia Vega	SESDUENF-ADUENF	Proposta original da Diretoria
22. Marília Gonçalves Dal Bello	SINDUNESPAR	Proposta original da Diretoria

23. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE	Proposta do Luiz Araújo
24. Nilza da Silva Martins	ADUNEB	Proposta do Luiz Araújo
25. Paulo Vieira Neto	APUFPR-SSIND	Proposta do Luiz Araújo
26. Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR	Proposta do Luiz Araújo
27. Rodrigo Fernandes Ribeiro	ADUFOP	Abstenção
28. Rosângela Assunção	ADCESP	Proposta original da Diretoria
29. Salomao Ximenes	UFABC	Proposta do Luiz Araújo
30. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Proposta do Luiz Araújo
31. Subenia Medeiros	ADUFERSA	Proposta original da Diretoria
32. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Proposta do Luiz Araújo
33. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	Proposta original da Diretoria
34. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	Proposta do Luiz Araújo
35. Fernando José de Paula Cunha	ADUFPB	Proposta do Luiz Araújo
36. Alexandre José Medeiros do Nascimento	ADUFPI	Proposta original da Diretoria
37. João da Costa Chaves Jr	ADUNESP	Proposta original da Diretoria
38. Lelica Lacerda	ADUFMAT	Proposta original da Diretoria
39. Juliana Bohnen Guimaraes	ADUEMG	Proposta original da Diretoria
40. Wesley Helker Felício Silva	ADUNIMONTES	Proposta do Luiz Araújo
41. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	Proposta do Luiz Araújo
42. Paulo Cesar Centoducatte	ADUNICAMP	Proposta original da Diretoria
43. Soraya Mendes Rodrigues Adorno	ADUSB	Proposta original da Diretoria
44. Rivânia Moura	Diretoria ANDES-SN	Proposta original da Diretoria
45. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	Proposta original da Diretoria
46. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Proposta original da Diretoria

47. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	Proposta original da Diretoria
48. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	Proposta original da Diretoria
49. Marcelo Pereira Fernandes	ADUR	Proposta do Luiz Araújo
50. Marcos Antônio da Silva Pedrso	ADUFS SERGIPE	Destaque 1
51. Celeste Pereira	ADUFPEL	Destaque 1
52. Patricia Batista Barra	ADUERN	Proposta original da Diretoria
53. Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	Proposta do Luiz Araújo
54. Arturo Samana	ADUSC	Proposta do Luiz Araújo
55. Alana das Neves Pedruzzi	APROFURG	Proposta original da Diretoria
56. Alaíde Japcanga	ADUEMS	Proposta original da Diretoria
57. Fabio Venturini	ADUNIFESP	Proposta do Luiz Araújo
58. David Romao Teixeira	APUR	Proposta do Luiz Araújo

TEMA 3 - VOTAÇÃO BLOCO 1 – Item 1.5 compatibilizado / TR9/SPF – 03/04/2021

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO?
1. Alaíde Pereira Japcanga Aredes	ADUEMS	Proposta do Destaque 2
2. Alexandre bergamin vieira	ADUFDOURADOS	Abstenção
3. Alexandre José Medeiros do Nascimento	ADUFPI	Proposta do Destaque 1
4. Aline de Menezes Bregonci	ADUFES	Proposta do Destaque 1
5. Arturo Samana	ADUSC	Proposta do Destaque 1
6. Augusto Santiago Cerqueira	APES	-----
7. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Abstenção
8. Celeste dos Santos Pereira	ADUFPEL	Abstenção
9. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Proposta do Destaque 1
10. Daniel Augusto Pereira	ADUFLA	-----
11. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Proposta do Destaque 2
12. Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	Proposta do Destaque 2
13. Edivania Santos Alves	ADUFPA	Abstenção
14. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	Abstenção
15. Emerson Duarte Monte	SINDUEPA	Abstenção
16. Fabio Venturini	ADUNIFESP	Proposta do Destaque 2
17. Fernando José de Paula Cunha	ADUFPB	Proposta do Destaque 2
18. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	-----
19. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	Proposta do Destaque 2
20. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	-----
21. Jacques de Novion	ADUNB	Proposta do Destaque 2
22. João da Costa Chaves Jr	ADUNESP	Proposta do Destaque 2

23. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	Proposta do Destaque 2
24. Kate Lane Costa de Paiva	ADUFF	Proposta do Destaque 2
25. Katya Picanço	SINDUTFPR	Proposta do Destaque 2
26. Lélica Lacerda	ADUFMAT	Proposta do Destaque 2
27. Lindemberg Sousa Massa	ADUNICENTRO	Proposta do Destaque 2
28. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	Proposta do Destaque 1
29. Luiz Augusto Mazzarolo	SESDUFT	Abstenção
30. Marcelo Pereira Fernandes	ADUR	Abstenção
31. Márcia Morschbacher	SEDUFSM	-----
32. Marcos Antônio da Silva Pedroso	ADUFS SERGIPE	Proposta do Destaque 2
33. Maria Jaqueline de G. M. Araújo	ADUFSJ	Proposta do Destaque 2
34. Maria Raquel Garcia Veja	SESDUENF-ADUENF	Proposta do Destaque 1
35. Nilza Martins	ADUNEB	Proposta do Destaque 2
36. Patricia Sposito Mechi	SESUNULA	Proposta do Destaque 1
37. Paulo Cesar Centoducatte	ADUNICAMP	Proposta do Destaque 1
38. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	Proposta do Destaque 2
39. Paulo Vieira Neto	APUFPR-SSIND	Proposta do Destaque 2
40. Rivânia Moura	Diretoria ANDES-SN	Proposta do Destaque 2
41. Roberto Camara	SESDUF-RR	Proposta do Destaque 2
42. Rodrigo Fernandes Ribeiro	ADUFOP	Proposta do Destaque 2
43. Rosângela Assunção	ADCESP	Abstenção
44. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	Abstenção
45. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Proposta do Destaque 2
46. Soraya Nmendes Rodrigues Adorno	ADUSB	Proposta do

		Destaque 2
47. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	-----
48. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	Proposta do Destaque 1
49. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	-----
50. Wesley Helker Felício Silva	ADUNIMONTES	Proposta do Destaque 2

TEMA 3 - VOTAÇÃO BLOCO 1 – Item 1.7.1 compatibilizado / TR9/SPF – 03/04/2021

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO?
1. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	Supressão
2. Aline de Menezes Bregonci	ADUFES	Modificação sem Prejuízo
3. Ana Lucia Silva Gomes	ADUA	Modificação sem Prejuízo
4. Aria Raquel Garcia Vega	SESDUENF-ADUENF	Modificação sem Prejuízo
5. Arturo Samana	ADUSC	Modificação sem Prejuízo
6. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Modificação sem Prejuízo
7. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Manutenção
8. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Manutenção
9. Daniel Augusto Pereira	ADUFLA	Supressão
10. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Supressão
11. David Teixeira	APUR	Modificação sem Prejuízo
12. Edivania Santos Alves	ADUFPA	Modificação sem Prejuízo
13. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	Modificação sem Prejuízo
14. Emerson Duarte	SINDUEPA	Supressão
15. Fabio Venturini	ADUNIFESP	Abstenção
16. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Supressão
17. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	Modificação sem Prejuízo
18. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Modificação sem Prejuízo
19. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	Modificação sem Prejuízo
20. Kate Lane	ADUFF	Manutenção
21. Katya Picanço	SINDUTFPR	Modificação sem Prejuízo

22. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	Modificação sem Prejuízo
23. Luiz Augusto Mazzarolo	SESDUFT	Abstenção
24. Marcelo Pereira Fernandes	ADUR	Abstenção
25. Márcia Morschbacher	SEDUFMS	Modificação sem Prejuízo
26. Marcos Antônio da Silva Pedroso	ADUFS SERGIPE	Supressão
27. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE	Manutenção
28. Patricia Batista Barra	ADUERN	Modificação sem Prejuízo
29. Patricia Sposito Mechi	SESUNILA	Modificação sem Prejuízo
30. Paulo Cesar Centoducatte	ADUNICAMP	Supressão
31. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	Modificação sem Prejuízo
32. Rivânia Moura	DIRETORIA ANDES-SN	Abstenção
33. Rosângela Assunção	ADCESP	Modificação sem Prejuízo
34. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Supressão
35. Soraya Adorno	ADUSB	Abstenção
36. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Modificação sem Prejuízo
37. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	Modificação sem Prejuízo

TEMA 3 - VOTAÇÃO BLOCO 1 – Item 1.8 compatibilizado (1ª votação*) / TR9/SPF –
03/04/2021

(* teve recurso de votação aprovado pela plenária)

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO
1. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	Proposta 2 -
2. Alexandre José Medeiros Do Nascimento	ADUFPI	Proposta 1 -
3. Arturo Samana	ADUSC	Proposta 1 -
4. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Proposta 2 -
5. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Proposta 2 -
6. Celeste	ADUFPEL	Proposta 2 -
7. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Proposta 2 -
8. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Proposta 2 -
9. David Teixeira	APUR	Proposta 1 -
10. Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	Proposta 1 -
11. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	Proposta 1 -
12. Egmar Oliveira Souza Júnior	SINDIFPI	Proposta 2 -
13. Emerson Duarte	SINDUEPA	Proposta 2 -
14. Fabio Venturini	ADUNIFESP	Proposta 1 -
15. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Proposta 2 -
16. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Proposta 1 -
17. Jacques de Novion	ADUNB	Proposta 1 -
18. João Chaves	ADUNESP	Proposta 2 -
19. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	Proposta 1 -
20. Kate Lane Costa de Paiva	ADUFF	Proposta 1 -
21. Katya Picanço	SINDUTFPR	Proposta 2 -
22. Lélica Lacerda	ADUFMAT	Proposta 2 -

23. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	Proposta 1 -
24. Marcelo Pereira Fernandes	ADUR	Proposta 1 -
25. Márcia Morschbacher	SEDUFMS	Proposta 1 -
26. Marcos Pedroso	ADUFS SERGIPE	Proposta 2 -
27. Maria Raquel Garcia Vega	SESDUENF- ADUENF	Proposta 2 -
28. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE	Proposta 1 -
29. Patricia Sposito Mechi	SESUNILA	Proposta 2 -
30. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	Proposta 1 -
31. Paulo Vieira neto	APUFPRSSIND	Proposta 2 -
32. Rivânia Moura	DIRETORIA ANDES-SN	Proposta 2 -
33. Rosângela Assunção	ADCESP	Proposta 1 -
34. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	Proposta 1 -
35. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Proposta 1 -
36. Soraya Adorno	ADUSB	Proposta 1 -
37. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Proposta 2 -
38. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	Proposta 2 -
39. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	Abstenção

TEMA 3 - VOTAÇÃO BLOCO 1 – Item 1.8 compatibilizado (2ª votação) / TR9/SPF – 03/04/2021

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO
1. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	Proposta 2 -
2. Alexandre José Medeiros Do Nascimento	ADUFPI	Proposta 1 -
3. Aline de Menezes Bregonci	ADUFES	Proposta 1 -
4. Ana Lúcia Silva gomes	ADUA	Proposta 1 -
5. Arturo Samana	ADUSC	Proposta 1 -
6. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Proposta 2 -
7. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Abstenção
8. Celeste Pereira	ADUFPEL	Proposta 1 -
9. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Proposta 2 -
10. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Proposta 2 -
11. David Teixeira	APUR	Proposta 1 -
12. Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	Proposta 1 -
13. Edivania Santos Alves	ADUFPA	Proposta 1 -
14. edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	Proposta 1 -
15. Egmar Oliveira Souza Júnior	SINDIFPI	Proposta 2 -
16. Emerson Duarte	SINDUEPA	Proposta 2 -
17. Fabio Venturini	ADUNIFESP	Proposta 1 -
18. Fernando José de Paula Cunha	ADUFPB	Proposta 1 -
19. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Proposta 2 -
20. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Proposta 2 -
21. Jacques de Novion	ADUNB	Proposta 1 -
22. João Chaves	ADUNESP	Proposta 2 -
23. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	Proposta 1 -
24. Lélica Lacerda	ADUFMAT	Proposta 2 -

25. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	Proposta 1 -
26. Luiz Augusto mazzarolo	SESDUFT	Abstenção
27. Márcia Morschbacher	SEDUFMS	Proposta 1 -
28. Marcos Pedroso	ADUFS SEGIPE	Proposta 1 -
29. Maria Raquel Garcia Vega	SESDUENF- ADUENF	Proposta 1 -
30. Patricia Sposito Mechi	SESUNILA	Proposta 2 -
31. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	Proposta 1 -
32. Paulo Vieira Neto	APUFPRSSIND	Proposta 2 -
33. Rivânia Moura	DIRETORIA ANDES-SN	Proposta 2 -
34. Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR	Abstenção
35. Rosângela Assunção	ADCESP	Proposta 1 -
36. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	Proposta 1 -
37. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Proposta 1 -
38. Soraya Adorno	ADUSB	Proposta 1 -
39. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Proposta 2 -
40. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	Proposta 2 -
41. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	Abstenção

TEMA 3 - VOTAÇÃO BLOCO 1 – Encaminhamento para o apreciação Item 1.10 compatibilizado / TR9/SPF – 03/04/2021

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO
1. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	Proposta 2 -
2. Alexandre José Medeiros Do Nascimento	ADUFPI	Proposta 1 -
3. Arturo Samana	ADUSC	Proposta 2 -
4. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Proposta 1 -
5. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Proposta 1 -
6. Celeste Pereira	ADUFPEL	Proposta 1 -
7. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Proposta 1 -
8. Daniel Augusto Pereira	ADUFLA	Proposta 2 -
9. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Proposta 2 -
10. David Teixeira	APUR	Proposta 2 -
11. Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	Abstenção
12. Edivania Santos Alves	ADUFPA	Proposta 2 -
13. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Proposta 1 -
14. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	Proposta 1 -
15. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Proposta 1 -
16. Jacques de Novion	ADUNB	Proposta 2 -
17. João Chaves	ADUNESP	Proposta 2 -
18. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	Proposta 2 -
19. Kate Lane Costa de Paiva	ADUFF	Proposta 1 -
20. Katya Picanço	SINDUTFPR	Proposta 1 -
21. Lélica Lacerda	ADUFMAT	Proposta 1 -
22. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	Proposta 1 -
23. Luiz Augusto mazzarolo	SESDUFT	Abstenção

24. Luiz do Nascimento Carvalho	ADCAC	Proposta 2 -
25. Marcelo Pereira Fernandes	ADUR	Proposta 1 -
26. Márcia Morschbacher	SEDUFMS	Proposta 1 -
27. Marcos Pedroso	ADUFS SERGIPE	Proposta 2 -
28. Maria Raquel Garcia Vega	SESDUENF- ADUENF	Proposta 1 -
29. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE	Abstenção
30. Patricia Sposito Mechi	SESUNILA	Proposta 1 -
31. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	Proposta 1 -
32. Paulo Vieira Neto	APUFPRSSIND	Proposta 2 -
33. Rivânia Moura	DIRETORIA ANDES-SN	Proposta 1 -
34. Rosângela Assunção	ADCESP	Proposta 1 -
35. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	Proposta 1 -
36. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Proposta 1 -
37. Soraya Adorno	ADUSB	Proposta 1 -
38. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Proposta 1 -
39. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	Proposta 1 -

TEMA 3 - VOTAÇÃO BLOCO 1 – Item 1.11 compatibilizado / TR9/SPF – 03/04/2021

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO
1. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	Proposta 2 -
2. Alexandre José Medeiros Do Nascimento	ADUFPI	Proposta 1 -
3. Aline de Menezes Bregonci	ADUFES	Proposta 1 -
4. Arturo Samana	ADUSC	Proposta 2 -
5. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Proposta 2 -
6. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Proposta 2 -
7. Celeste Pereira	ADUFPEL	Proposta 1 -
8. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Proposta 2 -
9. Daniel Augusto Pereira	ADUFLA	Abstenção
10. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Proposta 2 -
11. David Teixeira	APUR	Proposta 2 -
12. Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	Proposta 2 -
13. Edivania Santos Alves	ADUFPA	Proposta 2 -
14. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	Proposta 2 -
15. Emerson Duarte	SINDUEPA	Proposta 2 -
16. Fabio Venturini	ADUNIFESP	Abstenção
17. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Proposta 1 -
18. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	Proposta 2 -
19. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Proposta 1 -
20. Jacques de Novion	ADUNB	Proposta 1 -
21. João Chaves	ADUNESP	Proposta 2 -
22. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	Proposta 2 -
23. Katya Picanço	SINDUTFPR	Proposta 2 -
24. Lélica Lacerda	ADUFMAT	Proposta 2 -

25. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	Proposta 2 -
26. Luiz Augusto Mazzarolo	SESDUFT	Abstenção
27. Marcelo Pereira Fernandes	ADUR	Proposta 1 -
28. Márcia Morschbacher	SEDUFMS	Proposta 1 -
29. Marcos Pedroso	ADUFS SERGIPE	Proposta 2 -
30. Maria Raquel Garcia Veja	SESDUENF- ADUENF	Proposta 2 -
31. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE	Proposta 2 -
32. Patricia Batista Barra	ADUERN	Proposta 2 -
33. Patricia Sposito Mechi	SESUNILA	Proposta 2 -
34. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	Proposta 1 -
35. Paulo Vieira Neto	APUFPRSSIND	Proposta 2 -
36. Rivânia Moura	DIRETORIA ANDES-SN	Proposta 2 -
37. Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR	Abstenção
38. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Proposta 1 -
39. Soraya Adorno	ADUSB	Proposta 2 -
40. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Proposta 2 -

TEMA 3 - VOTAÇÃO BLOCO 5 – Item 7 / TR9/Ed – 03/04/2021

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO?
1. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	Proposta 1 - Pela Manutenção
2. Alexandre José Medeiros do Nascimento	ADUFPI	Proposta 1 - Pela Manutenção
3. Arturo Samana	ADUSC	Proposta 1 - Pela Manutenção
4. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Proposta 1 - Pela Manutenção
5. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Proposta 1 - Pela Manutenção
6. Celeste Pereira	ADUFPEL	Proposta 2 - Pela Supressão
7. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Proposta 1 - Pela Manutenção
8. David Teixeira	APUR	Proposta 2 - Pela Supressão
9. Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	Proposta 2 - Pela Supressão
10. Edivania Santos Alves	ADUFPA	Proposta 1 - Pela Manutenção
11. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	Proposta 1 - Pela Manutenção
12. Egmar Oliveira Souza Júnior	SINDIFPI	Proposta 2 - Pela Supressão
13. Emerson Duarte	SINDUEPA	Proposta 1 - Pela Manutenção
14. Fernando José de paula Cunha	ADUFPB	Proposta 2 - Pela Supressão
15. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Proposta 1 - Pela Manutenção
16. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	Proposta 1 - Pela Manutenção
17. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Proposta 1 - Pela Manutenção
18. Jacques de Novion	ADUNB	Proposta 2 - Pela Supressão
19. João Chaves	ADUNESP	Proposta 1 - Pela Manutenção
20. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	Proposta 2 - Pela Supressão

21. Juliana Bohnen Guimaraes	ADUEMG	Proposta 1 - Pela Manutenção
22. Katya Picanço	SINDUTFPR	Abstenção
23. Lélica Lacerda	ADUFMAT	Proposta 1 - Pela Manutenção
24. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	Proposta 1 - Pela Manutenção
25. Luiz Augusto Mazzarolo	SESDUFT	Abstenção
26. Marcelo Pereira Fernandes	ADUR	Proposta 2 - Pela Supressão
27. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE	Proposta 2 - Pela Supressão
28. Nilza Martins	ADUNEB	Proposta 2 - Pela Supressão
29. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	Proposta 2 - Pela Supressão
30. Paulo Vieira Neto	APUFPRSSIND	Proposta 2 - Pela Supressão
31. Rivânia Moura	DIRETORIA ANDES-SN	Proposta 1 - Pela Manutenção
32. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Proposta 2 - Pela Supressão
33. Soraya Adorno	ADUSB	Proposta 1 - Pela Manutenção
34. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Proposta 1 - Pela Manutenção
35. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	Proposta 1 - Pela Manutenção
36. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	Proposta 1 - Pela Manutenção

TEMA 3 - VOTAÇÃO BLOCO 5 – Item 11 (2ª votação) / TR9/Ed – 03/04/2021

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO?
1. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	Abstenção
2. Ana Lúcia Silva Gomes	ADUA	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
3. Arturo Samana	ADUSC	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
4. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
5. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
6. Celeste Pereira	ADUFPEL	Proposta 2 - Pela Alteração do Texto
7. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
8. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
9. David Teixeira	APUR	Proposta 2 - Pela Alteração do Texto
10. Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	Proposta 2 - Pela Alteração do Texto
11. Edivania Santos Alves	ADUFPA	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
12. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
13. Egmar Oliveira Souza Júnior	SINDIFPI	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
14. Emerson Duarte	SINDUEPA	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
15. Fernando José de Paula Cunha	ADUFPB	Proposta 2 - Pela Alteração do Texto
16. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
17. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
18. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
19. Jacques de Novion	ADUNB	Proposta 2 - Pela Alteração do Texto

20. João Chaces	ADUNESP	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
21. Katya Picanço	SINDUTFPR	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
22. Lélica lacerda	ADUFMAT	Proposta 2 - Pela Alteração do Texto
23. Marcelo	ADUR	Abstenção
24. Marcos Pedroso	ADUFS SERGIPE	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
25. Nicole Louise Maced Teles de Pontes	ADUFERPE	Abstenção
26. Patricia Sposito Mechi	SESUNILA	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
27. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	Abstenção
28. Rivânia Moura	DIRETORIA ANDES-SN	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
29. Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR	Proposta 2 - Pela Alteração do Texto
30. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
31. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Proposta 2 - Pela Alteração do Texto
32. Soraya Adorno	ADUSB	Abstenção
33. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
34. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original
35. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	Proposta 1 - Pela Manutenção do Texto Original

TEMA 3 - VOTAÇÃO BLOCO 5 – Item 13 / TR9/Ed – 03/04/2021

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO?
1. Alaide Aredes	ADUEMS	ABSTENÇÃO
2. Alana das Neves Pedruzzi	APROFURG	FAVORÁVEL
3. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	FAVORÁVEL
4. Alexandre José Medeiros do Nascimento	ADUFPI	FAVORÁVEL
5. Aline de Menezes Bregonci	ADUFES	FAVORÁVEL
6. Ana Lúcia Silva Gomes	ADUA	FAVORÁVEL
7. Andressa Schneider	SINDOIF	FAVORÁVEL
8. Annie Schmaltz Hsiou	ADUSP	FAVORÁVEL
9. Arturo Samana	ADUSC	FAVORÁVEL
10. Augusto Santiago Cerqueira	APES	FAVORÁVEL
11. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	ABSTENÇÃO
12. Celeste Pereira	ADUFPEL	FAVORÁVEL
13. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	FAVORÁVEL
14. Daniel Augusto Pereira	ADUFLA	FAVORÁVEL
15. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	FAVORÁVEL
16. David Romao Teixeira	APUR	FAVORÁVEL
17. Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	FAVORÁVEL
18. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	FAVORÁVEL
19. Fabio Venturini	ADUNIFESP	FAVORÁVEL
20. Fernando José de Paula Cunha	ADUFPB	FAVORÁVEL
21. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	FAVORÁVEL
22. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	FAVORÁVEL
23. Jacques de Novion	ADUNB	FAVORÁVEL
24. João da Costa Chaves Jr	ADUNESP	FAVORÁVEL

25. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	FAVORÁVEL
26. Katya Picanço	SINDUTFPR	FAVORÁVEL
27. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	FAVORÁVEL
28. Luiz Augusto Mazzarolo	SESDUFT	FAVORÁVEL
29. Marcelo Pereira Fernandes	ADUR	ABSTENÇÃO
30. Marcos Antônio da Silva Pedroso	ADUFS SERGIPE	FAVORÁVEL
31. Maria Jaqueline G. M. Araújo	ADUFSJ	FAVORÁVEL
32. Maria Raquel Garcia Vega	SESDUENF- ADUENF	FAVORÁVEL
33. Marília Gonçalves Dal Bello	SINDUNESPAR	FAVORÁVEL
34. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE	FAVORÁVEL
35. Patricia Batista Barra	ADUERN	FAVORÁVEL
36. Paulo Cesar Centoducatte	ADUNICAMP	FAVORÁVEL
37. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	FAVORÁVEL
38. Rivânia Moura	DIRETORIA ANDES-SN	FAVORÁVEL
39. Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR	ABSTENÇÃO
40. Rodrigo Fernandes Ribeiro	ADUFOP	FAVORÁVEL
41. Rosângela Assunção	ADCESP	FAVORÁVEL
42. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	FAVORÁVEL
43. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	FAVORÁVEL
44. Soraya Mendes Rodrigues Adorno	ADUSB	FAVORÁVEL
45. Subenia Medeiros	ADUFERSA	ABSTENÇÃO
46. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	FAVORÁVEL
47. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	FAVORÁVEL
48. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	FAVORÁVEL

TEMA 3 - VOTAÇÃO BLOCO 5 – Item 17 / TR9/Ed – 03/04/2021**Aprova semana de lutas das IEES/IMES**

NOME	SEÇÃO SINDICAL	QUAL O SEU VOTO
1. Alexandre José Medeiros do Nascimento	ADUFPI	Favorável
2. Ana Lúcia Silva Gomes	ADUA	Favorável
3. Arturo Samana	ADUSC	Favorável
4. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Favorável
5. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Favorável
6. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Favorável
7. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Favorável
8. David Teixeira	APUR	Favorável
9. Edivania Santos Alves	ADUFPA	ABSTENÇÃO
10. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	Favorável
11. Egmar Oliveira Souza Júnior	SINDIFPI	Favorável
12. Emerson Duarte	SINDUEPA	Favorável
13. Fernando José de Paula Cunha	ADUFPB	Favorável
14. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Favorável
15. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	Favorável
16. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Favorável
17. Jacques de Novion	ADUNB	Favorável
18. João Chaves	ADUNESP	ABSTENÇÃO
19. Kate Lane	ADUFF	Favorável
20. Katya Picanço	SINDUTFPR	Favorável
21. Lélia Iaccerda	ADUFMAT	Favorável
22. Marcelo Pereira Fernandes	ADUR	Contrário

23. Márcia Morschbacher	SEDUFMS	Favorável
24. Marcos Pedroso	ADUFS	Favorável
25. Nicole Louise Macedo teles de Pontes	ADUFERPE	Favorável
26. Patricia Sposito Mechi	SESUNILA	Favorável
27. Rivânia Moura	DIRETORIA ANDES-SN	Favorável
28. Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR	Favorável
29. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	Favorável
30. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Favorável
31. Soraya Adorno	ADUSB	ABSTENÇÃO
32. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Favorável
33. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	Favorável
34. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	Favorável

TEMA 3 - VOTAÇÃO BLOCO 15 – Item 20/ TR9/ 03/04/2021**Indicação dos membros para a Comissão da Verdade**

NOME	SEÇÃO SINDICAL	QUAL O SEU VOTO
1. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	Favorável
2. Alexandre José Medeiros do Nascimento	ADUFPI	Favorável
3. Ana Lúcia Silva Gomes	ADUA	Favorável
4. Arturo Samana	ADUSC	Favorável
5. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Favorável
6. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Favorável
7. Celeste Pereira	ADUFPEL	Favorável
8. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Favorável
9. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Favorável
10. David Teixeira	APUR	Favorável
11. Edivania Santos Alves	ADUFPA	Favorável
12. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	Favorável
13. Egmar Oliveira Souza Júnior	SINDIFPI	Favorável
14. Emerson Duarte	SINDUEPA	Favorável
15. Fernando Cunha	ADUFPB	Favorável
16. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Favorável
17. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	Favorável
18. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Favorável
19. Jacques de Novion	ADUNB	Favorável
20. João Chaves	ADUNESP	Favorável
21. Kate Lane Costa de Paiva	ADUFF	Favorável
22. Katya Picanço	SINDUTFPR	Favorável

23. Márcia Morschbacher	SEDUFMS	Favorável
24. Marcos Pedroso	ADUSFS SERIPE	Favorável
25. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE	Favorável
26. Patricia Sposito Mechi	SESUNILA	Favorável
27. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	Favorável
28. Rivânia Moura	Diretoria ANDES-SN	Favorável
29. Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR	Favorável
30. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	Favorável
31. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Favorável
32. Soraya Adorno	ADUSB	ABSTENÇÃO
33. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Favorável
34. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	Favorável
35. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	Favorável

TEMA 3 – BLOCOS 2, 3 e 4 – 03/04/2021**REMETER TODOS OS ITENS NÃO VOTADOS PARA REUNIÃO DOS SETORES**

NOME	SEÇÃO SINDICAL	QUAL O SEU VOTO
1. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	Favorável
2. Alexandre José Medeiros do Nascimento	ADUFPI	Favorável
3. Ana Lúcia Silva Gomes	ADUA	Favorável
4. Arturo Samana	ADUSC	Favorável
5. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Favorável
6. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Favorável
7. Celeste Pereira	ADUFPEL	ABSTENÇÃO
8. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Favorável
9. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Favorável
10. David Teixeira	APUR	Favorável
11. Edivania Santos Alves	ADUFPA	Favorável
12. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	Favorável
13. Egmar Oliveira Souza Júnior	SINDIFPI	Favorável
14. Fernando Cunha	ADUFPB	Favorável
15. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Favorável
16. Gilberto Correia da Silva	APUG	Favorável
17. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	Favorável
18. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Favorável
19. Jacques de Novion	ADUNB	Favorável
20. João Chaves	ADUNESP	Favorável
21. Kate Lane Costa De Paiva	ADUFF	Favorável
22. Katya Picanço	SINDUTFPR	Favorável

23. Márcia Morschbacher	SEDUFMSM	Favorável
24. Marcos Pedroso	ADUS SERGIPE	Favorável
25. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE	ABSTENÇÃO
26. Patricia Sposito Mechi	SESUNILA	Favorável
27. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	ABSTENÇÃO
28. Rivânia Moura	DIRETORIA ANDES-SN	Favorável
29. Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR	Favorável
30. Rúbia Vogt	ANDES/UFRGS	Favorável
31. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Favorável
32. Soraya Adorno	ADUSB	Favorável
33. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Favorável
34. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	Favorável
35. Washington Luiz Félix Santos	SESDUEM	ABSTENÇÃO

1ª PRORROGAÇÃO DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

03/04/2021

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO?
1. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	Favorável
2. Alexandre José Medeiros Do Nascimento	ADUFPI	Favorável
3. Aline de Menezes Bregonci	ADUFES	Favorável
4. Arturo Samana	ADUSC	Favorável
5. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Favorável
6. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Favorável
7. Celeste dos Santos Pereira	ADUFPEL	Favorável
8. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Favorável
9. Daniel Augusto Pereira	ADUFLA	Favorável
10. Dario De Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Contrário
11. Edivania Santos Alves	ADUFPA	Favorável
12. Edson Holanda Cavalcante Junior	ADUEPB	Favorável
13. Egmar Oliveira Souza Júnior	SINDIFPI	Contrário
14. Emerson Duarte Monte	SINDUEPA	Favorável
15. Fabio Venturini	ADUNIFESP	Contrário
16. Fernando José De Paula Cunha	ADUFPB	Favorável
17. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Favorável
18. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	Favorável
19. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Favorável
20. Jacques de Novion	ADUNB	Favorável
21. João Chaves	ADUNESP	Favorável
22. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	Contrário

23. Katya Picanço	SINDUTFPR	Favorável
24. Lelica Lacerda	ADUFMAT	Favorável
25. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	Favorável
26. Luiz Augusto Mazzarolo	SESDUFT	Favorável
27. Marcelo Pereira Fernandes	ADUR	Abstenção
28. Marcos Antônio da Silva Pedroso	ADUFS SERIPE	Favorável
29. Maria Jaqueline de G. M. Araújo	ADUFSJ	Favorável
30. Maria Raquel Garcia Veja	SESDUENF-ADUENF	Favorável
31. Marília Gonçalves Dal Bello	SINDUNESPAR	Favorável
32. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE	Favorável
33. Patricia Sposito Mechi	SESUNILA	Favorável
34. Paulo Cesar Centoducatte	ADUNICAMP	Favorável
35. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	Favorável
36. Paulo Vieira Neto	APUFPR-SSIND	Favorável
37. Rivânia Moura	DIRETORIA ANDES-SN	Favorável
38. Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR	Favorável
39. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Favorável
40. Soraya Adorno	ADUSB	Contrário
41. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Favorável
42. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	Favorável

2ª PRORROGAÇÃO DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

03/04/2021

NOME COMPLETO:	SEÇÃO SINDICAL:	QUAL O SEU VOTO?
1. Alexandre Bergamin Vieira	ADUFDOURADOS	Favorável
2. Aline de Menezes Bregonci	ADUFES	Contrário
3. Arturo Samana	ADUSC	Favorável
4. Augusto Santiago Cerqueira	APES	Favorável
5. Bartolomeu Rodrigues Mendonça	APRUMA	Abstenção
6. Cesar Beras	SESUNIPAMPA	Favorável
7. Daniel Augusto Pereira	ADUFLA	Contrário
8. Dario de Sousa e Silva Filho	ASDUERJ	Favorável
9. Domingos Sávio da Cunha Garcia	ADUNEMAT	Favorável
10. Edivania Santos Alves	ADUFPA	Favorável
11. Emerson Duarte Monte	SINDUEPA	Favorável
12. Fabio Venturini	ADUNIFESP	Contrário
13. Fernando José de Paula Cunha	ADUFPB	Contrário
14. Gilberto Calil	ADUNIOESTE	Favorável
15. Gilberto Correia da Silva	APUG	Favorável
16. Helga Maria Martins de Paula	ADCAJ	Favorável
17. Humberto Issao Sueyoshi	ADUFAC	Favorável
18. Jacques de Novion	ADUNB	Contrário
19. João Chaves	ADUNESP	Favorável
20. José Roberto Rodrigues de Oliveira	ADUFMS	Contrário
21. Katya Picanço	SINDUTFPR	Contrário
22. Lélica Lacerda	ADUFMAT	Favorável
23. Lucas da Silva Castro	SINDUFAPE	Favorável

24. Maria Raquel Garcia veja	SESDUENF-ADUENF	Favorável
25. Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	ADUFERPE	Favorável
26. Patricia Batista Barra	ADUERN	Favorável
27. Patricia Sposito Mechi	SESUNILA	Favorável
28. Paulo Cesar Centoducatte	ADUNICAMP	Contrário
29. Paulo Marcelo Cambraia da Costa	SINDUFAP	Favorável
30. Paulo Vieira Neto	APUFPR SSIND	Favorável
31. Rivânia Moura	DIRETORIA ANDES-SN	Favorável
32. Roberto Câmara de Araújo	SESDUF-RR	Favorável
33. Rosângela Assunção	ADCESP	Contrário
34. Sidiney Ruocco Junior	ADUFU-SS	Contrário
35. Soraya Adorno	ADUSB	Favorável
36. Tarcila Mantovan Atolini	ADUFVJM	Favorável
37. Virginia Marcia Assunção Viana	SINDUECE	Favorável

14M - 3 ANOS SEM

MARIELLE

AINDA EXIGIMOS RESPOSTAS!



Arts: Angel Holanda

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

CADERNO DE TEXTOS

11º CONAD EXTRAORDINÁRIO do ANDES-Sindicato Nacional

TEMA CENTRAL: Em defesa da vida, dos serviços públicos e da democracia e autonomia do ANDES-SN

On-line, 27 de março e 3 de abril de 2021

**ANDES
SINDICATO
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Gestão 2020/2022

Presidenta: Rivânia Lucia Moura de Assis

Secretária-Geral: Maria Regina de Avila Moreira

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretora responsável por Imprensa e Divulgação: Francieli Rebelatto

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

Apresentação	11
Proposta de Cronograma e Pauta do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO	13
Proposta de Regimento do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO	14
Formulário para Apresentação de Moção	22
TEMA I – CONJUNTURA	
Texto 1 – Conjuntura – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	25
Texto 2 – Novo normal coisa nenhuma, vamos à luta! – <i>Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPb); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCEG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Elza Dely Veloso Macedo (ADUFF); Epitácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenia Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUNIFAP); Gean Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Olgaíses Maués (ADUFPA); Paulo Afonso (SEUDF-RR); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPb); Rinaldo Martins (SINDUFAP); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Sâmela Ramos da Silva (SINDUFAP); Sandra Alessi (APUFPR); Sandra Buenafuente (SESDUF-RR); Savana Diniz (APUBH); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).</i>	42
Texto 3 – Docente: Qual é a parte que nos cabe nesta conjuntura? – <i>Alberto Handfas (ADUNIFESP), Ari de Souza Loureiro (ADUFPA), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Zulke Taffarel (APUB-UFBA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUNB), David Romão Teixeira (APUR), Domingos Savio da Cunha Garcia (ADUNEMAT), Eliene Novaes Rocha (ADUNB), Erika Suruagy (ADUFERPE), Eunice Léa de Moraes (ADUFPA), Fábio Tadeu de Melo Pessôa (SINDUNIFESSPA), Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane da Silva Mota (ADUFPA), Leni Hack (ADUNEMAT), Jairo de Jesus Nascimento da Silva (SINDUEPA), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Itabirici de Souza e Silva Junior (ADUFRA), José Roberto</i>	52

<p>Rodrigues de Oliveira (ADUFMS), Juliano Pamplona Ximenes Ponte (ADUFPA), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Carlotto (ADUFABC), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Marize Carvalho (APUB-UFBA), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUNB), Míriam Cristiane Alves (ADUFFPel), Paulo Opuska (APUFPR), Pedro Silva (SINDUECE), Pere Petit Penarrocha (ADUFPA), Rafael Estrela Canto (ADUFPA), Rejane Candado (ADUFMS), Venize Rodrigues (SINDUEPA).</p>	
<p>Texto 4 – Mobilizar a base e reunir forças:na defesa da universidade, dos serviços e dos servidores públicos – Adriana Machado Penna (ADUFF-SSind.); Agatha Justen Gonçalves Ribeiro (ADUFF-SSind.); Airton Paula Souza (ADUFS-SSind.); Alair Silveira (ADUFMAT-SSind.); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCefet/MG-SSind.); Angelica Lovatto (ADUNESP-SSind.); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP-SSind.); Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-SSind.); Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS-SSind.); Bráulio Silva Chaves (SINDCefet/MG-SSind.); Catharina Marinho Meireles (ADUFF-SSind.); Célia Regina Otranto (ADURRJ-SSind.); Claudio Roberto Marques Gurgel (ADUFF-SSind.); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP-SSind.); Dilenio Dustan (APES-JF); Elizandra Garcia da Silva (ADUFF-SSind.); Elyson Ádan Nunes Carvalho (ADUFS-SSind.); Fábila Barboza Heluy Caram (SINDCefet/MG-SSind.); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP-SSind.); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP-SSind.); Francisco Mauri de Carvalho Freitas (ADUFES-SSind.); Francisco Vitória (ADUFFPel-SSind.); Igor Mota Morici (SINDCefet/MG-SSind.); Ivan Neves (ADUFPA-SSIND.); Jacira Maria Machado de Oliveira (ADUFF-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP-SSind.); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT-SSind.); José Jailton Marques (ADUFS-SSind.); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ-SSind.); Júlio Carlos Figueiredo (ADUFF-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ-SSind.); Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS-SSind.); Marluce Silva (ADUFMAT-SSind.); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP-SSind.); Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS-SSind.); Onice Teresinha Dall’Oglio (ADUFMAT-SSind.); Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF-SSind.); Roberto Alves Simões (ADUFF-SSind.); Rondnelly Diniz Leite (SINDCefet/MG-SSind.); Samuel França Alves (SINDCefet/MG-SSind.); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP-SSind.); Vera Aguiar Cotrim (SINDCefet/MG-SSind.); Waldyr Lins de Castro (ADUFF-SSind.); Wilma Lucia Rodrigues Pessôa (ADUFF-SSind.); Wilton Walter Batista (ADUFS-SSind.).</p>	58
<p>Texto 5 – Cessar o genocídio! Lockdown, vacina para todos e auxílio emergencial já! Fora Bolsonaro e Mourão! – Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Viviana Mônica Vermes (ADUFES), Gelta Xavier (ADUFF), Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE), Helio Cabral (ADUFERPE), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Adriana Santos (SEDUF-RR), Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Antonio Luis da Silva Sousa (SINDIFPI), Aritana Dutra (SINDIFPI), Egmar Souza (SINDIFPI), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Antonio Rodrigues Belon (ADUFMS), Tarcisio Luiz Pereira (ADUFMS), Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS), Armando Tafner (ADUFMAT), Cláudia Durans (APRUMA), Roberto Santos Ramos (APRUMA), Rosana Éleres Figueiredo (APRUMA), Welbsson do Vale Madeira (APRUMA), Daniela Batista Santos (ADUNEB), Sinoélia Silva Pessoa (ADUNEB), Douglas Bezerra (ADUFPI), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Gihad Mohamad (SEDUFMS), José Carlos Gilli (SEDUFMS), Maristela da Silva Souza (SEDUFMS), Helvio Alexandre Mariano (ADUNICENTRO), Irenilda dos Santos (ADUFMAT), Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), José Vitorio Zago (ADUNICAMP), Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE), Marco Escher (APES-JF), Raimundo Wanderley Padilha (ADUNIFESSPA), Simone Contente (SINDUNIFESSPA), Romildo Raposo (ADUFPB), Sandra Moreira (ADUFPA), Tamara Cardoso André (ADUNIOESTE).</p>	67

<p>Texto 6 – 40 Anos de unidade, solidariedade e luta! Em defesa dos direitos e das liberdades democráticas! Fora Bolsonaro, Mourão e Guedes! Vacinação para todas e todos pelo SUS! – Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Ana Clara Magalhães (ADUFAL), Ana Cristina Albuquerque (ADUEL), Ana Karen de Oliveira Souza (ADUFS-BA), Anderson Deo (ADUNESP), André Rosa Martins (SINDOIF-RS), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM), Antonio Carlos Mazzeo (ADUNESP), Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFS-BA), Benedito Carlos Libório Caires Araújo (ADUFES), Bianca Novaes de Mello (ADUFF) , Bruno Pizzi (ADUFDourados), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Camila Leite Oliver (ADUNEB), Carla Daniel Sartor (ADUNIRIO), Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF), Célia Regina da Silva (ADUEMG), César Maranhão (ADUFRJ), Cleide de Lima Chaves (ADUSB), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristiano Ferraz (ADUNEB), David Albuquerque de Menezes (SINDUECE), Douglas Ribeiro Barboza (ADUFF), Eduardo Serra (ADUFRJ), Elizabeth Sara Lewis (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB), Fabio Bezerra (SINDCEFET-MG), Fernando Medeiros (ADUFAL), Fernando Santos (ADCAJ), Filipe Boechat (ADUFRJ), Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL), Giselle Modé Magalhães (ADUFSCAR), Guilherme Dornelas Camara (ANDES/UFGRS), Gustavo Miranda (APROFURG), Hélio Messeder Neto (APUB/ UFBA), Herli de Menezes (ADUFRJ), Hilbeth Parente Azikri de Deus (SINDUTF-PR), Hilusca Alves Leite (SESDUEM), Hugo Leonardo Fonseca da Silva (ADUFG), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Ivna Nunes (ADUFMAT), Jamesson Buarque de Souza (ADUFG), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jefferson Rodrigues Barbosa (ADUNESP), José Alex Soares Santos (SINDUECE), Juliana Bohnen Guimarães (ADUEMG), Kate Lane Costa de Paiva (ADUFF), Kathiúça Bertollo (ADUFOP), Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões (ADUFLA), Leandro Cristino Pereira (SINDCEFET-MG), Leonardo Andrada (APESJF), Leonardo Santos (ADUFMAT), Leonardo Segura Moraes (ADUFU), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Luciano Rodrigues de Souza Coutinho (ADUFRJ), Luis Acosta (ADUFRJ), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (ADUFAC), Marcelo "Russo" Ferreira (ADUFPA), Márcia Lemos (ADUSB), Márcio Magalhães da Silva (ADUFLA), Marcos Antonio da Silva Pedroso (ADUFS), Marcos Botelho (ADUFRJ), Mauro Iasi (ADUFRJ), Maurício Alves da Silva (SESDUFT), Michael Melo Bocádio (SINDUECE), Moisés Lobão (ADUFAC), Osvaldo Maciel (ADUFAL), Pablo Bielschowsky (ADUR-RJ), Paulo Roberto Felix dos Santos (ADUFS), Qelli Rocha (ADUFMAT), Rafael Vieira Teixeira (ADUFES), Renato Domingues Fialho Martins (ADCEFET-RJ), Roberto Silva de Oliveira (ADUSB), Rodrigo Bichoff (SESDUEM), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO), Rogério Giuliano (SESUNILA), Rubens Ragone (APESJF), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Sócrates Oliveira Menezes (ADUSB), Sofia Manzano (ADUSB), Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM), Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM), Túlio Lopes (ADUEMG), Vanessa Batista de Andrade (ADUNIOESTE), Victor Neves de Souza (ADUFES), Vinícius Correia Santos (ADUSB), Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Wellington Augusto Silva (ADUR-RJ) e Wladimir Nunes Pinheiro (ADUFPB).</p>	88
TEMA II – REALIZAÇÃO DO CONGRESSO DO ANDES-SN	
<p>Texto 7 – Congresso do ANDES-SN – <i>Diretoria do ANDES-SN</i></p>	89
<p>Texto 8 – Realizar um Congresso excepcional para uma situação excepcional – <i>Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE-SSind); Adriana Machado Penna (ADUFF-SSind.); Adriana Santos (Sesduf-RR); Agatha Justen Gonçalves Ribeiro (ADUFF-SSind.); Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Airton Paula Souza (ADUFS-SSind.); Alair Silveira (ADUFMAT-SSind.); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPb-SSind.); Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCefet/MG); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP);</i></p>	92

Angelica Lovatto (ADUNESP-SSind.); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP-SSind.); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCG-SSind.); Antônio José Mahye Nunes (ADURRJ-SSind.); Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-SSind.); Antonio Luis da Silva Sousa (SINDIFPI); Antonio Rodrigues Belon (ADUFMS-SSind.); Aritana Dutra (Sindifpi); Armando Tafner (ADUFMAT-SSind.); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFFPel-SSind.); Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS-SSind.); Bráulio Silva Chaves (SINDCefet/MG); Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR); Cássio Alves (APUFPR-SSind.); Catharina Marinho Meireles (ADUFF-SSind.); Celeste Pereira (ADUFFPel-SSind.); Célia Regina Otranto (ADURRJ-SSind.); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES-SSind.); Cláudia Durans (APRUMA-SSind.); Claudia March (ADUFF-SSind.); Claudio Roberto Marques Gurgel (ADUFF-SSind.); Daniela Batista Santos (ADUNEB-SSind.); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP-SSind.); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Duglas Bezerra (ADUFPI-SSind.); Egmar Souza (SINDIFPI); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ-SSind.); Elizandra Garcia da Silva (ADUFF-SSind.); Elyson Ádan Nunes Carvalho (ADUFS-SSind.); Elza Dely Veloso Macedo (ADUFF-SSind.); Epitácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenias Sobral do Vale (SINDUECE.); Fábria Barboza Heluy Caram (SINDCefet/MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP-SSind.); Fabiola Kato (ADUFPA-SSind.); Fausto Camargo Júnior (SINDCefet/MG); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP-SSind.); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE.); Francisco Mauri de Carvalho Freitas (ADUFES-SSind.); Francisco Santiago (SINDUNIFAP); Francisco Vitória (ADUFFPel-SSind.); Gean Santana (ADUFS-BA-SSind.); Gelta Xavier (ADUFF-SSind.); Geraldo Carvalho (ADUFPI-SSind.); Gihad Mohamad (SEDUFMS); Helio Cabral (ADUFERPE-SSind.); Helvio Alexandre Mariano (ADUNICENTRO-SSind.); Henrique A. F. Mendonça (ADUFFPel-SSind.); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR-SSind.); Igor Mota Morici (SINDCefet/MG); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Irenilda a dos Santos (ADUFMAT-SSind.); Ivan Neves (ADUFPA-SSIND.); Jacira Maria Machado de Oliveira (ADUFF-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP-SSind.); José Carlos Gilli (Sedufsm); José Carlos Marques Volcato (ADUFFPel-SSind.); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT-SSind.); José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.); José Jailton Marques (ADUFS-SSind.); José Raphael Bokehi (ADUFF-SSind.); José Vitorio Zago (ADUNICAMP-SSind.); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ-SSind.); Juliana Iglesias Melim (ADUFES-SSind.); Júlio Carlos Figueiredo (ADUFF-SSind.); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP-SSind.); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ-SSind.); Levy Paes Barreto (ADUFERPE-SSind.); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ-SSind.); Luís Silva (SINDIFPI); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE-SSind.); Luiz Henrique Schuch (ADUFFPel-SSind.); Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE-SSind.); Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS-SSind.); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ--SSind.); Marco Escher (APES-JF-SSind.); Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI); Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho (ADUR-RJ-SSind.); Maria da Conceição Cabral (ADUFPA-SSind.); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA-SSind.); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS-SSind.); Maria Suely Soares (APUFPR-SSind.); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA-SSind.); Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT-SSind.); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ-SSind.); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR-SSind.); Maristela da Silva Souza (SEDUFMS); Marluce Silva (ADUFMAT-SSind.); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ-SSind.); Milena Martinez (APUFPR-SSind.); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP-SSind.); Olgaíses Maués (ADUFPA-SSind.); Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS-SSind.); Onice Teresinha Dall'Oglio (ADUFMAT-SSind.); Paulo Afonso (SESDUF-RR); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF-SSind.); Raimundo Wanderley Padilha (SINDUNIFESPA); Raphael Góes Furtado

<p>(ADUFES-SSind); Raquel Angela Speck (APUFPR-SSind.); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFpb-SSind.); Roberto Alves Simões (ADUFF-SSind.); Roberto Santos Ramos (APRUMA-SSind.); Romildo Castro (ADUFPI-SSind.); Romildo Raposo (ADUFpb-SSind.); Rondnelly Diniz Leite (SINDCefet/MG); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA-SSind.); Rosângela Assunção (ADCESP-SSind.); Samuel França Alves (SINDCefet/MG); Sandra Alessi (APUFPR-SSind.); Sandra Buenafuente (SESDUF-RR); Sandra Moreira (ADUFPA-SSind.); Savana Diniz (APUBH-SSind.); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Simone Contente (SINDUNIFESPA); Sinoélia Silva Pessoa (ADUNEB-SSind.); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP-SSind.); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Tamara Cardoso André (ADUNIOESTE-SSind.); Tarcísio Luiz Pereira (ADUFMS-SSind.); Valdeci Luiz Fontoura dos Santos. (ADUFMS-SSind.); Vera Aguiar Cotrim (SINDCefet/MG-SSind.); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA-SSind.); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR-SSind.); Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS-SSind.); Viviana Mônica Vermes (ADUFES-SSind.); Waldir Bertúlio (ADUFMAT-SSind.); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA-SSind.); Waldyr Lins de Castro (ADUFF-SSind.); Welbsson do Vale Madeira (APRUMA-SSind.); Wilma Lucia Rodrigues Pessôa (ADUFF-SSind.); Wilton Walter Batista (ADUFS-SSind.); Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).</p>	
TEMA III - PLANOS DE LUTAS DOS SETORES	
Texto 9 – Planos de Lutas dos Setores – Diretoria do ANDES-SN	98
<p>Texto 10 – Intervenção nas instituições públicas federais do Brasil: Só com luta nacional poderá ser restabelecida a democracia – Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFpb); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUF CG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Elza Dely Veloso Macedo (ADUFF); Epitácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenias Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUNIFAP); Gean Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Suelly Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Olgaíses Maués (ADUFPA); Paulo Afonso (SESDUF-RR); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFpb); Rinaldo Martins (SINDUFAP); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Sâmela Ramos da Silva (SINDUFAP); Sandra Alessi (APUFPR); Sandra Buenafuente (SESDUF-RR); Savana Diniz (APUBH); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA); Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).</p>	111

<p>Texto 11 – A urgência da luta contra a reforma administrativa e o desmonte das IFES – <i>Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPB); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCEG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Elza Dely Veloso Macedo (ADUFF); Eptácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenias Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUNIFAP); Gean Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); Maria Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Olgaíses Maués (ADUFPA); Paulo Afonso (SEDUF-RR); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Rinaldo Martins (SINDUFAP); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Sâmela Ramos da Silva (SINDUFAP); Sandra Alessi (APUFPR); Sandra Buenafuente (SESDUF-RR); Savana Diniz (APUBH); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).</i></p>	117
<p>Texto 12 – Diretrizes para “Plano Sanitário e Educacional” – <i>Diretorias da Adunesp, da Adunicamp e da Adusp</i></p>	123
<p>Texto 13 – Construção da unidade já! Pelas reivindicações que nos unificam! Como o Sindicato Nacional dos e das docentes pode construir para unificar a luta pela vacinação já para todos pelo SUS com testagem em massa, quebra das patentes, auxílio emergência e, pelo fim do governo Bolsonaro? – <i>Alberto Handfas (ADUNIFESP), Ari de Souza Loureiro (ADUFPA), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Zulke Taffarel (APUB-UFBA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUNB), David Romão Teixeira (APUR), Domingos Savio da Cunha Garcia (ADUNEMAT), Eliene Novaes Rocha (ADUNB), Erika Suruagy (ADUFERPE), Eunice Léa de Moraes (ADUFPA), Fábio Tadeu de Melo Pessôa (SINDUNIFESSPA), Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczyszyn (ADUNICENTRO), Giovane da Silva Mota (ADUFPA), Jairo de Jesus Nascimento da Silva (SINDUEPA), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Itabirici de Souza e Silva Junior (ADUFRA), José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS), Juliano Pamplona Ximenes Ponte (ADUFPA), Leni Hack (ADUNEMAT), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Carlotta (ADUFABC), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Marize Carvalho (APUB-UFBA), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUNB), Míriam Cristiane Alves (ADUFPEL), Paulo Opuska (APUFPR), Pedro Silva (SINDUECE), Pere</i></p>	127

<i>Petit Penarrocha (ADUFPA), Rafael Estrela Canto (ADUFPA), Rejane Candado (ADUFMS), Venize Rodrigues (SINDUEPA).</i>	
Lista de Siglas	133
Legislação Citada nos Textos da Diretoria do ANDES-SN	134

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II – REALIZAÇÃO DO CONGRESSO DO ANDES-SN	
TR 7 – Congresso do ANDES-SN	91
TR 8 – Realizar um Congresso excepcional para uma situação excepcional	95
TEMA III - PLANOS DE LUTAS DOS SETORES	
TR 9 – Planos de Lutas dos Setores	106
TR 10 – Intervenção nas instituições públicas federais do Brasil: Só com luta nacional poderá ser restabelecida a democracia	116
TR 11 – A urgência da luta contra a reforma administrativa e o desmonte das IFES	121
TR 12 – Diretrizes para “Plano Sanitário e Educacional”	125
TR 13 – Construção da unidade já! Pelas reivindicações que nos unificam! Como o Sindicato Nacional dos e das docentes pode construir para unificar a luta pela vacinação já para todos pelo SUS com testagem em massa, quebra das patentes, auxílio emergência e, pelo fim do governo Bolsonaro?	131

APRESENTAÇÃO

A pandemia do novo coronavírus instaurada desde março de 2020 alcança um dos momentos mais críticos no Brasil. A combinação das consequências impostas pela ordem do capital, com um governo profascista, que além de negar a ciência atua para a propagação da doença promove uma catástrofe que já ceifou a vida de 272.889 pessoas.

Não há planejamento para que o plano de imunização se efetive e a aquisição de vacinas é insuficiente. O retorno da renda emergencial digna para garantir a sobrevivência e a possibilidade, de fato, para um *lockdown* nacional está submetido pelo governo e seus aliados a um ajuste fiscal que congelará os salários do(a)s servidore(a)s público(a)s por 15 anos, além de muitos outros ataques aos serviços públicos com a aprovação da PEC 186 e também com a tramitação da PEC 32/20 (Reforma Administrativa). É nesse contexto, de acirramento da crise e de profundas contradições, que os movimentos sociais e as entidades sindicais são desafiados a resistir.

No âmbito do Ensino Superior a maioria das atividades presenciais foi suspensa, sob a pressão para aceitarmos um “novo normal” com o Ensino Remoto Emergencial, que avança no projeto do capital para uma educação mercantilizada e rebaixada, na qual a precarização das condições de trabalho é parte constituinte do processo. Para o(a)s trabalhadore(a)s da educação tem significado a total desconfiguração do projeto de educação voltado para uma formação de qualidade, crítica e libertária. A precarização do trabalho e o adoecimento entre o(a)s docentes é uma consequência concreta. Aliado a esse cenário e à redução de orçamento para a educação pública vivemos ainda um profundo ataque à autonomia e às liberdades democráticas com perseguições políticas a professore(a)s, estudantes e técnico(a)s-administrativo(a)s numa perspectiva de silenciamento das vozes que questionam as ações do governo federal contra a vida e contra todos os direitos sociais constituídos em nosso país.

O ANDES-SN desde março de 2020 vem atuando para garantir suas ações majoritariamente de forma virtual, o que excepcionalmente impôs a realização de eleições para a Diretoria Nacional de forma telepresencial, a realização de CONAD Extraordinários, reuniões setoriais e de Grupos de Trabalho também virtuais, com o objetivo de garantir a manutenção unitária das lutas e assegurar o funcionamento democrático e aguerrido de nossa entidade. Ainda assim, os limites e dificuldades dessa conjuntura estão colocados na ordem do dia para o Sindicato.

É com essa avaliação que a Diretoria Nacional convoca o 11º CONAD Extraordinário. Está em pauta a deliberação sobre o funcionamento do nosso Sindicato Nacional a partir do princípio da democracia, da participação pela base numa situação absolutamente excepcional e, portanto, que

articule a preservação das instâncias deliberativas sem apontar um “novo normal” que afete ou desqualifique a construção histórica do ANDES-SN e que não seja uma transposição do funcionamento presencial para o virtual.

Um CONAD Extraordinário que aponte um plano de lutas, alimentado pela análise de conjuntura, que nos fortaleça na resistência às ofensivas do capital e a um governo genocida, criminoso. A classe trabalhadora é chamada a construir a unificação das pautas que salvaguardem a vida das pessoas e faça o enfrentamento na altura dos ataques. É árdua a tarefa, mas sabemos que o ANDES-SN tem o acúmulo histórico e a disposição para a luta que a conjuntura exige. Que façamos o debate aguerrido, fraterno e solidário! Até lá!

**Diretoria Nacional do ANDES-SN
Gestão 2020-2022**

PROPOSTA DE CRONOGRAMA* E PAUTA DO 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO

On-line, 27 de março e 3 de abril de 2021

**Tema Central: EM DEFESA DA VIDA, DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DA DEMOCRACIA E
AUTONOMIA DO ANDES-SN**

27 de março (sábado)	3 de abril (sábado)
8h às 9h - Acesso a sala <i>virtual</i> 9h às 10h Plenária de Abertura 10h às 12h Plenária de Instalação ✓ Aprovação do Regimento ✓ Aprovação do Cronograma e Pauta	8h30 às 9h – Acesso a sala <i>virtual</i> 9h às 12h Plenária do Tema III
12h às 13h – Almoço 13h às 15h Plenária do Tema I 15h30 às 18h30 Plenária do Tema II	12h às 14h – Almoço 14h às 16h Plenária do Tema III 16h às 17h Plenária de Encerramento

***Todos os horários referentes ao cronograma acompanham o horário de Brasília.**

TEMÁRIO:

Tema I – Conjuntura

Tema II – Realização do Congresso do ANDES-SN

Tema III – Planos de Lutas dos Setores

**PROPOSTA DE REGIMENTO DO 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO
DO ANDES-SINDICATO NACIONAL**

Capítulo I

Do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO

Art. 1º O 11º CONSELHO EXTRAORDINÁRIO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD), previsto nos Art. 13, inciso II, e Art. 26, inciso II, do Estatuto do Sindicato, convocado pela Diretoria, conforme Art. 30, inciso XII, reunir-se-á no dias 27 de março e 03 de abril de 2021, com um interregno de sete dias corridos entre as datas dos Temas I e II e a data do Tema III, via plataforma virtual, com base nas Leis nº. 14.010, 10 de junho de 2020, Art. 5º, e nº. 14.030/2020, de 28 de julho de 2020, Art. 7º e no entendimento firmado pela Assessoria Jurídica Nacional – AJN do ANDES-SN, quanto à prorrogação tácita do expediente normativo, em razão da manutenção de gravidade do estado sanitário decorrente da pandemia de coronavírus.

Art. 2º O 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme os artigos 22 e 24 do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 3º O 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades, aprovados pela plenária na sua instalação, de acordo com o disposto no Art. 27 e parágrafos, do Estatuto do ANDES-SN.

Capítulo II
Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO:

I - deliberar sobre a realização do Congresso do ANDES-SN, nos termos dos artigos 18 e 23 do Estatuto do ANDES-SN.

II - atualizar o plano de lutas dos setores das IFES e IEES/IMES aprovado no 39º Congresso do ANDES-SN e no 9º CONAD Extraordinário do ANDES-SN.

Capítulo III
Do(a)s Participantes

Art. 5º São participantes do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO:

I - um(a) delegado(a) de cada S.SIND, escolhido(a) na forma deliberada por sua assembleia geral (Art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II - um(a) delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s, via secretaria regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

III – um(a) delegado(a) representativo(a) do(a)s sindicalizado(a)s, nos termos do Art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

IV – a(o) presidente do ANDES-SN com direito a voz e a voto;

V – até dois observadore(a)s de base da S.SIND e do(a)s sindicalizado(a)s diretamente nas Secretarias Regionais, com direito a voz;

VI - os demais membros em exercício da diretoria (Estatuto, Art. 32, incisos I, II, III e IV), excetuado(a)s aquele(a)s cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art. 32, inciso V), com direito a voz;

VII - os membros da Comissão Diretora, com direito a voz;

VIII - o(a)s convidado(a)s pela Comissão Diretora, devidamente credenciado(a)s como tal, com direito a voz.

IX - a representação da Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN, com direito a voz;

X - a assessoria de comunicação nacional do ANDES-SN para cobertura do evento e repasse para as seções sindicais.

Parágrafo único - Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez durante a realização do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à Comissão Diretora;

b) o(a)s suplentes de delegado(a)s, indicado(a)s para tal pelas assembleias gerais das S.Sind, devem estar credenciado(a)s como observadore(a)s;

c) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

d) considerando a realização do 11º CONAD Extraordinário em dias equidistantes entre si, caso a seção sindical opte por substituir o(a) delegado(a) participante das discussões dos Temas I e II quando da realização das discussões do Tema III, somente poderá fazê-lo observando-se o mesmo critério, qual seja, por observador(a), o(a) qual conste seu nome e sua condição de suplente, obrigatoriamente, da ata da assembleia, ou do documento encaminhado pela diretoria da seção sindical, **que tenha recebido delegação da AG para tal.**

Art. 6º A(O) presidente(a) do ANDES-SN preside o 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 7º A confirmação do credenciamento de delegado(a)s, observadores(a)s e convidado(a)s do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO será realizada na sala virtual das 8h (oito horas) às 9h30 (nove horas e trinta minutos) do dia 27 de março de 2021, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§1º O Credenciamento é **prévio e digital**. O ANDES-SN, empenhado em implementar uma metodologia mais eficiente de inscrição em seus eventos nacionais, reafirma a importância do credenciamento prévio como elemento facilitador do processo e ressalta que o mesmo deverá ser feito pelas seções sindicais no **site <http://credenciamento.andes.org.br>**.

§2º Para o 11º CONAD Extraordinário, fica estabelecido o período de **08 de fevereiro até 25 de março de 2021** para o envio da documentação regimental para inscrição de delegada(o), observadora(e)s e observadora(e)s suplentes da(o) delegada(o), exclusivamente por meio do site indicado.

§3º Não haverá recebimento da documentação necessária ao credenciamento por e-mail e nem no dia do 11º CONAD Extraordinário.

§4º Cada Seção Sindical do ANDES-SN deverá cadastrar um login (e-mail institucional) e uma senha para acesso ao sistema de credenciamento.

§5º Cada delegado(a) e observador(a) inscrito(a) irá receber uma senha, via correio eletrônico, orientando o acesso à sala virtual do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO.

§6º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata ou extrato de ata que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.SIND justificando a situação.

§7º Cada S.SIND terá direito a até 02 (dois/duas) observadore(a)s.

§8º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam o(a)s demais delegado(a)s e observadore(a)s de qualquer S.SIND ou secretaria regional, mediante requerimento à Comissão Diretora.

§9º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá deliberar sobre eles até o seu final.

Capítulo V Do Funcionamento

Seção I Dos Órgãos

Art. 8º São órgãos do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO:

I - Comissão Diretora;

II - Plenárias;

III- Comissão de Enfrentamento ao Assédio.

Parágrafo único - A Comissão de Enfrentamento ao Assédio será criada na plenária de instalação do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO.

Seção II Da Comissão Diretora

Art. 9º. A Comissão Diretora do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO é composta pela Diretoria do ANDES-SN.

Art. 10. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se pelo credenciamento do(a)s participantes;

II - efetivar a substituição de delegado(a)s, de acordo com o disposto no art. 5º, parágrafo único, alínea “c”, deste Regimento;

III - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por diretores(a)s do ANDES-SN;

IV - prover os meios técnicos necessários para realização do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO na modalidade eletrônica.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso à plenária subsequente.

Seção III Das Plenárias

Art. 11. As plenárias são compostas por:

I – delegado(a)s de S.SIND. ou secretaria regional, devidamente credenciado(a)s, e pela(o) presidente do ANDES-SN, todo(a)s com direito a voz e a voto;

II - observadore(a)s de S.SIND. ou secretaria regional, devidamente credenciado(a)s, com direito a voz;

III - membros da Comissão Diretora do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, com direito a voz;

IV - convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s, a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

Art. 12. As plenárias do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO serão dirigidas por mesas coordenadoras cada qual composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º(a) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º(a) secretário(a).

§ 1º A Comissão Diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, o(a)s componentes da mesa coordenadora de cada plenária.

§ 2º A plenária poderá, com base no encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos.

Art. 13. Compete à(o) presidente da mesa coordenadora:

I - preparar, com o(a) 1º(a) secretário(a), a ordem dos trabalhos da plenária;

II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

Art. 14. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 15. Compete ao(à) 1º(a) secretário(a):

I - preparar, com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária;

II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

Parágrafo único. No caso das plenárias de instalação e de encerramento, caberá ao 1º (à 1ª) secretário(a) a elaboração e acompanhamento do protocolo/registro de cada sessão.

Art. 16. Compete ao(à) 2º(a) secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º(a) secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 72 (setenta e duas) horas após o efetivo encerramento do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

Art. 17. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

Dia 27/03/2021:

- I - Plenária de abertura: 1 (uma) hora;
- II - Plenária de instalação: 2 (duas) horas;
- III - Plenária do Tema I: 2 (duas) horas;
- IV - Plenária do Tema II: 3 (três) horas;

Dia 03/04/2021:

- V - Plenária Tema III: 5 (cinco) horas;
- VI - Plenária de encerramento: 1 (uma) hora.

§ 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo - consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela plenária de encerramento.

§ 2º Compete à plenária de instalação:

- I - aprovar o Regimento e o Cronograma do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO;
- II- deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO;

§ 3º Compete às plenária dos temas II e III discutir o Plano de Lutas dos Setores apresentados ao 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, nos termos deste Regimento.

§ 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 5º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério da plenária até, no máximo, às 23h59 do dia 03 de abril de 2021.

Art. 18. A verificação do *quórum*, no início das plenárias do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, será feita exclusivamente pelo registro em formulário próprio enviado no *CHAT* da sala virtual, a ser preenchido pelo(a) delegado(a) da S. SIND ou secretaria regional.

Parágrafo único. A verificação de *quórum*, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegado(a)s, por meio da ferramenta “Enquete” do aplicativo Zoom.

Art. 19. Todas as plenárias serão gravadas pela Comissão Diretora, não sendo permitida a gravação pelo(a)s participantes do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO nem do todo e nem de parte do evento para divulgação.

Art. 20. Em virtude da excepcionalidade de realização do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO por meio eletrônico, buscando assegurar a identificação do(a)s participantes e a segurança do voto serão observadas as seguintes regras de funcionamento durante as plenárias:

§ 1º Cada participante do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, presente na sala virtual, deverá manter seu microfone e câmera desligados, ativando ambos somente no momento da intervenção.

§ 2º No caso do(a) inscrito(a), no momento de sua fala, perder a conexão ou por outro motivo não conseguir realizar a intervenção, imediatamente a mesa diretora passará para o(a) inscrito(a) seguinte. Tão logo seja possível a fala do(a) inscrito(a) que não exerceu seu direito, lhe será novamente concedido o direito à intervenção. Caso o tema já tenha se encerrado o(a) inscrito(a) perderá o direito à intervenção.

§ 3º O(A)s participantes das plenárias só devem escrever no *CHAT* para esclarecimento, questão de ordem, não sendo permitido escrever propostas, posições políticas, questionamentos a outros membros, informações, provocações ou outros comentários.

§ 4º As propostas deverão ser apresentadas exclusivamente em formulário próprio, após solicitação prévia.

Seção IV

Da Comissão de Enfrentamento ao Assédio

Art. 21. A Comissão será formada na plenária de instalação sendo composta por três membros da Diretoria do ANDES-SN e por dois membros indicados entre o(a)s delegado(a)s e observadore(a)s do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, devendo a mesma ser composta por no mínimo 3/5 (três quintos) de pessoas do gênero feminino.

Art. 22. A Comissão de Enfrentamento ao Assédio tem como finalidade:

I – receber representações de assédio praticado contra participantes e colaboradores durante o período de realização do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO;

II – dar encaminhamento às representações recebidas no âmbito do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO.

Art. 23. Recebida a representação, a Comissão deve convidar o(a)s representante(s) e o(a)s representado(a)s para uma reunião de oitiva, separadamente, registrando seus depoimentos em relatório assinado pelas partes e pela Comissão.

Parágrafo único. O depoimento poderá ser gravado com a concordância do(a)s depoente(s).

Art. 24. A Comissão poderá, como encaminhamento para cada representação:

I – realizar orientações e intervenções educativas, separadamente, imediatamente após depoimento do(a)s representante(s) e do(a)s representado(a)s;

II – sugerir à Comissão Diretora a aplicação de sanções na forma do Estatuto do ANDES-SN;

III – Após a plenária de encerramento a Comissão enviará para a Diretoria do ANDES-SN um relatório com a descrição das representações, da apuração e dos encaminhamentos.

Capítulo V

Das Discussões e Votações

Art. 25. Quando uma proposição estiver em discussão nas sessões das Plenárias, a palavra será concedida a quem se inscrever exclusivamente via formulário próprio disponibilizado pelo CHAT, respeitada a ordem cronológica de **inscrições e paridade de gênero**.

Art. 26. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério da Plenária, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada neste Regimento, para o funcionamento da Plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º A plenária poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento dos blocos de discussão.

§ 3º Caso o número de inscrito(a)s seja superior ao número de falas compatível com o tempo disponível nas plenárias, para organizar os blocos de falas será realizado sorteio para definição da ordem de todo(a)s o(a)s inscrito(a)s via formulário próprio.

Art. 27. As discussões e as votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, via *formulário*, com identificação nominal de cada delegado(a) por SSIND ou secretaria regional, de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação da plenária.

§ 1º Na fase prevista no inciso II deste artigo, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e do(a)s inscrito(a)s pelo CHAT.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora da mesa.

Art. 28. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, para estas será garantido o tempo de 2 (dois) minutos improrrogáveis para cada solicitação, sendo essas apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§1º As inscrições para questão de ordem, encaminhamento e esclarecimento devem ser feitas no CHAT.

§ 2º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 3º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 29. As deliberações são adotadas por maioria simples do(a)s delegado(a)s presentes em cada sessão, observado o disposto no Art. 28 do Estatuto.

“Art. 28. O quórum mínimo para funcionamento das plenárias do CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) do(a)s delegado(a)s inscrito(a)s, e as deliberações serão tomadas por maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes a cada sessão.” (Estatuto do ANDES-SN).

Capítulo VII Das Disposições Gerais e Finais

Art. 30. As propostas de moções devem ser enviadas por e-mail à secretaria do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO (secretaria@andes.org.br), até às 14 (quatorze) horas do dia 1º de abril de 2021 (quinta-feira), em formulário próprio, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificado(a)s o(a)s proponentes e o(a)s destinatário(a)s, este(a)s último(a)s com endereço de e-mail especificado.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO; sendo, neste caso, participantes aquele(a)s estabelecido(a)s nos termos do art. 5º e incisos deste Regimento.

§ 2º A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO o teor das moções propostas, até às 9 (nove) horas do dia 03 de abril de 2021.

§ 3º A critério da plenária de encerramento podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início dessa plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à Comissão Diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

§ 4º As propostas de moções das quais não constem o fato motivador, os destinatários com os respectivos endereços eletrônicos e o título não serão recebidas para apreciação do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO.

§ 5º As propostas de moções cujos temas já tenham sido objeto de discussão nas instâncias do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO e que não foram aprovadas pelo plenário não serão acolhidas pelo CONAD.

Art. 31. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora da mesa.

Art 32. Caso seja identificada violação ou insegurança no funcionamento da sala deve ser informada imediatamente à mesa coordenadora para que possa tomar providências.

Art. 33. Nas Plenárias somente serão aceitas declarações de voto de delegado(a)s que se abster(em) no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas por escrito em formulário próprio.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação.

Art. 34. A Diretoria do ANDES-SN tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO, para divulgar o respectivo relatório final.

Art. 35. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso à plenária.

Art. 36. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 11º CONAD EXTRAORDINÁRIO.

Brasília(DF), 27 de março de 2021.

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s):

Seção Sindical:

Destinatário(a)(s):

Endereço(s) do(a)(s) destinatário(a)(s):

Cidade:

UF:

CEP:

E-mail:

Fato motivador da Moção:

MOÇÃO DE

O(A)s delegado(a)s presentes ao 11º CONAD Extraordinário do ANDES-SINDICATO NACIONAL, realizado *On-line*, nos dias 27 de março e 3 de abril de 2021, manifestam



Obra 'As mães' de Kathe Kollwitz, Alemanha. Técnica de Xilogravura, 1923.

KÄTHE KOLLWITZ foi desenhista, escultora e gravadora alemã, nasceu na pequena cidade de Königsberg, em 8 de julho de 1867. Käthe Kollwitz produziu muito em toda sua vida, sempre com foco nos oprimidos, nos famintos, nos injustiçados desenhando cartazes e fazendo ilustrações e xilogravuras denunciando as condições de trabalho, especialmente a situação de vida das mulheres. Desenhou para várias lutas sindicais, entre elas, para o Sindicato das Comunas da Grande Berlim, que denunciava a grande escassez de moradias na cidade. Sofreu censura do governo nazista, como havia sofrido dos imperadores. Se impôs como artista e foi ativa na luta por mais direitos para as mulheres.

Tema I: Conjuntura

CONJUNTURA

INTERNACIONAL

A crise econômica mundial, crise do capitalismo, não é consequência da pandemia do novo coronavírus, pois a precedeu. A pandemia não só a agravou, mas também a projetou para um patamar qualitativamente mais profundo e revelador. O resgate do capital financeiro pelos Estados aumentou a contradição entre o capital fictício, de um lado, e a capacidade de absorção da produção, de outro. O dinheiro emitido para evitar falências não foi aplicado no pagamento de dívidas, públicas ou privadas, mas na acumulação de um enorme caixa de ativos financeiros. A potencial falência dessa política tem se acentuado concomitantemente à acumulação financeira. A variável estratégica nesta crise é o salário e o emprego, tanto do ponto de vista social como econômico. A reposição do nível de renda é fator de reativação em um sistema cuja demanda agregada está em colapso. A complementação salarial financiada pelo Estado é uma redistribuição regressiva da renda do Tesouro nacional para o caixa das empresas capitalistas. As políticas públicas também distribuem migalhas entre a população que se encontra abaixo da linha de pobreza para manter um exército industrial de reserva à disposição dos empresários.

O conflito de classes foi levado a um paroxismo. O colapso do capitalismo é uma experiência cotidiana concreta. A grande crise de saúde que a humanidade atravessa não é só uma dimensão sanitária, mas o colapso histórico de uma organização social que destruiu sistematicamente o habitat do ser humano em função da busca cega do lucro. Que arruinou irreversivelmente a saúde pública, por meio da privatização e sabotagem orçamentária dos serviços do Estado. A pandemia também evidenciou o estado de deterioração das instituições públicas de ciência e tecnologia, amarradas a lógica e dinâmicas das multinacionais dos ramos farmacêuticos. O colapso dos salários, o crescimento exponencial da pobreza, das demissões e do desemprego, e o impasse econômico e político, colocam a mobilização e a greve em pauta nos mais diversos países.

Contra esse pano de fundo histórico, a situação internacional está dominada por uma nova fase da crise pandêmica - um ressurgimento de contágios, um impasse no

fornecimento de vacinas e uma crise vinculada à eficácia dos medicamentos; uma crise na aplicação de restrições ao trânsito, por um lado, e ofensiva para a reabertura de escolas, por outro. As limitações da circulação noturna foram reduzidas ao nível de “recomendações”. Esse cenário se soma ao esgotamento físico e social dos trabalhadores da saúde. O fornecimento de vacinas está se desenvolvendo lentamente. A quebra de contratos, por parte da AstraZeneca, gerou uma crise na União Europeia, que havia proibido a assinatura de acordos em separado, com o objetivo de bloquear a entrada de vacinas chinesas e russas.

Como a eficácia final da vacina permanece em boa parte desconhecida, incerteza acentuada pelo surgimento de novas cepas, a vacinação global enfrenta uma crise. Muito rapidamente se desencadeou uma luta de interesses pelo mercado de saúde e uma luta pela hegemonia política que vem de mãos dadas com o monopólio comercial das vacinas e medicamentos. Inclui um arsenal de produtos, desde seringas e respiradores até geladeiras. A luta contra a pandemia é, acima de tudo, de natureza social e política. É o que se manifesta na pressão para retomar as aulas sem as devidas condições e com métodos artificiais, como o ensino por “bolhas”. Há uma campanha mundial cujo objetivo é reviver totalmente a acumulação capitalista - em grande parte para evitar uma falência financeira sem precedentes.

Os fundos financeiros promovem um mercado privado da vacina, que lhes daria enormes lucros à custa da saúde da população mundial. Um dos mais conhecidos, o *BlackRock*, continua, com a Astra e com a Pfizer, a mesma conduta dos Estados capitalistas que deram recursos públicos aos laboratórios que monopolizam 90% das vacinas. Entre as empresas beneficiadas está o Banco Santander, que tem a *BlackRock* em sua rede acionária. A lógica do abastecimento “direto” de vacinas, um monumental “fura-fila” privado, se baseia em que empresas com pessoal vacinado poderiam apresentar um horizonte, sem absentéismo ou interrupções produtivas, ganhando espaço contra suas concorrentes.

Num passado ainda recente, os Estados Nacionais com capacidade fabricaram vacinas para doenças que representavam uma ameaça à saúde global, e o faziam em cooperação uns com os outros. Mas na década de 1980 as coisas começaram a mudar. O neoliberalismo viu a terceirização da pesquisa e o desenvolvimento e produção de vacinas para grandes empresas farmacêuticas, cujos enormes níveis de lucro resultaram no mais forte poder de lobby político do mundo, projetados principalmente para proteger e aumentar seus enormes lucros por meio das patentes que registraram. O Tratado da Organização Mundial do Comércio (OMC) de 1995 sobre *Aspectos da*

Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (acordo TRIPs) é um resultado desse lobby.

Milhões de pessoas morrem anualmente por falta de acesso às vacinas, enquanto dezenas de milhões de crianças ainda não têm acesso à imunização. A falha do mercado de vacinas é corroborada pelo fato de que, até 2017, os países de baixa e média renda respondiam por 79% do volume de vendas de vacinas do mercado global e, ainda assim, apenas 20% do valor total real. Os pobres simplesmente não representam um mercado lucrativo o suficiente para impulsionar o investimento e a produção necessários. A grande indústria farmacêutica (*Big Pharma*) apenas entra em vacinas e pesquisa e desenvolvimento (P&D) de tratamento terapêutico para doenças que são mais prevalentes em países mais ricos ou requerem tratamento contínuo. Esses medicamentos costumam ser muito caros e limitados àqueles com serviços de saúde privados ou aos hospitais do setor público onde os Estados Nacionais podem pagar.

A corrida pelo acesso às vacinas contra o coronavírus demonstra novamente a desigualdade entre as nações no mercado farmacêutico. Além da Covid-19, o problema se manifesta no subfinanciamento da pesquisa em doenças tropicais; no sistema de direitos de propriedade intelectual que exclui países em desenvolvimento dos resultados da pesquisa; e na dilapidação das capacidades de pesquisa e produção dos países mais pobres. Por meio de acordos bilaterais com os laboratórios que abrigam, os governos ocidentais reservaram os primeiros bilhões de doses que serão produzidos, capazes de vacinar várias vezes suas populações. Apesar das posturas e da retórica sobre os bens comuns mundiais, os líderes dos países ricos mantêm sua preferência por opções que preservem a arquitetura atual, em que a busca pelo lucro ocupa o centro do sistema sanitário mundial. A pandemia também evidenciou o estado de deterioração das instituições públicas de ciência e tecnologia, amarradas a lógica e dinâmicas das multinacionais dos ramos farmacêuticos.

Outro desafio reside nas capacidades nacionais de produção de medicamentos nos países em desenvolvimento. Ainda que um país como a Índia tenha se tornado o primeiro fabricante mundial de medicamentos genéricos, notadamente antirretrovirais (80% da produção mundial), a maioria dos países mais pobres depende totalmente do mercado mundial para sua provisão de remédios. Essa situação é o produto da decadência/desmonte das políticas nacionais de apoio à fabricação de medicamentos que se seguiu às crises econômicas e financeiras dos anos 1980 e 1990.

No caso dos EUA, o financiamento estatal para pesquisas médicas em torno de doenças infecciosas foi drasticamente corroído nas últimas décadas e foi cortado até o osso por Donald Trump. É hora de descartar a retórica sobre o incentivo à inovação quando se trata de medicina. As grandes empresas farmacêuticas foram amplamente avessas ao fornecimento e distribuição de vacinas e tratamentos necessários globalmente. Grande parte da propriedade intelectual desenvolvida para doenças tropicais foi desenvolvida com base em investimentos públicos. As parcerias público-privadas e a filantropia capitalista são totalmente insuficientes para conter pandemias globais como a Covid-19. Se países ricos, que encomendaram antecipadamente a maior parte das vacinas, estão suando a camisa para fazer cumprir os contratos, dá para prever que as economias periféricas vão ficar ainda mais para trás. Até agora as vacinas só chegaram a cerca de 50 países, a maioria de alta renda, e 75% das doses se concentram em apenas dez nações. Para quebrar o sistema de propriedade intelectual (patentes) que, em condições de pandemia mortal, ameaça à saúde mundial, é preciso quebrar a propriedade privada dos meios de produção, isto é, defender abertamente e lutar pelo *socialismo*. Cabe destacar a experiência do Complexo Biotecnológico e Farmacêutico de Cuba que tem sido capaz de direcionar sua produção para o atendimento das necessidades de diversos medicamentos, materiais e equipamentos necessários ao combate da Covid-19 na ilha, inclusive a vacina.

A crise financeira que afeta as principais Bolsas e a crise política dos regimes reacionários estão vinculadas e se projetam contra esse pano de fundo. A derrota eleitoral de Donald Trump nos EUA foi só um sinal inicial da crise política em escala mundial. Após a "insurreição" de 6 de janeiro passado, que é como nos Estados Unidos chamam a invasão do Capitólio por uma multidão supremacista e fascista, por instigação de Donald Trump, a mídia financeira usou uma expressão equivalente para designar os varejistas que se lançaram a compra de ações de empresas insolventes ou em processo de falência em Wall Street. Tradicionalmente, os fundos de cobertura (*hedge funds*) foram lançados em empresas em declínio, para especular sobre a queda de suas ações ou mesmo a falência. A "insurreição" lançou-se para especular sobre as ações das empresas que vão subir, por entender que os seus preços atingiram níveis muito baixos. A emissão desenfreada de moeda pelo Banco Central dos EUA promoveu a especulação para cima e para baixo dessas ações, em virtude da taxa de juros zero que tinha de pagar quem se endividava nessas operações.

A alta dessas ações representou bilhões de dólares em perdas para os fundos, incluindo a queda de suas próprias ações. Há uma tendência geral para a falência. As

empresas insolventes não serão resgatadas pelas associações de varejo, como evidenciado pela queda significativa em suas ações após a euforia. As perspectivas financeiras foram frustradas pela crise de fornecimento de vacinas e os confrontos entre Estados e produtores farmacêuticos. O choque colocou em questão a sustentabilidade das operações especulativas dos fundos. A especulação por parte dos varejistas sempre foi, na história das crises financeiras, a etapa anterior à eclosão. A proposta de regular o movimento financeiro pode ser o estopim para uma série de inadimplências que se escondem na “contabilidade criativa”. A dimensão histórica da crise é evidente: enquanto a humanidade enfrenta uma crise geral, o capital especula sobre qual será o iceberg contra o qual vai colidir.

O grande capital pressiona para que sejam fechadas as brechas políticas. Duas semanas após o ataque ao Congresso dos Estados Unidos por gangues fascistas, o discurso de posse de Joe Biden foi uma resposta política a esses eventos. O que disse constituiu um adiantado perdão aos dirigentes políticos da ação, cujo propósito era bloquear a validação dos resultados das eleições de novembro passado. Biden defendeu a “união” da nação e considerou oportuno comentar que Trump, que boicotou o ato de inauguração e se gabou de que “voltaremos de alguma forma”, deixou-lhe uma “generosa” carta de despedida. Mas os serviços de segurança dos EUA advertem sobre a possibilidade de uma onda terrorista de extrema direita no próximo período.

Não por acaso: os Estados Unidos são uma sociedade em declínio - tem 60 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, uma taxa de investimento em declínio (negativa, se contarmos a obsolescência de sua infraestrutura), uma dívida de 140% do PIB e uma taxa geral de endividamento de 450% do PIB. Quando a plataforma de Biden é comparada ao desafio que os Estados Unidos enfrentam, por um lado como centro do declínio histórico do capitalismo, e por outro como epicentro da crise financeira internacional, percebe-se o tamanho de sua crise.

O acirramento dos ataques racistas nos Estados Unidos fez com que a luta antirracista tomasse novamente a cena, o movimento Black Lives Matter levou milhares de pessoas às ruas pela denúncia do genocídio racial em curso, com alto grau de crueldade, trazendo à tona a defesa das vidas negras, em sua maioria empobrecidas pelo capital.

A atual (nomeada por Biden) secretária do Tesouro dos EUA e ex-chefe (nomeada por Trump) do *Federal Reserve*, Janet Yellen, expôs, logo depois da posse do novo governo, os desafios que o capitalismo norte-americano enfrenta: “A crise atual é

muito diferente daquela ocorrida em 2008. A sua escala é igualmente grande, se não for ainda maior. A pandemia causou uma devastação total na economia. Indústrias inteiras pararam suas operações. Dezesesseis milhões de americano(a)s ainda dependem do seguro-desemprego. As prateleiras dos bancos de alimentos estão ficando vazias”. Yellen disse que os EUA enfrentam “quatro crises históricas: a da Covid-19 é apenas uma delas. Além da pandemia, o país também enfrenta uma crise climática, uma crise de racismo sistêmico e uma crise econômica que se arrasta há 50 anos”. Não se vê como a gestão econômica ortodoxa que promete possa enfrentar esses quatro desafios históricos, cuja base é a própria crise do capital em seu centro mundial.

A crise dos EUA se projeta mundialmente. Na União Europeia, o Brexit iniciou um processo de decomposição que está só na sua fase inicial. O governo britânico terá que renegociar novos tratados bilaterais com governos ao redor do mundo, enquanto, anteriormente, estava incluído nos acordos da UE. As regras da UE incluíam uma jornada de trabalho máxima de 48 horas semanais (com muitas exceções); regulamentações sanitárias e de segurança; subsídios regionais e sociais; financiamento científico; normas ambientais; e, sobretudo, livre movimento do trabalho. Tudo isso acabará ou será minimizado. Cerca de 3,7% da força de trabalho europeia – 3 milhões de pessoas – atualmente trabalham em um estado-membro diferente do seu. Desde 1987, mais de 3,3 milhões de estudantes e 470.000 docentes participaram do programa Erasmus. Esse programa excluirá os britânicos a partir de agora. E, no próprio Reino Unido, se projeta a sombra da secessão da Escócia, pondo fim à união celebrada em inícios do século XVIII que, junto com a colonização da Irlanda, criou a base estatal da Revolução Industrial, ou seja, da vitória do capitalismo, que depois conquistaria o mundo inteiro. O capital se despedaça no seu próprio berço. A “expansão da UE” estagnou: França e Alemanha tentarão, com muitas dificuldades, segurar a peteca do que sobrou, contra uma concorrência mundial cada vez maior.

A Rússia se beneficia dessa crise, respaldada em seus sucessos na vacinação anti-Covid? Quando isso parecia o mais provável, se produziram grandes manifestações, nas quais entre 2.000 e 4.000 pessoas foram detidas. As manifestações foram desencadeadas pela prisão do opositor Aleksey Navalny, que desde o seu retorno à Rússia assumiu a aura de um mártir. Mas essa não foi a causa real. Navalny, que começou como um nacionalista, clamando por restrições à imigração, e que se reformulou como um lutador neoliberal contra a corrupção, é só o estopim. Ele foi transformado em um símbolo da oposição de direita pelas pessoas que o financiaram. Atrás de Navalny está um setor do *establishment* russo, incluindo grandes proprietários

de capital, e o *establishment* pró-liberal do Ocidente. A maioria dos cidadãos russos, porém, está mergulhada em um pântano de estagnação. A cada ano, desde a crise de 2008-2009, a economia da Rússia cresceu um ou dois por cento ou encolheu em um valor semelhante. A renda da maioria dos cidadãos não tem crescido. O salário médio na Rússia é de menos de 400 euros, enquanto 20 milhões de pessoas estão abaixo do mínimo de subsistência. A idade da aposentadoria aumentou em cinco anos. O Código do Trabalho proíbe as greves. As manifestações recentes foram só o primeiro capítulo de uma crise social e política de vasto alcance.

O novo governo dos Estados Unidos promete uma política mais agressiva em relação a Moscou, ao mesmo tempo em que mantém o pulso contra Pequim, declarando, pelo seu Secretário de Estado: "Ao contrário do governo anterior, tomaremos medidas para responsabilizar a Rússia pela gama de atividades malignas (sic) que realizou". Embora se diga que o ex-presidente Donald Trump foi condescendente com a Rússia, a verdade é que ele deixou em vigor as sanções impostas pelo governo Obama, em resposta à anexação da Crimeia em 2014, e aplicou algumas medidas adicionais durante seu mandato, como a proibição da exportação de turbinas de aeronaves ou de certos produtos eletrônicos dos Estados Unidos para a Rússia (em 2018) e a proibição de bancos americanos participarem do mercado primário da dívida soberana russa.

Do outro lado do Mediterrâneo, dez anos após a rebelião popular da “Primavera Árabe”, uma nova rebelião sacode suas terras. Na Tunísia, os protestos são impulsionados pelo colapso da situação econômica (o PIB caiu 8% devido à pandemia), a precariedade do emprego, o desemprego (entre os jovens, em torno de 40%) e o aumento dos preços dos produtos básicos, que provocou mobilizações em várias cidades, incluindo a capital. As autoridades decretaram uma reclusão de quatro dias acompanhado de um toque de recolher, que tem sido desrespeitado por milhares de jovens nas principais cidades do país.

Enquanto isso, um desastre está atingindo o berço da humanidade, no único país africano, situado no “chifre” do continente, que permaneceu independente no período do colonialismo imperialista contemporâneo. Enquanto mais de 950.000 pessoas estão fugindo na província de Tigray, no Norte da Etiópia, um enorme desastre humanitário já está atingindo seus habitantes. A ONU relata que hospitais foram saqueados e destruídos. Os comboios humanitários montados pela ONU ficam parados e não podem ir às regiões mais afetadas pela pandemia. A repressão pelas tropas governamentais já atinge as raias da guerra civil e exige pronunciamentos e ações solidárias no mundo

todo contra um provável genocídio sanitário e militar. A raiz africana do Brasil deve ser mais lembrada do que nunca.

No país que logo será o mais povoado do planeta, a Índia, uma enorme rebelião camponesa sacode a sociedade e o regime político direitista (fascista, segundo alguns) nas suas próprias bases. Os camponeses em luta ergueram a bandeira na "maior democracia do mundo"; o regime atual está inclinado a pisotear e acabar com quaisquer elementos democráticos no país. Os recentes projetos de lei agrícola e os novos códigos trabalhistas são tentativas de levar a cabo reformas dando à grande burguesia liberdade para dirigir a economia; os códigos de trabalho são uma tentativa de flexibilizar o emprego, dando aos proprietários o direito de contratar e demitir funcionários e eliminar as garantias legais mínimas.

No campo, o descontentamento é provocado pelo fracasso da “Revolução Verde” capitalista, iniciada na década de 1950, quando foi posta como exemplo mundial. Em setembro de 2020, o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, contornou o Parlamento em prol de três projetos de lei que acabam com restrições ao setor privado nos mercados agrícolas. Esse movimento enfureceu os agricultores: após dois meses de protestos, dezenas de milhares de camponeses de Punjab começaram a marchar em direção a Delhi, no final de novembro. O governo Modi respondeu enviando tropas paramilitares armadas, protegidas por barricadas e trincheiras escavadas nas fronteiras da capital. As manifestações se espalharam pelo país e transformaram-se na maior mobilização de agricultores na Índia desde sua independência. Já foram perdidas 70 vidas; muitas mortas de frio, outras por suicídio de protesto (houve 300 mil suicídios desse tipo nas últimas décadas).

Em que pese a pandemia, a luta de classes se aguça no mundo todo. Não é na grande mídia que encontraremos os elementos, ou mesmo as informações, necessárias para apreciá-la. A América Latina não está fora desse panorama. O governo chileno foi posto de joelhos, e foi obrigado a convocar uma Convenção Constituinte exclusiva, por enormes mobilizações populares. No Peru, crise política e mobilizações derrubaram vários governos em sequência. Na Bolívia, o golpe, apoiado por Bolsonaro, que derrubou Evo Morales, acabou sendo derrotado de modo acachapante no processo eleitoral posterior. Na Argentina, enormes mobilizações de e encabeçadas por mulheres obtiveram uma conquista histórica: o direito ao aborto legal e gratuito, um dos temas do grande Seminário Internacional promovido pelo ANDES-SN em 2018, que contou com representantes argentinas dirigentes dessa luta. No Equador, as eleições realizadas em

início de fevereiro (só tinha sido disputado o primeiro turno, até esta tese ser redigida) viram uma derrota catastrófica dos candidatos oficialistas.

Nos casos da Constituinte no Chile, das eleições no Equador e no Peru, os prognósticos que favorecem o “populismo” ou o indigenismo levam à abertura de atritos e confrontos com a oligarquia financeira e o FMI, e em função disso as crises políticas mais extensas. Em situações de grande crise, as massas populares observam as eleições como uma medida da força de cada classe e como um termômetro da temperatura popular. É à luz da crise econômica e política mundial e do acirramento internacional da luta de classes que devemos apreciar a situação do Brasil.

NACIONAL

No Brasil, em particular, a conjugação da crise econômica, política, social, ambiental e sanitária vai incidir de modo mais agressivo contra a classe trabalhadora. Esse contexto, por um lado, escancarou o profundo processo de desigualdade social, racial e ambiental que vivenciamos e, por outro lado, evidenciou o profundo descaso do governo Bolsonaro com a vida e com os serviços públicos. A inexistência de uma política efetiva de combate à pandemia conjugada com a pauta econômica do governo Bolsonaro impõe ao conjunto da classe trabalhadora condições degradantes de vida e de trabalho que se expressam no aumento do desemprego, na expansão da miséria, intensificada com o fim do auxílio emergencial, e no ataque aos serviços e servidore(a)s públicos.

Esse cenário de crise demonstra que o sistema capitalista tem priorizado o lucro em detrimento da vida, expondo milhões de pessoas ao contágio, ao adoecimento e à morte. O que temos vivenciado é um forte ataque à classe trabalhadora que, desde o início da pandemia, teve suas vidas expostas ao risco da Covid-19 e às mazelas da crise capitalista, na particularidade brasileira. O que isso significa para a distribuição de vacinas ao Brasil? A AstraZeneca dividiu sua produção em várias fábricas distribuídas pelo mundo. As instalações europeias não apareceram na nossa cadeia de distribuição. As doses que recebemos foram produzidas na Índia e as primeiras unidades do Ingrediente Farmacêutico Ativo virão da China. Enquanto a chegada da vacina às populações é retardada, os laboratórios - e os fundos de investimento que os controlam - preparam o desenvolvimento de um lucrativo mercado privado, onde o fornecimento seletivo será uma arma de luta entre as empresas. A declaração de todas as vacinas como um bem público, a abolição da lei de patentes e o direito de todos os países de

acessar suas fórmulas e procedimentos de fabricação é uma luta crucial para acabar com a barbárie que os Estados capitalistas e o grande capital estão perpetrando. A acumulação capitalista significa desamparo e morte para a maioria da população. Além do processo lento e desorganizado de vacinação no Brasil, várias cidades tiveram que suspender o processo de vacinação por falta de doses suficientes para cobrir o primeiro grupo de prioridade.

No plano econômico a produção interna que mostra fortes sinais de estagnação, antes mesmo do agravamento da crise sanitária, avança para taxas brutais de desaquecimento da indústria e outros setores, com o crescimento do desemprego para além dos 14%. O governo brasileiro, como representante explícito da burguesia interna que, consorciada ao imperialismo, protege os monopólios e permite o caos à vida da classe trabalhadora e o povo pobre das mais diversas periferias. Para piorar esse cenário o desequilíbrio no câmbio favoreceu o aumento dos preços de diversos produtos da cesta básica, inflacionando ainda mais o custo de vida nas grandes cidades, o empobrecimento da população brasileira e até mesmo o retorno do fenômeno da carestia.

O fechamento da Ford e de outras indústrias revela o agravamento das consequências das políticas macroeconômicas adotadas desde o início da década de 1990 que contribuíram para a desindustrialização do país e que, nos últimos anos, com o avanço das políticas liberais implicaram em achatamento dos salários, elevação das taxas de desemprego e crescimento da pobreza. Essa política causará um imenso desemprego no Brasil, com eliminação de empregos diretos e indiretos estimada em 120 mil vagas. A burguesia interna e seu consórcio internacional tiveram amplos subsídios do Estado para extrair altas taxas de mais-valia durante o longo prazo dessa política econômica, sem a necessária contrapartida e fiscalização. Contudo, quando a crise se aprofundou, a primeira medida desse consórcio é desempregar e fechar plantas de produção. Diante de situações como essa, na Argentina e no Brasil os trabalhadores ocuparam as fábricas para manter o emprego e a produção, sendo significativo o exemplo da Flaskô, a última a seguir resistindo. A denúncia de desindustrialização nacional não nos faz desatentar às perversidades que também marcam a tônica produtivista capitalista. Esta se revela pronunciadamente violenta em nossa realidade nacional, atentando contra modos de vida das populações tradicionais, as florestas, rios, fauna e flora. O governo Bolsonaro pronuncia estas marcas da destruição, deixando passar a boiada dos interesses do grande capital.

O debate racial, tão importante para a realidade nacional, neste momento pandêmico é fundamental. O genocídio da população negra, especialmente de crianças negras, desde o menino Miguel Otávio, passando à balas perdidas em confrontos policiais, desaparecimentos, ganharam protagonismo nas articulações nacionais, presenciais e virtuais. Segundo dados da pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da UFRJ trabalhadore(a)s negro(a)s no Brasil correm risco 39% maior de morrer de Covid-19 do que o(a)s branco(a)s, e brasileiro(a)s com educação superior correm risco 44% menor de serem vítimas fatais do vírus (trabalho publicado na revista britânica Public Health), sendo que na realidade brasileira, 70% deste grupo é de branco(a)s. Deste modo fica escancarado que esta pandemia agudiza as desigualdades estruturais de classe, raça e gênero.

Entre março e agosto de 2020, 497 mulheres perderam suas vidas, sendo um feminicídio a cada nove horas, com uma média de três mortes por dia. Com relação a morte da população lgbtqi+, o relatório divulgado pelo Grupo Gay da Bahia destaca que 329 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia, em 2019, com 297 homicídios e 32 suicídios, equivalendo a uma morte a cada 26 horas. As mortes de negro(a)s causadas por violência física cresceram 59% no Brasil em oito anos, uma incidência 45 vezes maior que a taxa média em relação a cidadãos brancos no mesmo período, segundo dados disponíveis no DataSUS. No Brasil, a polícia teve participação na morte de 5.804 pessoas. Lembramos aqui os casos mais recentes de morte da população negra que foram motivo de grandes atos de resistência e de denúncia da necropolítica do governo federal de Bolsonaro e do governo Trump, nos Estados Unidos: João Pedro – dia 19 de maio, no Rio de Janeiro, George Floyd – dia 25 de maio, em Nova York, o pequeno Miguel – dia 2 de junho, em Recife, e no dia 4 de dezembro, o assassinato, com tiros de fuzil, das meninas Emilly Victoria, de 4 anos, e Rebeca Beatriz, de 7 anos, na comunidade Santo Antônio, no Rio de Janeiro.

Com a pandemia sem controle, no Brasil o ano de 2021 se inicia com um aumento expressivo dos casos de contaminação em uma população sem direito a um tratamento ou vacina. Fechamos o primeiro mês de 2021 com 224 mil mortes. No início do ano vivenciamos o momento mais dramático destes últimos meses para a população brasileira, em função da situação vivida pela população do estado do Amazonas. A total falta de política pública do governo federal levou a população da capital do estado do Amazonas a ficar sem oxigênio nos hospitais, com pacientes agonizando até à morte por falta de ar e outros tantos sofrendo com as sequelas da asfixia. Cabe a ressalva de que

muitas cidades do estado do Amazonas não possuem UTI e esse é um problema anterior à pandemia da Covid-19, mas que se agrava nesse cenário. A situação levou ao ponto de dezenas de pessoas, em estado grave, serem transferidas de avião para outros estados. Queremos aqui reafirmar que não se tratou de um acidente. O que viveu a população de Manaus é resultado direto da política genocida e negacionista aplicada pelo governo Bolsonaro, desde o início do seu governo, mesmo outorgando uma parcela de responsabilidade ao governo estadual do Amazonas e da prefeitura da capital. O negacionismo do governo federal deixou morrer à mingua centenas de pessoas e provocou o colapso do sistema de saúde em Manaus.

Frente a esse contexto de agudização da crise econômica, política e social, a política econômica formulada por Paulo Guedes apresenta o projeto de Reforma Administrativa como prioritário para o governo. Um contrassenso, no momento de pandemia em que os serviços públicos necessitam de mais investimentos, o governo encaminha a reforma administrativa que vai na contramão dessa necessidade.

A proposta de reforma administrativa prevê uma transformação profunda no Estado brasileiro. Simplifica o processo de privatização das empresas, que em grande parte fica somente sob responsabilidade do presidente, o que põe em curso de modo acelerado a venda das nossas estatais. Estabelece ainda o fim da estabilidade no serviço público, a extinção de praticamente todos os concursos públicos, acaba com a licença prêmio, acaba com a progressão por tempo de serviço ou por titulação e o fim das promoções, além de estabelecer um novo sistema de avaliação por desempenho no qual o(a)s servidore(a)s ficam sujeito às avaliações do(a)s gestor(a)s. A reforma administrativa põe em patamar muito mais degradante o cumprimento do teto dos gastos, pois possibilita inclusive o compartilhamento das instituições públicas com empresas privada num amplo processo de privatização por dentro dos serviços públicos.

A Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) questiona os dados apresentados pelo governo para justificar a necessidade da Reforma Administrativa. De acordo com a Auditoria, ao apresentar o orçamento e depositar o peso dos servidores públicos para as contas do Estado, o governo esconde exatamente o que tem sido a maior despesa do orçamento público: o pagamento dos encargos e juros da dívida pública que representa quase 50% de todo o fundo público brasileiro. É em nome do cumprimento do compromisso de remunerar os credores da dívida que os países têm implementado um plano de privatização de estatais, contrarreformas nos direitos trabalhistas e previdenciários, bem como diminuição dos recursos na educação, saúde, assistência social. No Brasil, a EC 95/2016 estabeleceu o teto dos gastos primários do Estado e

impôs um novo patamar para as políticas sociais, com diminuição de orçamento e consequente precarização.

As eleições para presidente da câmara e do senado indicam-nos que a pauta de reformas apresentada pelo governo federal volta a tramitar de modo acelerado. Dentre as prioridades apontadas pelo governo destacam-se os projetos de autonomia do Banco Central; PEC Emergencial com congelamento e diminuição de salários dos servidores públicos; Reforma Administrativa e privatização de empresas como a Eletrobrás.

O governo Bolsonaro promoveu um realinhamento de sua base política. A causa é o desgaste provocado pelo fim do auxílio emergencial (que segurou seus índices de aceitação no auge da primeira onda da pandemia) e pela demanda por vacinação, que se tornou a pauta mundial desde dezembro de 2020.

Cabe destacar que tais medidas, como a da mal nomeada autonomia do Banco Central, aprovada rapidamente pelo congresso, contam com apoio de um amplo espectro de partidos da ordem, da extrema direita, direita, centro e até mesmo centro-esquerda (PDT e PSB). Todos comprometidos com a agenda que Bolsonaro e Guedes querem impor como destruição dos direitos da classe trabalhadora no Brasil.

O acordo firmado com o Centrão, garantindo a eleição de Arthur Lira como presidente da Câmara e Rodrigo Pacheco como presidente do Senado, tendo por base a liberação de recursos e loteamento de cargos no governo, oferece ao Bolsonaro, pelo menos por enquanto, uma base parlamentar para viabilizar a pauta ultraneoliberal. Devemos lembrar que Lira era um fiel escudeiro do ex-deputado, agora preso, Eduardo Cunha. Na época da cassação de Cunha, Lira era presidente da comissão de Constituição e Justiça e fez o processo demorar por 11 meses, sendo também um dos 10 votos contra a cassação de Cunha. Lira não é só um representante do Centrão, mas um quadro preparado para manejar a casa legislativa ao gosto dos interesses do pior da política parlamentar no Brasil e hábil para costurar os arranjos necessários para aprovação das reformas exigidas pelo capital.

É uma estratégia para retomar a agenda econômica, que foi paralisada pela pandemia e pelos embates com o Congresso no ano passado. Tal retomada renova os laços de confiança do mercado, mantendo a estratégia de não apostar em instabilidades no meio do mandato presidencial e aguardar o surgimento de uma alternativa de centro-direita mais orgânica. Assim, este ano enfrentaremos a implementação de uma agenda de retirada dos nossos direitos, que já se iniciou, com a aprovação da autonomia do Banco Central e a questão da liberação cambial, e seguirá com a aceleração das pautas

de privatizações e reformas tributária, administrativa e das PEC que rompem com o pacto federativo.

Além da aliança com o centrão, o governo deve implementar uma versão mais precária do auxílio emergencial e gradualmente assumir uma posição favorável à vacinação, tentando apagar do imaginário popular a postura anterior, na tentativa de diminuir o desgaste.

Frente a essa conjuntura, é urgente que direcionemos todo o esforço à construção da unidade na luta para derrotar o governo Bolsonaro-Mourão e todas as contrarreformas que significam destruição de direitos. Grande parte do congresso nacional coaduna com a pauta econômica posta pelo governo federal e, nesse sentido, é imprescindível manter o movimento nacional do Fora Bolsonaro, que vem ganhando força devido ao flagrante descaso desse governo com a vida. O ANDES-SN tem construído nacionalmente várias lutas com o FONASEFE, com as entidades da educação e também com o movimento nacional do Fora Bolsonaro.

EDUCAÇÃO

O ano de 2020 foi de aprofundamento dos ataques à autonomia das universidades, institutos federais e Cefet, aos recursos orçamentários e de precarização do trabalho. O ano foi marcado pela necessidade de paralisar as atividades presenciais de docência, no primeiro momento, e, mesmo sem condições para estudantes e docentes, exercer na maior parte das universidades formatos de aulas remotas. Mesmo com a postura negacionista do governo federal, o distanciamento social foi efetivado nas instituições de ensino. Não paramos de trabalhar, continuamos a pesquisar, inclusive com inúmeros grupos direcionados a combater o coronavírus.

Enquanto o povo brasileiro estava concentrado na sobrevivência diante de uma pandemia, o governo manteve os ataques. O orçamento para a educação pública tem sofrido sucessivos cortes que impactam no custeio, na assistência estudantil, na produção das pesquisas, no projeto de ciência e tecnologia público e nas condições de trabalho dos docentes. Os valores efetivamente pagos em 2020 são 28% menores do pago em 2014 e também 15% menores que 2019. A diminuição torna impraticável a manutenção das universidades. A previsão para 2021 é menor em 14% em relação ao autorizado em 2020. O gasto com investimento é desprezível diante das necessidades. O efetivamente pago em 2020 representou uma queda de 84% sobre 2014 e de 76% na década. Para 2021, o montante consegue ser 59% menor do que o executado em 2020.

O impacto no orçamento também tem reflexos para as agências de fomento à pesquisa em âmbito nacional e nos estados. Exemplo disso é que desde 2013 temos queda contínua dos recursos destinados ao CNPQ, chegando em 2019 ao pior desempenho da série histórica. Em 2020 houve pequena recuperação devido à forte pressão social, mas em 2021 está prevista nova queda. Além da redução contínua e acelerada de recursos para pesquisa, os critérios de distribuição sofreram alterações para prejudicar a área de humanidades e o orçamento integral do FNDCT, que foi vetado pelo presidente.

A política federal tem se reproduzido nos estados e municípios, onde têm sido frequentes os cortes de orçamento para a educação pública e a perspectiva de privatização, processo alicerçado na dívida dos estados e nas renúncias fiscais que têm sugado o fundo público e o canalizado para honrar compromissos com o governo federal e os credores da dívida pública.

Além da continuidade dos cortes orçamentários, a própria essência de autonomia universitária foi violentamente dilapidada neste ano, com dezenas de interventores nomeados nas nossas instituições, desconsiderando décadas de acúmulo democrático e aproveitando a brecha legal da existência da obrigação de envio de lista tríplice para nomeação.

Em 2020 o principal debate que travamos foi sobre os riscos e a falta de condições de trabalho e de estudo nas várias modalidades de ensino remoto. Acertadamente o ANDES-SN já apontava que o formato emergencial de ensino remoto abria as portas para a naturalização de formatos híbridos de docência, turbinando o ganho de plataformas privadas e permitindo nova forma de expansão do ensino via EAD ou modelos híbridos, diminuindo custos com pessoal, equipamentos e processos nas IES.

A exigência de adequação a essa suposta “nova normalidade” social vem se sobrepondo à interação verdadeiramente acolhedora, crítica, inclusiva e humanista com os estudantes, que seria absolutamente necessária nesse contexto. Além disso, todas as contradições dessa forma camuflada de introdução do ensino híbrido têm implicado em novas dificuldades aos docentes diante dos impasses gerados pelos dispositivos tecnológicos.

No Brasil, esse processo conta com aparatos disponibilizados por setores privados que asseguram tanto a instrumentalização do conhecimento e do aprendizado para a acumulação de capital, quanto o fortalecimento da disputa ideológica travada

pelos setores mais reacionários que apoiam o governo Bolsonaro e agem contra o processo formativo crítico e democrático, dentro das instituições de ensino público. Além disso, muitas das ferramentas digitais das grandes corporações possibilitam o controle do trabalho docente pelas gestões universitárias, aprofundando o clima de perseguição e precarização do trabalho docente.

O ano de 2020 desnudou as desigualdades educativas e sociais. A falta de condições de acesso de estudantes a plataformas de ensino aliada à precariedade de condições familiares para acompanhar o ensino remoto no ambiente de suas residências e a falta de criação de políticas de assistência estudantil na maioria das universidades levaram ao aumento da evasão e aprofundamento da desigualdade no aprendizado. E enfatizaram também o aumento das demandas de trabalho das mulheres, visto que, além das atividades domésticas, têm que dar conta das atividades profissionais, docentes neste caso, triplicadas pelo ensino remoto, que em tempos de isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19 tem gerado uma sobrecarga de trabalho. No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica o governo Bolsonaro impôs a portaria 983/2020 que aumentou a carga horária de ensino e instituiu o controle de frequência por meio de ponto eletrônico a professoras e professores EBTT.

O ano de 2021 inicia sob o signo da pressão do ministério da Educação pela volta presencial de todo o ensino no país. Na educação básica esta pressão é exercida pelos governadores e prefeitos e no ensino superior pela edição da Portaria 1.038, que definiu o prazo para retorno presencial em março de 2021. Toda esta pressão acontece no momento do agravamento de contágio do coronavírus e de lenta e desorganizada vacinação da população, não estando garantidas nem a imunização de 70% da população nem segurança para retorno nos locais de trabalho.

A educação básica, de maneira majoritária e em formatos variados (retorno presencial por revezamento de alunos ou no formato híbrido), iniciou o processo de retomada das atividades, mesmo que experiências do semestre passado mostrem o risco de tal medida. São quase 50 milhões de alunos voltando a circular, além de toda a retaguarda necessária para esse funcionamento, injetando milhões de pessoas no transporte público e colocando em risco os trabalhadores em educação, os alunos e suas famílias.

Na educação superior, por meio da mobilização e resistência coordenada pelo nosso sindicato, conseguimos segurar a pressão exercida pelo MEC, pelo menos neste primeiro momento. O calendário letivo está com enorme descompasso entre as

instituições e a maioria permanece, no momento, em trabalho remoto. Mas o retorno da educação básica, a postura do governo e a continuidade do processo de vacinação (mesmo que distante de oferecer a proteção sanitária necessária) pode aumentar a pressão dentro de nossas instituições por retorno presencial ainda no primeiro semestre.

O ANDES-SN compreende que, ao mesmo tempo em que devemos continuar a debater o risco da naturalização do ensino remoto, nossas preocupações devem se concentrar em conquistar apoio da categoria e da comunidade educacional para que vidas não sejam postas em risco.

O 9º CONAD Extraordinário aprovou um conjunto de reivindicações que deve ser materializado pelas seções sindicais junto as suas instituições de ensino. A permanência do ensino remoto emergencial, neste momento de pressão pelo retorno presencial, deve levar em consideração as desigualdades de acesso, gênero, raça, classe, geracionais e todas aquelas que excluem pessoas, com planos de reparação e recuperação.

Exigiremos em cada instituição um Plano Sanitário e Educacional que, no momento remoto, impeça o adoecimento, o repasse dos custos do exercício da docência para a categoria e permita reduzir o hiato existente nas condições de acesso dos estudantes. E, para a preparação do retorno presencial seguro, será necessário, além da vacinação de todos, a apresentação de protocolos de segurança das instituições que protejam nosso exercício profissional.

Não faremos uma luta corporativa. Nossa luta será por vacinação gratuita para todas e todos como ponto fundamental para pensar o retorno presencial de todas as atividades acadêmicas. E que o processo de vacinação obedeça às determinações da OMS, na ordem de vulnerabilidade e exposição ao risco de contaminação. Indicamos, nesse contexto, a construção de movimento de greve caso a educação venha a sofrer imposição de retorno presencial sem as devidas condições sanitárias que garantam segurança e preservação da vida.

Os cortes orçamentários não cessarão em 2021, pelo contrário. Por isso, faz parte da luta pela garantia da vida e da educação pública, a campanha pela revogação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016, que viabilizou a redução progressiva dos gastos sociais de forma nunca vista em nosso país.

Reafirmamos nossa certeza de que 2021 será mais um ano de muita luta. Vamos intensificar o debate em torno da recomposição do orçamento, previsto para 2021, para universidades federais, estaduais e municipais, Cefet, institutos federais, e para a

pesquisa. Buscaremos aprofundar nossos laços de solidariedade e luta com a educação básica nos estados e municípios como forma de chamar a atenção da sociedade sobre a crise que os governos estão impondo à educação no Brasil. E manteremos bem alto nossa bandeira de defesa da autonomia universitária e pelo fim da lista tríplice, lutando pela posse imediata do(a)s reitor(a)s eleito(a)s.

TEXTO 2

Contribuição do(a)s professore(a)s: Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPPb); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCEG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Elza Dely Veloso Macedo (ADUFF); Eptácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenia Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUNIFAP); Gean Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Olgaíses Maués (ADUFPA); Paulo Afonso (SESDUF-RR); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPPb); Rinaldo Martins (SINDUFAP); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Sâmela Ramos da Silva (SINDUFAP); Sandra Alessi (APUFPR); Sandra Buenafuente (SESDUF-RR); Savana Diniz (APUBH); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).

NOVO NORMAL COISA NENHUMA, VAMOS À LUTA!

É comum, entre os humanos, os indivíduos se consolarem uns aos outros diante de circunstâncias desagradáveis por meio de afirmações de que a situação é passageira e que logo tudo voltará ao normal. Num mundo marcado pela imposição da sociabilidade do capital, isto é, de hegemonia liberal, de domínio do individualismo e de valorização da competição e da competitividade, as crises são vistas como problemáticas, mas também como desafiadoras e que caberia aos sujeitos sociais e econômicos encontrarem saídas e aproveitarem as novas oportunidades. Dessa forma, o mundo empresarial constrói mensagens de otimismo em meio ao caos e em torno delas busca disciplinar e garantir o controle de seus trabalhadores e do conjunto das classes subalternas. Nessas mensagens otimistas, passou a aparecer, de uns anos para cá, a expressão “novo normal”, primeiramente para expressar os novos hábitos que as redes de internet e a massificação do uso de celulares possibilitaram e, principalmente, as

novas possibilidades de geração de lucros (i. e. de exploração dos trabalhadores), em que o uso de aplicativos é, certamente, o mais visível das possibilidades abertas.

A pandemia da Covid-19, iniciada há um ano, foi e continua sendo encarada pela humanidade, pelo menos em termos de esperança, com o desejo de que passe logo e, durante esse tempo todo, os setores empresariais, em todo o mundo, vêm forçando a barra contra o isolamento social, o fechamento de comércio, serviços, escolas etc. Exemplo disso é o conflito existente hoje no Brasil, diante das tentativas de reinício de aulas presenciais sem que a pandemia tenha sido debelada ou, pelo menos, arrefecida. O “novo normal”, no caso da educação, assume várias formas, como a suposição de que as escolas estão preparadas para atender a todas as regras sanitárias, ou de que o ensino será, de agora em diante, híbrido (parte presencial, parte à distância). O “novo normal” trouxe, sim, novas oportunidades, mas aos mais ricos, para quem 2020 foi um ano muito bom: os 20 indivíduos mais ricos do planeta acumularam, em 2020, 1,77 trilhão de dólares – 24% a mais do que em 2019, segundo divulgou *El País* (22/02/21). O processo de aumento da concentração de renda tende a continuar em 2021 e, ainda, o descontrole sobre a pandemia deve atingir seu máximo paroxismo, caso não seja enfrentado o monopólio dos laboratórios privados sobre a produção de vacinas e universalizado o seu acesso em todo o globo. As mutações do vírus e suas novas cepas, geralmente mais resistentes, já comprovaram que pouco adianta vacinar em massa as populações dos países mais ricos, enquanto falta vacina para as populações dos países mais pobres; como também pouco adianta, em um país, as pessoas mais poderosas furarem a fila da vacinação, como tem ocorrido no Brasil, pois os contágios e a propagação da doença continuam.

Quando o PROIFES, no início deste ano, lançou uma campanha sugerindo a alteração da fila de prioridades da vacinação feita pelos profissionais de saúde, para incluir os docentes entre os primeiros a serem imunizados, a Diretoria do ANDES-SN repudiou tal campanha, “porque, além de desrespeitar os protocolos estabelecidos pelas e pelos profissionais do SUS, fragmenta a luta da classe trabalhadora por vacina gratuita e imediata para todas e todos” ([ANDES-SN repudia campanha que pede que docentes furem fila de vacinação](#)).

Essa posição, expressa pela Diretoria, deve ser reafirmada nos debates deste XI CONAD Extraordinário com a seguinte radicalidade: a recusa ao “novo normal” é uma atitude científica, que vai além das controvérsias entre negacionistas e Organização Mundial da Saúde (OMS), entre Bolsonaro e João Dória. Vejamos como orienta o Banco Mundial.

O Banco Mundial (BIRD), em seu relatório publicado em janeiro de 2021 (Global Economic Prospects), assume que limitar a propagação do vírus, proporcionar alívio para as populações vulneráveis e superar os desafios relacionados com as vacinas são prioridades-chave imediatas, como também é necessário enfatizar “reformas ambiciosas” para reativar um “crescimento sólido”. As previsões atuais do referido banco, em relação ao crescimento econômico, estão mais modestas que as feitas há um ano, antes do que o relatório chama de “colapso provocado pela Covid-19”, em 2020, pois ele sabe que a tendência é a de que a atividade econômica fique em baixa prolongada.

Por “crescimento sólido”, numa economia altamente financeirizada, entenda-se a capacidade de os devedores, estatais e privados, sustentarem os compromissos assumidos com os credores; ao passo que as “reformas ambiciosas” são aquelas que vêm sendo preconizadas pelo BIRD há quase trinta anos para possibilitar, supostamente, que os governos consigam administrar suas dívidas, isto é, não ponham em risco as remunerações dos credores. O “colapso provocado pela COVID-19” refere-se ao salto ocorrido, em 2020, no endividamento global (de estados, empresas e famílias), que já era intenso e crescente a cada ano, pós-crise de 2008 e 2009. Assim, “Governos, empresas e famílias levantaram US\$ 24 trilhões no ano passado para compensar o impacto econômico da pandemia, o que elevou o total da dívida global para a máxima histórica de US\$ 281 trilhões no final de 2020, equivalente a mais de 355% do PIB mundial, de acordo com o Instituto de Finanças Internacionais” (Exame, 17/02/21, [Dívida global de US\\$ 281 trilhões deve subir ainda mais em 2021 | Exame](#)). No caso das PEC 32/2020 (a da reforma administrativa) e 188/19 (do pacto federativo), que estão em pauta no Congresso do Brasil, a origem delas está nas recomendações do BIRD, em documentos de 2017: “Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”; e de 2019: “Gestão de Pessoas e Folha de Pagamentos no Setor Público Brasileiro: o que os dados dizem”.

Dentre as contradições da economia política que a pandemia evidenciou, destacamos a aparente ambiguidade entre despesas públicas assumidas pelos estados nacionais para o combate à pandemia, os auxílios-desemprego pagos, os empréstimos realizados e as contrarreformas privatizantes, de suposta diminuição do Estado. É o próprio BIRD que, desde os anos 90 do século passado, reconhece que a pobreza é estrutural ao sistema e que, então, continuará sendo gerada e que não será eliminada, o que demandaria seu alívio (*Poverty Alleviation – na linguagem do banco*), que não passa de forma romântica de expressar a importância da sustentação, pelos estados

nacionais, do exército industrial de reserva necessário para a manutenção da exploração capitalista. No caso brasileiro, o auxílio emergencial injetou na economia, em 2020, cerca de R\$ 300 bilhões, que contribuíram para reduzir a queda do PIB e reduzir as quedas no varejo. Mesmo assim, a previsão é de que o PIB sofra queda de 5%, agravado pela inflação que fechou em 4,52% segundo índices oficiais. Esse índice sobe para 6,22% no seio das famílias mais pobres cujo consumo concentra-se em alimentos, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

*Uma crise financeira nos países centrais foi evitada em 2020, por meio de uma enorme injeção de dinheiro nos mercados financeiros, feita pelos tesouros e pelos bancos centrais da tríade EUA, União Europeia e Japão, sem juros ou com juros próximos de zero. Na busca de remunerações mais vantajosas, Wall Street investiu 115 bilhões de dólares em dívida latino-americana, mas que *El País*, em 17 de fevereiro, ressalta: “seu apetite pela região depende de não haver mudanças de política monetária”. Isso é, a expectativa do mercado é a de que os países latino-americanos continuem remunerando bem o capital, a despeito da retração das atividades econômicas, da quebra de pequenas e médias empresas, do crescimento do desemprego e da informalidade, que seriam as supostas garantias de um “crescimento sólido”.*

Não há concessões a fazer ao “novo normal” porque o lucro exige a destruição de qualquer direito da classe trabalhadora, inclusive, como agora se tenta no Brasil, por meio da PEC 186/2021, suprimir o acesso à saúde e à educação pública e gratuita. O negacionismo supera os negacionistas e, entre as contradições do capitalismo, está o fato de que o liberalismo e sua ideologia permitem a pesquisa científica se, e somente se, ela puder ser mercantilizada. Assim, o maior entrave ao desenvolvimento da ciência é o próprio capitalismo.

Pandemia e genocídio

A pandemia de Covid-19, associada às negligências governamentais, segue matando muitos, aprofundando a precarização das condições de vida e ensejando ataques aos direitos sociais dos(as) trabalhadores(as). No país, atualmente (final de fevereiro), as mortes registradas oficialmente já passam da marca de 250 mil, número que pode ser muito mais elevado devido às subnotificações. A média do total de mortos por dia tem se mantido acima de 1 mil, um dos maiores índices de mortalidade no mundo, especificamente majorado na população mais vulnerável socialmente. O transbordamento de um sistema público de saúde já precarizado pelas políticas neoliberais de cortes orçamentários, a falta de coordenação nacional e até mesmo a

interdição no Sistema Único de Saúde (SUS) com intervenção militar, resultam na desigualdade de acesso aos serviços de saúde. Isso tornou-se mais visível nas semanas iniciais de 2021. Um dos pontos culminantes deste drama humanitário foi a morte de vários pacientes por falta de oxigênio nos hospitais de Manaus-AM. Quando chegou às manchetes de jornais, em 14 de janeiro, o colapso do abastecimento desse gás já era do conhecimento dos governos federal e estadual. Uma calamidade resultante da criminoso omissão e negligência dos governos.

A falta de investimento em ciência e tecnologia tem demonstrado, durante a pandemia, a extrema dependência tecnológica do país em relação a princípios ativos, medicamentos, biofármacos, insumos e equipamentos como respiradores, EPI entre outros. As mudanças genéticas do vírus aumentaram a sua capacidade de transmissão, impactando na mortalidade. Nesse quadro, faz-se muito pouco sequenciamento genético das amostras dos exames laboratoriais e, mesmo assim, o governo diminuiu o financiamento à pesquisa nas universidades como, por exemplo, dos estudos do genoma das novas cepas do coronavírus.

Na crise sanitária em curso, ficaram, mais uma vez, evidentes os efeitos nefastos da negligência governamental e da corrupção nas parcerias público-privada. Nosso país é reconhecido mundialmente pelo Programa Nacional de Imunização (PNI), com uma história de sucesso por sua qualidade e capilaridade, com capacidade de distribuir vacinas para o imenso território brasileiro. O programa – que já erradicou a varíola e a poliomielite do país, vacinou 80 milhões de pessoas contra o H1N1 em um ano ([Sob governo Lula, Brasil foi o país que mais vacinou contra | Saúde \(brasildefato.com.br\)](http://governo.Lula, Brasil foi o país que mais vacinou contra | Saúde (brasildefato.com.br))), e 18 milhões de crianças contra a poliomielite em duas etapas de vacinação de um dia, 20 de junho e 22 de agosto de 2009 (<http://pni.datasus.gov.br/Informe%20T%C3%A9cnico%20Campanha%20Poliomielite%202009.pdf>) – vem sendo precarizado pelo governo federal, tornando-o mais vulnerável a críticas e *fake news*, bem como ensejando o retorno de doenças do passado, como o sarampo.

A criminoso negligência do governo central se traduz em demora na compra de vacinas, na realização de campanhas de desinformação e na falta de coordenação geral da campanha. Por outro lado, a divisão entre centro e periferias capitalistas se manifesta dramaticamente no fato de os países ricos terem adquirido cerca de 60% das vacinas produzidas mundialmente, enquanto suas populações correspondem a apenas 13% da população mundial. O arremedo de plano de vacinação brasileiro, de um governo que se opõe abertamente às vacinas, não nos permite prever, com mínima segurança, quando o

Brasil terá imunidade coletiva e poderá, enfim, frear a pandemia. Para romper o ciclo de transmissão do vírus, é necessário, além do pleno acesso aos serviços de saúde, vacinas aplicadas pelo SUS como direito de todos(as) e como dever do Estado. Esta deve ser uma das bandeiras que unifique os movimentos sindicais e populares nesse dado momento.

Desde o início da pandemia, Bolsonaro se posicionou contra as medidas que poderiam reduzir sensivelmente a disseminação da doença. A politização, pela extrema direita, do processo de imunização coletiva também demonstrou que a morte de milhares de brasileiros não constitui um problema em si para o presidente. Todo o pensamento e práxis progressista e organizações do povo trabalhador deve enfrentar politicamente a pauta da vacinação para todos como uma exigência humanitária e um instrumento de enfrentamento de Bolsonaro e seus asseclas. O governo fez da pandemia uma oportunidade para passar as contrarreformas administrativa e tributária, bem como para agilizar as metamorfoses do trabalho e da educação com as novas modalidades de trabalho remoto. A negligência do governo federal, no tocante ao fortalecimento da vacinação, levou a um crescente desgaste de Bolsonaro. O esgarçamento da popularidade deste governo foi ampliado por grandes carreatas que levaram às ruas das capitais e maiores cidades do país a indignação contra a política ultraliberal e genocida vigente. Às organizações da classe trabalhadora cumpre responder organizativa e politicamente à altura da agenda regressiva e genocida implementada pelos governos, unindo a defesa das condições de trabalho e vida das amplas massas do povo à luta pela vacina garantida pelo SUS para todo o povo.

Além disso, a pandemia de Covid-19 agravou o quadro de crise econômica, iniciado em 2008, que, no Brasil, pôs em xeque a política de conciliação de classes. Essa crise acirrou a disputa pelo fundo público, fazendo o bloco no poder assumir como prioritária a aprovação da série de contrarreformas do Estado, que visa a reduzir os gastos com saúde, educação, assistência social e outras áreas sensíveis, para gerar *superávit* destinado ao pagamento de juros a grandes instituições financeiras. Essa drenagem de recursos públicos para o mercado é causa da falta de mais investimentos para que o SUS tenha meios que o habilitem a melhor enfrentar os efeitos da pandemia. Por isso a revogação da Emenda Constitucional 95, que estabelece um teto aos gastos públicos com políticas sociais, é fundamental à vida de trabalhadoras e trabalhadores.

Segundo dados publicados pelo IBGE, o percentual de desempregados no país subiu significativamente na segunda metade do ano de 2020, atingindo o índice de 14,3% em outubro, enquanto a taxa de subutilização da mão de obra chegava a quase

30%. A precarização do mundo do trabalho também avançou por causa do aumento da informalidade e da redução dos rendimentos dos trabalhadores formais. No Brasil, a formalização das ocupações era de 55,2% em 2014, e manteve-se perto disso até 2016. Desde então, ela passou a cair aceleradamente, chegando a apenas 52,1% em 2020.

Os trabalhadores e as trabalhadoras com vínculo precário, ou sem carteira assinada, foram as vítimas mais gravemente atingidas pela escalada da carestia. A inflação do país, que, ao final de 2019, era 4,32%, ao término de 2020, atingia o patamar de 4,52%. Por outro lado, a MP 936 facultou, até o fim do período de calamidade pública, em 31 de dezembro de 2020, que trabalhadores/as com carteira de trabalho assinada fizessem acordos de redução de salário ou suspensão de contratos de trabalho. Isso representou uma grande redução da massa salarial e da média de rendimentos dos/as trabalhadores/as brasileiros.

Para os que dependem do trabalho informal (55 milhões de empregados informais, autônomos e desempregados), a única medida aprovada, no sentido de aliviar os agudos efeitos da crise, foi o auxílio emergencial de R\$ 600,00 por mês, sancionado em 2 de abril de 2020. É importante destacar que isso decorreu da enorme pressão dos movimentos sociais sobre o bloco no poder e que, se fossem depender do governo, os(as) trabalhadores(as) iriam receber um valor muito menor, pois a proposta original do Ministro da Economia era de que esse auxílio fosse de R\$ 200,00. Ademais, o Auxílio Emergencial (Lei nº 13.982, de 28 de março de 2020, regulamentada pelo Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020) não foi acessado por inúmeras famílias socialmente vulneráveis. Técnicos da área social estimam entre 15 e 30 milhões o número de trabalhadores/as informais que estão fora do CadÚnico do Governo Federal e que não tiveram acesso ao referido auxílio.

A extinção do auxílio emergencial, no início de 2021, jogou milhões de brasileiros/as numa situação de completa penúria. Essa política de fome, no contexto de uma crise sanitária que se agrava, é mais uma demonstração do caráter genocida do governo Bolsonaro. Essa política foi outro importante fator de queda da aprovação popular da gestão do presidente e motivou, junto com a sua negligente atuação na campanha de vacinação contra a Covid-19, muitas grandes carreatas pedindo seu *impeachment*.

Ao mesmo tempo, ocorreu uma blindagem (criação de barreiras políticas ao *impeachment*) da governabilidade de Bolsonaro na esteira de: 1) conchavos e acordos clientelistas, que permearam as escolhas dos presidentes da Câmara Federal e do

Senado; 2) opção da maioria dos membros do Congresso pela manutenção da estabilidade política, a fim de garantir uma aprovação menos conturbada da Reforma Administrativa (PEC 32); 3) uso oportunista que o governo faz do contexto pandêmico — que impõe a dificuldade de mobilização de sindicatos e movimentos sociais, dado o imperativo do distanciamento e do isolamento social — para fazer aprovar no Congresso as contrarreformas; 4) e falta de combatividade de setores da esquerda (PT, CUT e outros), que, inescrupulosamente e por priorizarem as eleições de 2022, buscam somente gerar um gradual desgaste do presidente, mas não sua imediata derrubada. Essa opção — em face da criminosa lentidão do processo de vacinação e da precarização do SUS, da política de fome representada na extinção do auxílio emergencial e da iminência da infame Reforma Administrativa — deve ser objeto de nosso rechaço e denúncia.

Reforma Administrativa e seus efeitos sobre as IES

É preciso compreender o projeto de Reforma Administrativa como parte de um processo histórico mais longo. A PEC 32/2020, junto com as Leis Complementares que virão nas fases seguintes, pretende completar, levando às últimas consequências, a contrarreforma do Estado iniciada há quase 30 anos, na década de 1990, com Fernando Henrique Cardoso e que seguiu nos governos do PT com as fundações, as Organizações Sociais (OSs) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), as cooperativas, os autônomos, os consultores, o trabalho terceirizado, sem carteira assinada.

No momento atual, o governo Bolsonaro propõe uma Reforma Administrativa que subverte as bases constitucionais da organização estatal, aponta para a privatização ou a extinção pura e simples de entidades públicas, suprime os direitos de servidores públicos e destrói as bases que defendemos para a carreira docente. A PEC 32/2020, por exemplo, acaba com o Regime Jurídico Único. O fim da estabilidade do Serviço Público significa, na prática, o aparelhamento clientelista das funções do Estado e o fim da garantia de oferta de direitos sociais básicos em sua plenitude, pautados pelo conhecimento especializado. Sem dedicação exclusiva, ao(a)s servidore(a)s públicos é oferecida a “oportunidade” de acumular cargos concomitantes à subtração de direitos, ao mesmo tempo em que os/as deixa reféns dos governos. Além disso, com a PEC 32/2020, autoriza-se a redução da jornada de trabalho com redução salarial por simples decisão do poder executivo.

O objetivo da Reforma Administrativa é, pois, diminuir o tamanho do Estado, não para que ele seja mais ágil, mas para que o setor privado lucre com as atividades que até então eram públicas. Embora a PEC 32 não decreta explicitamente o fim dos concursos, ela indica que eles tendem a ser cada vez mais raros na União, nos estados e nos municípios. Na nova proposta, há apenas previsão de concursos públicos para reposição de servidore(a)s nas carreiras típicas de Estado, que devem compor o alto escalão do funcionalismo público. Para os demais vínculos, a proposta é que os concursos sejam substituídos por seleções simplificadas.

A crise sanitária e humanitária diante da pandemia tem demonstrado a importância de um sistema público e, apesar dos recorrentes cortes de recursos e das tentativas de desmonte do SUS, das universidades e instituições de pesquisa, são os servidores dessas instituições públicas que estão dando respostas diretas à pandemia do Coronavírus. Todos esses serviços podem desaparecer do dia para a noite e, por isso, a luta contra a PEC 32 é uma obrigação de toda a população que depende de políticas públicas.

Essa PEC também coloca em risco a remuneração, a carreira, o fazer universitário, como concebido até aqui, e a própria sobrevivência da universidade como instituição pública. A categoria já vem acumulando perdas significativas há um bom tempo, e nossos salários seguirão sem reajuste pelo menos até 2021. Lembramos que a Reforma da Previdência já reduziu nossos salários ao ampliar a alíquota de 11% para 14%, e a Reforma Administrativa, por enquanto apenas adiada, propunha reduzir em 25% os salários dos docentes enquanto houvesse crise fiscal. Além disso, não está de todo descartada ainda a possibilidade de alguma redução salarial relacionada à pandemia da Covid-19.

É importante destacar que existem interesses comerciais em jogo. Uma série de empresas de ensino, fazedoras de cartilhas e vídeo-aulas, com a concepção de ensino bancário, que tratam a educação como mercadoria, pode estar atenta às postagens de docentes visando a interesses próprios e, por definição, alheios e contrários ao ensino público e gratuito de qualidade. A mercantilização da educação significa o encolhimento da educação pública em benefício de grupos como a Króton (atual Cogna), a Yduqs, o BTG Pactual e outros, que visam abocanhar parcelas cada vez maiores do fundo público e da demanda por ensino, além da realização de parcerias público privada com OS, como Instituto Lemann, Instituto Natura, Instituto Airton Senna e outros.

O protagonismo na oposição ao projeto neoliberal de Reforma Administrativa cabe aos servidores públicos federais, estaduais e municipais, que serão diretamente atingidos pelos ataques a seus direitos e a sua profissão, sobretudo, contra os trabalhadores da educação, saúde e assistência social. Cabe também aos trabalhadores das autarquias e das fundações – Ibama, Anvisa, Fiocruz, universidades federais –, que podem desaparecer do dia para a noite.

A pandemia impôs limitações aos movimentos sociais, mas eles não estiveram ausentes em 2020 e um dos mais expressivos foi o do “*black lives matter*”, que se seguiu, como protesto, ao assassinato de George Floyd, em 25/05/2020. Esse movimento foi estopim para a derrota de Trump, no final do ano. Foram significativas as derrotas de Macri, na Argentina, em 27/10/19, da direita golpista, na Bolívia, em 18/10/20 e da direita, no Equador, no primeiro turno, em 07/02/21, que apontam para uma tendência de queda dos setores mais reacionários. Isso é positivo, mas, ao mesmo tempo limitante, como, por exemplo, no Brasil, onde a maioria dos partidos de oposição continua a negar o encaminhamento do *impeachment* e joga todas as fichas na eleição de 2022, o que significa deixar que não se atralhe a votação das contrarreformas no Congresso Nacional. Mas, este é o caminho da não oposição e a extrema direita também se reelege, como no caso da Polônia, onde Andrzej Duda foi reeleito, em 12/07/20. As lutas em defesa da vida, pela vacinação de todos por via do SUS e contra os ataques aos trabalhadores/as colam-se, pois, ao FORA BOLSONARO E MOURÃO.

Nesta conjuntura tão adversa, o ANDES-SN deve adotar como centralidade de luta: 1) a preservação da vida por meio da garantia de vacina contra Covid-19 para todos(as), oferecida gratuitamente pelo SUS; 2) criar, em unidade com outras entidades e movimentos sociais, uma agenda nacional de mobilizações e lutas para barrar mais esta etapa da contrarreforma do Estado que é a chamada Reforma Administrativa, pressionando pela revogação da EC 95; e 3) Retomar a construção da greve, que foi aprovada por praticamente unanimidade no 39º Congresso em defesa da vida, da Universidade Pública, autônoma, com condições de trabalho e estudo, com recomposição orçamentária para as IES públicas e para o desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, reajuste salarial, reajuste das bolsas e demais políticas de assistência estudantil. #Fora Bolsonaro! #Vacina para Todos e Todas, Já!

TEXTO 3

Contribuição do(a)s professore(a)s: Alberto Handfás (ADUNIFESP), Ari de Souza Loureiro (ADUFPA), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Zulke Taffarel (APUB-UFBA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUNB), David Romão Teixeira (APUR), Domingos Savio da Cunha Garcia (ADUNEMAT), Eliene Novaes Rocha (ADUNB), Erika Suruagy (ADUFERPE), Eunice Léa de Moraes (ADUFPA), Fábio Tadeu de Melo Pessoa (SINDUNIFESSPA), Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Frederico Costa (SINDUECE), Geversson Grzeszczeszyn (ADUNICENTRO), Giovane da Silva Mota (ADUFPA), Leni Hack (ADUNEMAT), Jairo de Jesus Nascimento da Silva (SINDUEPA), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Itabirici de Souza e Silva Junior (ADUFRA), José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS), Juliano Pamplona Ximenes Ponte (ADUFPA), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Carlotto (ADUFABC), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Marize Carvalho (APUB-UFBA), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUNB), Míriam Cristiane Alves (ADUFPel), Paulo Opuska (APUFPR), Pedro Silva (SINDUECE), Pere Petit Penarrocha (ADUFPA), Rafael Estrela Canto (ADUFPA), Rejane Candado (ADUFMS), Venize Rodrigues (SINDUEPA).

DOCENTE: QUAL É A PARTE QUE NOS CABE NESTA CONJUNTURA?

Para começo de conversa...

Você, docente de qualquer Instituição Pública do Ensino Superior, Institutos Federais e CEFETs, já parou para comparar como estava a sua situação há dez anos atrás e como ela está hoje? Já parou para pensar em como estava o local no qual trabalha há dez anos atrás e como ele está hoje? Já refletiu sobre como estava o Brasil há dez anos atrás e como está hoje?

Há diversas leituras sobre como estávamos há dez anos atrás, mas uma coisa é praticamente consensual para qualquer pessoa que olhe para a atual conjuntura, de uma perspectiva diferente daquela utilizada pelos negacionistas que nos governam. Estamos muito piores do que estávamos há dez anos atrás.

Perdemos no poder de compra de nossos salários. Perdemos na redução drástica de bolsas de pesquisa e de incentivos diversos para a nossa qualificação. Perdemos na nossa aposentadoria. Perdemos no investimento e nos recursos para nossas instituições. Perdemos na desqualificação do que fazemos, tanto enquanto docentes como enquanto pessoas voltadas para a pesquisa e a extensão, frente aos ataques à Educação e a Ciência. Perdemos nos constantes ataques e intervenções em relação à democracia e à autonomia das Instituições de Ensino Superior no Brasil.

Neste contexto é fundamental entendermos que cada uma destas derrotas não é fruto apenas de uma crise. Como afirmou Darcy Ribeiro, esta crise é o próprio projeto das classes dominantes para a educação no Brasil. Mas, mais do que isto, este projeto não se dá exclusivamente na parte que nos afeta, é um projeto de destruição de todas as conquistas de quem trabalha e de quem constrói este país.

Portanto, enquanto sindicato de docentes do ensino superior, é preciso que o ANDES-SN, as seções sindicais e cada um de nós entendamos a parte que nos cabe no enfrentamento desta conjuntura. É fundamental que consigamos articular a luta por cada demanda específica de nossa categoria com a defesa mais ampla do serviço público de qualidade, com os direitos trabalhistas que vão sendo retirados de cada categoria profissional, com a luta pela democracia e, frente à pandemia que continua, dia a dia, a matar nossa população, a luta primordial pela saúde e pela vida.

É justamente nesta situação em que sofremos com a combinação entre a pandemia de COVID-19, que atinge de forma diferenciada todo o planeta, com um governo que nos coloca como o país que pior tem enfrentado esta ameaça à saúde, que precisamos realizar igualmente um duplo movimento. Por um lado, precisamos fortalecer as demandas específicas de nossa categoria, tanto no que isto implica no fortalecimento de nossa capacidade de mobilização quanto no que estas demandas se articulam com a defesa frente a um dos principais eixos de ataque do governo federal e da quase totalidade dos governos estaduais: a valorização da Educação e da Ciência; a valorização da carreira docente, entre outras demandas que constam de nossa proposta de plano de lutas. Por outro lado, nosso sindicato precisa ser capaz de dialogar com todas as forças políticas que se contrapõem à ação genocida do governo federal. Para termos sucesso na luta pela vacinação, via SUS, para todas e todos, na testagem em massa, na luta pela garantia do auxílio emergencial imediato e na luta pelo fim do governo Bolsonaro/Mourão, é preciso que consigamos construir a mais ampla unidade, articulando com todas as esferas da sociedade que se colocam em defesa da vida. O ANDES-SN, bem como as seções sindicais, não pode mais se limitar a falar apenas para aqueles setores que compartilham do conjunto das posições de suas diretorias, sendo fundamental que nossas principais iniciativas na defesa destas pautas contemplem a diversidade de perspectivas que existem dentro de nosso sindicato.

A Encruzilhada

Sim, a situação é difícil. As condições presentes nos desafiam. Ela não tem precedentes.

Contudo, a crise realçada dramaticamente pela pandemia lhe precede. Não são poucos os estudiosos que afirmam que a crise dos *subprimes*, que começou em 2008 e teve continuidade nos anos que se seguiram, se desdobra na crise atual. A imensa operação de salvação das grandes instituições financeiras, por meio da injeção de bilhões de dólares retirados diretamente dos serviços públicos, no mundo todo, foi capaz apenas de dar um breve alívio, que se esgotou tão logo a realidade se impôs com a paralisia da economia real. Os direitos da maioria do povo, nos distintos países, entretanto, foram pisoteados em nome da austeridade.

Nem esta gigantesca transferência de fundos públicos para o setor privado, nem as fusões e aquisições que, por um momento, pareciam satisfazer os acionistas das principais corporações, foram capazes de prevenir uma nova onda da crise severa da economia capitalista.

Foi neste cenário de terra arrasada que a pandemia do coronavírus surpreendeu o mundo. Os serviços públicos em processo de desmonte, que no Brasil se explicita de forma mais efetiva através da Emenda do Teto dos Gastos, mas que é uma realidade mundial, foi um dos motivos da severidade dos efeitos da pandemia. Os milhões de mortos no mundo todo, os quase 300 mil mortos no Brasil, correspondem ao colapso da ciência, da pesquisa, ao fechamento maciço de leitos hospitalares, à redução radical de pessoal e/ou a precarização das contratações e até mesmo à “queima” de EPIs para efeito de economia em seu armazenamento. A retração da pesquisa científica e sua progressiva retirada da esfera pública em benefício das farmacêuticas privadas impediram e impedem uma resposta efetiva à pandemia. O que a emergência sanitária mostra não é um triunfo da ciência, mas sua crise por conta da destruição do seu financiamento pelo poder público.

No Brasil, o governo da extrema-direita, movido por uma ânsia de instaurar um regime de força, sobre bases militares (são milhares de membros das FFAA no governo e dezenas de generais em cargos de responsabilidade, entre eles vários ministros), assumiu uma atitude, primeiro negacionista, depois francamente genocida, enxergando na crise sanitária um perigo ao seu projeto de poder. A burguesia, avalista deste governo, mesmo numa relação crítica com ele, está disposta a seguir sustentando-o em

troca da implementação da chamada “agenda liberal”, leia-se, destruição dos serviços públicos, dos direitos que restam e privatizações, como repete a ladainha interminável da imprensa, mostrando que Bolsonaro é ainda o “liberalismo” realmente existente. Se a burguesia sofre com a pandemia, que agrava as condições de exploração, de circulação e realização do lucro, o isolamento social a que parte do povo se vê constringido, embora a imensa maioria não possa efetivá-lo, abriu uma janela de oportunidades para passar o programa de liquidação de direitos e garantias num quadro de dificuldades de mobilização popular e da tentativa da grande mídia de esconder as lutas existentes.

Com a ausência de formulação de alternativas que viabilizem uma resistência mais efetiva aos ataques, no quadro do isolamento social (obrigado pela falta de meios para enfrentar a pandemia, do desmonte da pesquisa, do SUS e do serviço público, bem como da completa falta de soberania nacional no campo farmacêutico, que faz o país ficar completamente dependente da *Big Pharma*), Bolsonaro tenta aproveitar para “passar a boiada” da liquidação dos direitos. As tentativas de reações virtuais, os janelões, painelaços e mesmo as carreatas e bicicleteas, embora importantes, se mostram insuficientes para deter a vaga destruidora que Bolsonaro, com apoio da burguesia no seu conjunto, tenta impor.

Neste quadro, a oposição, no plano parlamentar, se mostra ainda tímida em face da situação do país, mesmo numa circunstância em que há uma crise aberta das instituições, revelada desde a compra de votos dos deputados na eleição das mesas do Senado e da Câmara até as revelações contundentes da farsa judicial da Lava Jato que condenou Lula fraudulentamente.

Eis a encruzilhada: a política do governo, incapaz de assegurar a vacinação e a testagem em massa, provoca o descontrole do contágio do coronavírus, com uma segunda onda de contaminação de uma violência ainda maior do que a primeira e, como consequência, vivemos o risco de emergir deste período com perdas irreparáveis no que concerne aos direitos, aos serviços públicos e à soberania nacional. A questão que este CONAD precisa se colocar é: como reagir?

Sair da defensiva...

Cada vez mais, a situação demonstra (e seria cansativo e desnecessário aqui listar os infinitos crimes cometidos por Bolsonaro nesta quadra em que vivemos), que não existe saída para a nação que não comece com o fim do atual governo, pelos meios

que forem possíveis. Tarefa urgente, que demanda a criatividade na construção de alternativas de mobilização, visto que a imunização praticamente não começou no país. No momento em que escrevemos esta contribuição, apenas 3% do total da população foi vacinada. Parafraçando Ignácio de Loyola Brandão, corremos o risco de não vermos país nenhum, “depois da vacina”.

E, contudo, não faltam exemplos de resistência da classe trabalhadora e do povo. A situação é de tal forma grave (desemprego, fome, violência) que não podemos descartar a possibilidade de uma explosão social, eventualidade para a qual nossas organizações precisam estar à altura. Este povo não se deixará esfomear, os trabalhadores não se deixarão despir de todos os seus direitos, os docentes não se conformarão em serem obrigados indefinidamente ao ensino remoto, enquanto seus direitos são liquidados, as verbas da educação surrupiadas e os salários congelados.

A Saúde

O inimigo invisível (Covid-19), não prosperaria sem a ajuda dos inimigos visíveis, Bolsonaro, os negacionistas, o Centrão. Não deixa de ser curioso que, no que pesem as justas reclamações sobre a falta de vacinas, a inércia, incompetência e mesmo a sabotagem de Bolsonaro, quase não se fala mais na necessidade de testar em massa, ainda mais que não há falta de testes, que apodrecem nos depósitos dos governos.

Por isso, é essencial levantar a bandeira da vacinação urgente de todas e todos pelo SUS, sem nenhuma concessão à mercantilização da vacina, ao lado de exigir uma ampla testagem, que permita ao povo condições mínimas de segurança inclusive para ampliar a resistência à destruição promovida por Bolsonaro.

A Educação Pública

Está em curso uma campanha de responsabilização dos docentes pelo fechamento de todas as instituições de ensino. A intenção dos governos é impor uma volta presencial sem as medidas necessárias de segurança sanitária para o retorno. Aqui também é a contenção orçamentária, no meio da pandemia, que comanda a política do governo.

Não podemos ficar na defensiva diante da sociedade. É preciso afirmar que não somos partidários da continuidade indefinida do trabalho remoto e que a dita teleeducação é uma precarização inaceitável do processo de ensino e de aprendizagem. Se defendemos que os sindicatos protejam os direitos profissionais dos professores e das professoras, inclusive no contexto do ensino remoto, temos consciência dos imensos prejuízos que esta modalidade traz à formação da juventude e à profissão docente.

É necessário se dirigir à sociedade com clareza: queremos voltar à atividade presencial o quanto antes, mas não queremos morrer e nem que alunos e alunas, servidores e servidoras morram. É Bolsonaro, são os governos que nos impedem de voltar, com sua política de negação da pandemia e de sabotagem das medidas sanitárias necessárias na situação.

O ANDES-SN deve liderar uma campanha de vacinação para todos e todas e de testagem maciça para podermos voltar ao trabalho presencial. Deve liderar a luta para que as instituições de ensino tenham efetivas condições de segurança sanitária para que a volta às atividades presenciais se efetive, conforme protocolos sanitários que considerem as condições de cada instituição.

A par disso, é necessário retomar a luta salarial, a batalha para derrotar a criminosa reforma administrativa e sua antecipação no plano fiscal, as PECs 32, 186, 187 e 188, hoje sintetizadas na chamada PEC Emergencial.

Após 90 dias de sua posse, a atual diretoria do ANDES se encontra na mesma encruzilhada do conjunto do movimento. É necessário sair do impasse.

Cabe ao ANDES-SN, que dirige aproximadamente 140 Seções Sindicais e cerca de 79 mil sindicalizados de uma base de aproximadamente 380 mil professores e professoras que compõe o Movimento Docente no Brasil, desempenhar responsabilidades sindicais e defender a categoria, defender os serviços públicos, defender a soberania e a democracia no Brasil. O que está em jogo é o futuro do país. Precisamos sair da defensiva e nos articular com as forças progressistas da sociedade, centrais sindicais e entidades sindicais, movimentos sociais com as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, sem sectarismo e isolacionismo. Isto passa pelo fim do governo de Bolsonaro/Mourão, com seu negacionismo, militarismo entreguista e a necropolítica genocida.

VACINA JÁ VIA SUS PARA TODAS E TODOS!

TESTAGEM EM MASSA JÁ!

AUXÍLIO EMERGENCIAL JÁ!
FORA BOLSONARO/MOURÃO!

TEXTO 4

Contribuição do (a)s professore (a)s: Adriana Machado Penna (ADUFF-SSind.); Agatha Justen Gonçalves Ribeiro (ADUFF-SSind.); Airton Paula Souza (ADUFS-SSind.); Alair Silveira (ADUFMAT-SSind.); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCefet/MG-SSind.); Angelica Lovatto (ADUNESP-SSind.); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP-SSind.); Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-SSind.); Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS-SSind.); Bráulio Silva Chaves (SINDCefet/MG-SSind.); Catharina Marinho Meireles (ADUFF-SSind.); Célia Regina Otranto (ADURRJ-SSind.); Claudio Roberto Marques Gurgel (ADUFF-SSind.); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP-SSind.); Dilenno Dustan (APES-JF); Elizandra Garcia da Silva (ADUFF-SSind.); Elyson Ádan Nunes Carvalho (ADUFS-SSind.); Fábila Barboza Heluy Caram (SINDCefet/MG-SSind.); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP-SSind.); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP-SSind.); Francisco Mauri de Carvalho Freitas (ADUFES-SSind.); Francisco Vitória (ADUFFPel-SSind.); Igor Mota Morici (SINDCefet/MG-SSind.); Ivan Neves (ADUFPA-SSIND.); Jacira Maria Machado de Oliveira (ADUFF-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP-SSind.); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT-SSind.); José Jailton Marques (ADUFS-SSind.); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ-SSind.); Júlio Carlos Figueiredo (ADUFF-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ-SSind.); Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS-SSind.); Marluce Silva (ADUFMAT-SSind.); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP-SSind.); Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS-SSind.); Onice Teresinha Dall'Oglio (ADUFMAT-SSind.); Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF-SSind.); Roberto Alves Simões (ADUFF-SSind.); Rondnelly Diniz Leite (SINDCefet/MG-SSind.); Samuel França Alves (SINDCefet/MG-SSind.); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP-SSind.); Vera Aguiar Cotrim (SINDCefet/MG-SSind.); Waldyr Lins de Castro (ADUFF-SSind.); Wilma Lucia Rodrigues Pessôa (ADUFF-SSind.); Wilton Walter Batista (ADUFS-SSind.).

MOBILIZAR A BASE E REUNIR FORÇAS: NA DEFESA DA UNIVERSIDADE, DOS SERVIÇOS E DOS SERVIDORES PÚBLICOS

O ajuste promovido pelo capital sob a égide de “novas” formas de exploração do trabalhador é o princípio central da burguesia como classe dominante, impondo um novo período de acumulação ainda mais violento contra as forças produtivas. Resulta daí o aumento dos índices de desemprego aliados a um processo tecnológico que não serve à classe trabalhadora – de mortes, de formas de precarização e intensificação das relações de trabalho (terceirização, uberização etc.), de cortes de direitos, da superexploração do trabalho, da destruição ambiental, e a discriminação (quando não a violência), contra negros, mulheres, crianças e segmentos étnicos ou sexualmente diferenciados.

A histórica crise econômica do capitalismo, acentuada pela pandemia da COVID-19 nos países centrais – EUA e zona do Euro – com repercussões globais, tem penalizado especialmente os países subordinados. Essa conjuntura agrava-se pela guerra comercial entre os EUA e a China, o que pode significar maiores abalos e retração na economia mundial, onde a ascensão chinesa, sua aproximação e celebração de acordos

com a Rússia em vários campos e a recente constatação de ter se tornado o maior parceiro comercial da União Europeia (UE) aumenta os presságios de que o mundo possa desembocar em um novo período de “guerra fria”.

Retornado aos EUA, a derrota de Trump na eleição americana diminuiu o fôlego do estilo conservador e autoritário fascista e da consigna “a América primeiro”; porém, não oferece nenhuma garantia de que o *establishment* mude significativamente sua forma de ação com a vitória de Biden.

O governo Biden, teve um começo de mandato promissor na área dos direitos humanos, a que se acrescenta o retorno dos EUA à OMS, ao acordo do clima de Paris e os acenos de certo arrefecimento nas relações com Cuba, Venezuela e Irã. Contudo, estes acenos não oferecem nenhuma garantia de abandono das suas pretensões hegemônicas e dos enfrentamentos no mundo, exigidos pela indústria armamentista americana, que é responsável por cerca de 1/3 da produção do país. O recente ataque à Síria ilustra bem essa situação.

Na França, na Espanha, na Itália, na Inglaterra e em outros países de variados continentes, o conflito se expressa sob diversas formas – da intolerância com os refugiados ao separatismo.

Como estes elementos contraditórios geram uma perspectiva negativa na economia global, é possível que a desaceleração e a incerteza sobre a recuperação aumentem ainda mais.

Nessa conjuntura, o imperialismo não tem concedido espaço para políticas de sustentação dos recursos naturais, dos direitos sociais e previdenciários e dos serviços essenciais, que ofereçam o mínimo de dignidade à classe trabalhadora.

A mais recente contenda neste flanco coloca a questão da quebra de patentes para vacinas contra a COVID-19 (proposta encabeçada pela Índia junto a ONU/OMS), devidamente ignorada pelos países imperialistas. É exemplo do radicalismo que envolve os interesses privados em detrimento dos interesses públicos, posto que os grupos privados se utilizam de todos os meios para garantir a extração de alta lucratividade, não importante o número crescente de mortes devido ao espriamento de uma pandemia.

De modo geral, onde há resistência ao neoliberalismo, projeto contemporâneo do capital, observa-se que a luta dos trabalhadores tem sido travada sob a pressão de contradições cada vez mais agudas.

Na América Latina, os choques, que alcançaram patamares elevados de luta, se sucedem do Equador ao Chile. O golpe ocorrido na Bolívia deu mais uma demonstração da frequente intervenção do capitalismo monopolista nos governos que estão à esquerda no espectro político-ideológico e que conseguem se manter na contramão do imperialismo, ainda que seja para oferecer a democracia liberal como oposição. A segregação étnica e racial é parte desse processo, cujo objetivo é a remuneração do capital, com os recursos financeiros e materiais disponíveis onde quer que estejam. O resultado da eleição na Bolívia levanta uma expectativa de reversão deste quadro no país; contudo, não há ilusões de que uma nova tentativa de golpe não venha a ocorrer, em breve.

No caso da Venezuela, a despeito das diferentes avaliações, há o agravante, imperdoável para o imperialismo, de ter-se organizado política e ideologicamente a classe trabalhadora, além da sua produção em geral e os recursos gerados se destinarem aos seus legítimos produtores, em forma de serviços essenciais, pensões e investimentos em infraestrutura e moradia.

Na Argentina, após a eleição de Alberto Fernández, parecia que haveria um alento ao povo, que desde as reformas do ex-Presidente Carlos Menem, que dolarizou a economia, não conseguem sair do buraco cada vez maior de subordinação ao capital.

No Chile, a classe trabalhadora, submetida durante décadas à Constituição de Pinochet e as “reformas” neoliberais radicais, como a contrarreforma previdenciária, por exemplo, sofreu perdas significativas de direitos. Entretanto, a organização e a elevação de consciência dos trabalhadores chilenos resultaram na mais intensa e duradoura rebelião popular no país, o que motivou a convocação de uma constituinte, responsável pela elaboração de uma nova Carta Magna.

No Equador dá-se a retomada de um processo mais preocupado com os interesses da maioria da população, a ser observado com o cuidado de não criar expectativas exageradas sobre suas possibilidades, ainda que seja um vento novo que sopra sobre o país.

Há, portanto, um processo global de disputas, sem que se possa definir o futuro, mas com tendência para o encurtamento dos espaços da extrema-direita.

No Brasil, após a Reforma da Previdência, o governo encaminhou ao Congresso Nacional as Reformas Administrativa e Fiscal, já anunciando a Reforma Sindical. O “Plano Mais Brasil” foi enviado ao Senado Federal, sob a afirmação uníssona da mídia

de que esta é a mais profunda reforma de Estado, desde a promulgação da Constituição em 1988.

Paulo Guedes, atual ministro da economia, tem chamado o conjunto de reformas da sua agenda ultraliberal de “Agenda de Transformação do Estado”, que tem nas consignas ‘desobrigação, desvinculação e desindexação’ a chave para a liberação dos recursos necessários à retomada das taxas de lucro da burguesia.

Como exemplo a “PEC da Emergência Fiscal” (ou “PEC dos Gatilhos”), que define gatilhos automáticos de contenção dos gastos públicos, em caso de crise financeira na União, estados e municípios, foi apresentada pelo governo ao Congresso como resposta ao descumprimento à chamada “regra de ouro”, que proíbe o endividamento para pagamento de despesas correntes, como salários de servidores.

Assim, os governos da burguesia, sob a aparência de austeridade, partem para o confronto direto com os servidores dos três níveis, autorizando a redução do salário e da jornada de trabalho em 25%, dentre outras duras medidas, e retirando da Constituição o aumento anual de remuneração.

Os discursos proferidos pelos representantes da burguesia sobre este tema são difundidos para as massas trabalhadoras carregados de argumentos enganosos de que a redução de salários e a estagnação das promoções dos servidores poderão equacionar o endividamento público. Esses discursos, além de manipular a opinião pública contra os serviços e políticas públicas sociais, ocultam o objetivo de remunerar os credores da dívida, em especial aqueles que acumulam as maiores taxas de lucro do capital monopolista. Somente em 2019 foi desviado o montante de R\$ 1,038 trilhão do Tesouro Nacional para a amortização e pagamento de juros da dívida pública, representando mais de 40% do orçamento da União.

O aprofundamento da crise econômica mundial do sistema capitalista vai obrigar às diversas frações de classe burguesa a, mais uma vez, saquear os recursos financeiros onde quer que estejam. Por isso, avançarão sobre os fundos públicos e procurarão reduzir os gastos com o serviço e os servidores, como também impulsionar e, se possível, ampliar os dispositivos legais da profunda exploração do trabalho. É para manter isso que precisam neutralizar os sindicatos, buscando limitar as organizações da classe trabalhadora.

Terminado o ano de 2020, Bolsonaro conseguiu um resultado bastante favorável ao seu governo, levando em consideração as mais de 250 mil mortes causadas até o momento pela pandemia do coronavírus, o deliberado descaso com a vacinação da

população, os inúmeros pedidos de *impeachment*, suas incontáveis transgressões à Constituição, seu aparentemente inesgotável repertório de sandices voltadas para a fidelização de seu eleitorado cativo e os milhões de desempregados, falências e miseráveis que se encontram nos campos e cidades brasileiras. Nenhum, das dezenas de pedidos de *impeachment*, foi posto em votação, e a burguesia brasileira, em sua expressiva maioria, apoia o governo. Segundo pesquisas do DataFolha, de 20 setores da economia, 15 registraram lucros em 2020, e uma agenda de medidas entreguistas e antipopulares é bancada pelo governo – além das leis que amparam a mais profunda exploração do trabalho, operada com a conivência do governo e ausência de fiscalização e justiça trabalhistas, como temos presenciado nestes dois primeiros anos de mandato.

O resultado das eleições municipais no Brasil reforçou os setores da centro-direita e da direita, apesar de os candidatos declaradamente apoiados por Bolsonaro terem sido, em sua grande maioria, derrotados. Nenhum resultado expressivo ocorreu no campo da esquerda, senão a passagem do candidato do PSol, Guilherme Boulos, ao segundo turno da disputa na capital de São Paulo. Esse fato foi provavelmente o acontecimento das eleições de 2020. Por algum tempo, reacendeu a chama de luta dos setores mais avançados da classe trabalhadora organizada, proporcionou uma experiência de frente única e provou a vitalidade das esquerdas no Brasil – ainda que seu nível de organização e diálogo com as massas se mantenha muito distante do necessário.

Além de revezes que proporcionaram desgaste a Bolsonaro, como as já referidas derrotas de candidatos que apoiou diretamente (Crivela no Rio de Janeiro é o melhor exemplo), houve oscilações nas pesquisas que indicam a perda de uma parcela de sua base de apoio popular e, ainda, o resultado nas eleições estadunidenses, nas quais Trump, seu aliado, não conseguiu se reeleger.

A questão estadunidense realça a intensa articulação entre a questão nacional e internacional, com suas nuances e contradições, movida que está pela maior crise econômica desde 2008 (alguns diriam que desde 1929) e por uma crise sanitária decorrente da pandemia de COVID-19, de proporções e soluções ainda desconhecidas.

No início do ano de 2021, as eleições para a presidência da Câmara dos Deputados e do Senado, em fevereiro, refletiram o resultado geral ocorrido nas eleições municipais.

Quase um ano depois da aproximação de Bolsonaro com o chamado *centrão*, grupo político de direita, identificado por seu forte fisiologismo, aprofunda-se essa

relação com a conquista das mesas da Câmara e do Senado – deputado Arthur Lira e senador Rodrigo Pacheco eleitos, ambos apoiados pelo governo.

Não é pouca coisa o que ocorreu, e se constitui no acontecimento dessa nova conjuntura aberta. Bolsonaro, que se mantinha no páreo, mesmo sendo desmoralizado pelo Legislativo e pelo Judiciário com alguma frequência, agora se faz parceiro do Legislativo, e certamente contará com ele em 2021 e provavelmente em 2022. Em 2021, tentará emplacar as mudanças que selarão o apoio da grande burguesia. Ele, o *centrão* e a grande burguesia não têm contradição profunda. Sua capacidade de manobra política cresceu com o *centrão*, cujos primeiros movimentos – aprovação da autonomia do BC e defesa da volta do auxílio emergencial – dão a mostra do que esperar.

Reproduzindo o otimismo ingênuo que tem demonstrado desde a posse de Bolsonaro, setores da esquerda agora alimentam o discurso de que o *centrão* trairá Bolsonaro e o abandonará. Mas nada indica essa tendência. O histórico do *centrão* é de se manter fiel em troca de favores absolutamente viáveis para o governo. Assim como se manteve fiel durante os 8 anos de FHC e de Lula, tendo inclusive blindado o petista no momento em que explodiu o escândalo do mensalão. Em rigor, quem rompeu com quem foi Dilma Rousseff, quando se rebelou na Câmara contra a candidatura e liderança de Eduardo Cunha. Além disto, o *centrão* não tem motivo para, em vésperas da sucessão presidencial, abandonar sua conquista em troca de um projeto incerto de outra candidatura.

Isto reduz mais ainda as chances de um *tertius* na disputa de 2022. Esse terceiro seria um candidato de centro, tendo um viés mais à esquerda (Ciro Gomes, p.ex.) ou mais à direita (Dória, Maia). Estreitou-se o caminho, porque Bolsonaro pode transformar essa aliança parlamentar com o *centrão* em aliança eleitoral. Afinal, quem mais teria o *centrão* para disputar a presidência? Estaria o *centrão* disposto a correr o risco de perder os favores do governante, se afastando de Bolsonaro para apoiar algum dos nomeados acima? É pouco provável.

ACM Neto percebeu isto. Sua entrevista, divulgada pela Globo e outros meios de comunicação, é sintomática. Perguntado sobre Bolsonaro e eleições em 2022, ele praticamente diz que poderá apoiar Bolsonaro, desde que ele se faça civilizado. Neto se coloca como a elite do *centrão*. No seu subtexto está escrito: nós podemos dar ao Bolsonaro essa cara progressista, no sentido moderado do termo. Provavelmente sua adesão a Bolsonaro não será muito cara, considerando que suas criaturas, como é o caso do deputado Roma, hoje ministro da Cidadania, já estão aderindo. Buscando garantir

este apoio, Bolsonaro declarou que só no segundo mandato será possível concluir as reformas.

Sua aliança eleitoral pode selar a sorte de 2022 e reproduzir 2018 – o sonho de consumo de Bolsonaro. Ele *versus* o PT.

O quadro econômico, objeto de frequentes expectativas de colapso, dificilmente seguirá esse rumo. A dívida pública essencialmente em real e as reservas na casa dos US\$ 350 bilhões, grande ociosidade de estrutura produtiva, mercado externo de bens primários crescendo e possibilidades de retorno razoável à vida normal, pós-vacina, não autorizam nenhum analista sensato a esperar uma tragédia econômica que inviabilize Bolsonaro e seus aliados de direita. Antes, o contrário. Muito possivelmente eles avançarão nas privatizações e contrarreformas anti-povo e anti-servidores públicos, com o apoio da grande mídia, hoje ainda “costeando o alambrado”.

Vale dizer que isso significa o fim ou muita limitação da “frente ampla”, em face da satisfação da grande burguesia e das diferentes agendas econômicas dos setores progressistas e liberais. Um ponto inconciliável e fundamental é a pauta trabalhista – privada e pública. Não é aceitável a continuidade da legislação trabalhista e o regime geral de exploração do trabalho no Brasil. Além disto, como se viu no recente caso do deputado Daniel Silveira, Bolsonaro procura se adequar ao discurso bem comportado do “centro democrático”, preenchendo mais uma exigência dos “liberais progressistas”. Falta apenas aderir à vacinação – o que não será surpresa.

Significa dizer que só a esquerda os derrotará – quase que solitariamente. A dúvida que fica é se essa esquerda precisará atrair uma fração da direita – por isto ser igualmente moderada – ou se deverá radicalizar e investir na grande massa que continua tão indignada e desprezada quanto há 4 anos atrás.

Promover a reunião das forças de esquerda e construir uma agenda de lutas que barre o avanço da extrema-direita e preserve os direitos e necessidades dos trabalhadores – esta é a tarefa que nos cabe no momento.

O ANDES-SN

O ANDES-SN tem sido um instrumento histórico importante nas lutas de resistência aos ataques do grande capital e seus prepostos, e isto se deu graças a sua estrutura de organizacional radicalmente democrática. Por isso é que devemos lutar para que o Sindicato continue se organizado e funcionando democraticamente, ou seja, que

toda a base docente tenha a oportunidade de participar e influir nas elaborações, deliberações e encaminhamentos.

Certamente teremos enfrentamentos duros nos próximos meses, e é fundamental que se estabeleça o funcionamento do ANDES-SN, em todas as suas instâncias, no limite das restrições impostas pela crise sanitária. Neste sentido, a ausência das lutas, o silêncio do ANDES-SN no último biênio em face à conjuntura e sua omissão no cotidiano da vida da categoria nesse momento dramático sob todos os pontos de vista, é um comportamento que vem marcando o recuo da luta sindical no Brasil. Este silêncio, acompanhado de uma profunda inação (posto que o derrame de Notas de Repúdio nada resolve), parece desconsiderar o sofrimento, o adoecimento e as perdas (simbólicas e materiais) que estão invadindo os professores, implicando, no limite, na própria continuidade da existência do sujeito docente e da docência *tout court*

Neste contexto de grandes ameaças ao serviço público, em especial as universidades públicas e de aguda exploração do trabalho e desigualdade, nosso Sindicato por sua reconhecida trajetória combativa e de luta, precisa se colocar como um dos protagonistas principais, mobilizando sua base e auxiliando na organização dos fóruns que aglutinam as entidades dos trabalhadores do serviço público.

Neste contexto, o Sindicato terá que se posicionar contundentemente sobre como encaminharemos as nossas lutas – que não serão poucas nem simples – durante todo este ano.

Em função de um contexto tão complexo, avaliamos que o chamado a (mais) um CONAD é absolutamente insuficiente. Urge que chamemos um Congresso com a participação massiva de toda a base.

Ainda que não esperemos que em momento de quarentena se façam mobilizações presenciais, há meios e acessos que podem ser usados – eis aí um bom lugar para a comunicação à distância! – para que nossa entidade se faça ouvir, impulsionando o espírito de luta e criatividade da categoria para enfrentar esse momento.

Deixar para o próximo ano uma reação mais contundente, certamente nos colocará diante da constatação de que pode não restar muito a defender. O momento exige uma resposta imediata e para isto precisamos mobilizar a base docente, sem o que permaneceremos tendo uma receptividade restrita do conjunto da categoria.

Para esta tarefa de mobilização da categoria, estamos reivindicando a convocação imediata de um Congresso, com pauta única: *A luta em 2021 – contra a*

precarização do trabalho e dos serviços públicos e por mudanças em favor dos trabalhadores. Temos recursos acumulados e conhecimentos suficientes para a necessidade que se apresenta e precisamos aciona-los imediatamente, pois a conjuntura assim exige.

Na construção da resistência do conjunto da classe trabalhadora brasileira, nossa contribuição é importante e esta é a tarefa que está ao alcance de nossas mãos realizar.

Por mais desafiadora que seja a conjuntura, não nos esqueçamos: A luta de classes continua.

LOCKDOWN IMEDIATO EM FAVOR DE TODA CLASSE TRABALHADORA E
VACINAÇÃO UNIVERSAL PARA A POPULAÇÃO

TEXTO 5

Contribuição do(a)s professore(a)s: Juliana Iglesias Melim (ADUFES), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Viviana Mônica Vermes (ADUFES), Gelta Xavier (ADUFF), Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE), Helio Cabral (ADUFERPE), Levy Paes Barreto (ADUFERPE), Adriana Santos (SESDUF-RR), Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI), Antonio Luis da Silva Sousa (SINDIFPI), Aritana Dutra (SINDIFPI), Egmar Souza (SINDIFPI), Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI), Antonio Rodrigues Belon (ADUFMS), Tarcisio Luiz Pereira (ADUFMS), Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS), Armando Tafner (ADUFMAT), Cláudia Durans (APRUMA), Roberto Santos Ramos (APRUMA), Rosana Éleres Figueiredo (APRUMA), Welbsson do Vale Madeira (APRUMA), Daniela Batista Santos (ADUNEB), Sinoélia Silva Pessoa (ADUNEB), Douglas Bezerra (ADUFPI), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Gihad Mohamad (SEDUFMS), José Carlos Gilli (SEDUFMS), Maristela da Silva Souza (SEDUFMS), Helvio Alexandre Mariano (ADUNICENTRO), Irenilda dos Santos (ADUFMAT), Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT), Waldir Bertúlio (ADUFMAT), José Vitorio Zago (ADUNICAMP), Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE), Marco Escher (APES-JF), Raimundo Wanderley Padilha (ADUNIFESSPA), Simone Contente (SINDUNIFESSPA), Romildo Raposo (ADUFPB), Sandra Moreira (ADUFPA), Tamara Cardoso André (ADUNIOESTE).

CESSAR O GENOCÍDIO! LOCKDOWN, VACINA PARA TODOS E AUXÍLIO EMERGENCIAL JÁ! FORA BOLSONARO E MOURÃO!

As trevas abraçam o país. Vivemos o pior momento da pandemia com mais de 255 mil mortes pela Covid-19 (oficialmente) e o colapso do sistema de saúde. Na maioria dos estados não há mais vagas nos leitos de UTI, a vacinação tem sido suspensa em várias cidades por falta do imunizante e todo o processo, X no país, caminha a passos de tartaruga.

O responsável por essa situação continua sua cruzada de mentira e morte. Bolsonaro é o maior militante em prol do vírus em todo mundo. O “capitão-covid” se recusa a comprar mais vacinas, ao mesmo tempo em que é um militante fervoroso contra o *lockdown*. No sábado, 27/02, proclamou aos berros: “O auxílio emergencial vem por mais alguns meses e, daqui pra frente, o governador que fechar o seu estado, o governador que destrói emprego, ele é que deve bancar o auxílio emergencial. Não pode continuar fazendo política e jogar para o colo do presidente da República essa responsabilidade”.

No dia em o país chegou a 255 mil óbitos notificados, Bolsonaro continuou zombando dos mortos. “Desculpe aí, pessoal, não vou falar de mim, mas eu não errei nenhuma desde março do ano passado”, disse.

Bolsonaro negou a gravidade do vírus (“é só uma gripezinha”), zombou das vítimas (“todo mundo morre um dia”), é contrário ao uso de máscaras (“eu tenho minha

opinião sobre máscaras, cada um tem a sua”), receitou cloroquina (“uso da cloroquina se apresenta como algo eficaz”) como tratamento preventivo, apesar de cientistas comprovarem sua total ineficácia; e agora intensifica a sua campanha contra o *lockdown*.

O seu argumento é pífio. O *lockdown* levaria ao colapso da economia do país, levando à bancarrota empresas e o comércio. Portanto, argumenta ele, ser contra o fechamento é defender os empregos. Trata-se de uma óbvia tentativa de se eximir da incapacidade do seu governo para garantir empregos. A verdade é que Bolsonaro não quer gastar nenhum centavo com auxílio emergencial digno para milhões de trabalhadores, nem oferecer ajuda aos pequenos comerciantes que têm seus negócios ameaçados.

No dia 28/02, Bolsonaro disse que deu dinheiro aos estados e divulgou uma conta sobre valores diretos e indiretos repassados. Porém, os governadores responderam que os dados são distorcidos porque englobam repasses obrigatórios pela Constituição Federal, previstos pelo pacto federativo.

Bolsonaro sequer gastou o dinheiro reservado à compra de vacinas. Até 19 de fevereiro, foram gastos míseros 9% do dinheiro liberado em caráter de urgência e emergência para a compra e o desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19. Também recusa a oferecer recursos para a abertura de novos leitos de UTI nos estados para o tratamento da doença. O que esperar, afinal, de um genocida que diante da falta de oxigênio em Manaus proclamou: “não é problema do governo”.

O governo federal quer empurrar os trabalhadores para a morte, usando-os como bucha de canhão para que os grandes capitalistas continuem lucrando.

Contudo, mesmo do ponto de vista da economia capitalista, a estratégia de Bolsonaro revela-se estúpida. Por sua culpa, o total descontrole da pandemia ameaça as expectativas de retomada da economia, projetada em 3,5% para 2021, o que na prática significa quase estagnação em relação ao trimestre final de 2020. Soma-se a isso a inflação dos alimentos, que foi de mais de 20% em 2020 e ainda será o dobro da inflação média em 2021.

Mas tudo que está ruim pode ser ainda pior. Ao não interromper a circulação do vírus, especialmente agora em que suas mutações mais infecciosas circulam pelo país, combinada à extrema lentidão da vacinação da população, o Brasil poderá demorar bem mais para controlar a pandemia do que muitos outros países. Ao se desenvolver livremente, novas variantes do vírus podem surgir e escapar da imunização

proporcionada por algumas vacinas e, inclusive, aumentar sua letalidade entre pessoas mais jovens, como algumas pesquisas científicas já começam a sugerir, e médicos já observam na prática nos hospitais.

Por isso, é fantasiosa a noção de “imunidade de gado”, como defende X Bolsonaro. Essa imunidade não existe sem vacinação, e o genocida sabe disso. Ao seguir seu curso natural, qualquer vírus se modifica, e apenas uma vacinação em massa pode interromper esse processo.

A natureza ignora o tempo da economia capitalista e os discursos ideológicos. Nesse cenário de descontrole total, o Brasil poderá demorar anos para voltar ao normal, registrando, por um longo período, crises endêmicas de Covid-19. Em outras palavras, a Covid-19 poderá ser tornar endêmica, como a dengue, gripe, malária e tuberculose, por exemplo. Não basta muita imaginação para perceber que conviver com o vírus por mais dois ou três anos seria um enorme catástrofe “para a economia” e, principalmente, para a vida de mais de centenas de milhões de brasileiros.

Mas, se Bolsonaro é um “Pilatos” com sangue retinto nas mãos, os governadores têm a sua responsabilidade na conta do colapso atual. Praticamente todos se recusaram a decretar uma quarentena pra valer, mesmo diante das constantes advertências dos comitês científicos. Muitos, inclusive, liberaram aulas presenciais, como é o caso de João Dória (SP), Wellington Dias (PI), Renato Casagrande (ES), Ratinho Jr (PR), entre outros... E, mesmo diante do caos, os governadores ainda se recusam a decretar um *lockdown* que interrompa todos os serviços não essenciais.

Adotaram medidas farsescas, como a interrupção parcial das atividades durante a noite e a madrugada. Ora, tal medida é absolutamente insuficiente. Não há nenhum registro científico sobre o comportamento notívago do vírus. As grandes concentrações, comuns em transportes superlotados, as aglomerações no trabalho e no comércio, as aulas em escolas, ocorrem durante o dia e possibilitam a livre circulação do vírus. Por isso é hipocrisia a adoção desse tipo de medida que, aliás, apenas desmoraliza a quarentena aos olhos da população e fortalece as mentiras de Bolsonaro e mobiliza sua caterva na campanha em prol da Covid.

O Brasil precisa de uma vacinação em massa para todos imediatamente

A vacinação, da forma como vem acontecendo, a passo de tartaruga é culpa de Bolsonaro que não quer comprar vacinas. Até o dia 1 de março, temos 10,9 milhões de vacinas disponibilizadas pelo programa de imunização do Ministério da Saúde. Destas, 8,7 mil já foram utilizadas, e apenas 3,2% da população recebeu alguma dose da vacina. O capitão-covid sequer garantiu que o Brasil recebesse doses suficientes do consórcio Covax Facility, aliança da Organização Mundial da Saúde (OMS). Receberemos apenas 9,1 milhões de doses do consórcio. Vários países receberão mais doses do que o Brasil, como Paquistão (17 milhões de doses) e Nigéria (16 milhões).

Para erradicar o vírus, é preciso vacinar cerca de 70% da população, ou seja, mais de 160 milhões de pessoas, com duas doses dessas vacinas. Isso significa que precisamos de mais de 300 milhões de doses de vacina. É urgente quebrar a patente das vacinas e produzi-las aqui em larga escala. Quanto mais rápido for a vacinação, menor será o risco de mutação do vírus, que pode desenvolver variantes mais mortais e resistentes às vacinas atuais.

É preciso também decretar quarentena pra valer

O médico e neurocientista Miguel Nicolelis já alertou que, sem *lockdown*, o Brasil vai conhecer uma “catástrofe épica”. Das grandes fábricas, passando pelos bancos, shoppings, grandes lojas, escolas, tudo o que não for essencial precisa parar. O lucro não pode estar acima das vidas. Mas para garantir a medida é preciso um auxílio emergencial digno para os trabalhadores e medidas de proteção ao emprego; também é preciso disponibilizar recursos e garantir condições aos proprietários de pequenos negócios para que não fechem e não demitam.

É possível derrubar Bolsonaro?

Muitos ativistas estão se perguntando isso, e com razão. Afinal, com a blindagem conseguida por Bolsonaro com o centrão no Congresso Nacional, pago com bilhões de reais, a possibilidade de se votar um impeachment parece afastada.

Mas, apesar disso, não achamos, como Lula, que já não há tempo para *impeachment* e nem que é impossível derrubar ou derrotar Bolsonaro. Queremos explicar os motivos.

Em primeiro lugar, motivos para derrubar Bolsonaro não faltam. A resposta do governo Bolsonaro à pandemia foi classificada como a pior em todo o mundo, por sua combinação genocida de negacionismo e incompetência.

Existe uma recessão mundial. Bolsonaro atacou fortemente os direitos trabalhistas e ainda suspendeu o auxílio emergencial. Juntando o desemprego (cerca de 15%, em números oficiais), com o arrocho salarial e a precarização do trabalho, a situação social dos trabalhadores é gravíssima.

O canalha Bolsonaro, que se elegeu no vácuo da decepção com os governos do PT, se revelou corrupto e, pior, uma corrupção ligada às milícias. Quando se viu nas cordas por ter a Justiça no calcanhar dos filhos, e a sua campanha pró-ditadura o isolar, se jogou nos braços do centrão, acabando com o discurso da “nova política”.

Bolsonaro militariza a cada dia mais o governo e tem como projeto uma ditadura, que acabe com as liberdades democráticas. Ele tem uma base política de ultradireita, apoiada em valores conservadores, autoritários, racistas machistas e lgbtfóbicos. Mas a base que hoje apoia o conjunto de sua pauta não ultrapassa 15% da população, embora ele esteja conseguindo manter perto de 30% de apoio ao seu governo.

Com a pandemia fora de controle, o negacionismo em relação às vacinas, o fim do auxílio emergencial e a carestia de vida, abriu-se nova tendência de queda no apoio ao governo.

O início da vacinação, porém, gerou expectativas nas massas, mas a sua popularidade ainda não melhorou, e os atrasos e o agravamento da pandemia seguem sendo debitados na sua conta. A volta do auxílio emergencial, quase certa, deve abranger a metade dos que o receberam no ano passado, e talvez só com 250 reais mensais. Não está claro se isto estancará o seu desgaste ou em que nível estancará, ou ainda se vai gerar mais revolta.

A pandemia tem um efeito político contraditório. Por um lado, traz a morte em grande escala, que pode afetar todas as famílias e desgasta um governo negacionista, que não garante vacinas. Mas, por outro, impõe limites à capacidade de mobilização contra o governo. Além disso, as pessoas estão centralmente dedicadas à luta pela sobrevivência. O desemprego ameaça os trabalhadores.

Hoje, é um fato que o repúdio a Bolsonaro é crescente, mas ainda não é explosivo, e ele ainda mantém uma base de apoio importante, apesar de minoritária. Nesse sentido, não é possível afirmar que sua popularidade esteja “no fundo do poço”

como nos casos de Collor, Dilma e mesmo Temer. Mas não é descartado que X caia ainda mais.

Como não é descartado que possa vir a ocorrer uma explosão social. Não estamos afirmando que isso vá ocorrer, nem mesmo é possível afirmar X que isso é o mais provável, sem que entre em cena a mobilização de massas. É uma possibilidade.

Estamos vendo no mundo explosões populares como nos EUA após o assassinato de George Floyd, em Myanmar depois do golpe, pela derrubada do governo Moïse no Haiti, assim como tivemos na Colômbia. Tudo isso sob a pandemia. Não é descartado de que possa ocorrer também no Brasil.

Mas, independentemente de explosões sociais como essas, que em grande medida foram espontâneas, a base atual de descontentamento com Bolsonaro permitiria grandes mobilizações, que ainda estão contidas por razões em primeiro lugar objetivas (a pandemia, a recessão e o desemprego), mas também porque as direções majoritárias não trabalham prioritariamente para construir uma oposição mobilizada e organizada a partir das bases, nos locais de trabalho, de moradia, nas ruas. Aliás, nem sequer na superestrutura. Vide o papel que o PT teve na eleição do Senado, ou mesmo na eleição da Câmara.

A trava das direções

Perante uma realidade como essa, com insatisfação crescente, mas ainda sem ascenso generalizado e sem explosividade, tem muita importância o papel das direções majoritárias. E a verdade é que essas direções não querem derrubar Bolsonaro, mas desgastá-lo esperando as eleições de 2022.

Quando Lula diz X: “já não há tempo para iniciar o processo visto que a corrida eleitoral de 2022 se aproxima”, e que, além disso, Arthur Lira, não dará abertura ao processo; sinaliza para que os movimentos deixem de lado a mobilização e as ruas.

Ou seja, não dá para derrubar Bolsonaro, vamos nos preparar para as eleições de 2022.

Esse caminho, que joga a toalha antes mesmo da luta, favorece Bolsonaro não apenas agora, como até mesmo para 2022. A luta para botar fora Bolsonaro e Mourão, além de ser uma necessidade imediata para combater a pandemia, impedir o desmonte do país e o avanço do projeto autoritário desse governo militarizado, cada dia mais

cheio de generais; é o mesmo caminho que pode enfraquecê-lo. Deixar as ruas de lado é não apenas construir a profecia anunciada da “impossibilidade de derrotá-lo”, como não atuar com a arma que mais pode debilitá-lo, que é colocar em movimento a força social que se opõe a ele e a suas pautas, defendendo vacinação para todos já, emprego, manutenção do Auxílio Emergencial de R\$ 600 para todos que recebiam; defesa das liberdades democráticas etc.

Estão esperando que aconteçam no Brasil as derrotas eleitorais da direita, como ocorre no mundo. Mas mesmo tais derrotas eleitorais, deram-se depois de grandes mobilizações. Depois das mobilizações pós a morte de George Floyd, o Partido Democrata conseguiu desviar e canalizar tudo para a eleição. Mas, sem o levante ocorrido lá, dificilmente Trump teria sido eleitoralmente derrotado. Biden foi uma expressão distorcida daquela luta. Assim se deu na Argentina, com a eleição de Fernandez, na Bolívia com a eleição de Arce, e talvez agora no Equador com Araus.

Apostar contra a mobilização pode ser um tiro no pé também no terreno eleitoral. Se não houver mobilização, existe possibilidade de que Bolsonaro ganhe em 2022.

A hora é de mobilização contra o governo; não de campanha eleitoral para o final de 2022.

É preciso apostar na luta e mobilização pelo Fora Bolsonaro e Mourão como centro, porque com ela podemos sim enfraquecer e, inclusive, derrubar esse governo.

Não é a relação no Congresso o mais determinante

Olhando para trás, é possível dizer que a experiência da história brasileira indica que não é meramente a relação de forças no Congresso que determina a possibilidade ou não de derrubada do governo.

É evidente que a vitória do governo na eleição da Câmara e o apoio do Centrão ao governo significam uma inflexão na conjuntura. Mas, por si só isso não assegura nem popularidade, nem estabilidade para o governo e nem mesmo a impossibilidade de *impeachment*. Mesmo com a maioria do Centrão pró Bolsonaro hoje, o governo não está definitivamente blindado. Pelo contrário.

O que pode levar ou não à queda do governo é uma combinação de fatores, mas, entre os mais importantes, está a existência de um grande ascenso de massas.

E agora, o que fazer?

É preciso dar continuidade à campanha e à luta pelo Fora Bolsonaro e Mourão, associada à defesa das reivindicações mais urgentes dos trabalhadores e do povo. Usando da criatividade e de toda possibilidade de mobilização, buscando também unificar e cercar de solidariedade as lutas, organizando por baixo essa luta, seja via as organizações que já existem, seja através de comitês na periferia, na juventude, nos locais de trabalho. Vamos fazer as carreatas, as manifestações com distanciamento social que pudermos; as discussões e assembleias nas fábricas etc. Vamos criar as condições para grandes mobilizações; o descontentamento hoje existente permite ir preparando essas condições. Devemos exigir que todas as organizações e partidos que se reivindicam dos trabalhadores, se unam a isso. É hora de construir unidade para lutar.

Como já dissemos, não é descartado que, pelas condições econômicas e sociais existentes, possa vir ocorrer uma explosão social também no Brasil, como houve nos EUA ou Equador, ou mesmo grandes ascensos espontâneos, como existiram na Colômbia, na Bolívia etc. Seria excelente se houvesse, e para esta possibilidade o ativismo e os setores mais conscientes da classe trabalhadora também devem estar preparados.

E, por isso, desde as periferias das cidades, desde as bases das empresas, é possível ir acumulando forças nas mobilizações e exigindo das direções que se comprometam com as lutas.

Devemos construir a unidade para lutar com todos que estejam dispostos a fazê-lo, construindo na luta um polo de independência de classes, que aposte a fundo na mobilização de massas pelo Fora Bolsonaro e Mourão.

Na luta construir uma alternativa socialista e revolucionária

Na luta contra esse governo e pelas nossas reivindicações, é necessário também debater um projeto socialista, e construir uma alternativa de independência de classe, revolucionária e socialista. O Brasil precisa de mudanças muito mais profundas do que os setores reformistas/de conciliação de classes propõem para que realmente possa ter soberania e acabar com a miséria, a pobreza e a enorme desigualdade social. Para isso, é necessário um projeto socialista.

Derrotar a Reforma Administrativa e impedir o desmonte dos serviços públicos

Uma das lutas centrais agora é derrubar a proposta de Reforma Administrativa, que facilita a entrega ao setor privado, via Organizações Sociais, de nossas instituições públicas e ataca ainda mais a categoria de servidores e os serviços básicos. Em resumo, a Reforma Administrativa tem como objetivo reduzir as despesas com o funcionalismo e o papel do Estado.

Para defender essa iniciativa, o governo até tenta justificar o injustificável. Alega que o funcionalismo onera o Estado e que, em decorrência desses gastos, há pouco investimento público para educação, saúde, moradia.

Em entrevista ao *site* da CSP-Conlutas, a dirigente da SEN da nossa Central Sindical e Popular, Adriana Stella desconstrói esse argumento falho: “Sob a falsa alegação de falta de recursos em função de queda de investimentos a partir de 2015, a granada no bolso do funcionalismo, anunciada por Guedes naquela marcante reunião ministerial, chegou à versão final. De maneira distorcida, o governo federal apresenta a Reforma Administrativa, que visa o desmonte total e a desestruturação do serviço público, colocando como grandes inimigos os trabalhadores e trabalhadoras do setor. No entanto, o que o governo não apresenta é que quase metade da arrecadação não é destinada aos serviços públicos, e sim aos grandes capitalistas que têm lucros gigantescos com o mecanismo da dívida pública”.

Defendemos X alternativas que garantam os direitos dos trabalhadores e proponham uma administração pública, democrática e de qualidade, para que os serviços públicos sejam voltados à população e aos mais pobres efetivamente.

Podemos dizer que esta mais nova ofensiva é uma continuidade do plano de aprofundamento do ultraliberalismo, já iniciado com a reforma da previdência, por exemplo, e com X retiradas de direitos históricos dos trabalhadores, que já afetavam o setor público de alguma maneira.

Um dos pontos da Reforma Administrativa altera o sistema de contratação dos trabalhadores do funcionalismo público, eliminando os concursos e estabelecendo o apadrinhamento político como norma na ocupação dos cargos públicos, em detrimento total do interesse da população.

Outra medida que faz parte da proposta de reforma prevê que os servidores podem ser demitidos após um período de experiência ou por mau desempenho, incluindo os atuais. Embora a legislação X preveja a demissão do servidor caso haja motivo, a estabilidade no serviço público tem dois lados muito importantes e que o governo não considera ou prefere não expor: um, a estabilidade no serviço público para que ele não seja interrompido nem que se desestruture em função das trocas de governos e outro, da perspectiva do trabalhador, que tem o sentido de evitar que decisões arbitrárias ocorram, pontua.

O problema é que o governo pode criar, com essa medida, um mecanismo que “amplia o conceito” de mau desempenho, além de facilitar no ambiente de trabalho o assédio moral que já é preocupante e causa de adoecimento e mortes entre os da categoria.

O objetivo do governo é a destruição dos serviços públicos, fazendo de todos nossos direitos meras mercadorias. Por este motivo o governo diz que só deseja manter como carreiras públicas as chamadas “típicas de Estado” – cargos ligados à estrutura e manutenção do Estado, como fiscais, procuradores etc. Contraditoriamente, são justamente essas as carreiras que têm maiores rendimentos e que compõem a minoria dos cargos. Os militares, não são considerados funcionários públicos porque representam os órgãos de repressão. Portanto, o objetivo do governo é justamente manter apenas seus aparatos de repressão e coerção e toda a parte do Estado que deveria ser voltada para a população, ao atendimento das necessidades da classe trabalhadora e dos mais pobres, como saúde, educação, habitação, previdência, pesquisa, ciência etc, tudo isso, estaria a serviço do capital. Todas as nossas necessidades seriam mercadorias para dar lucro a um grupo seleto de meia dúzia de bilionários.

Se quase metade da arrecadação não é destinada ao povo, e sim aos superricos, o que faz o governo ao reduzir o papel do Estado é aumentar a mamata desses sanguessugas da burguesia. Não falamos aqui do tio da esquina que tem uma quitanda, do pequeno comerciante, nem da tia da banca que faz quentinha perto de um local público. Esse modelo de governo ultraliberal, levado a cabo por Paulo Guedes e que traz péssimos exemplos de resultados econômico e social, como o do governo chileno de Piñera, por exemplo, alimenta ainda mais a revoltante desigualdade social.

A concentração de renda é tão gritante que a própria mídia tem noticiado e feito simulações. Uma delas, veiculada pela *GloboNews*, dizia que se os dois mil magnatas que existem no mundo pagassem só meio por cento de sua renda por 10 anos, daria para

gerar 117 milhões de empregos na área de educação, saúde e cuidados. Ou seja, existe muito dinheiro, existe muita riqueza e não há ‘rombo’ nas contas públicas. O que temos é uma concentração de renda assustadora e esses ricos e poderosos não pagam nada. O correto é dividir a riqueza, distribuir a riqueza, mas o capitalismo só serve para dividir a pobreza.

Alternativa e organização da luta

É urgente organizar a classe trabalhadora para enfrentar esses ataques, unificando as categorias em defesa do funcionalismo e dos serviços públicos básicos.

Mais uma vez, reafirmamos que nossa saída tem de ser para uma outra sociedade. Especialmente quando discutimos os serviços públicos, estamos discutindo o Estado, e a conclusão à qual chegamos é a de que não podemos ter um Estado que sirva só a meia dúzia de bilionários, esses magnatas que, no mundo, são pouco mais de dois mil e sozinhos têm renda que equivale a de 4 bilhões de pessoas no planeta.

Em defesa das liberdades democráticas

Frente ao descalabro da situação do país, Bolsonaro tenta amordaçar as universidades. Mais de 20 IFEs tiveram suas eleições desrespeitadas e a nomeação de interventores bolsonaristas. Docentes têm sido processados por fazerem análises críticas ao governo e o MEC (seguindo o MPF) ordena uma caça às bruxas nas Universidades para proibir “manifestações partidárias” e perseguir a livre opinião.

Todos sabem que o projeto de Bolsonaro e Mourão é ditatorial, para poder impor o pacote completo ultraliberal de Guedes e a pauta ultraconservadora da direita religiosa. Temos que lutar agora, para não sermos impedidos de lutar depois.

Por já pra fora Bolsonaro e Mourão é um pré-requisito para qualquer avanço nas lutas. O nosso pão, paz e terra no Brasil de hoje: pão, vacina e auxílio-emergencial! É essa a linha que esperamos que esse CONAD aprove.

Vamos à luta!

Contribuição do(a)s professore(a)s: Alcides Pontes Remijo (ADUFG), Ana Clara Magalhães (ADUFAL), Ana Cristina Albuquerque (ADUEL), Ana Karen de Oliveira Souza (ADUFS-BA), Anderson Deo (ADUNESP), André Rosa Martins (SINDOIF-RS), Anielli Fabiula Gavioli Lemes (ADUFVJM), Antonio Carlos Mazzeo (ADUNESP), Antônio Rosevaldo Ferreira da Silva (ADUFS-BA), Benedito Carlos Libório Caires Araújo (ADUFES), Bianca Novaes de Mello (ADUFF) , Bruno Pizzi (ADUFDourados), Bruno Souza Bechara Maxta (APUBH), Camila Leite Oliver (ADUNEB), Carla Daniel Sartor (ADUNIRIO), Carlos Augusto Aguilar Júnior (ADUFF), Célia Regina da Silva (ADUEMG), César Maranhão (ADUFRJ), Cleide de Lima Chaves (ADUSB), Cleusa Santos (ADUFRJ), Cristiano Ferraz (ADUNEB), David Albuquerque de Menezes (SINDUECE), Douglas Ribeiro Barboza (ADUFF), Eduardo Serra (ADUFRJ), Elizabeth Sara Lewis (ADUNIRIO), Elza Peixoto (APUB), Fabio Bezerra (SINDCEFET-MG), Fernando Medeiros (ADUFAL), Fernando Santos (ADCAJ), Filipe Boechat (ADUFRJ), Giovanni Felipe Ernst Frizzo (ADUFPEL), Giselle Modé Magalhães (ADUFSCAR), Guilherme Dornelas Camara (ANDES/UFRGS), Gustavo Miranda (APROFURG), Hélio Messeder Neto (APUB/ UFBA), Herli de Menezes (ADUFRJ), Hilbeth Parente Azikri de Deus (SINDUTF-PR), Hilusca Alves Leite (SESDUEM), Hugo Leonardo Fonseca da Silva (ADUFG), Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso (ADUFF), Ivna Nunes (ADUFMAT), Jamesson Buarque de Souza (ADUFG), Jaqueline Botelho (ADUFF), Jefferson Rodrigues Barbosa (ADUNESP), José Alex Soares Santos (SINDUECE), Juliana Bohnen Guimarães (ADUEMG), Kate Lane Costa de Paiva (ADUFF), Kathiúça Bertollo (ADUFOP), Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões (ADUFLA), Leandro Cristino Pereira (SINDCEFET-MG), Leonardo Andrada (APESJF), Leonardo Santos (ADUFMAT), Leonardo Segura Moraes (ADUFU), Leônidas de Santana Marques (ADUFAL), Lucas Gama Lima (ADUFAL), Luciano Rodrigues de Souza Coutinho (ADUFRJ), Luis Acosta (ADUFRJ), Manoel Estébio Cavalcante da Cunha (ADUFAC), Marcelo "Russo" Ferreira (ADUFPA), Márcia Lemos (ADUSB), Márcio Magalhães da Silva (ADUFLA), Marcos Antonio da Silva Pedroso (ADUFS), Marcos Botelho (ADUFRJ), Mauro Iasi (ADUFRJ), Maurício Alves da Silva (SESDUFT), Michael Melo Bocádio (SINDUECE), Moisés Lobão (ADUFAC), Osvaldo Maciel (ADUFAL), Pablo Bielschowsky (ADUR-RJ), Paulo Roberto Felix dos Santos (ADUFS), Qelli Rocha (ADUFMAT), Rafael Vieira Teixeira (ADUFES), Renato Domingues Fialho Martins (ADCEFET-RJ), Roberto Silva de Oliveira (ADUSB), Rodrigo Bichoff (SESDUEM), Rodrigo Castelo (ADUNIRIO), Rogério Giuliano (SESUNILA), Rubens Ragone (APESJF), Saulo Henrique Souza Silva (ADUFS), Sócrates Oliveira Menezes (ADUSB), Sofia Manzano (ADUSB), Tarcila Mantovan Atolini (ADUFVJM), Thiago Fanelli Ferraiol (SESDUEM), Túlio Lopes (ADUEMG), Vanessa Batista de Andrade (ADUNIOESTE), Victor Neves de Souza (ADUFES), Vinícius Correia Santos (ADUSB), Walcyr de Oliveira Barros (ADUFRJ), Wellington Augusto Silva (ADUR-RJ) e Wladimir Nunes Pinheiro (ADUFPB).

40 ANOS DE UNIDADE, SOLIDARIEDADE E LUTA! EM DEFESA DOS DIREITOS E DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS! FORA BOLSONARO, MOURÃO E GUEDES! VACINAÇÃO PARA TODAS E TODOS PELO SUS!

Nos tempos atuais, de crise profunda do capitalismo, negacionismos e revisionismos são instrumentalizados para atacar os/as trabalhadores/as, colocando-os/as em uma situação de extrema exploração para que os vários setores da burguesia nacional e internacional lucrem cada vez mais.

A crise sanitária continua a potencializar a crise econômica de longa duração, com efeitos devastadores sobre a população e economia. A atitude negacionista do governo procura minimizar a dimensão da crise e mostra toda sua incompetência para organizar racionalmente a campanha de vacinação. Estamos passando por uma nova onda de infecções, adoecimentos e mortes, talvez, a quarta onda desde que começou no primeiro trimestre do ano passado. Esta nova onda que começou a se manifestar com a crise sanitária de Manaus no mês de janeiro, levou a um colapso do sistema de saúde no estado do Amazonas com falta de oxigênio nos hospitais, ocupação de 100% dos leitos e um cenário de completo caos. Surgiu, nesta crise da cidade de Manaus uma nova variante do vírus, ainda mais potente. Ao que parece, quanto maior a demora na vacinação, maiores as chances do surgimento de novas cepas resistentes às vacinas que já estão sendo aplicadas. Esse colapso está se equacionando país a fora escancarando o descaso das autoridades com as políticas de prevenção que já deveriam ter sido tomadas e o sucateamento criminoso pelo qual a saúde pública tem sido submetida pelos Governos neoliberais.

Sobre as vacinas, destacamos o significado sócio-histórico, do ponto de vista da classe trabalhadora, tanto em expressão mais avançada, consciente e responsável da humanidade, como na velocidade com a qual o sistema científico-tecnológico mundial tem conseguido reagir e encontrar uma resposta. Em especial naqueles países com elementos de planejamento social e orientados para o socialismo, como no caso de Cuba, que, mesmo com o criminoso bloqueio imperialista, tem conseguido produzir uma vacina e obtido grande êxito no controle de contaminações por meio de uma política de saúde pública centralizada. A conjuntura evidencia o jogo geopolítico imperialista encabeçado pelos países europeus e EUA em negar o acesso público da classe trabalhadora às conquistas da ciência. Pedagogicamente, podemos destacar que, assim como acontece com a vacina que é apropriada privadamente em benefício de poucos, o conjunto da produção de bens e serviços nas sociedades capitalistas também o é, sendo sempre orientado pelo mercado.

Retornando à análise da realidade nacional, com este quadro sanitário o governo continua a pressionar pela retomada das atividades laborais e retorno presencial às aulas, negando a realização de *lockdown* nas cidades afetadas e negligenciando o uso de máscaras de proteção e outras medidas preventivas. Mesmo assim, com toda esta política genocida, da histórica necropolítica das elites brancas, o governo ainda consegue manter considerável índice de popularidade. Mas, se a evidência do cenário de terra arrasada de mortes batendo recordes diários (no dia 03 de março houve registro de

1.910 mortes em um único dia) não se mostra suficiente para balançar o índice de popularidade do genocida, o fim do Auxílio Emergencial, e o aumento do custo de vida pressionado pela alta da inflação ameaçam ruir com a popularidade e com as pretensões de reeleição de Bolsonaro, pois temos um cenário de desemprego de mais de 14%, aumento crescente dos itens da cesta básica e dos combustíveis. O presidente tenta administrar a economia olhando para o calendário eleitoral, o que gera diversos atritos com o setor ultra-neoliberal do seu governo em contraponto ao fortalecimento do Centrão com sua pauta fisiológica e patrimonialista. Atritos que vão sendo sanados a medida que avança o processo de destruição e privatizações, com a reforma administrativa sendo a “cereja do bolo” do projeto de desmonte total.

Estabeleceu-se uma disputa política entre o governo federal e o governo de São Paulo, Bolsonaro *versus* Dória, antecipando a disputa eleitoral do próximo ano. Este último, apresenta-se como um dirigente mais racional e minimamente atento às recomendações científicas, que até teve a precaução de fazer um contrato para a compra e produção da vacina *CoronaVac* com a empresa chinesa Sinovac Biotec através do laboratório Butantan. De fato foi através deste contrato que foi possível o início da vacinação em São Paulo e no país todo. A vacinação começou na noite da segunda-feira dia 18 de janeiro e avança com uma lentidão exasperante.

Entretanto, o governador do estado de São Paulo, Dória, é um defensor da política de privatizações, inclusive até do setor da saúde, que hoje tem um papel tão destacado na produção de vacinas CoronaVac. Aliás, como denunciado pela seção sindical da [Adusp](#), o laboratório é vítima de uma forma de privatização não clássica através das fundações ditas de apoio que tem progressivamente aumentado sua participação na gestão do laboratório, em detrimento da gestão pública.

Outros aspectos de destaque na conjuntura são o fim da operação Lava Jato, que tanto crédito político deu ao Bolsonarismo, e demonstrou que foi uma operação a serviço de interesses imperialistas, antinacional, antipopular e antidemocrático. A divulgação das gravações dos procuradores mostra nitidamente o caráter desta operação e seu sepultamento encerra um ciclo pseudo moralista no cenário político brasileiro que já não atendia mais aos intentos das elites e seus representantes no Congresso

Foi consagrada por lei a “autonomia” do Banco Central, uma longa demanda dos setores neoliberais, dos banqueiros e operadores do mercado financeiro para garantir a proteção da política monetária das demandas e pressões do sistema político.

A recente demissão do presidente da Petrobras, demonstra os atritos que existem no governo com o setor ultra-neoliberal encabeçado pelo super-ministro Guedes. De um lado, a política de desmonte da empresa estatal (na verdade desde o governo FHC é uma empresa de capital misto) por meio da venda das refinarias, dos leilões criminosos de campos de petróleo e outros ativos a preço muito abaixo do seu valor, por outro lado, a política de preços dos combustíveis, que segue o valor no mercado internacional aumentando sucessivamente o preço para os consumidores. A ameaça de greve dos caminhoneiros fez o governo recuar e mudar a diretoria da empresa, colocando como presidente um representante, mais um, do setor militar.

O setor militar e paramilitar dos milicianos se fortalece no governo, que acena com medidas como a facilitação da compra de armas. Trata-se de um movimento numa direção muito perigosa que revela que o risco concreto de uma virada para formas fascistas de regime político e, portanto, não devemos baixar a guarda.

Perseguições e intensificação de criminalizações de lutadoras e lutadores sociais com a naturalização da violência estatal que recrudesce o cenário de censura, mordaza e morte.

O governo, ameaçado pelas investigações sobre as operações dos filhos do presidente, fez um giro para o “centrão”, contrariando mais uma promessa eleitoral de uma nova forma de fazer política. Este é o setor da tradicional política clientelista, principal responsável pela política de corrupção. Com isto, o desgoverno conseguiu eleger os presidentes da Câmara e do Senado e assim pretende garantir a tramitação das pautas antipopulares do executivo, como a PEC emergencial e a Reforma Administrativa, entre outras medidas antipopulares.

A PEC emergencial (PEC 186) opera na trilha da EC 95 que estabeleceu o teto dos investimentos sociais: desvincular tetos mínimos para saúde e educação públicas, corte e congelamento de salários de servidores públicos que estão na ponta do atendimento à população. A votação desta PEC condiciona a retomada do pagamento do novo Auxílio Emergencial, desta vez no valor estimado em 250 reais por 4 meses (março até junho). O auxílio emergencial têm sido fundamental na preservação da popularidade do governo, assim como também foi decisivo para amortecer a queda do PIB no ano passado, que de uma estimativa de 10% finalmente ficou em torno de 4% ou 5%. Lembremos que o auxílio emergencial beneficiou quase 67 milhões de trabalhadores, um dado que mostra o grau de miséria profunda e desigualdades sociais.

A taxa de desemprego oficial está em 14%, ou seja, 14 milhões de desempregados segundo as estatísticas oficiais, ainda que outros cálculos situem o desemprego na casa dos 22%: uma situação exemplar desta política de desemprego e desindustrialização, foi o fechamento da fábrica da empresa Ford. É emblemático, pelo que esta empresa simboliza no que diz respeito ao padrão tecnológico e produtivo fordista que caracterizou o capitalismo ao longo do século XX. É o fim de uma época e o início do pós-fordismo, a precarização e a uberização do emprego, na lógica do empreendedorismo.

Finalmente destacamos na cena internacional a posse do presidente eleito dos EUA, Joe Biden. Evidentemente, não estamos frente a uma mudança estrutural na política imperialista, ainda que signifique uma derrota dos seus setores mais conservadores e belicistas. Na América Latina, os setores mais conservadores enfrentam derrotas eleitorais como resultado da perda de prestígio dos setores neoliberais, resultado das intensas lutas sociais contra as políticas de austeridade, como por exemplo aconteceu recentemente nas eleições do Equador.

As lutas sociais

No campo da organização das lutas dos/as trabalhadores/as, registramos avanços, que, no entanto não chegam a ser suficientes para alterar a correlação de forças que se estabeleceu a partir do golpe institucional de 2016. Algumas mobilizações têm acontecido como “carreatas” e greves localizadas de caráter predominantemente defensivo. Destacamos a ameaça de greve dos caminhoneiros que assombra o governo e que está por trás da troca do comando da Petrobras.

O campo de forças que se mobiliza está hegemônico pelos setores democrático-populares das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. Estas forças atuam com um horizonte de desgaste do governo, olhando para o pleito eleitoral do próximo ano, para o qual já estão até indicando candidato presidencial.

Destacamos, como elemento positivo a realização da primeira Plenária Nacional de lutas populares, no dia 26 de janeiro, com uma expressiva participação de mais de 400 militantes de todo Brasil, bem como, a segunda realizada em 03 de março. Este movimento se articula fundamentalmente em torno de uma pauta de luta mínima constituída que gira em torno do Fora Bolsonaro, a continuidade do Auxílio Emergencial, a defesa do emprego e da vacinação já pelo SUS!

No setor do funcionalismo público, no momento da realização do Conad extraordinário, o Fonasefe, terá deliberado no dia 24 de março, como parte das ações de luta contra a Reforma Administrativa, o indicativo de greve geral dos servidores públicos.

O Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas é a principal ferramenta construída pela vanguarda para avançar na reorganização da classe trabalhadora com uma perspectiva classista e de construção de um Enclat. Precisa dar passos para afirmar sua organização principalmente nos estados e municípios, para aumentar a capilaridade e estar cada vez mais próximo das lutas cotidianas dos/as trabalhadores/as.

No momento da realização do Conad, já terá acontecido o 8 de março, dia internacional da mulher. Pode significar a reentrada na cena política dos movimentos feministas, unificados em torno do #elenão, Fora Bolsonaro! Auxílio Emergencial! e Vacinação Já! junto com as pautas específicas da luta contra o patriarcado, contra o feminicídio, o direito ao aborto legal, seguro e gratuito. Na pandemia, a violência contra a mulher também mostrou-se ampliada e aprofundada neste período da pandemia: no primeiro semestre de 2020, o Brasil teve o registro de 648 feminicídios, o que mostra um aumento de 2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Observamos, dia após dia, como o capitalismo e suas novas formas de acumulação e superexploração esvaziam, dizimam e precarizam da vida daquelas que sangram em seus cotidianos, chorando seus mortos, seja por uma pandemia que escancara a exploração intensa - base dessa sociabilidade-, seja pela utilização, desde o processo genocida de invasão e colonização, do extermínio da população indígena, negra, de mulheres, LGBTT, lutadoras e lutadores sociais no dia-a-dia de luta pela sobrevivência e pelo avanço da consciência de nossa classe.

O Conad deve apontar para a construção unitária do 1º. de Maio, como um dia de unidade e luta internacional. A situação sanitária mundial tem criado as condições para uma maior compreensão da necessidade da retomada das lutas da classe trabalhadora para além da artificialidade das fronteiras nacionais. A pandemia revelou a contradição entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas, que possibilitou a produção em um tempo recorde de vacinas para controlar o vírus, e as relações sociais vigentes pautadas pelas desigualdades de classe, gênero, etnia, nacionalidade, etc. É necessária uma outra forma de sociabilidade para permitir o pleno usufruto pelo conjunto da população mundial do avanço das forças produtivas.

Ataques às Universidades e Institutos Federais

Os ataques às universidades, institutos federais, fazem parte da ofensiva contra o denominado “marxismo cultural”. Além dos mais de 20 reitores interventores empossados contra a vontade majoritária do corpo eleitoral das instituições, recentemente há ameaças de processos a professores que fazem publicamente críticas ao governo, como no caso da UFPel. Dois professores foram advertidos por “manifestações desrespeitosas” ao governo Bolsonaro. Os professores fizeram referência ao presidente como “defensor de torturador” e o “único chefe de Estado do mundo que defende a não vacinação da população”. Outro dos professores sublinhou que o “golpe” foi dado por um grupo que está “devastando” o Brasil. “Grupo liderado por um sujeito machista, racista, homofóbico, genocida, que exalta torturadores e milicianos”. Afirmções rigorosamente verdadeiras. São formas de intimidação da liberdade de expressão do pensamento e da liberdade de cátedra. Nossa solidariedade e apoio político a todos as(os) companheiras(os)!

Os ataques se intensificam por meio de mecanismos formais, inclusive estatais, que instrumentalizam meios de controle e vigilância sobre os/as trabalhadores/as, seja na algoritmização da força de trabalho, na redução da vida política a uma mercadoria de consumo individual disponível em cliques, seja em uma nova morfologia do trabalho na qual há a transferência dos custos dos meios de produção para nós mesmos/as.

Faz parte destes ataques a asfixia orçamentária para este ano de 2021, está previsto um corte de 1 bilhão de reais, 18% do orçamento, num orçamento já muito diminuído. É o quinto ano consecutivo de corte do orçamento das universidades e institutos federais.

O setor militar e paramilitar do governo trabalha com a compreensão de enfrentar a esquerda no setor da cultura, o “marxismo cultural” onde, eles entendem que a esquerda "derrotada" politicamente, buscou refúgio através da “ideologia de gênero” e outras pautas culturais.

40 anos de unidade e luta antiimperialista e anticapitalista!

O Andes foi fundado, no quadro das lutas pela democracia, contra a ditadura empresarial-militar. Aconteceu durante o I Congresso Nacional de Docentes Universitários, realizado na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Para chegar até esse momento transitou por um período de encontros nacionais de associações docentes ao longo dos anos 1970. Estes encontros foram realizados aproveitando as reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entidade fundada em 1948. As primeiras associações, começaram a ser fundadas desde os anos 1960 no cenário das lutas em torno da LDB de 1961 e a campanha em defesa da escola pública.

O processo de constituição do ANDES-SN está atrelado às formulações do denominado “novo sindicalismo”: autônomo, organizado por local de trabalho, pautado na democracia de base. Este “novo” sindicalismo surge contra o sindicalismo de Estado no quadro das lutas pela redemocratização. O processo histórico tem demonstrado as fortalezas e fraquezas desta formulação sindical que pautou a fundação do PT (1980) e da CUT (1983) e hegemonizou o movimento sindical nestas últimas décadas.

Em 1988, no II Congresso Extraordinário na cidade de Rio de Janeiro, a Andes, se transforma em sindicato nacional, o Andes-SN. Esta transformação foi viabilizada pela aprovação na Constituição de 1988 do reconhecimento do direito à sindicalização para os funcionários públicos.

Ao longo da sua história, o ANDES enfrentou a implantação das políticas neoliberais, os governos de conciliação de classes, e agora, o governo de ultra-direita e neofascista do Bolsonaro e seus aliados ultra neoliberais da tristemente conhecida Escola de Chicago.

Aproveitamos para fazer nossa homenagem aqueles que sofreram o exílio, a prisão, tortura e morte e aos desaparecidos. Nunca esqueceremos seu sacrifício! Exigimos memória, verdade, justiça e reparação! Os crimes do terrorismo de Estado, durante a ditadura, não podem ser anistiados. Parabenizamos a todas/os construtores deste sindicato que dedicaram parte do seu tempo para trabalhar solidariamente neste projeto sindical, político e educacional imprescindível em todas as horas destas últimas quatro décadas. Longa vida ao nosso sindicato! Parabéns a todas, todos e todes!

Sindicato classista, feminista, antipatriarcal e antiracista que defende um projeto de universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada nos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Um sindicato que também está

incorporando as formulações ecologistas e dos povos originários, do bem-viver. O projeto de universidade que o Andes-SN defende aponta para outra sociedade, uma sociedade livre das amarras imperialistas e emancipada do capital em todas suas formas. Um projeto que precisa ser enriquecido a cada momento da história para ser efetivamente um instrumento de luta para o conjunto da classe trabalhadora. Nesse sentido, o projeto de universidade pública precisa ser adensando com a proposta da Universidade Popular, tal como já foi aprovado no 33o. Congresso no ano de 2014, com a formulação que diz que *“o ANDES-SN deve incorporar-se ao debate nacional sobre universidade popular na busca de fortalecer os laços do Movimento Docente com os movimentos sociais.”*

Desde seu início, o Andes-SN buscou também agir na cena internacional, com uma vocação internacionalista e anti-imperialista. Neste sentido, vale lembrar que uma representação da Federação Internacional dos Sindicatos da Educação (FISE) esteve presente no congresso fundacional do Andes-SN. Recordamos também, as resoluções do seu VII Congresso, realizado em Juiz de Fora em 1988, que aprovou a filiação como membro associado na Federação Internacional de Sindicatos da Educação (FISE), federação que integra a Federação Sindical Mundial (FSM), que fez 75 anos de vida em outubro do ano passado e que planeja realizar seu congresso nos meses finais deste ano. O Andes-SN deve reassumir seu protagonismo na FISE e na FSM e retomar a participação nestas entidades, assim como também comparecer no próximo congresso da Federação Sindical Mundial reafirmando sua vocação internacionalista e antiimperialista.

Finalmente, digamos que com relação ao tema específico deste Conad, que entendemos que o melhor caminho para conduzir o sindicato neste período especial, consiste na realização de Conad's extraordinários periódicos, até que se viabilize a realização de um congresso presencial. Evidentemente, a cada Conad, deve ser avaliada a conjuntura para adaptar a tática aos objetivos estratégicos da luta de classes, fortalecendo os espaços unitários de ação, no campo classista, que se desenham fundamentais nesta quadra histórica.

Fora Bolsonaro e Mourão! Impeachment Já!

Em defesa da vida, do SUS e da vacinação para todas e todos!

Em defesa do auxílio emergencial até o fim da pandemia sem redução de valores!

Pela revogação da EC 95 e das reformas trabalhista e previdenciária!

Em defesa da educação pública, das empresas públicas e contra a reforma administrativa e privatizações!

Pelo fortalecimento do Fórum sindical, popular e das juventudes por direitos e liberdades democráticas nos estados e municípios!

Pela construção de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora!

Unidade Classista, Futuro Socialista!

**Não digam que fui rebotalho,
que vivi à margem da vida.
Digam que eu procurava trabalho,
mas fui sempre preterida.
Digam ao povo brasileiro
que meu sonho era ser escritora,
mas eu não tinha dinheiro
para pagar uma editora.**

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.

Carolina Maria de Jesus



CAROLINA MARIA DE JESUS nasceu em 14 de março de 1914. Foi escritora, compositora, poetisa brasileira, trabalhadora coletora de papel na favela do Canindé, na Zona Norte de São Paulo, onde viveu boa parte da sua vida com os filhos. Uma das primeiras escritoras negras do Brasil e é considerada uma das mais importantes escritoras do país, foi conhecida, especialmente, por seu livro "Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada" publicado em 1960.

Tema II: Realização do Congresso do ANDES-SN

CONGRESSO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O Sindicato Nacional, assim como a vida do conjunto da sociedade brasileira e mundial, foi atingido de forma devastadora pela pandemia do novo coronavírus, que impôs o isolamento social, a suspensão de um conjunto de atividades presenciais, entre elas parte das atividades acadêmicas, e ocasionou, também, grande impacto nas atividades sindicais, desde março de 2020.

Inicialmente, ainda sem ter dimensão da gravidade e da extensão do problema imposto pela pandemia e sem considerar a absoluta irresponsabilidade dos governantes, que desenvolveram uma política de morte, priorizando a todo tempo o Capital em defesa do lucro e em detrimento da vida, esperava-se retornar às atividades presenciais após um curto intervalo. Porém, o tempo confirmou a política genocida de Bolsonaro, governadore(a)s e prefeito(a)s. A cada mês a situação catastrófica, em que mortes por complicações da COVID-19 ocorriam em proporção descontrolada, tornava-se mais evidente, sendo uma de suas principais expressões o cenário do Amazonas, em que centenas de pessoas morreram asfixiadas por falta de oxigênio.

Ainda em 2020, logo após o início do isolamento social, a Diretoria Nacional do ANDES-SN, à época, orientada pela Assessoria Jurídica Nacional (AJN), pautada nas deliberações dos CONAD Extraordinários e baseada nas leis 14.010/20 e 14.030/20, conduziu todas as atividades do Sindicato Nacional de forma remota. A sede em Brasília e as Secretarias Regionais nos estados ficaram fechadas durante todo o período. As reuniões aconteceram de forma remota e, pouco a pouco, buscaram-se alternativas para manter em funcionamento os espaços deliberativos do Sindicato Nacional, de modo a incentivar a realização de assembleias de base pelas seções sindicais e a impulsionar, por diferentes formas virtuais, a mobilização da categoria. Assim, mesmo a eleição para a Diretoria Nacional do Sindicato, que havia sido adiada em maio, foi realizada, de forma telepresencial em novembro de 2020, como resultado da decisão da base da categoria ocorrida no 9º CONAD Extraordinário.

A Diretoria Nacional do ANDES-SN, biênio 2020-2022, tomou posse nesta situação de absoluta excepcionalidade em 1º de dezembro de 2020. A partir daí a situação da

pandemia não arrefeceu, ao contrário, se agravou, e a esperança de um retorno presencial tem ficado cada vez mais distante, pois, em que pese a existência das vacinas, o plano nacional de imunização sofre com a política genocida do governo Bolsonaro e seus asseclas. Hoje, no Brasil, já são mais de 270 mil morto(a)s e mais de 11 milhões de contaminado(a)s, sem contar as subnotificações. A garantia de imunização para todos e todas, protegendo vidas, só é possível com a vacinação em massa. Porém, a política negacionista do governo federal, que não preparou o SUS e não estruturou qualquer planejamento para a compra e produção de vacinas e insumos, tem inviabilizado, no primeiro momento, até mesmo a imunização dos profissionais da saúde.

Nessa conjuntura, a realização de atividades presenciais, que aglomerem pessoas, expõe as pessoas ao risco de morte. Ao mesmo tempo, é necessário pensar formas de conduzir o Sindicato Nacional, garantindo os princípios de participação e deliberação pela base, para dar continuidade e intensificar a mobilização em torno de eixos centrais, quais sejam: Campanha Vacina já para todos e todas; Fora Bolsonaro e Mourão; não retorno das aulas presenciais enquanto não houver condições sanitárias; contra a Reforma Administrativa e, ao mesmo tempo, exigir condições de trabalho e estudo para o período de atividades remotas.

Assim, é necessário utilizar mecanismos que garantam a democracia no Sindicato Nacional nesse momento de restrições de atividades presenciais, possibilitando que as deliberações das assembleias de base sejam apresentadas pelos delegado(a)s e observador(a)s das Seções Sindicais, assim como assegurem a atualização dos pontos centrais da luta para o próximo período. Registramos ser necessário fazer um grande esforço para não naturalizarmos a situação adversa e excepcional que estamos vivendo no Brasil e no mundo, e reafirmamos nossa tarefa em não nos adaptar ao chamado “novo normal”, ainda mais aviltante das condições de trabalho, extenuante para o conjunto do(a)s trabalhadores e trabalhadoras e absolutamente adoeceador para o(a)s docentes. Não naturalizar significa não transpor nossa prática presencial para a modalidade virtual, até porque consideramos impossível tal transposição. É necessário reconhecer que essa realidade conjuntural nos impõe perdas e que os esforços visam minimizar as perdas, nesse momento excepcional, e não paralisar a luta.

Nesse sentido, propomos uma organização temporária para o funcionamento do Sindicato Nacional que considera o estatuto do ANDES-SN no contexto da realidade imposta pela pandemia do novo coronavírus, conforme segue abaixo.

TR – 7

O 11º CONAD Extraordinário, *ad referendum* do próximo CONGRESSO, delibera:

1. Que a realização de CONAD Extraordinários obedeça interstícios de no máximo 3 meses, subsequentes ao último realizado, até ser possível a realização de Congresso presencial.

1.1. Os CONAD Extraordinários devem pautar: Atualização da conjuntura, Plano de lutas dos Setores e Questões Organizativas;

1.2. O CONAD Extraordinário, tão logo seja possível pelas condições sanitárias, deve deliberar sobre a realização do Congresso do ANDES-SN de forma presencial, se possível no segundo semestre de 2021.

2. Enquanto durarem as restrições de atividades presenciais em razão da pandemia, o 11º CONAD extraordinário delibera pela realização de reuniões conjuntas dos Setores das Federais e das Estaduais e Municipais, preferencialmente mensais.

2.1. Excepcionalmente, devido às imposições da pandemia, as reuniões serão deliberativas e respeitarão um voto por seção sindical, repetidas as decisões precedentes tomadas em Congressos e CONAD.

2.2. Cada reunião conjunta dos setores deve ser precedida de assembleias de base que pautem e deliberem sobre os assuntos e temas a serem debatidos na mesma.

2.3. Para participação da reunião conjunta dos setores com direito a voto, haverá credenciamento *on-line* prévio com apresentação da ata da assembleia, indicando um(a) delegado(a) e dois(duas) observadore(a)s. Se não ocorrer assembleia, o(a) representante da seção sindical participará como observador(a).

2.4. As deliberações das reuniões conjuntas dos setores serão *ad referendum* do CONAD Extraordinário subsequente.

3. Os Grupos de Trabalho (GT) de âmbito nacional serão convocados para reuniões virtuais, precedendo cada CONAD Extraordinário, como forma de subsidiar os debates da Diretoria Nacional e a produção de material virtual.

3.1. As reuniões dos Grupos de Trabalho nacionais devem ser precedidas por reuniões locais dos Grupos de Trabalho nas seções sindicais que se prontificarem a participar.

3.2. Os encontros regionais deverão ocorrer entre os CONAD Extraordinários como fórum de debates das questões locais e regionais e de articulação dos encaminhamentos das deliberações do CONAD Extraordinário.

TEXTO 8

Contribuição do(a)s professore(a)s: Aderaldo Alexandrino de Freitas (ADUFERPE-SSind); Adriana Machado Penna (ADUFF-SSind.); Adriana Santos (Sesduf-RR); Agatha Justen Gonçalves Ribeiro (ADUFF-SSind.); Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Airton Paula Souza (ADUFS-SSind.); Alair Silveira (ADUFMAT-SSind.); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPb-SSind.); Alyne Maria Barbosa de Sousa (SINDIFPI); Ana Lucia Barbosa Faria (SINDCefet/MG); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Angelica Lovatto (ADUNESP-SSind.); Angelo Antonio Abrantes (ADUNESP-SSind.); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCCG-SSind.); Antônio José Mahye Nunes (ADURRJ-SSind.); Antônio Luis de Andrade – Tato (ADUNESP-SSind.); Antonio Luis da Silva Sousa (SINDIFPI); Antonio Rodrigues Belon (ADUFMS-SSind.); Aritana Dutra (Sindifpi); Armando Tafner (ADUFMAT-SSind.); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFFPel-SSind.); Beatriz Tupinambá Freitas (ADUFS-SSind.); Bráulio Silva Chaves (SINDCefet/MG); Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP); Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR); Cássio Alves (APUFPR-SSind.); Catharina Marinho Meireles (ADUFF-SSind.); Celeste Pereira (ADUFFPel-SSind.); Célia Regina Otranto (ADURRJ-SSind.); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES-SSind.); Cláudia Durans (APRUMA-SSind); Claudia March (ADUFF-SSind.); Claudio Roberto Marques Gurgel (ADUFF-SSind.); Daniela Batista Santos (ADUNEB-SSind); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Dayse Iara dos Santos (ADUNESP-SSind.); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Duglas Bezerra (ADUFPI-SSind); Egmar Souza (SINDIFPI); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ-SSind.); Elizandra Garcia da Silva (ADUFF-SSind.); Elyson Ádan Nunes Carvalho (ADUFS-SSind.); Elza Dely Veloso Macedo (ADUFF-SSind.); Epitácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenía Sobral do Vale (SINDUECE.); Fábía Barboza Heluy Caram (SINDCefet/MG); Fábio Kazuo Ocada (ADUNESP-SSind.); Fabiola Kato (ADUFPA-SSind.); Fausto Camargo Júnior (SINDCefet/MG); Fernando Ramalho Martins (ADUNESP-SSind.); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE.); Francisco Mauri de Carvalho Freitas (ADUFES-SSind.); Francisco Santiago (SINDUNIFAP); Francisco Vitória (ADUFFPel-SSind.); Gean Santana (ADUFS-BA-SSind.); Gelta Xavier (ADUFF-SSind.); Geraldo Carvalho (ADUFPI-SSind); Gihad Mohamad (SEDUFMS); Helio Cabral (ADUFERPE-SSind); Helvio Alexandre Mariano (ADUNICENTRO-SSind); Henrique A. F. Mendonça (ADUFFPel-SSind.); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR-SSind.); Igor Mota Morici (SINDCefet/MG); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); Irenilda a dos Santos (ADUFMAT-SSind.); Ivan Neves (ADUFPA-SSIND.); Jacira Maria Machado de Oliveira (ADUFF-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); João da Costa Chaves Jr. (ADUNESP-SSind.); José Carlos Gilli (Sedufsm); José Carlos Marques Volcato (ADUFFPel-SSind.); José Domingues Godoi Filho (ADUFMAT-SSind.); José dos Santos Souza (ADUR-RJ-SSind.); José Jailton Marques (ADUFS-SSind.); José Raphael Bokehi (ADUFF-SSind.); José Vitorio Zago (ADUNICAMP-SSind.); Juliana Barbosa de Segadas Vianna (ADURRJ-SSind.); Juliana Iglesias Melim (ADUFES-SSind.); Júlio Carlos Figueiredo (ADUFF-SSind.); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP-SSind.); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ-SSind.); Levy Paes Barreto (ADUFERPE-SSind); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADURRJ-SSind.); Luís Silva (SINDIFPI); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE-SSind.); Luiz Henrique Schuch (ADUFFPel-SSind.); Marcelo Barreto Cavalcanti (ADUFEPE-SSind); Marcelo Massayoshi Ueki (ADUFS-SSind.); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ-SSind.); Marco Escher (APES-JF-SSind); Marconis Fernandes Lima (SINDIFPI); Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho (ADUR-RJ-SSind.); Maria da Conceição Cabral (ADUFPA-SSind.); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA-SSind.); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS-SSind.); Maria Suely Soares (APUFPR-SSind.); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA-SSind.); Maria Luzinete Alves Vanzeler (ADUFMAT-SSind); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ-SSind.); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR-SSind.); Maristela da Silva Souza (SEDUFMS); Marluce Silva (ADUFMAT-SSind.); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ-SSind.); Milena Martinez (APUFPR-SSind.); Milton Vieira do Prado Júnior (ADUNESP-SSind.); Olgaíses Maués (ADUFPA-SSind.); Olinto Silveira Alves Filho (ADUFS-SSind.); Onice Teresinha Dall'Oglio (ADUFMAT-SSind.); Paulo Afonso (SESDUF-RR); Paulo

Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF-SSind.); Raimundo Wanderley Padilha (SINDUNIFESPA); Raphael Góes Furtado (ADUFES-SSind.); Raquel Angela Speck (APUFPR-SSind.); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPb-SSind.); Roberto Alves Simões (ADUFF-SSind.); Roberto Santos Ramos (APRUMA-SSind.); Romildo Castro (ADUFPI-SSind.); Romildo Raposo (ADUFPb-SSind.); Rondnelly Diniz Leite (SINDCefet/MG); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA-SSind.); Rosângela Assunção (ADCESP-SSind.); Samuel França Alves (SINDCefet/MG); Sandra Alessi (APUFPR-SSind.); Sandra Buenafuente (SESDUF-RR); Sandra Moreira (ADUFPA-SSind.); Savana Diniz (APUBH-SSind.); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Simone Contente (SINDUNIFESPA); Sinoélia Silva Pessoa (ADUNEB-SSind.); Sueli Guadalupe de Lima (ADUNESP-SSind.); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Tamara Cardoso André (ADUNIOESTE-SSind.); Tarcísio Luiz Pereira (ADUFMS-SSind.); Valdeci Luiz Fontoura dos Santos. (ADUFMS-SSind.); Vera Aguiar Cotrim (SINDCefet/MG-SSind.); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA-SSind.); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR-SSind.); Vitor Wagner Neto de Oliveira (ADUFMS-SSind.); Viviana Mônica Vermes (ADUFES-SSind.); Waldir Bertúlio (ADUFMAT-SSind.); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA-SSind.); Waldyr Lins de Castro (ADUFF-SSind.); Welbsson do Vale Madeira (APRUMA-SSind.); Wilma Lucia Rodrigues Pessôa (ADUFF-SSind.); Wilton Walter Batista (ADUFS-SSind.); Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).

REALIZAR UM CONGRESSO EXCEPCIONAL PARA UMA SITUAÇÃO EXCEPCIONAL

TEXTO DE APOIO

Fundado em um Congresso em fevereiro de 1981, o ANDES-SN realizou, de 1982 a 2020, 39 Congressos Ordinários, isto é, um a cada início de ano (entre janeiro e primeira quinzena de março, cf. Art. 18, Inciso I do seu Estatuto). Naquele Congresso, a opção dos docentes foi constituir uma Associação Nacional, e não uma Federação Nacional; e no 2º Congresso Extraordinário (novembro de 1988), a decisão foi transformar a Associação em Sindicato Nacional, e não em federação de sindicatos.

Por que estas deliberações? Porque o conjunto da base do ANDES-SN partiu (como até hoje) de uma concepção segundo a qual a participação da base tem o protagonismo central nas construções e aplicações das políticas e planos de lutas do ANDES-SN. Para tanto, a base é composta pelos sindicalizados, e não pelas Diretorias das Seções Sindicais. Isto quer dizer que, sem a participação e a atuação diretas de sua base, o ANDES-SN perde sua alma e sua razão de existir.

Ainda de acordo com esta concepção, a política do Sindicato é decidida a cada ano pelo Congresso Ordinário, e é por isso que as funções do Congresso e do CONAD relativamente aos planos de lutas são diferenciadas: o primeiro os elabora e o segundo os atualiza.

A pandemia está nos impondo um isolamento social prolongado – para além do

esperado.

Diante de um governo genocida, que sabota até as mínimas medidas de combate à pandemia e de proteção da população, que é contrário à vacinação, esse isolamento pode se prolongar indefinidamente. É premente, portanto, a necessidade de defendermos a vida a partir da reafirmação do isolamento social e, conseqüentemente, a não realização de reuniões presenciais. O aprofundamento da política de morte – que combina negacionismo, falta de vacinas e do auxílio emergencial com a imposição, em alguns casos, via decretos presidenciais, e a aprovação, no Congresso Nacional, de medidas que aprofundam a retirada de direitos e, conseqüentemente, a política genocida – exige que aprofundemos o debate e a mobilização para a luta em nossa base.

É um momento extremamente complexo, para o qual o sindicato deverá estar preparado e mobilizado para enfrentá-lo. Este é o motivo que justifica a urgência da convocação de um Congresso extraordinário do ANDES-SN, como foi em conjunturas tão diversas. A conjuntura atual talvez seja a mais dura ofensiva contra a classe trabalhadora dos últimos trinta anos; e a realização de ampla mobilização de nossa base, analisando a conjuntura e deliberando os próximos e urgentes passos para avançar na luta em defesa da vida, não pode sucumbir às contradições que vivemos entre a defesa do congresso presencial e a necessidade de um congresso, neste momento só possível na modalidade remota. Não podemos esperar a superação do caos na saúde para voltarmos a reunir o Congresso do ANDES-SN, porque temos que aprofundar a luta contra esse caos, sem o que ele não vai passar.

Realizar um congresso ainda este semestre, chamando os professores para prepará-lo, com caderno de textos e anexo, como é tradicionalmente feito, contribuirá para rompermos o isolamento das lutas, mantido o distanciamento social, pois o que estamos enfrentando hoje em cada IES precisa de enfrentamento nacionalizado. O “future-se” já está sendo implantado abertamente nas IES e conta, para isso, com as intervenções do governo federal que, em desrespeito às escolhas locais, nomeia dirigentes que são comprometidos com a destruição do caráter público das IES públicas, o que se expressa também nas instituições estaduais. A reforma administrativa e as privatizações – que a maioria dos parlamentares está-ávida para aprovar e que, para que não haja turbulências nesses planos, rejeita a discussão do impeachment, sendo cúmplices do genocídio – demandam, igualmente, enfrentamento nacional. Por essas razões, é hora de o sindicato chamar sua base para a construção de um plano de lutas.

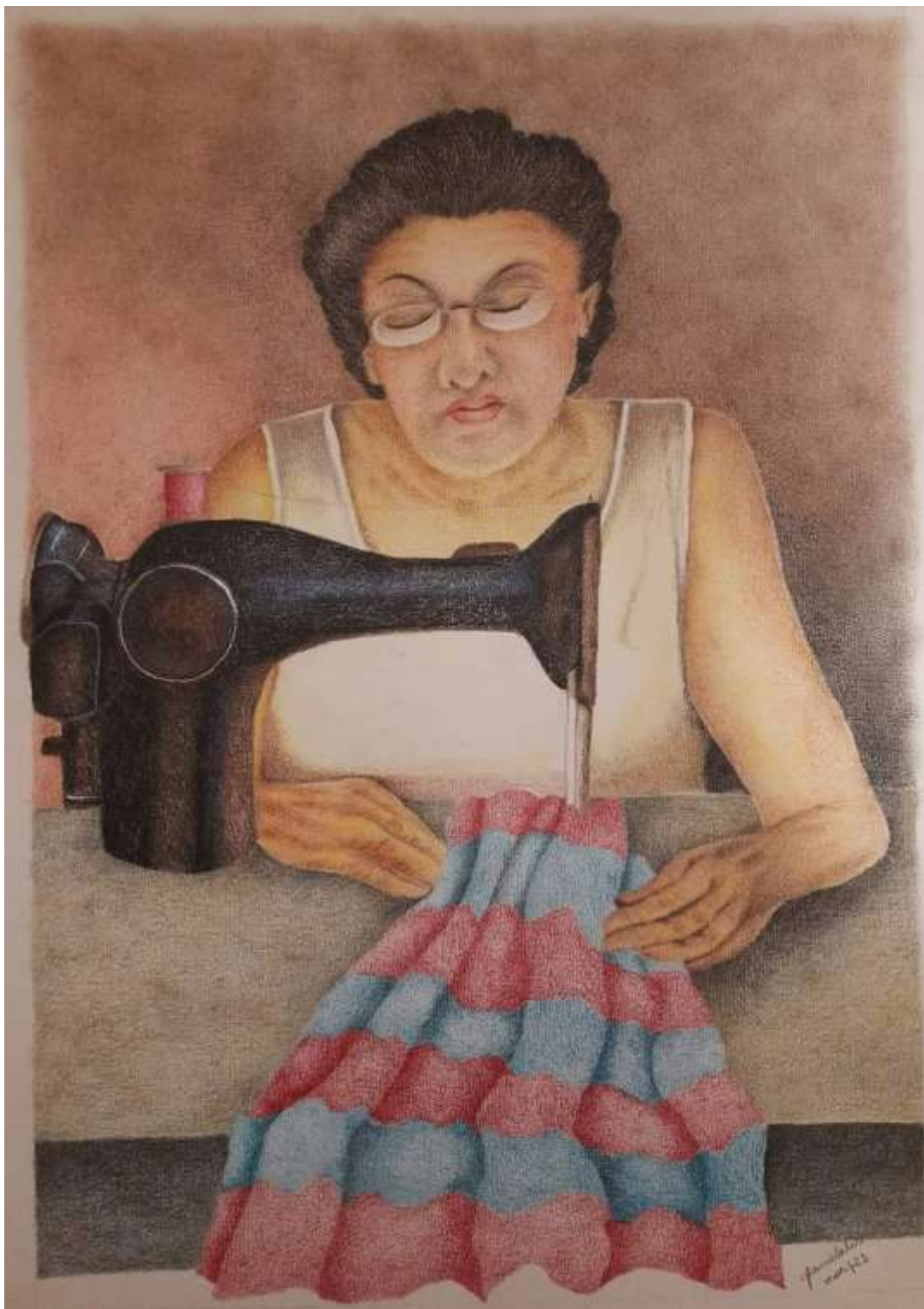
Com este XI CONAD Extraordinário, já serão quatro realizados desde o final de

julho de 2020 e, pelo exposto acima, devemos evitar substituir a realização do Congresso por uma sequência de CONADs extraordinários. A perspectiva de nossa luta deve considerar que faremos, em 2022, Congresso ordinário, eleição para a diretoria e CONAD ordinário, presenciais, se possível, ou eventualmente ainda em modo virtual. E se projetamos para 2022 a retomada do calendário habitual do sindicato, devemos, neste ano de 2021, além deste XI CONAD Extraordinário, também realizar o IV Congresso Extraordinário (pois já foram realizados três!) no mês de maio. Caso venha ser necessário, a Diretoria poderá convocar mais um CONAD extraordinário no segundo semestre.

TR – 8

O 11º CONAD Extraordinário, *ad referendum* do próximo CONGRESSO, delibera:

1. Convocar, nos termos do Art. 18, II do Estatuto, um Congresso Extraordinário, a ser realizado por meio virtual, no mês de maio de 2021, com cronograma a ser proposto pela Diretoria, de forma a promover a ampla participação da base do Andes-SN – delegado(a)s, observadore(a)s, convidado(a)s e diretores(a)s – tendo como pauta o plano geral de lutas em defesa da vida, dos direitos, do caráter público das instituições públicas, da autonomia e democracia das IES públicas e unidade com outros setores para exigir a saída de Bolsonaro e Mourão, a defesa do SUS e dos serviços públicos.
2. A Diretoria apresentará, na circular de convocação do IV Congresso Extraordinário, o cronograma preparatório, com os prazos para contribuições ao caderno de textos e anexo; período de realização de assembleias para eleição e inscrição de delegado(a)s e observadore(a)s; proposta de cronograma do evento, que contemple as plenárias inicial e de instalação, grupos mistos e plenárias de aprovação das propostas de resoluções e de encerramento.



Obra “costuras da vida” de Gláucia Lelis, Rio de Janeiro, 2021

GLÁUCIA LELIS ALVES nasceu em Goiânia-Goiás, em uma casa com avó, mãe e 4 irmãs. Viveu o ambiente da roça e aprendeu a ler e cozinhar com a avó e mãe. É Professora na Escola de Serviço Social-UFRJ, sindicalizada da ADUFRJ, feminista, amante da literatura e das artes plásticas, dentre elas o desenho, presente em sua vida desde sempre. No desenho ‘Costuras da Vida’ ela expressa uma homenagem à mãe que durante a infância tinha na costura um complemento para a renda familiar. Apesar de ser professora, a mãe de Gláucia aprendeu as habilidades artesanais e a costura estimulada pela avó de casa.

Tema III: Planos de Lutas dos Setores

PLANOS DE LUTAS DOS SETORES

TEXTO DE APOIO

Ampliam-se os desafios para a defesa dos serviços públicos. Urge a necessidade de avançar na unidade da classe trabalhadora

O ano de 2020 foi extremamente desafiador para a educação pública e para o conjunto da classe trabalhadora brasileira, mediante o contexto de pandemia da Covid-19, marcado pelo aprofundamento da crise do modo de produção capitalista, que destrói a natureza e a vida humana e se fundamenta na exploração dos trabalhadores e das trabalhadoras. No início de 2021 estes desafios ficaram maiores, escancarando a precarização da vida, das condições de trabalho e, na área da educação, impondo uma agenda de destruição do ensino público e gratuito. O tratamento governamental à pandemia aprofundou as desigualdades estruturantes da sociedade brasileira, aprofundando-as nas relações de gênero, raça e classe. Neste contexto, a defesa da vida das populações originárias e negras tornou-se central na medida em que pessoas pretas e pardas ficaram ainda mais suscetíveis a serem vítimas fatais da Covid-19, devido à falta de uma política de proteção e atenção ao avanço da pandemia nas comunidades originárias e nas terras demarcadas, agravando as condições já degradantes de saúde e de vida dessa população. Ainda que indígenas e quilombolas estejam na condição de grupos prioritários no processo de vacinação, poucas são as informações públicas acerca da efetiva imunização e da garantia do acesso à segunda dose da vacina.

Na seara das lutas em defesa da educação pública enfrentamos, entre outros ataques, os cortes orçamentários que foram aprofundados com e após a EC 95/2016. A PLOA 2021 prevê uma diminuição no orçamento da educação na ordem de 18,2% para as despesas discricionárias, o que atinge diretamente o funcionamento das IES, IF e Cefet. Essa condição impede qualquer possibilidade de implementação de um plano de recuperação educacional e sanitário na pós-pandemia, o que nos exige uma luta intensa em defesa do orçamento público para as instituições públicas de ensino e de pesquisa.

Além da questão orçamentária, somos submetido(a)s a um ataque progressivo à autonomia e à democracia nas universidades, nos Institutos Federais e nos Cefet, o que

atualmente se expressa na intervenção do governo federal em mais de 20 instituições. Cabe ressaltar que essas intervenções têm significado um processo intenso e perverso de perseguições políticas a professores e professoras, técnico(a)s administrativo(a)s e estudantes que fazem quaisquer questionamentos às práticas do governo federal e de seus(suas) interventore(a)s. É urgente a necessidade de resgatar a nossa luta histórica pelo fim da lista tríplice e para que o processo de escolha de reitor(a)s seja iniciado e encerrado nas instituições de ensino.

Os ataques à autonomia universitária e à liberdade de cátedra se acentuam às vésperas de fechamento deste texto. As notícias dos constrangimentos e censuras sinalizados pelo Ofício-Circular nº 4/2021/DIFES/SESU/SESU-MEC - que dá efeitos às IFES quanto ao conteúdo da Recomendação da Procuradoria da República em Goiás nº 133, de 5.6.2019 -, e pelo uso de ferramentas negociais, como é o caso dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), impõem de forma combinada o receio de criminalização e o potencial amordaçamento de docentes quanto ao exercício de suas liberdades civis, políticas, de opinião e científica.

O “ensino remoto emergencial” tem exacerbado a precarização das condições de trabalho e de aprendizado nas IES, invadiu o espaço privado e vem gerando fortes impactos sobre a saúde do(a)s docentes, levando ao esgotamento e corrosão do tempo, sobretudo para as mulheres, as quais historicamente têm sido cobradas a responder pelas demandas domésticas e cuidado com filho(a)s e pessoas idosas.

Para além de escancarar as desigualdades socioeconômicas, fazendo com que muito(a)s estudantes ficassem para trás, o “ensino remoto emergencial” expõe e amplia as desigualdades de gênero, sendo possível perceber que são as mulheres – professoras, servidoras técnico-administrativas, estudantes, trabalhadoras terceirizadas –, mães especialmente, ou as pessoas que cuidam de outras pessoas, aquelas que têm sido sobrecarregadas durante a pandemia. Também evidencia-se a ampliação da jornada de trabalho e o endividamento de docentes que, na tentativa de garantir o desenvolvimento das atividades, recorrem a recursos próprios na compra de equipamentos, pacote de dados e organização do espaço de trabalho, agora ~~requeridos pelo trabalho~~ dentro de sua casa e às suas expensas. Nessa realidade do “ensino remoto emergencial”, vemos a imposição do uso das tecnologias mediadas pelos grandes conglomerados privados, como a Google, avançando e estabelecendo na educação pública um nicho privilegiado de “oportunidades” diante da crise.

No contexto de um país que tem à frente um governo neoliberal, de extrema-direita, negacionista, anticientificista e profascista, o conjunto da população brasileira sofre sem medidas de isolamento social coordenadas nacionalmente e sem um plano nacional efetivo de imunização, o que dificulta ainda mais pensarmos em qualquer possibilidade de retorno presencial das aulas. No entanto, o governo federal, com os governos estaduais e municipais, insiste na retomada das aulas presenciais sem garantir as mínimas condições sanitárias.

É imprescindível intensificar a luta por um *lockdown* nacional, por “Vacinação gratuita para todas e todos!”. Somente a imunização completa da população, bem como o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e da ciência e tecnologia pública, podem dar respostas a esta crise sanitária.

Avançam os ataques que pretendem aniquilar os serviços públicos e acabar com os direitos de servidores e servidoras, em um processo ampliado de mercantilização dos serviços públicos, especialmente por meio da Contrarreforma Administrativa (PEC 32/2020) e da PEC Emergencial (PEC 186/2019). Para nós, trabalhadores e trabalhadoras da educação, além de aprofundar o desmonte da educação pública, a contrarreforma em tramitação no Congresso Nacional destrói nossas carreiras e reduz nossos salários.

Este cenário exige ampla organização da categoria docente, o fortalecimento dos instrumentos de luta da classe trabalhadora, em especial, neste caso, do nosso Sindicato Nacional. Faz-se necessário avançar na construção da unidade do campo da educação, com outros trabalhadores e trabalhadoras e com os movimentos sociais, por meio dos fóruns e das frentes que aglutinam forças sociais que têm como prioridade a vida acima dos lucros.

As propostas que apresentamos nesses Textos de Resolução (TR) visam a nossa preparação para melhor enfrentar a luta a fim de interferir na conjuntura e na realidade em direção aos interesses da maioria da sociedade brasileira, que é a população trabalhadora. O ANDES-SN tem uma história de luta, expressa nas últimas quatro décadas, que se firma na defesa irrestrita da educação pública, gratuita e socialmente referenciada, da ciência e tecnologia pública, e que se coloca na trincheira da organização da nossa classe, enquanto trabalhadores e trabalhadoras.

Urge a necessidade de avançar na unidade da classe trabalhadora em defesa da vida, da educação pública, da vacinação para todas e todos, pelo retorno do auxílio emergencial, pelo Fora Bolsonaro-Mourão.

RESOLUÇÕES DO 39º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

O 39º CONGRESSO delibera:

Que o ANDES-SN:

- 1. Por meio das secretarias regionais, em articulação com as seções sindicais, fortaleça os fóruns ou espaços de articulação das IEES-IMES.*
- 2. E as seções sindicais reafirmem a defesa da DE como regime prioritário de trabalho.*
- 3. Que o ANDES-SN, por meio das seções sindicais, intensifique as campanhas tanto de combate ao assédio sexual e moral, quanto de adoecimento docente, e a luta pela implementação de comissões e ouvidorias nas IEES-IMES, com composição majoritária de representação sindical e estudantil, para apuração dos casos.*
- 4. Intensifique a defesa do financiamento público para as IEES-IMES*
- 5. Por meio das secretarias regionais, em conjunto com as seções sindicais, intensifiquem a disputa do orçamento na Lei Orçamentária Anual (LOA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Plano Plurianual (PPA) dos estados e municípios, com incidência nos processos de elaboração, aprovação e implementação.*
- 6. E suas seções sindicais lutem pela revogação da Lei Kandir e EC 95/2016 e pela garantia do pagamento da dívida da cota-parte dos estados pela União.*
- 7. Por meio das seções sindicais, defenda os processos estatuintes nas IEES-IMES, a democracia interna, o fim de qualquer interferência do poder executivo nas escolhas dos dirigentes das universidades e o fim da lista tríplice.*
- 8. Construa a semana de lutas do setor entre os dias 25 e 29 de maio de 2020 com os eixos citados, dialogando com o calendário de lutas da categoria: a) Carreira e DE; b) Cortes e contingenciamento do orçamento; c) Saúde docente e condições de trabalho; d) Autonomia universitária; e) Pacote + Brasil.*
- 9. Intensificar a luta pela reposição das perdas salariais dos estados e municípios e pela garantia dos direitos da carreira e reajustes que compensem as perdas acumuladas.*
- 10. Intensificar a luta nos estados e municípios contra ou pela revogação da reforma da previdência.*
- 11. Manter a luta contra projetos similares ao Future-se.*
- 12. Que o salário mínimo calculado pelo DIEESE seja a referência para o estabelecimento do piso da remuneração dos docentes em fase inicial de carreira, para o regime de trabalho de 20 horas.*
- 13. Lutar para que os eixos e princípios do plano de carreira do sindicato seja a referência para a luta pelo estabelecimento de suas carreiras estaduais e municipais, onde esse plano de carreira ainda não foi definido ou onde o atual plano de carreira é incompatível com as necessidades da categoria.*
- 14. Defender o regime de trabalho em dedicação exclusiva (DE) como prioritário para a carreira docente e defender a DE ali onde esse regime de trabalho está sendo atacado.*

15. Intensificar a defesa dos direitos estabelecidos nos planos de carreira que estão sendo atacados pelos governos estaduais e municipais.

16. Intensificar a luta pela realização regular de concursos públicos para docentes, superando a atual situação de crescimento acelerado da precarização do trabalho docente, que atinge as IEES-IMES.

17. Lutar por garantias orçamentárias para o financiamento do ensino superior estadual e municipal, sem contingenciamento, que assegurem o funcionamento e a autonomia da gestão financeira, acadêmica e política das IEES/IMES.

18. Lutar contra a reforma administrativa e a PEC emergencial e suas repercussões nas IEES/IMES, em especial no caráter público da educação, carreira docente, condições salariais e condições de trabalho, bem como, articular nos estados e municípios, com entidades sindicais e movimentos sociais, a luta contra a reforma administrativa e a PEC emergencial e seus desdobramentos nos estados e municípios.

19. Lutar contra a retirada da remuneração do regime de trabalho em DE no momento da aposentadoria.

II - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

O 39º CONGRESSO delibera

1. Dar continuidade à mobilização da categoria, com o(a)s demais servidore(a)s público(a)s, para prosseguir na luta contra os ataques ao(à)s servidore(a)s e aos serviços públicos.

2. Lutar contra as PEC 186/2019 (PEC Emergencial), 187/2019 (PEC dos Fundos), 188/2019 (PEC do Pacto Federativo), que integram o chamado “Plano Mais Brasil”, e contra a PEC 196/2019 (PEC da Reforma Sindical) estimulando e fortalecendo as articulações com os sindicatos de outras categorias, entidades e movimentos sociais. a) realizar debates sobre a proposta da PEC emergencial e reforma administrativa e suas consequências para os trabalhadores e trabalhadoras; b) elaborar materiais de divulgação (vídeos e cartilhas) a serem utilizadas na mobilização contra a PEC emergencial e reforma administrativa.

3. Construir a campanha unificada do(a)s SPF de 2020 de forma articulada com o FONASEFE e a CNESF, a partir da definição dos eixos organizativos da pauta, de estratégias de ação e de calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação do(a)s SPF.

4. Envidar esforços para construção de greve dos SPF em articulação com os servidores estaduais, municipais e com as entidades e organismos dos trabalhadores, no primeiro semestre de 2020. Tendo na greve do dia 18 de março um dia de greve fundamental para mobilização.

A) Construir a greve das instituições federais de ensino e das universidades estaduais e municipais, envidando esforços para que seja conjunta a uma Greve do Setor da Educação (básica e superior).

5. Manter a luta contra projetos similares ao Future-se.

6. Lutar contra as propostas de reforma administrativa nos estados e no âmbito federal.

7. Dar continuidade ao processo de rearticulação da CNESF.

8. Intensificar a ampliação nos estados do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas.

9. Dar continuidade à luta pela revogação da EC 95/2016, da EC da Reforma da Previdência (EC 103/2019) e da EC 13/2020 (EC Paralela) e de seus efeitos imediatos,

como o aumento da alíquota previdenciária, com previsão de implementação a partir de março.

10. Defender eleições diretas paritárias ou universais garantindo a autonomia das IEES frente aos ataques do governo federal no que diz respeito ao processo de nomeação do(a)s reitor(a)s, diretor(a)s gerais dos CEFET e dirigentes das unidades acadêmicas, conforme os princípios do Caderno 2 do ANDES-SN.

11. Reiterar a defesa das liberdades democráticas, de expressão e de cátedra, garantida a autonomia do ensino, da pesquisa e da extensão da educação laica.

12. Dar continuidade à luta pela imediata recomposição orçamentária das universidades, institutos federais e CEFET e à luta contra qualquer corte ou contingenciamento no repasse orçamentário das universidades, institutos federais e CEFET e agências públicas de fomento à pesquisa.

13. Intensificar a luta contra o “Future-se” e o Programa Novos Caminhos ou qualquer projeto alternativo com princípios similares, reafirmando a defesa do projeto de universidade pública, IF e CEFET constante no Caderno 2 do ANDES-SN. NÃO AO FUTURE-SE! NÃO AO PROGRAMA NOVOS CAMINHOS.

14. Denunciar e combater política e juridicamente (quando cabível) a prática do governo federal de legislar por Instrução Normativa, Decretos e Portarias, impondo novas regulamentações nas instituições, evidenciando que isso fere a autonomia universitária e a própria natureza da carreira docente.

14.1. Lutar contra as iniciativas legislativas (PL e EC) que atacam diretamente a autonomia universitária e a liberdade sindical, como o PL 4992/2019.

15. Realizar no segundo semestre de 2020, em conjunto com o Setor das IEES/IMES e GT Carreira e GTPE, o III Encontro Nacional do ANDES-SN sobre a Carreira EBTT e Ensino Básico das Instituições Estaduais de Ensino Superior.

16. Lutar contra a MP 905/2019 (contratação via carteira de trabalho verde e amarela), e medidas similares que desregulam os direitos do(a)s trabalhadore(a)s.

17. Defender o concurso público para os serviços públicos federais e lutar contra a contratação de militares e servidore(a)s público(a)s federais, via contratos temporários, e/ou de voluntário(a)s, para reposição do quadro do(a)s servidore(a)s público(a)s federais, a exemplo da proposta de contratação de militares aposentado(a)s para atuar no INSS.

18. Lutar contra a incorporação da função do CNPq pela Capes.

19. Lutar pela retirada da MP 914/2019 (Escolha de dirigentes das IFES, dos IF e do Colégio Pedro II).

20. Lutar pela revogação da Portaria 2.227/2019 (Afastamento docente).

21. Lutar pela revogação da Portaria 1.469/2019 (Ofício Circular nº 01/2020) Banco de Professor Equivalente atualizado pela SESU ou SETEC, em detrimento de portaria interministerial.

22. Que o ANDES-SN, por meio das seções sindicais, intensifique a campanha de combate ao assédio moral e sexual, e a implementação das comissões e ouvidorias nas IFES para apuração dos casos.

23. Indicar que as Seções Sindicais do ANDES-SN encampem junto às administrações das Universidades, CEFET e Institutos Federais, portarias de defesa da liberdade de cátedra e de expressão, bem como da autonomia pedagógica (a exemplo da Portaria nº 1.254 de 2018, da Universidade Federal de Uberlândia. RESOLUÇÃO Nº 0419-COUN

da Universidade Federal do Paraná, e da UFJF, formulada pela CPPD e no aguardo de votação no CONSU) que, embora seja direito garantido constitucionalmente, esses documentos aprovados no âmbito das instituições de ensino reservam grande valor simbólico e de clara posição interna na defesa desse direito frontalmente ameaçado.

24. Combater o programa nacional das escolas cívico-militares e a militarização das escolas, pela grave ameaça que esse modelo reserva, ao defender o disciplinamento e a legitimação de um modelo de perseguição a professore(a)s e restrição severa do direito de cátedra, através de campanhas e dados sobre adoecimento e suicídio de professore(a)s e estudantes dessas instituições.

25. Lutar pela revogação do Decreto Nº 9.465 (02/01/2019) que dispõe sobre o modelo cívico-militar a ser adotado pelas Escolas Brasileiras.

26. Lutar pela revogação da EC 101/2019 que autoriza acúmulo de cargos nas áreas da saúde e educação por policiais e bombeiros militares dos estados e DF na ativa (de todas as forças militares) com objetivo dentre outros, de consolidar o processo de militarização nas escolas públicas de educação básica.

27. Indicar às Seções Sindicais e às regionais, em articulação com as entidades sindicais da educação básica, que atualizem os dados sobre o número de escolas que implantaram, em suas unidades federadas, o modelo cívico-militar, bem como, o número de militares que exercem a função docente nas escolas estaduais e municipais.

28. Indicar às Secretarias Regionais e às Seções Sindicais que se articulem com os sindicatos de professore(a)s da educação básica para lutarem contra a militarização dos processos de formação inicial e continuada do(a)s professore(a)s e contra a implementação da EaD no ensino fundamental, médio e superior.

29. Dar continuidade à luta contra o Projeto Escola sem Partido e em defesa da liberdade de cátedra, liberdade de expressão, bem como da autonomia pedagógica para o livre exercício do ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo os Comitês em Defesa da Educação e a Frente Nacional Escola sem Mordaza.

30. Articular apoio parlamentar contra o Future-se.

31. Fortalecer as campanhas estaduais, regionais e nacionais em defesa da autonomia da Universidade pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada.

RESOLUÇÕES DO 9º CONAD EXTRAORDINÁRIO DO ANDES-SN

I - Avaliação e atualização do plano de lutas do setor das IEES/IMES

O 9º CONAD Extraordinário, ad referendum do próximo CONGRESSO, delibera:

1. *Que as seções sindicais continuem a dialogar, no interior da categoria, a respeito do Ensino Remoto, expondo suas contradições e denunciando a precarização que acarreta no âmbito do ensino.*

2. *Que as seções sindicais lutem: a. pela inadmissibilidade do retorno presencial sem as condições sanitárias seguras; b. para que a implementação do Ensino Remoto Emergencial, sob quaisquer denominações, não seja colocada como alternativa ao ensino presencial; c. no caso da adoção de Ensino Remoto Emergencial, que sejam consideradas as desigualdades de acesso, de gênero, de raça, de classe, geracionais e todas aquelas que excluem pessoas, com planos de reparação e recuperação.*

3. *Que as seções sindicais elaborem em conjunto com a categoria uma pauta local específica para o momento da pandemia, levantando as consequências do Ensino*

Remoto Emergencial e um plano com as necessidades que garantam o retorno presencial quando as condições sanitárias forem favoráveis.

- 4. Que as seções sindicais realizem levantamento do quadro de vagas referente ao corpo docente, apontando se houve ou não a reposição deste nas instituições de ensino.*
- 5. Que as seções sindicais realizem levantamento, junto aos departamentos de saúde ou congêneres das instituições de ensino, de informações sobre adoecimento docente.*
- 6. Que o ANDES-SN envie esforços junto ao conjunto do(a)s servidore(a)s federais, estaduais e municipais, na luta contra a reforma administrativa, pressionando parlamentares e impulsionando as seções sindicais a realizarem ações nos estados.*
- 7. Que o ANDES-SN, via secretarias regionais e seções sindicais, envie esforços na construção e/ou fortalecimento dos fóruns estaduais do(a)s servidore(a)s público(a)s na luta contra a Reforma Administrativa e pela valorização dos serviços e servidore(a)s público(a)s, realizando plenárias estaduais e no dia 30/09, Dia Nacional de Lutas, Greves e Paralisações contra a reforma administrativa e em defesa do(a)s servidore(a)s e serviços públicos e das estatais.*
- 8. Que o ANDES-SN, via seções sindicais, lute contra o retorno às atividades presenciais sem a garantia das devidas condições sanitárias para tal, construindo com as demais categorias do Setor da Educação uma greve sanitária em defesa da vida.*
- 9. Que o ANDES-SN intensifique a luta pela revogação da EC-95.*
- 10. Que o ANDES-SN, via seções sindicais cobre das administrações das IES o desenvolvimento e a implantação de uma plataforma digital pública que supere a atual dependência de ferramentas digitais associadas às empresas privadas.*

II - Avaliação e atualização do plano de lutas do setor das IFES

O 9º CONAD Extraordinário, ad referendum do próximo CONGRESSO, delibera:

NO ÂMBITO DOS SPF

- 1. Que o ANDES-SN envie esforços na construção da Campanha Nacional do FONASEFE em defesa dos serviços e servidore(a)s público(a)s no contexto da luta contra a reforma administrativa.*
- 2. Que o ANDES-SN via seções sindicais envie esforços junto ao conjunto do(a)s servidore(a)s federais, estaduais e municipais, na luta contra a Reforma Administrativa, pressionando parlamentares e impulsionando as seções sindicais a realizarem ações de luta e mobilização nos estados.*
- 3. Que o ANDES-SN via secretarias regionais e seções sindicais envie esforços na construção e/ou fortalecimento dos fóruns estaduais dos servidore(a)s público(a)s na luta contra a Reforma Administrativa e pela valorização dos serviços e servidore(a)s público(a)s, no dia 30/09, Dia Nacional de Lutas, Greves e Paralisações contra a reforma administrativa e em defesa do(a)s servidore(a)s e serviços públicos e das estatais; Dia 3 de outubro agenda nacional de defesa das Estatais.*
- 4. Que o ANDES-SN continue lutando pelas verbas necessárias na Lei Orçamentária para as políticas sociais, especialmente à Educação.*
- 5. Que o ANDES-SN intensifique a luta pela revogação da EC-95.*

NO ÂMBITO DAS IFES

- 1. Que o ANDES-SN, via seções sindicais, na luta contra o ensino remoto, mas considerando que já estamos em exercício de atividade remota na imensa maioria das*

IES do país, construa pautas locais e desencadeie ações contra a precarização do trabalho e do ensino, DENUNCIANDO E LUTANDO CONTRA:

i) o excessivo tempo gasto com preparação e planejamento de aulas e atendimento a alunos e alunas, tempo para atividades assíncronas e tempo para atividades síncronas;

ii) o tempo excessivo das reuniões virtuais sem o devido intervalo entre elas;

iii) a falta de limitação da jornada de trabalho;

iv) a ausência de jornada diferenciada às professoras e a professores que tenham filhos ou outros familiares que exijam cuidados;

v) a falta de isonomia das condições de trabalho, sem padrões mínimos de velocidade de rede, equipamentos e softwares, com a aquisição de planos, equipamentos e licenças, se necessário;

vi) a falta de compensação aos docentes, por meio de benefícios e complementos salariais, pelos custos extraordinários que são obrigados a arcar individual e pessoalmente para preparar e desenvolver atividades.

vii) a falta de programas e plataformas livres e/ou gratuitas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;

viii) a ausência de normas gerais de comportamento ético entre docentes e discentes;

ix) a falta do direito de privacidade, direito de cátedra, direito de propriedade intelectual e proteção de dados pessoais e da intimidade.

2. Que as seções sindicais lutem contra a implementação do Ensino Remoto Emergencial, sob qualquer denominação, como alternativa “natural” ao ensino presencial diante da impossibilidade de retorno do mesmo antes da garantia de condições sanitárias seguras.

3. Que o ANDES-SN via seções sindicais lutem pela garantia estrutural do acesso ao Ensino Remoto Emergencial para discentes e docentes onde este estiver implementado, ressaltando a obrigação do Estado como responsável por assegurar essas condições.

4. Que a direção nacional do ANDES-SN e as seções sindicais lutem contra a aprovação do PL 3076/2020, Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras? Future-se, já em tramitação no Congresso Nacional.

5. Que o ANDES-SN via as seções sindicais fomentem a luta na defesa das condições sanitárias e estruturais necessárias para o retorno de atividades presenciais, primando pela garantia ao direito à saúde de docentes, discentes, técnico(a)s e trabalhadore(a)s terceirizado(a)s, nas instituições onde isso for cogitado, defendendo o isolamento social até o momento em que seja possível um retorno seguro a partir da análise crítica das orientações das autoridades sanitárias locais.

6. Que as seções sindicais elaborem, em conjunto com a categoria, uma pauta local específica para o momento da pandemia, levantando as consequências do Ensino Remoto Emergencial e um plano com as necessidades que garantam o retorno presencial quando tivermos condições sanitárias.

7. Que as seções sindicais realizem levantamento com o quadro de vagas referente ao corpo docente, apontando se houve ou não a reposição deste nas instituições de ensino.

8. Que o ANDES-SN via seções sindicais realize levantamento, junto aos departamentos de saúde ou congêneres das instituições de ensino, de informações sobre adoecimento docente.

9. Que o ANDES-SN, via seções sindicais, lute contra o retorno às atividades presenciais sem a garantia das devidas condições sanitárias para tal, construindo com as demais categorias do Setor da Educação uma greve sanitária em defesa da vida.

10. Que o ANDES-SN envide esforços por meio do fortalecimento do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas, no âmbito nacional e nos estados, para a realização de ações contra a Reforma Administrativa e pela valorização dos serviços e servidores públicos.

11. Que o ANDES-SN em conjunto com as Seções Sindicais intensifique a luta pela defesa da democracia e autonomia das IFEs (Instituições Federais de Ensino Superior), evidenciando os processos de intervenção do governo Bolsonaro.

12. Que o ANDES-SN realize uma reunião de articulação de Seções Sindicais sobre as intervenções, para que se possa compartilhar experiências e discutir conjuntamente possíveis ações contra as intervenções.

13. Pela intensificação da mobilização permanente do ANDES-SN via seções sindicais, com ações contra o ataque à autonomia universitária e a imposição de interventore(a)s nas Universidades, Institutos Federais e CEFET.

III - Em defesa das condições de trabalho e Segurança dos e das professores/as e dos orçamentos para mais e melhores Serviços Públicos

O 9º CONAD Extraordinário, ad referendum do próximo CONGRESSO, delibera:

1. Que as seções sindicais lutem para que as instituições de ensino realizem levantamento de professore(a)s da educação superior atingido(a)s pela COVID-19, preservado o sigilo e o respeito à(o)s docentes.

IV - Contra a criminalização dos(as) comunistas! O fascismo não passará!

O 9º CONAD Extraordinário, ad referendum do próximo CONGRESSO, delibera:

1. Repudiar e lutar contra o Projeto de Lei nº 4425/2020 que equipara o comunismo ao fascismo e criminaliza as lutas do(a)s comunistas e as lutas sociais em seu conjunto, e ainda todas as tentativas de falsificação histórica e de interferência na liberdade de ensinar e aprender.

2. Envidar esforços para a realização de ações de solidariedade com o(a)s militantes das organizações políticas afetadas por esta tentativa antidemocrática.

TR – 9

O 11º CONAD Extraordinário, ad referendum do próximo CONGRESSO, delibera:

Lutas gerais da classe trabalhadora e do(a)s servidore(a)s público(a)s

- 1.** Intensificar a construção da unidade pelo Fora Bolsonaro-Mourão.
- 2.** Intensificar a luta contra a Reforma Administrativa (PEC 32) e PEC Emergencial (PEC 186) e, pela valorização dos serviços e do(a)s servidore(a)s público(a)s junto ao conjunto de servidore(a)s federais, estaduais e municipais, pressionando parlamentares e impulsionando as seções sindicais a realizarem ações de luta construindo agendas unitárias.
- 3.** Intensificar as lutas em conjunto com o Fonasefe, Fórum Sindical Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas, CSP-Conlutas e outras frentes

unitárias da classe trabalhadora em defesa dos serviços e servidore(a)s público(a)s, em defesa da educação pública, contra a Reforma Administrativa, a PEC Emergencial 186/2020, pela Revogação da EC 95/2016, pela Campanha da Vacinação Pública, Gratuita para todas e todos e pelo retorno do Auxílio Emergencial sem redução de valores.

4. Lutar pelo estabelecimento de um *lockdown* nacional imediato, com auxílio emergencial e manutenção dos empregos.

5. Intensificar a luta pela vacinação pública, gratuita e pelo Sistema Único de Saúde para todas e todos, reiterando a defesa irrestrita do SUS.

6. Incorporar-se às ações de mobilização na defesa irrestrita das liberdades democráticas, reafirmando a consigna “Ditadura nunca mais”.

7. Intensificar esforços na construção e/ou fortalecimento do Fórum Sindical, Popular e de juventudes por direitos e liberdades democráticas nos estados, apontando a necessidade de construção de um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora.

8. Lutar contra a criminalização dos movimentos sociais, do movimento sindical e popular, das organizações políticas e das demais entidades ligadas às lutas sociais.

9. Ampliar o envolvimento nas lutas em defesa da vida das populações indígenas e negras, uma vez que são efetivamente elas as que mais sofrem os impactos neste momento da pandemia, inserindo-se em campanhas e contribuindo em ações efetivas em defesa da vida.

No âmbito específico da Educação (IFES/IEES/IMES)

1. Realizar uma campanha nacional em defesa da recomposição dos orçamentos das IFES e dos institutos de pesquisa públicos, intensificando a luta pelas verbas necessárias na Lei Orçamentária (LOA) para as políticas sociais, especialmente a Educação.

a) Autorizar a Diretoria Nacional a fazer o levantamento, planejamento e execução de atividades necessárias e o planejamento de custos para a viabilização da campanha, ainda no primeiro semestre de 2021.

b) Construir ações conjuntas com outras entidades nacionais em defesa da recomposição dos orçamentos das IFES e dos institutos de pesquisa públicos.

2. Intensificar a luta contra as intervenções do governo Bolsonaro-Mourão nas IFES, pautando o fim da lista tríplice e que a escolha de reitor(a) e vice-reitor(a) seja por meio de eleições diretas e voto secreto, com participação universal ou paritária de todo(a)s docentes, estudantes e técnico(a)s administrativo(as), encerrando-se o processo eletivo no âmbito da instituição.

a) Promover ações de comunicação que dêem visibilidade ao conjunto de ataques que interventore(a)s têm efetuado contra as comunidades acadêmicas das IFES, com destaque para a perseguição a integrantes da comunidade acadêmica, ataques à democracia e à autonomia interna das instituições e a imposição de medidas alinhadas ao governo Bolsonaro-Mourão.

b) Organizar encontros entre as assessorias jurídicas das seções sindicais das IFES sob intervenção e a Assessoria Jurídica Nacional (AJN), com o objetivo de articular ações no âmbito jurídico contra as intervenções e os ataques às comunidades acadêmicas.

c) Realizar a segunda Semana de Luta Nacional em defesa da autonomia universitária e contra as intervenções nas IFES, ainda no primeiro semestre de 2021.

d) Articular com as entidades de estudantes e de trabalhadores e trabalhadoras da educação, ações conjuntas para denunciar as intervenções, dando visibilidade aos ataques.

3. Intensificar a mobilização e a luta em defesa de salários, direitos e da carreira do(a)s docentes do magistério superior e do EBTT das IES, e contra as medidas e ataques dos governos federal, estaduais e municipais.

4. Lutar por uma política salarial e de valorização permanente da carreira docente, com a reposição das perdas inflacionárias e a correção de distorções.

5. Combater e denunciar ações, investidas e projetos de leis, a exemplo do Projeto de Lei nº 4.425/2020 e demais, que objetivem restringir ou retirar direitos democráticos à livre expressão, reunião, organização e manifestação.

6. Repudiar a perseguição e a criminalização de docentes, discentes e demais servidore(a)s público(a)s nas IES, IF e Cefet, construindo e participando de ações e campanhas em defesa dos direitos e liberdades democráticas.

7. Denunciar e combater, política e juridicamente (quando cabível), a prática dos governos federal, estadual e municipal de legislar por Instrução Normativa, Decretos e Portarias, a regulamentação do EaD como estratégia de naturalização dessa modalidade via “Ensino Remoto Emergencial” nas IES, IF e Cefet, a qual submete o(a)s docentes a

maior precarização do trabalho e ao acirramento das desigualdades de aprendizagem entre o(a)s estudantes.

8. Debater na reunião dos setores as condições do trabalho docente em tempos de pandemia e formatar pauta de reivindicações com as condições sanitárias necessárias para retorno seguro no pós-pandemia.

9. Enfrentar a expansão do EaD no pós-pandemia, a partir da naturalização do “Ensino Remoto Emergencial” e a precarização do ensino em todos os níveis da educação escolar, via articulação com os sindicatos de trabalhadore(a)s da educação básica para a construção de ações conjuntas.

10. Buscar o apoio de parlamentares para denunciar e lutar contra o aprofundamento da precarização do trabalho docente, tanto na educação básica quanto na superior, via o “Ensino Remoto Emergencial” e suas variações, como estratégia para implantação indiscriminada do EaD e a redução dos recursos orçamentários para as IES públicas.

11. Lutar contra o retorno às atividades presenciais sem a garantia das devidas condições sanitárias, construindo com as demais categorias do Setor da Educação uma greve em defesa da vida.

a) Que as seções sindicais do ANDES-SN, que ainda não realizaram AG, deliberem sobre greve frente à imposição do retorno presencial sem as seguintes condições: Vacina do SUS para todas e todos, seguindo a ordem de prioridades definidas nacionalmente pelo Plano Nacional de Imunização (PNI); testagem ampla e rastreamento; condições sanitárias de trabalho nas IES.

b) Ampliar a articulação unificada entre as três categorias das IES para construção da greve, conforme os termos mencionados anteriormente.

12. Indicar às Seções Sindicais que realizem ações de solidariedade à educação básica na pandemia, com intuito de apoiar a luta do segmento por condições de saúde para o(a)s, trabalhadore(a)s da educação e de toda a comunidade escolar que estão sendo exposto(a)s ao risco com as aulas presenciais.

13. Lutar pela revogação da Portaria nº 983/2020, que precariza ainda mais as condições de trabalho da carreira EBTT.

14. Atualizar o Caderno 28 com os recentes ataques à C&T pública, apontando avaliações políticas e jurídicas e contando com apoio de outras entidades do campo da Ciência e Tecnologia, referenciando a luta pela revogação do Marco Legal de CT&I (Lei nº 13.243/2016) e sua regulamentação.

15. Lutar por um sistema público das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), com suporte de internet pública gratuita e de qualidade, denunciando o avanço das grandes corporações digitais em todos os níveis da educação pública.

16. Intensificar a disputa do orçamento no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) de Estados e municípios, com incidência nos processos de elaboração, aprovação e implementação.

17. Construir a Semana de lutas do setor das IEES-IMES, entre os dias 17 a 21 de maio de 2021, considerando o calendário de lutas do Fonasefe, das IFES e dos fóruns do(a)s servidore(a)s estaduais e municipais, com os seguintes eixos:

a) Defesa da Carreira e da DE como regime de trabalho, contra o congelamento de salários e a suspensão dos direitos pecuniários de funcionário(a)s público(a)s estaduais e municipais;

b) Contra os cortes e o contingenciamento nos orçamentos da educação e contra a desvinculação de recursos constitucionais para a educação;

c) Em defesa da Saúde docente e condições de trabalho;

d) Em defesa da autonomia universitária e pelo fim da lista tríplice - em defesa da democracia interna das IES, IF e Cefet, com a nomeação do(a) mais votado(a) pela comunidade acadêmica por meio de eleições diretas e voto secreto, com a participação universal ou paritária de todo(a)s docentes, estudantes e técnico(a)s administrativo(a)s, encerrando-se o processo eletivo no âmbito da instituição;

e) Em defesa da Vacinação pública e gratuita e pelo SUS para todas e todos.

18. Retomar a defesa da política de cotas raciais para a graduação e para a pós-graduação e da constituição das comissões de heteroidentificação, fomentando espaços de debate nacionalmente e no âmbito das IES, IF e Cefet.

19. Intensificar a luta contra as diferentes formas de assédio cometidas contra todo(a)s, em especial contra as mulheres, as pessoas cis e trans no âmbito das IES, IF e Cefet, bem como fomentar espaços de debate sobre as formas virtuais de assédio.

20. Eleger na plenária do Plano de Lutas do 11º CONAD Extraordinário o(a)s integrantes da Comissão da Verdade do ANDES-SN, com três representantes da base como titulares, e seus respectivos suplentes, após exposição pelo(a) candidato(a) ou pelo(a) representante de sua respectiva seção sindical, sobre a disponibilização, motivação e trajetória que levaram à sua candidatura.

a) Homologar a indicação pela Diretoria Nacional de dois(duas) Diretores(a)s titulares, e respectivo(a)s suplentes, para compor a Comissão da Verdade do ANDES-SN.

21. Tomar providências políticas e jurídicas para a revogação do Decreto nº 10.620/21.

22. Realizar jornada nacional de luta sobre Assuntos de Aposentadoria nas Seções Sindicais.

a) Orientar e estimular que as Seções Sindicais realizem encontros com o(a)s aposentado(a)s;

b) Produzir material informativo sobre a Emenda Constitucional 103/2019 e o Decreto 10.620/2021.

c) Produzir material específico para professore(a)s que ingressaram após 2013 nas instituições.

23. Que o GTSSA seja responsável pela construção de um diagnóstico nacional da Saúde do(a) Trabalhador(a) Docente, construindo eixos centrais a serem socializados com as seções sindicais.

a) Que as seções sindicais levantem dados entre seus(suas) filiados(a)s e solicitem os dados que já tenham sido levantados nas suas instituições.

Agenda de lutas dos setores das IFES e IEES e IMES dos próximos 90 dias

1º/05 – Dia do(a) Trabalhador(a)

17 a 21/05 – Semana de lutas do setor das IEES-IMES

25/07 – Dia internacional da Mulher negra latino-americana e caribenha

25/07 - Dia Nacional de Teresa de Benguela

TEXTO 10

Contribuição do(a)s professore(a)s: Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPB); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Vicente Joaquim (SESDUF-RR); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Elza Dely Veloso Macedo (ADUFF); Eptácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenia Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUNIFAP); Gean Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Olgáises Maués (ADUFPA); Paulo Afonso (SESDUF-RR); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Rinaldo Martins (SINDUFAP); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Sâmela Ramos da Silva (SINDUFAP); Sandra Alessi (APUFPR); Sandra Buenafuente (SESDUF-RR); Savana Diniz (APUBH); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).

INTERVENÇÃO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS DO BRASIL: SÓ COM LUTA NACIONAL PODERÁ SER RESTABELECID A DEMOCRACIA

TEXTO DE APOIO

Um conjunto de princípios fundamenta a Universidade pública como patrimônio social presente e futuro. Entre eles a exigência de que a Universidade seja democrática no seu acesso, na destinação de sua produção, no seu funcionamento, nas suas deliberações e na livre escolha dos seus dirigentes.

Sobre esse último ponto, a partir das lutas concretas travadas desde os anos 1980, com intensos debates realizados em todo o país, ficou consolidado o firme posicionamento na “Proposta do ANDES—SN Para a Universidade Brasileira”:

Os dirigentes universitários devem ser escolhidos por meio de eleições diretas e voto secreto, com participação, universal ou paritária, de todos os docentes, estudantes, técnico-administrativos. O processo de escolha encerra-se no âmbito da instituição e a

posse deve ocorrer imediatamente ao término do mandato anterior. (Caderno 2, 2013, p.25)

Nos anos 1980, em plena ditadura empresarial-militar, foi preciso enfrentar a norma mais grosseira de intervenção para nomeação dos dirigentes das universidades federais, quando o gabinete do General Figueiredo promulgou o Decreto-Lei 6733, em 4 de dezembro de 1979. Em seus dois únicos artigos, não houve sequer a cautela de disfarçar o caráter autoritário:

Art. 1º Serão livremente escolhidos e nomeados, em comissão, pelo Presidente da República os dirigentes das fundações instituídas ou mantidas pela União, qualquer que seja sua natureza ou finalidade e sem prejuízo de sua autonomia administrativa e financeira.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições gerais e especiais em contrário.

Nem mesmo naquelas circunstâncias a comunidade universitária se sujeitou. Ao contrário, a medida autoritária foi o estopim de amplo movimento, especialmente nas universidades fundacionais, que elegeu diretamente e conquistou a nomeação de reitores eleitos em várias instituições a partir da mobilização das suas comunidades. Em grande medida, a expressão deste movimento resultou também no preceito “gestão democrática”, firmado no artigo 206 da Constituição de 1988, que expressa a sua regência de forma combinada com a “autonomia universitária”, consagrada no artigo seguinte.

Houve um grande avanço democrático nas experiências desenvolvidas em quase todas as universidades federais no período que se seguiu, porém o tema jamais foi pacificado nem superou conflitos e contradições atinentes às disputas de poder por seu viés autoritário. Nas intervenções, ou tentativas de intervenção, sempre estiveram combinados movimentos externos, de governantes, de partidos políticos ou de setores da elite econômica, com núcleos conservadores da própria instituição.

Antes da Medida Provisória 914/2019 editada por Bolsonaro, logo considerada inconstitucional, a medida mais ardilosa para tentar barrar o vigoroso movimento democrático estabelecido nas universidades federais foi adotada em 1995 por iniciativa do governo FHC e capitaneada por Paulo Renato Souza, seu ministro da Educação. Por meio da Lei nº 9192/1995, da LDB 9394/1996 e do Decreto 1.916, de 23 de maio de 1996, pela primeira vez, limites passaram a ser incluídos na legislação para os casos de consulta à comunidade universitária. Nas duas leis está explícita a intervenção do

governo na forma de escolha dos dirigentes e na composição dos órgãos colegiados e deliberativos cujos critérios centralizam-se no MEC impondo que os docentes deverão ocupar 70% dos assentos em cada órgão colegiado, assim como nos processos de escolha dos dirigentes.

Em 2007, no governo de Lula da Silva, o Decreto 1916 sofreu modificação por meio do Decreto 6.264/2007, estabelecendo que somente Professor Titular ou Professor Associado poderia integrar as “listas tríplexes”. Apesar de toda luta do movimento docente contra a intervenção dos governos nos processos de escolha e nomeação de dirigentes e de todas as formas de cerceamento da autonomia universitária, mesmo decorridos 25 anos e o transcurso de vários governos, tal artilagem permanece em vigor, juntamente com a figura da “lista tríplex”.

Desde a posse do atual governo, as Universidades federais e os Institutos Federais têm sido atacados em total desrespeito à autonomia garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal de 1988. Essa realidade se torna mais concreta desde o corte brutal de recursos para o financiamento dessas IES à imposição de interventores ou nomeação dos últimos indicados nas “listas tríplexes” formadas pelos Colegiados superiores dessas instituições.

Já são 21 IES públicas federais dirigidas por interventores nomeados por Bolsonaro, seja o último da lista tríplex ou até mesmo sem ter integrado tais listas: UNIFESSPA; UFPI; UNILAB; UFC; UFERSA; UNIVASF; UFPB; UFS; UFRB; UFVJM; UFES; CEFET RJ; UFTM; UFFS; IFSC; UFRGS; UFFS, UFGD, UNIFEL, UNIRIO, UFPEL e UFCG. A comunidade universitária, em especial os servidores docentes e técnicos-administrativos dessas IES, vem sofrendo perseguições de diversas naturezas, tendo que responder a processos administrativos (PAD), denúncias intimidatórias às ouvidorias e ao Ministério Público, além de impedimento de progressões funcionais, dentre outras medidas autoritárias adotadas por interventores, numa prática que materializa a violência punitivista diante de qualquer manifestação de discordância. Outra medida que tem sido adotada é alterar a composição dos colegiados superiores de forma arbitrária, desrespeitando inclusive os regimentos das instituições. É importante destacar a vitória da comunidade acadêmica do IFRN que, após mais de seis meses de luta contra a nomeação de um interventor, finalmente, no dia 21 de dezembro, o reitor eleito foi nomeado pelo Presidente Bolsonaro.

A participação democrática na escolha de dirigentes está em risco e a experiência recente tem demonstrado que foram especialmente golpeadas as IES nas

quais alguns setores iludiram-se, sob argumento de que estariam protegidas da intervenção, ajustando o processo interno ao pé da letra da Lei, especialmente no peso de 70% aos docentes.

O ataque à autonomia e à democracia nas instituições de ensino superior federais tem impacto, não apenas administrativo, mas no *ethos* acadêmico dessas IES numa tentativa de alterar de forma autoritária a própria natureza da universidade pública brasileira, destruindo esse patrimônio que pertence ao povo e não a governos de plantão. Ademais, o ataque à combatida autonomia das universidades federais vem acompanhada de drástica restrição dos recursos destinados pelo governo federal à tais instituições. A partir de 2014, com a intensificação da crise política e econômica o governo Temer aprofundou, ainda mais, a agenda regressiva que vinha sendo implementada especialmente desde 2015. As medidas regressivas redundaram na restrição, ainda maior, dos recursos orçamentários destinados às políticas sociais. Para agravar esse quadro, a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, resultou na crescente diminuição de recursos destinados às funções educação e ciência e tecnologia. Na área da educação, os recursos sofreram um decréscimo, em termos reais, de 23,22%: de R\$ 123,328 bilhões em 2013 para R\$ 94,685 bilhões em 2020 (valores corrigidos pelo IPCA de janeiro/2021). Na área de ciência e tecnologia os recursos declinaram 58,98%: de R\$ 16,103 bilhões em 2013 para R\$ 6,605 bilhões em 2020. A restrição dos recursos destinados pelo governo federal para a educação e a ciência e tecnologia impactaram no orçamento das universidades federais (incluídos os hospitais universitários) e de órgãos de apoio e fomento à pós-graduação e à pesquisa. Quanto às universidades, no período de 2013 a 2020, os recursos globais apresentaram uma redução de 0,24%: de R\$ 57,278 bilhões para 57,142 bilhões. Os valores destinados ao investimento tiveram queda abrupta de 93,28%: de R\$ 3,844 bilhões para R\$ 258,485 milhões. Os recursos para o custeio apresentaram uma redução de 37,0%: de R\$ 10,340 bilhões para R\$ 6,514 bilhões. A grave restrição de recursos de custeio e investimentos, se não for revertida, poderá inviabilizar no curto prazo o funcionamento das universidades federais e dos hospitais por elas mantidos. Os órgãos vinculados à formação de novos pesquisadores e ao fomento das atividades de pesquisa, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foram profundamente afetados pela crise de subfinanciamento. A Capes, no período de 2015 a 2020, sofreu uma drástica restrição orçamentária de 68,22%: de R\$ 9,901 bilhões para R\$ 3,146 bilhões. O CNPq desde 2014 vem enfrentando restrição orçamentária. No período de

2013 a 2020, seus recursos foram reduzidos em 60,25%: de R\$ 3,167 bilhões para R\$ 1,259 bilhões. Os recursos destinados pelo governo federal ao CNPq em 2020 ficaram abaixo dos recursos liquidados em 2003 (R\$ 1,740 bilhões). A autonomia de gestão financeira e patrimonial, prevista pelo art. 207 da Constituição federal, converte-se em letra morta diante da grave crise de financiamento enfrentada pelas universidades federais.

A reversão desse processo somente será possível se a luta for assumida nacionalmente, inclusive porque sua gravidade é maior do que a soma de cada um dos episódios isoladamente.

O governo Bolsonaro, respondendo particularmente ao núcleo do fundamentalismo ideológico, elegeu a educação como uma das pautas prioritárias para sua ofensiva. Inspirados pela pseudo-epistemologia de Olavo de Carvalho, mobilizam uma cruzada contra o suposto marxismo cultural que dominaria as IES públicas no país. Os dois pilares essenciais para a viabilidade dessas instituições vêm sendo alvos de esvaziamento, quais sejam, o financiamento público e a autonomia universitária.

Esse fenômeno deve ser compreendido no quadro de acirramento das contradições entre capital e trabalho, mediado pelo endurecimento da agenda neoliberal. Novos elementos apontados por Wendy Brown (2019) indicam as acomodações de conveniência entre os interesses econômicos neoliberais com a moral conservadora que visa proteger as hierarquias tradicionais. Como consequência, ocorre o enfraquecimento das democracias liberais e o abandono de pactos fundados em compromissos de justiça social. Instituições sociais republicanas se tornam alvo, como as universidades públicas, que estiveram imbricadas na constituição das bases históricas do Brasil-República.

É preciso reconhecer as sucessivas omissões, em particular de governos ditos progressistas. Dispunham de poder político e apoio popular para revogação das normas draconianas que restringem o exercício da autonomia na escolha dos dirigentes das IES públicas e não o fizeram. O que só demonstra que os governos neodesenvolvimentistas de conciliação de classes também empoderaram o neoliberalismo e o conservadorismo.

Obscurantismo, anti-intelectualismo e anti-cientificismo, assumidos pelo governo e forças sociais bolsonaristas, reverberam também em vários setores sociais em meio a maior crise sanitária e humanitária deste século. O aumento no percentual de brasileiros que não pretendem se vacinar é um dado da realidade que precisamos enfrentar e estamos desafiados a disputar.

Por outro lado, a condição de dependência e subalternidade econômica do país, assumida pelos blocos hegemônicos, corrobora a política de desmonte da educação, ciência e tecnologia. Na sua ótica míope e anti-popular, universidade pública, balizada por ensino, pesquisa e extensão é uma suntuosidade desnecessária. Observa-se o beneplácito dessa elite econômica e política do país diante das ofensivas do governo Bolsonaro à autonomia universitária.

Esperar que o STF seja a instância mediadora desse ataque é temerário. Apostar na lógica da legalidade talvez não seja suficiente, diante do relativismo jurídico que tomou de assalto o país. A história recente fornece incontáveis exemplos do conservadorismo das decisões da corte suprema. O poder judiciário, reiteradamente, assume posição da classe dominante e vem apoiando o esfacelamento da democracia liberal burguesa.

Internamente às universidades é preciso um enérgico chamado ao rigor quanto ao caráter público da instituição, reconhecendo que alguns setores internos têm sido agentes passivos ou ativos de interferências heterônomas, nitidamente mercadológicas, que enfraquecem o argumento e a luta em defesa da autonomia e da democracia.

Não há alternativa, senão as lutas populares e sindicais na defesa radical da Universidade pública, gratuita, laica, democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

TR – 10

O 11º CONAD Extraordinário, *ad referendum* do próximo CONGRESSO, delibera:

- 1- nacionalizar a luta em defesa da autonomia universitária, por democracia na escolha dos dirigentes das Universidades e Institutos públicos contra as intervenções dos governos nas reitorias;
- 2- reaglutinar os movimentos sociais e populares em torno da defesa da universidade, institutos e centros federais;
- 3- fortalecer a atuação do ANDES-SN, retomando a centralidade da formação política e a mobilização das bases;
- 4- cobrar atuação mais incisiva da “Frente de defesa da Universidade pública” em defesa da autonomia, democracia e financiamento das IFEs;
- 5- intensificar a luta em defesa do financiamento adequado das IFEs, denunciando os cortes orçamentários impostos pelo governo federal no âmbito de Investimentos e de Outras Despesas Correntes.

- 6- investir em campanhas nacionais, por diferentes meios de comunicação, sobre a função social da universidade pública e a sua importância para o desenvolvimento econômico, social, cultural e artístico do país;
- 7- construir firme oposição ao conjunto de medidas regressivas contra a Universidade pública, incluindo o Future-se ou projetos similares.

TEXTO 11

Contribuição do(a)s professore(a)s: Agripino Alves Luz Júnior (SINDUFAP); Alexandre Adalberto Pereira (SINDUFAP); Alexandre Macedo (ADUFPB); André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP); Antonia Costa Andrade (SINDUFAP); Antônio Lisboa L. de Souza (ADUFCG); Arthane Menezes Figueiredo (SINDUFAP); Beatriz Franchini (ADUFPEL); Carlos Vicente Joaquim (SEDUF-RR); Cássio Alves (APUFPR); Celeste Pereira (ADUFPEL); Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE); Cenira Andrade de Oliveira (ADUFES); Claudia March (ADUFF); David Junior de Souza Silva (SINDUFAP); Diana Regina dos Santos Alves Ferreira (SINDUFAP); Elda Maria Freire Maciel (SINDUECE); Eliane Fazolo (ADUR-RJ); Elza Dely Veloso Macedo (ADUFF); Eptácio Macário Moura (SINDUECE); Erlenias Sobral do Vale (SINDUECE); Fabiola Kato (ADUFPA); Fausto Camargo Júnior (SINDCEFET-MG); Francisco Carlos Jacinto Barbosa (SINDUECE); Francisco Santiago (SINDUNIFAP); Gean Santana (ADUFS-BA); Henrique A. F. Mendonça (ADUFPEL); Herrmann Vinicius Oliveira Muller (APUFPR); Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP); José Carlos Marques Volcato (ADUFPEL); José dos Santos Souza (ADUR-RJ); José Raphael Bokehi (ADUFF); Lalo Watanabe Minto (ADUNICAMP); Leandro Machado dos Santos (ADUR-RJ); Lúcia Izabel Silva (ADUFPA); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Henrique Schuch (ADUFPEL); Marco Antonio Perruso (ADUR-RJ); Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho (ADUR-RJ); Maria da Conceição Cabral (ADUFPA); Maria da Conceição dos Santos Costa (ADUFPA); Maria do Carmo Lobato da Silva (SINDUFAP); María Gabriela Guillén Carías (ADUFDOURADOS); Maria Suely Soares (APUFPR); Marielson Rodrigues Guimarães (ADUFPA); Marinalva Silva Oliveira (ADUFRJ); Marise Fonseca dos Santos (APUFPR); Milane de Souza Leite (ADUR-RJ); Milena Martinez (APUFPR); Olgaíses Maués (ADUFPA); Paulo Afonso (SEDUF-RR); Paulo Marcelo Cambraia da Costa (SINDUFAP); Raquel Angela Speck (APUFPR); Rhoberta Santana de Araújo (ADUFPB); Rinaldo Martins (SINDUFAP); Rosana Maria Gemaque Rolim (ADUFPA); Rosângela Assunção (ADCESP); Sâmela Ramos da Silva (SINDUFAP); Sandra Alessi (APUFPR); Sandra Buenafuente (SEDUF-RR); Savana Diniz (APUBH); Sidney da Silva Lobato (SINDUFAP); Tadeu Lopes Machado (SINDUFAP); Vera Lucia Jacob Chaves (ADUFPA); Vilson Aparecido da Mata (APUFPR); Waldir Ferreira de Abreu (ADUFPA), Yurgel Pantoja Caldas (SINDUFAP).

A URGÊNCIA DA LUTA CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA E O DESMONTE DAS IFES

TEXTO DE APOIO

A agenda de reformas estruturais em curso no governo federal e no Congresso Nacional inclui uma série de projetos que atacam os serviços e servidores públicos. Reforma tributária, reforma administrativa, PEC do pacto federativo (que descentraliza recursos da União para os estados e municípios) e PEC dos fundos (que libera a verba de fundos públicos para o abatimento da dívida pública) e a PEC 186/2019 (que reduz em até 25% os salários do funcionalismo são algumas das pautas em tramitação no Congresso. Os recém-eleitos presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (Democratas-RO), em suas primeiras manifestações depois da posse, informaram que a aprovação da PEC Emergencial e a Reforma Administrativa estão entre suas prioridades. A PEC 186/2019 reduz em até 25% salários e jornada de servidores dos três poderes, suspende progressões automáticas, reposições

salariais, auxílios, vantagens, benefícios e reestruturação de carreira, concursos e a criação de cargos públicos e proíbe ainda a contratação de pessoal e pagamento de despesa de pessoal em caráter retroativo. Se houver excesso de arrecadação ou superávit financeiro, o excedente não será utilizado em investimentos e serviços públicos, mas reservado para o pagamento das dívidas públicas. As consequências no serviço público incluem a redução de atendimento à população. Por outro lado, a PEC garante a manutenção dos pagamentos a bancos e ao sistema financeiro. Todos os cortes começariam a ser feitos assim que a PEC for aprovada. A prioridade dos atuais presidentes da Câmara e do Senado é a PEC 32, Reforma Administrativa, primeira parte de uma etapa da reforma do Estado que é apresentada em três fases e pretende completar, levando às últimas consequências, a contrarreforma do Estado iniciada há quase 30 anos, na década de 1990, com Fernando Henrique Cardoso e que seguiu nos governos do PT. Durante esse período o(a)s trabalhadores, dentre eles o(a)s docentes das instituições de ensino superior, sofreram várias perdas em seus direitos, mas suas lutas conseguiram assegurar que, até o momento, fossem mantidas conquistas históricas importantes, como a gratuidade do ensino nas instituições públicas, o cargo público com acesso apenas por concurso público, e a estabilidade. Entretanto, mesmo com toda a luta do(a)s docentes e do(a)s servidore(a)s públicos, desde os anos 90, as universidades públicas, o financiamento, a relação com o Estado e, em particular, o trabalho docente, têm sido continuamente atacados. Valores importantes firmados na carreira e também na Constituição sofreram uma corrosão branda, mas ainda existem. A PEC 32/2020 acaba com o Regime Jurídico Único, ao reafirmar o preceito da estabilidade apenas para servidore(a)s nas carreiras típicas de Estado e que produzirão condições ainda distintas de admissão, além das já fartamente utilizadas pelo poder público que precarizam os empregos. Associado ao fim da estabilidade está o fim da dedicação exclusiva para a maioria dos cargos, à exceção daqueles classificados como típicos de Estado.

O fim da estabilidade do Serviço Público significa, na prática, o aparelhamento clientelista e patrimonialista das funções do Estado e o fim da garantia de oferta de direitos sociais básicos em sua plenitude, pautados pelo conhecimento especializado. Sem dedicação exclusiva, ao(a)s servidore(a)s públicos é oferecida a “oportunidade” de acumular cargos concomitante à subtração de direitos, ao mesmo tempo em que os/as deixa reféns dos governos. Além disso, autoriza a redução da jornada de trabalho com redução salarial por simples decisão do poder executivo. Objetivamente o período de férias do(a)s docentes será reduzido. Tudo isso sem contar que a decorrência direta dessa emenda constitucional será a extinção pura e simples de muitos serviços e órgãos

públicos, extinção do local de trabalho de sem número de servidore(a)s. O objetivo é diminuir o tamanho do Estado, não para que ele seja mais ágil, mas para que o setor privado lucre com as atividades que até então eram públicas. Embora a PEC 32/2020 não decreta explicitamente o fim dos concursos, ela indica que os concursos tendem a ser cada vez mais raros na União, nos estados e municípios. Na nova proposta, há apenas previsão de concursos públicos nas carreiras típicas de Estado. Para os demais vínculos, a proposta é que os concursos sejam substituídos por seleções simplificadas. Caso a PEC seja aprovada, não atingirá somente o(a)s futuro(a)s servidore(a)s público(a)s; os atuais também serão atingidos. Primeiro porque o Regime Jurídico Único será extinto e o conceito de carreira desaparecerá da Constituição. A extinção das carreiras extingue, junto com ela, a qualidade dos serviços públicos prestados pelo Estado e o atendimento aos direitos sociais historicamente conquistados. Para a próxima fase, estão programados ajustes no estatuto do(a) servidor(a) e gestão de pessoas, chamada de “modernização de formas de trabalho” na área organizacional. A terceira fase, chamada de “Novo Serviço Público”, será a consolidação de cargos e funções e a implantação definitiva da nova proposta. Nesse projeto serão apresentados o novo marco regulatório das carreiras e, por fim, as diretrizes de direitos e deveres do novo serviço público. Neste último ponto certamente encontraremos as indicações para um novo código de ética do(a)s servidore(a)s públicos e uma lei de greve específica para o(a)s trabalhadore(a)s no serviço público, incluindo servidore(a)s de todos os vínculos, empregado(a)s, temporário(a)s e outro(a)s que estejam a serviço da administração pública, o que certamente dificultará e muito a atuação sindical. Acaba com o poder de resistência que só a unidade de regime jurídico proporciona. Estas também serão as fases que definirão novas tabelas salariais, formas de progressão, de avaliação de desempenho, dentre outras questões, que caracterizarão o que será o Serviço Público nos próximos anos, acabando com as carreiras atuais do funcionalismo e, por consequência, com a garantia de oferta de serviços públicos essenciais à população, como o atendimento de saúde nos hospitais e nas Unidades Básicas de Saúde - UBS, como a educação básica nas creches e escolas municipais, estaduais e federais, e a educação superior e tecnológica nas Universidades, Institutos Federais e CEFETs. Está em risco a remuneração, a carreira, o fazer universitário como concebido até aqui e a própria sobrevivência como instituição pública. A categoria já vem acumulando perdas significativas há um bom tempo, nossos salários seguirão sem reajuste pelo menos até 2021. Lembramos que a Reforma da Previdência já reduziu nossos salários ao ampliar a alíquota de 11% para 14%.

A Reforma Administrativa vai coroar o desmonte dos serviços públicos que está em curso há anos. No âmbito das Universidades podemos constatar isto a partir dos sucessivos cortes orçamentários (que para 2021 estão na casa de 18,2%), da precarização das condições de trabalho e estudos, na lógica meritocrática, no ataque a autonomia das IFES. Consideramos este conjunto de relações e ações contra as IFES como parte do projeto do Capital para a Educação, pois existem interesses comerciais e de capitais financeiros em jogo. Uma série de empresas de ensino, fazedoras de cartilhas, vídeo aulas, desenvolvedores de soluções digitais, etc. com a concepção de ensino bancário, que tratam a educação como mercadoria consideraram a pandemia da Covid-19 uma oportunidade e de forma oportunista expandiram suas redes, cadeias e capitais, tanto oferecendo as soluções digitais e materiais, como captado as postagens de docentes, como matéria prima para ampliação dos algoritmos e desenvolvimento de inteligência artificial, visando a interesses próprios e por definição alheios e contrários ao ensino público, gratuito e de qualidade. Este aspecto de apropriação da intelectualidade de docentes e estudantes também precisa ser pautado e protegido. A mercantilização da educação expandiu em muito neste período, constata-se a abertura para grupos privados como por exemplo, a Króton (atual Holding Cogna Educação), o Fundo Gera Venture, a holding Yduqs, o Fundo BTG Pactual e outros que visam encher as burras abocanhando o Fundo público através do filé do setor da educação, a exemplo do que também vem sendo feito na área da saúde. A Kroton/Cogna tem como principal mercado as faculdades, como é o caso da Anhanguera. A Saber entrou para disputar licitações no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), do Ministério da Educação, e atuar nos serviços de educação para o ensino básico, com apoio e trabalho conjunto com o movimento do empresariado que se aglutina no movimento Todos pela Educação (TPE). Por sua vez, a futura Vasta focará na prestação de serviços de gestão para escolas e produção de material didático para alunos, e a Platos (plataforma de serviços educacionais que compõem a holding Cogna), na prestação de serviços de gestão para o ensino superior.

Portanto, é urgente fortalecer a luta contra a Reforma Administrativa e o desmonte das IFES. Barrar a PEC emergencial e a Reforma administrativa é determinante para o futuro do papel social da educação e da ciência no Brasil, sobre o significado da instituição UNIVERSIDADE e sobre o caráter do trabalho docente. Este processo, caso não seja contido, eliminará valores como: a liberdade acadêmica, a autonomia e as bases epistemológicas que sustentam os atributos de indissociabilidade, o padrão unitário de qualidade, socialmente referenciada, autonomia e o projeto para a

universidade brasileira.

Diante da conjuntura política, sanitária e educacional que vivemos é mister a derrubada deste governo genocida, conservador, que coloca todos seus esforços na destruição do/as trabalhadore(a)s. #Fora Bolsonaro e Mourão, #Vacina para Todos e Todas, Já!

TR – 11

O 11º CONAD Extraordinário, *ad referendum* do próximo CONGRESSO, delibera:

- 1) Organizar ou reorganizar fóruns do(a)s servidore(a)s nos estados e municípios: Convocar reunião ampliada, nos estados e municípios, entre funcionalismo público das três esferas juntamente com movimentos sociais, centrais sindicais e movimento estudantil para construir atividades, debates, e ações nas ruas, etc. (Construir mobilização a partir dos estados e municípios com convocação de assembleias por categorias, reuniões ampliadas entre os funcionários públicos das três esferas).
- 2) Realizar Plenárias nos estados e municípios e construir um calendário de lutas unificado entre os servidores públicos federais, estaduais e municipais, sobretudo o(a)s trabalhadore(a)s da educação, saúde e assistência social e construir uma agenda nacional de debates e mobilizações tendo como centralidade, a luta por Vacina para todos e todas, Já como preservação da vida, a luta contra a reforma administrativa, a PEC Emergencial e o avanço do ensino remoto e/ou híbrido.
- 3) Em articulação com o(a)s servidore(a)s públicos das três esferas, propor indicativo de greve e/ou paralisação do(a)s servidore(a)s públicos.
- 4) Construir dias de luta nos estados e municípios para ampliar a mobilização com a seguinte pauta: contra a Reforma Administrativa e o desmonte dos serviços e servidore(a)s públicos; contra a PEC Emergencial e contra o Ensino Remoto em todos os níveis; contra o retorno presencial das aulas sem vacina para todos e todas; contra o desmonte da IFES; por recomposição imediata do orçamento para educação pública.
- 5) Criar calendário de mobilização e luta a partir das datas de mobilização das entidades:
 - 5.1 Dia nacional em defesa da educação pública com paralisação das atividades, carros de som rodando as cidades, uso de redes sociais e atos presenciais sem aglomeração em todas as cidades;

- 5.2 Dia nacional de luta contra a Reforma administrativa e a PEC emergencial e contra o desmonte do Serviço Público com paralisação das atividades, carros de som rodando as cidades, uso de redes sociais e atos presenciais sem aglomeração em todas as cidades;
- 5.3 Construir mobilização a partir dos estados com convocação de assembleias por categorias, reuniões ampliadas entre os funcionários públicos das três esferas.
- 5.4 Construir Dia Nacional de Luta em Brasília.
- 6) Concretizar a greve do Setor aprovada no 39º Congresso do ANDES-SN em defesa da Universidade Pública, autônoma, com condições de trabalho e estudo, a partir da recomposição orçamentária para as IFES e para o desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, reajuste salarial, reajuste das bolsas e demais políticas de assistência estudantil. #Fora Bolsonaro! #Vacina para Todos e Todas, Já!
- 7) Exigir que a administração de cada instituição elabore um “plano sanitário, humanitário e educacional”, com a participação dos segmentos de suas comunidades acadêmicas – docentes, técnica(o)-administrativa(o)s e estudantes com diretrizes de acordo cada realidade atingida pela pandemia do Coronavírus. Retorno presencial só com vacinação para todos e todas!

DIRETRIZES PARA “PLANO SANITÁRIO E EDUCACIONAL”**TEXTO DE APOIO**

“Sejamos claros, em nenhum momento a Covid-19 assolou o Brasil como agora. Crescem as internações e mortes. Disseminam-se variantes virais, provavelmente mais transmissíveis e talvez causando doença mais grave. Pior: é possível que essas variantes escapem à imunidade conferida pelas vacinas.” diz artigo de profissionais da área sanitária. (*Folha de S. Paulo*, 23/02/2021, p. A3 – Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/02/em-nenhum-momento-a-pandemia-assolou-o-brasil-como-agora.shtml>).

A advertência é grave, e não se trata de retórica terrorista, mas sim de alertar para o fato de que é necessário levar em consideração as experiências interna e também de outros países vivenciadas desde o início de 2020, com relação à pandemia ocasionada pelo novo coronavírus. É preciso chamar a atenção da sociedade, em especial das forças políticas que governam o país em todas as esferas administrativas – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – pois elas têm a responsabilidade de tomar as iniciativas adequadas para interromper o avanço da Covid-19 e, se isso não for possível, para amenizar as decorrências de sua progressão.

Mais do que nunca, é hora de reforçar a luta para que todas as pessoas sejam vacinadas, mas ao mesmo tempo é preciso continuar contribuindo para que a população respeite as diretrizes sanitárias emanadas pelo poder público e instituições de saúde. É imperioso não participar e não promover aglomerações, manter os protocolos de incumbência individual, lavar as mãos com frequência, desinfetar objetos de uso coletivo e, principalmente, fazer do uso correto da máscara um hábito por ora perene. O eventual sacrifício que isso possa significar tem o mais nobre dos objetivos, que é a preservação da saúde e da vida de cada um(a) e de toda(o)s!

As instituições nas quais trabalhamos, universidades (federais, estaduais, municipais), institutos, Cefets, escolas de aplicação, laboratórios, museus, espaços culturais, entre outras, por óbvio são locais onde se aglomeram pessoas – e cujo ideal, em condições normais, seria de acolher ainda um maior número. Porém, enquanto estivermos submetida(o)s às restrições de contato físico exigidas pelos riscos da pandemia de Covid-19, é preciso manter presencialmente somente as atividades

indispensáveis, que necessitam deste formato, e dar continuidade em condições remotas àquelas que permitem seguir minimamente desta forma, incluindo o ensino remoto emergencial (ERE). Estes mesmos cuidados devem ser tomados com relação às atividades da(o)s trabalhadora(e)s terceirizada(o)s, que prestam serviços nestas mesmas instituições.

Contudo, enquanto instituições públicas, estas também têm o dever de atuar de forma preventiva, planejando o futuro próximo, apesar de hoje ainda não ser possível definir com precisão sua temporalidade. O importante é que as instituições públicas educacionais trabalhem preventivamente, antecipando as consequências que serão advindas das ações emergenciais, assim como das inações evitáveis no enfrentamento da pandemia. Para tanto, é indispensável que elaborem plano educacional que permita executar, com a devida segurança sanitária e com a maior justiça social possível, o reforço das atividades virtuais realizadas para a recuperação da(o)s estudantes e das pessoas que não acompanharam ou realizaram, por diversas razões, as atividades de ERE, ou outras, tais como as atividades de estágio, atividades culturais, pesquisas acadêmicas, trabalhos de fim de curso etc., ao longo do período de pandemia.

Não se tem conhecimento de instituições públicas educacionais que tenham tomado a iniciativa de elaborar democraticamente um “Plano Sanitário e Educacional”. Os raros planejamentos de que se tem notícia foram concebidos por algumas instituições de modo parcial, como por exemplo, planos de teor sanitário construídos pela escolha de algumas diretrizes básicas que contemplem o objetivo preventivo.

Isso posto, elencamos a seguir um conjunto de diretrizes – passível de ser aperfeiçoado – cujo objetivo é nos subsidiar na tarefa de enfrentamento das questões que estarão presentes na volta das atividades presenciais no futuro próximo. Neste momento, é razoável supor que, mesmo quando a imunização contra a Covid-19 for efetivamente concluída para toda a população, o retorno presencial não deverá ocorrer sem os cuidados e hábitos de higienização introduzidos durante e devido à pandemia. Logo, ao menos por um determinado período de tempo – hoje difícil de prever – não será possível o “retorno ao normal” de antes da pandemia. Por isso, vale dizer que as diretrizes listadas a seguir poderão contribuir muito no esforço dirigido para que cada instituição, inclusive aquela na qual trabalhamos, elabore democraticamente o seu próprio “Plano Sanitário e Educacional”.

TR – 12

O 11º CONAD Extraordinário, *ad referendum* do próximo CONGRESSO, delibera:

Que as Seções Sindicais do Andes-SN

1. Reivindiquem que a administração de cada instituição construa democraticamente um “plano sanitário e educacional”, com a participação dos segmentos de suas comunidades acadêmicas – docentes, estudantes, funcionária(o)s técnica(o)-administrativa(o)s e terceirizada(o)s – contendo *diretrizes* relativas às condições:

- de vacinação ampla para toda a comunidade, incluindo servidora(e)s terceirizada(o)s, sem quaisquer privilégios, conforme o Plano Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde;
- de adequadas condições de salubridade para as pessoas que estão em atividade presencial, como o pessoal da área de saúde e de laboratórios e outras pessoas cuja essência laboral não permite a possibilidade do recurso ao trabalho de modo remoto, inclusive para o pessoal terceirizado;
- de realização do ensino remoto emergencial (ERE), enquanto a pandemia assim o demandar, com a disponibilização de equipamentos e suporte adequados (e consideradas as especificidades de cada local e de cada área de conhecimento) para docentes, funcionária(o)s e estudantes;
- de implementação de atividades e estratégias de recuperação adequadas para toda(o)s estudantes, especialmente para aquela(e)s que não puderam ou tiveram dificuldades para acompanhar o ERE adotado durante a pandemia;
- de manutenção do ERE – apenas e tão somente – enquanto durarem as condições sanitárias impostas pela pandemia;
- de acesso à internet e às ferramentas digitais necessárias para estudantes cuja situação pessoal não lhes permite tal prerrogativa;
- de adequação progressiva da infraestrutura física (prédios, laboratórios, bibliotecas e demais espaços, de modo a resguardar o distanciamento físico previsto em protocolo sanitário) e de pessoal, em preparação ao retorno das atividades presenciais, quando o estágio da pandemia assim o permitir;

- de adequação das moradias estudantis no que se refere às instalações físicas propícias à necessária higienização e não aglomeração da(o)s estudantes, além das condições de segurança alimentar dentro dos *campi*;
- de fornecimento de EPIs à comunidade trabalhadora e estudantil que frequenta as instalações da instituição, assim como para as moradias estudantis, tais como máscaras adequadas, agentes sanitizantes e marcação de fronteiras para distanciamento físico;
- de retomada da regularidade de reposição/complementação de pessoal, docente e técnica(o)-administrativa(o), por meio de concurso público de efetivação, de modo a enfrentar a situação de distanciamento físico nas salas de aula e outras dependências, que passará a ser necessário no período pós-pandemia;
- de avaliação e progressão na carreira que considerem as dificuldades das mais diversas ordens vivenciadas pelas mulheres servidoras, em especial aquelas com filha(o)s em idade escolar ou responsáveis pelo cuidado de outras pessoas [idosos(o)s, pessoas com deficiência etc.]. O mesmo tratamento deve ser oferecido às mulheres estudantes;
- de busca de recuperação da saúde mental daquela(e)s que tiveram suas condições de enfrentamento da vida afetadas pelas condições de isolamento e trabalho exaustivo durante a pandemia de Covid-19.

2. Exortem a instituição a adotar as melhores e mais seguras condições de trabalho e estudo durante o período de risco de contaminação pelo novo coronavírus, com o estabelecimento de protocolos de rastreamento de contágio e estatísticas públicas da situação atual da comunidade ligada à instituição – número de falecimentos e de pessoas contaminadas, uma vez que esses dados são fundamentais para subsidiar a implementação de políticas sanitárias. E, além disso, que adotem o protocolo TRIS (Teste, Rastreamento e Isolamento com Suporte).

3. Recomendem à instituição educacional e à sua comunidade que conheçam o documento “Condições para a reabertura da Rede Escolar no Município de Ribeirão Preto no contexto da pandemia de Covid-19”, elaborado pelos docentes Prof. Dr. Dalton de Souza Amorim, Prof. Dr. Domingos Alves e pela Dra. Adriana Santos Moreno, e verifiquem a oportunidade de utilizar – em âmbito local – a metodologia adotada por esses profissionais, com vistas à definição de critérios técnicos que condicionem a volta a atividades presenciais, quando as condições do atual estágio da pandemia assim o permitirem. (Disponível em: https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/2020/10/Condicoes-para-reabertura-da-rede-escolar-RP_24Set2020.pdf).

TEXTO 13

Contribuição do(a)s professore(a)s: Alberto Handfas (ADUNIFESP), Ari de Souza Loureiro (ADUFPA), Cássia Hack (SINDUFAP), Celi Zulke Taffarel (APUB-UFBA), Clarice Aparecida dos Santos (ADUNB), David Romão Teixeira (APUR), Domingos Savio da Cunha Garcia (ADUNEMAT), Eliene Novaes Rocha (ADUNB), Erika Suruagy (ADUFERPE), Eunice Léa de Moraes (ADUFPA), Fábio Tadeu de Melo Pessôa (SINDUNIFESSPA), Fernando José de Paula Cunha (ADUFPB), Frederico Costa (SINDUECE), Geverson Grzeszczyszyn (ADUNICENTRO), Giovane da Silva Mota (ADUFPA), Jairo de Jesus Nascimento da Silva (SINDUEPA), José Eudes Baima Bezerra (SINDUECE), José Itabirici de Souza e Silva Junior (ADUFRA), José Roberto Rodrigues de Oliveira (ADUFMS), Juliano Pamplona Ximenes Ponte (ADUFPA), Leni Hack (ADUNEMAT), Leonardo da Rocha Botega (SEDUFMS), Luis Antônio Pasquetti (ADUNB), Luiz Fernando Rojo (ADUFF), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Maria Carlotta (ADUFABC), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Marize Carvalho (APUB-UFBA), Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (ADUNB), Míriam Cristiane Alves (ADUFPel), Paulo Opuska (APUFPR), Pedro Silva (SINDUECE), Pere Petit Penarrocha (ADUFPA), Rafael Estrela Canto (ADUFPA), Rejane Candado (ADUFMS), Venize Rodrigues (SINDUEPA).

CONSTRUÇÃO DA UNIDADE JÁ! PELAS REIVINDICAÇÕES QUE NOS UNIFICAM!

COMO O SINDICATO NACIONAL DOS E DAS DOCENTES PODE CONSTRUIR PARA UNIFICAR A LUTA PELA VACINAÇÃO JÁ PARA TODOS PELO SUS COM TESTAGEM EM MASSA, QUEBRA DAS PATENTES, AUXÍLIO EMERGÊNCIA E, PELO FIM DO GOVERNO BOLSONARO?

TEXTO DE APOIO

O 11º CONAD Extraordinário previsto para o período de 27 de março e 3 de abril de 2021, tem como tema central “Em defesa da vida, dos serviços públicos e da democracia e autonomia do ANDES-SN”. Cabe-nos, a partir da análise da situação concreta, propor um plano de luta concreto, factível de executarmos, vez que as evidências indicam que este governo continuará valendo-se da pandemia para aplicar seu plano fundomonetarista na íntegra e destruir, não só direitos e conquistas e os serviços públicos, mas, continuará condenando milhares à morte.

A situação real

A dramaticidade do momento atual pode ser constatada nos indicadores econômicos que demonstram que a economia está em queda vertiginosa e não irá se

recuperar com as medidas de ajuste estrutural que estão sendo adotadas pelo Governo genocida bonapartista de Bolsonaro. Os indicadores sociais demonstram aumento do número de pessoas abaixo da linha da pobreza, desemprego crescente e a fome assolando um contingente enorme da classe trabalhadora da cidade e do campo. Na política, a correlação de forças favoráveis ao empresários, latifundiários, banqueiros, com apoio das forças armadas, de parte do judiciário e dos aparelhos de hegemonia como igrejas e meios de comunicação, não deixa margem para dúvidas. Ou agimos massivamente nas ruas e nas redes sociais para pressionar parlamentares ou perderemos no voto todas as disputas parlamentares. A oposição além de ser numericamente menor, ainda não vem assumindo o papel que deveria assumir como verdadeira oposição aos golpistas, que estão “passando a boiada”. No plano sanitário a tragédia não tem precedentes na história da humanidade. Um Governo que deliberadamente toma medidas que contrariam orientações científicas da Organização Mundial da Saúde, mantém um ministro inepto e incompetente e não organiza um Plano Nacional de Combate ao Coronavírus necessita ser deposto pelo povo. Resultado: não temos planejamento, não temos vacinas, não temos testagem em massa, não temos perspectivas de sair deste caos sem não colocar um fim no governo Bolsonaro. Por isso, a indicação é que com todos os cuidados sanitários, distanciamento, máscara, álcool em gel vamos ter que nos manifestar nas ruas. O Povo trabalhador está nas ruas inclusive para manter a nossa própria existência.

As medidas de ajuste adotadas pelo governo genocida de Bolsonaro, para enfrentar a pior crise do capitalismo senil, crise sem precedentes, implica em cortes orçamentários, privatizações, ingerência de militares nas gestões, não atendimento de pautas de reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras, desestruturação dos serviços públicos, impactam de forma violenta todos os serviços públicos desde as esferas Municipais, Estaduais e Federal.

As Universidades Públicas, os Institutos Federais, os CEFETs, e Colégios de Aplicação, provavelmente não terão condições sequer de realizar o trabalho emergencial remoto, e estão ameaçados de não conseguirem manter o mínimo necessário para que os/as docente, os/as técnicos-administrativos/as e estudantes exerçam suas funções precárias.

As ameaças de corte de salários, o arroxo orçamentário, as demissões, estão colocadas. O impacto disso, mais do que atingir os/as docentes, técnico-

administrativos/as, estudantes e os demais trabalhadores/as da educação terceirizados, vai atingir a prestação de serviços para a população.

Enfim o que constatamos é que os/as trabalhadores/as estão sofrendo os ataques violentos, perdendo direitos e conquistas, perdendo condições de vida digna, perdendo trabalho e, inclusive, perdendo a soberania do país.

E esta destruição passa pela destruição da Educação pública, laica, democrática, inclusiva, presencial, o que não podemos deixar acontecer, mesmo em meio a todas as restrições que nos obrigam neste momento histórico as medidas de distanciamento e isolamento social.

Os capitalistas querem transformar a Educação e as instituições de ensino, pesquisa e extensão em “educação híbrida”, ou “massivamente em “educação a distância” ou transformar as instituições de ensino em “telescolas”. Querem fazer valer o negacionismo, o obscurantismo, a ignorância.

Com isso, quebram-se possibilidades de desenvolvimento humano imprescindíveis para sermos humanos. Com isso, a educação deixa de cumprir sua função social de ser uma possibilidade de avanço da consciência sobre igualdade social, sobre opressão, exploração, modo de vida, racismo estrutural, machismo, preservação e destruição ambiental, morte dos povos tradicionais, e muitas outros conhecimentos sobre o que acimenta o capitalismo e o que possibilita a sua superação. Nega-se o processo de transmissão e assimilação presencial de conhecimentos científicos, artísticos e culturais acumulados pela humanidade ao longo da história com o propósito de subsumir o trabalho ao capital.

Este plano perverso dos burgueses, donos dos meios de produção, das plataformas digitais, dos meios de conectividade ocorre através de cortes orçamentários, de medidas para substituir o trabalho docente por “uberizados”, youtuberizados”, “facilitadores”, “monitores”, pela dita “inteligência artificial”. Com isso, consolidam bases do domínio objetivo material das condições de educação e assaltam, subsomem a subjetividade humana, para a dominação permanente.

O que fizemos e o que temos a fazer?

Sim, temos que avaliar se as medidas que estamos adotando como Sindicato Nacional são suficientes. Mesmo com os limites impostos pela situação pandêmica, estamos fazendo muito pouco e empregando mal os recursos financeiros do Sindicato.

Não temos campanha massiva, contra a ingerência nas designações de reitores interventores. Não temos uma comunicação eficiente que chegue à população, o que ficou evidente sobre a Posição do ANDES-SN a respeito das Provas do ENEM. Não temos uma efetiva articulação com as grandes Centrais Sindicais, Movimentos e Frentes, nem mesmo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (que congrega mais de dois milhões de trabalhadores em educação da educação básica pública), como poderíamos e deveríamos ter, em meio a uma catástrofe, econômica, política, social, ambiental, sanitária, sem precedente na história do nosso país.

É preciso dar outro rumo ao ANDES-SN em suas deliberações emergenciais em especial neste 11º CONAD Extraordinário. É preciso tirar o ANDES-SN deste isolacionismo caso contrário não teremos como defender a pauta emergencial dos/as docentes e muito menos contribuir de maneira efetiva com a pauta que está unificando os trabalhadores e trabalhadoras na luta mais geral.

É preciso observar que os povos oprimidos e explorados estão em marcha, e exemplos não faltam como no Chile, na Argentina, no Equador, na Bolívia, no México.

É preciso que o ANDES-SN se engaje efetivamente nas mobilizações e organização efetivas da luta pelo fim do governo Bolsonaro.

A luta mais geral que devemos contribuir

A vida de todos/as só estará garantida com vacinação imediata, para todos e todas pelo SUS e manutenção de um plano nacional que contemple testagem massiva. Quanto às vacinas, temos que produzi-las e temos capacidade para isto e, portanto, é necessário quebrar as patentes.

Para combater a fome que assola a classe trabalhadora desempregada, os pobres da cidade e do campo, é necessário o auxílio emergencial de no mínimo R\$ 600,00. Este auxílio precisa ser garantido aos milhões que estão ameaçados de morrer de fome.

Todas as medidas destrutivas do Governo Bolsonaro, com sua Economia de Guerra, no qual constam as PEC 186 (Pacto Emergencial), 187 (Pacto Federativo), 188

(Fundos Públicos), e mais, as privatizações das Estatais, a Reforma Administrativa, deve ser barrados com o fim do governo Bolsonaro.

As reivindicações específicas dos docentes e das docentes

A Pauta de reivindicações dos/as docentes pode ser reconhecida nas demandas encaminhadas em cada Seção Sindical onde os/as docentes recorrem para reivindicar um sistema de proteção contra a intensificação do trabalho emergencial remoto, que está levando muitos à morte, a doenças, ao desespero. Os/as docentes reivindicam condições dignas de trabalho que não impliquem no próprio docente, com seu salário ter que manter estas condições. Os/as docentes reivindicam recomposição e ajuste salarial. Novas contratações por concurso, desbloqueio e recomposição de orçamentos para as instituições, não ingerência nas gestões, ingerências que quebram a autonomia das Instituições, e querem condições, em meio a pandemia/sindemia, para defender a autonomia universitária na produção científica e tecnológica e, a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

Isto nos indica uma pauta emergência no plano de luta do qual conste o que se segue.

TR – 13

O 11º CONAD Extraordinário, *ad referendum* do próximo CONGRESSO, delibera:

1. Comporá Frentes de Esquerda, com as grandes centrais sindicais – CUT, CTB, CGT, CSP Conlutas, Intersindical e demais centrais, com Movimentos Populares, organizações científicas e profissionais que esteja unificados em torno (a) vacinação imediata, para todos, todas, todes, pelo SUS e, manutenção de um plano nacional que contemple testagem massiva. Quanto às vacinas, temos que produzi-las e temos capacidade para isto e é necessário quebrar as patentes; (b) pela manutenção do auxílio emergencial de R\$ 600,00 durante a pandemia; (c) pelo fim do governo Bolsonaro.
2. Desenvolverá agendas conjuntas com a Confederação Nacional de Educação e com a Internacional da América Latina em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade social, com vistas a favorecer o fortalecimento da luta por uma educação fraterna e libertadora para todas, todos e todes.
3. Juntamente com o Fórum Nacional Popular de Educação, composto por mais de 36 entidades, juntamente com a SBPC que congrega mais de uma centena de entidades

científicas, participará do calendário de lutas unificadas visando a defesa da Ciência e da Educação Pública laica, inclusiva, democrática de qualidade socialmente referenciada.

4. Juntamente com o FONASEFE conduzirá a pauta emergência de reivindicações específicas dos/as servidores/as públicos, por recomposição salarial, recomposição dos orçamentos, para o funcionamento das instituições e pela autonomia das instituições e recomposição do corpo docente com novos concursos públicos pelo RJU.
5. Empregará todos os esforços jurídicos, parlamentares, para assegurar o sistema de proteção dos trabalhadores e trabalhadoras das instituições visando assegurar pela legislação, pelo efetivo cumprimento, as medidas de segurança sanitárias, psicológicas, ambientais, trabalhistas, para o desenvolvimento das funções precípuas do corpo docente em relação ao ensino-pesquisa-extensão, gestão nas instituições.
6. Organizará e apoiará abaixo assinado nacional em defesa da Educação pública, laica, democrática, inclusiva, de qualidade socialmente referenciada, mantida por recursos públicos, presencial, contra o trabalho remoto permanente e a transformação da universidade em “teleuniversidade”, a escola em “telescola”, o trabalho docente em “teletrabalho permanente”.
7. Promoverá amplo apoio às ADs na produção de material e na disponibilização de ferramentas tecnológicas que permitam comunicação mais célere com a base, fortalecendo a relação com a base e as lutas cotidianas da categoria na defesa da universidade democrática, autônoma e popular, contra a ingerência do governo central e atos autoritários de gestores locais que tentam impedir a liberdade de cátedra.
8. Reforçará, junto com demais entidades sindicais e populares, a campanha contra a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) e as PECs 186 (Pacto Emergencial), 187 (Pacto Federativo) e 188 (Fundos Públicos), que constituem um conjunto de ataques sem precedentes aos serviços públicos, uma exigência dos grandes grupos empresariais, principalmente do mercado financeiro, que o governo Bolsonaro insiste em atender.
9. Empenhará ao máximo na campanha pela rejeição da PEC Emergencial (PEC 186), em discussão neste momento no Congresso Nacional, cujo conteúdo, a pretexto de viabilizar apenas quatro meses de auxílio emergencial de 250 reais, antecipa em alguns pontos a Reforma Administrativa e a PEC 188, ao acabar com a obrigação de percentuais mínimos nos orçamentos da Saúde e da Educação, e introduzir o congelamento salarial e de concursos para servidores das três esferas por tempo praticamente indefinido.

LISTA DE SIGLAS

AJN: Assessoria Jurídica Nacional;
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
C&T: Ciência e Tecnologia
CT&I: Ciência e Tecnologia e Inovação
CONAD: Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
DE: Dedicção Exclusiva
EAD: Ensino a Distância
EC: Emenda Constitucional
EBTT: Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
ERE: Ensino Remoto Emergencial
EUA: Estados Unidos da América
FONASEFE: Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais
IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior
IES: Instituição de Ensino Superior
IFES: Instituições Federais de Ensino Superior
IMES: Instituições Municipais de Ensino Superior
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA: Lei Orçamentária Anual
MP: Medida Provisória
OMC: Organização Mundial do Comércio
OMS: Organização Mundial da Saúde
P&D: Pesquisa e Desenvolvimento
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PLOA: Projeto de Lei Orçamentária
PNI: Plano Nacional de Imunização
PPA: Plano Plurianual
PSB: Partido Socialista Brasileiro
SPF: Servidore(a)s Público(a)s Federais
TAC: Termo de Ajustamento de Conduta
TDIC: Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TR: Textos de Resolução
UE: União Européia

LEGISLAÇÃO CITADA NOS TEXTOS DA DIRETORIA DO ANDES-SN

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1988: institui um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.

DECRETO Nº 10.620, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021: Dispõe sobre a competência para a concessão e a manutenção das aposentadorias e pensões do regime próprio de previdência social da União no âmbito da administração pública federal.

EMENDA CONSTITUCIONAL (EC) Nº 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019: altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.

EMENDA CONSTITUCIONAL (EC) Nº 95, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016: altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.

LEI Nº 14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020: dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19).

LEI Nº 14.030, DE 28 DE JULHO DE 2020: dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis nos 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.

PORTARIA Nº 983/2020 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020: estabelece diretrizes complementares à Portaria nº 554, de 20 de junho de 2013, para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC) Nº 186/2019 DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019: altera o texto permanente da Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, e dá outras providências.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC) Nº 32/2020 DE 3 DE SETEMBRO DE 2020: altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

PROJETO DE LEI (PL) Nº 4.425/2020 DE 1º DE SETEMBRO DE 2020: altera a redação da Lei nº 7.170, de 14 de Dezembro de 1983 e da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, criminalizando a apologia ao nazismo e comunismo, e dá outras providências.

EM HOMENAGEM AS PROFESSORAS E AOS PROFESSORES VÍTIMAS DA COVID-19, AO POVO DO AMAZONAS.

Nos tempos cinzentos em que a Amazônia, tantas vezes esquecida, é agora atracada pelo gélido abraço da necro-democracia viral, vemos sonhos, cores, esperanças e amores asfixiar. Dentre tantas painas jogadas nos braços do tempo, uma delas se destaca por brilhar em cores e movimentos contra as turvas do dito fim: a artista Iva Tai vítima da Covid-19.



Obra “Eu SER Água” de Iva Tai. Técnica mista 128cmx111cm, 2015 (Acervo da Pinacoteca do Estado do Amazonas)

IVANEY MACHADO TEIXEIRA (Iva Tai) foi artista, poetiza e professora do curso de Artes Visuais do ICSEZ UFAM. Nasceu em 07 de outubro de 1974, em Parintins, Amazonas, também local do seu falecimento, em decorrência da COVI-19, em 19 de janeiro de 2021, deixando uma trajetória artística marcada principalmente na pintura, desenho e poesia. Graduada em Educação Artística e Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela UFAM, Iva se destacava desde os anos 80, por tratar-se das pouquíssimas mulheres a atuar no atelier do mestre italiano Irmão Miguel de Pascalle. A artista, a partir daí, desagua em sua trajetória firmada na linha como elemento singular de sua obra e a expressar as particularidades da cultura do Amazonas.

Arte é política

A arte tem um papel fundamental e estruturante na construção de uma sociedade emancipada e livre de toda forma de exploração e opressão e, é por isso que propomos a incorporação de diferentes expressões artísticas em nossos materiais do ANDES-SN, mas especialmente em nosso debate político e na nossa práxis de transformação da realidade. Considerando o mês de março que é marcado historicamente pela luta das mulheres trabalhadoras, trazemos aqui

algumas referências de mulheres artistas que em suas manifestações nos permitem despertar outras sensibilidades e outras formas de lutar. Para seguirmos lutando melhor!

Coordenação do GTCA